U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

A paisagem humanizada em torno de Briteiros e de Sabroso (Guimarães)

Sandra Ribeiro Gonçalves

M

2023

A PAISAGEM HUMANIZADA EM TORNO DE BRITEIROS E DE SABROSO (GUIMARÃES)

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

sob a orientação da
Professora Doutora Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira

Sandra Ribeiro Gonçalves

Porto, setembro de 2023

Agradecimentos

À professora e orientadora, Marta Oliveira, pela sabedoria e pelo compromisso.

Ao professor Bruno Moreira, do grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território do CEAU, pelo fornecimento dos elementos altimétricos e hidrográficos.

Ao colega e arquiteto Jorge Alves, pelo auxílio prestado com o software QGIS.

Aos arqueólogos Orlando Fernandes, Luciano Vilas Boas e Francisco Sande Lemos. Um reconhecimento especial ao Gonçalo Cruz e à Daniela Cardoso, pela colaboração e por compartilharam generosamente o seu conhecimento connosco.

Às Câmaras Municipais de Fafe, Vila Nova de Famalicão e Vizela pelo fornecimento dos dados arqueológicos, em particular, a João Nuno Machado, a Nelson Pereira e a Paulo Oliveira, respetivamente.

À Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte de Braga, por disponibilizar as cartas da aptidão da terra, em particular, aos técnicos Bruno Leitão e Bela Azevedo.

À Sociedade Martins Sarmento.

À professora de português, Ana Paula Passos, pelo aconselhamento.

Ao videógrafo Sandro Garcia e à Sónia Gomes Fotografia & Vídeo, pelos registos fotográficos.

Ao meu pai José Carlos, à minha irmã Filipa e ao meu primo e arquiteto Carlos Barbosa pelo apoio.

Às amigas Maria Joana, Carolina, Tânia e Solange.

A presente dissertação está redigida em conformidade com o novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa. Por uma questão de coerência e de fluidez de leitura, as citações originalmente em outras línguas foram traduzidas pela autora e as citações que seguiam o antigo Acordo foram atualizadas para o novo.

Resumo

A presente dissertação objetiva estudar a evolução da organização do povoamento da bacia média, e parte da alta, do rio Ave. Este território integra os montes de São Romão e do Côto de Sabroso, sobre os quais assentam as ruínas dos povoados proto-históricos da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso. A leitura da antropização desta paisagem ao longo do tempo, no decorrer de seis milénios, entre a Pré-História, a Proto-História e a romanização, foi feita através da produção de cartografias e do respetivo inventário de vestígios arqueológicos e arquitetónicos que reunimos. Esta base de trabalho possibilitou-nos ensaiar algumas hipóteses sobre as lógicas do povoamento numa análise de continuidade temporal.

Palavras-chave: Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso, Guimarães, rio Ave, Pré-História, Proto-História e romanização.

Abstract

This dissertation aims to study the evolution of the settlement organization of the middle basin, and part of the upper basin, of the Ave river. This territory includes the hills of São Romão and Côto de Sabroso, on which the ruins of the proto-historic settlements of the Citânia de Briteiros and Castro de Sabroso rest. The reading of the anthropization of this landscape over time, over six millennia, between Prehistory, Protohistory and Romanization, was done through the production of cartographies and the respective inventory of archaeological and architectural remains that we gathered. This work base allowed us to test some hypotheses about the logic of settlement in an analysis of temporal continuity.

Key-words: Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso, Guimarães, Ave river, Prehistory, Protohistory and Romanization.

Sumário

5 Agradecimentos
7 Resumo
7 Abstract
8 Sumário
11 Lista de cartas
12 Lista de figuras
14 Lista de gráficos
14 Lista de tabelas

15 Introdução
21 Condicionantes naturais e físicas do território em estudo

27 CAPÍTULO 1. Apontamentos sobre o povoamento pré-histórico
27 1.1 Notas prévias
29 1.2 Uma leitura sobre as marcas pré-históricas
29 lugares de habitar
32 lugares tumulares
35 lugares de expresão

43 CAPÍTULO 2. Povoamento castrejo
43 2.1 Notas prévias
47 2.2 Aspetos sobre a cultura castreja
55 2.3 Matriz de ocupação territorial dos lugares de habitar
55 modos de implantação
57 altimetria
61 intervisibilidades
61 padrão de povoamento
64 lugares centrais
69 2.4 Uma interpretação sobre a influência pré-historica no povoamento

79 CAPÍTULO 3. A influência do processo de romanização no povoamento
79 3.1 Notas prévias
83 3.2 A romanização das formas de habitar
83 *castella*
86 *vici*
86 aldeias
87 propriedades rurais
89 sistema viário
93 3.3 Uma interpretação sobre a romanização do povoamento
101 altimetria
103 3.4 A aculturação das práticas rituais e religiosas
103 lugares tumulares
105 prática epigráfica
109 Penedo de Trajano

115 Considerações finais

119 Referências bibliográficas
129 Referências cartográficas
133 Referências digitais
135 Créditos de imagem

139 Anexos
141 1 Citânia de Briteiros
147 2 Castro de Sabroso
151 3 Balneários castrejos do médio e alto Ave
157 4 Penedo de Trajano
163 5 Inventário de vestígios arqueológicos e arquitetónicos

Lista de cartas

20 Carta 1. condicionantes naturais e físicas do território

26 Carta 2. vestígios de povoamento pré-históricos
34 2.1 proximidade de mamoas ao povoado do Pau de Bandeira
34 2.2 proximidade de mamoas ao povoado da Bouça de Pique
38 2.3 vestígios pré-históricos no monte de São Romão
39 2.4 vestígios pré-históricos no monte do Côto de Sabroso

42 Carta 3. vestígios de povoamento castrejos
60 3.1 relações de intervisibilidade entre lugares de habitar castrejos
70 3.2 Monte das Eiras
70 3.3 Monte de São Romão
72 3.4 Serra do Carvalho
72 3.5 Serra dos Picos
74 3.6 Montes de Santa Marinha e Lustoso
74 3.7 Monte de Calvos
76 3.8 gravuras integradas na Citânia de Briteiros
77 3.9 gravuras integradas no Castro de Sabroso

78 Carta 4. vestígios de povoamento romanos
94 4.1 Monte de São Miguel
94 4.2 Monte de Santa Eulália
96 4.3 lugar do Assento
96 4.4 lugar da Barroca da Pereirinha
97 4.5 proximidade da *villa* romana Via Cova ao povoado romanizado do Monte do Castelo
98 4.6 cruzamento entre os lugares de habitar romanos e a aptidão da terra para a agricultura
104 4.7 *habitat* da Igreja de São João de Ponte e proximidades

108 4.8 inscrições latinhas situadas na Citânia de Briteiros
110 4.9 visibilidade e intervisibilidades a partir do Penedo de Trajano

Lista de figuras

24 Figura 1. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a nordeste
25 Figura 2. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a sudeste
30 Figura 3. vista do povoado pré-histórico da Santa Marta das Cortiças para o da Penha
30 Figura 4. vista do povoado pré-histórico da Penha para o da Santa Marta das Cortiças
40 Figura 5. Penedo dos Sinais
40 Figura 6. Quinta do Paço
41 Figura 7. Sabroso 2
41 Figura 8. Caminho da Gandra 4
48 Figura 9. mapa de Armando Coelho da Silva (1995)
48 Figura 10. mapa das áreas linguísticas da Hispânia de Jorge de Alarcão (2018), segundo Jürgen Untermann
59 Figura 11. corte pelos povoados castrejos de Sabroso, Briteiros e Santa Iria
59 Figura 12. corte pela Citânia de Briteiros e pelo rio Ave
59 Figura 13. corte pelo Castro de Sabroso e pelo rio Ave
62 Figura 14. fotografia aérea da Citânia de Briteiros para sul
63 Figura 15. fotografia aérea do Castro de Sabroso para nordeste
66 Figura 16. esquema das zonas de influência da Citânia de Sanfins realizado por Armando Coelho da Silva (1986)
67 Figura 17. estudo da visibilidade e das distâncias da Citânia de Sanfins realizado por Jorge Alves (2019)
97 Figura 18. vista da *villa* romana Via Cova para nordeste
104 Figura 19. fotografia aérea do *habitat* da Igreja de São João de Ponte e proximidades
112 Figura 20. fotografia aérea do Penedo de Trajano para nordeste
112 Figura 21. fotografia aérea do Penedo de Trajano para sudeste

Anexo 1. Citânia de Briteiros

140 1. fotografia aérea da vertente sudoeste da Citânia de Briteiros
140 2. fotografia aérea da vertente noroeste da Citânia de Briteiros
141 3. sistema defensivo da Citânia de Briteiros
142 4. vista a partir da porta da casa do conselho
142 5. vista geral da casa do conselho
143 6. vista geral da ermida medieval

143 7. vista geral da ermida medieval
145 8. gravuras situadas no intramuros da Citânia de Briteiros

Anexo 2. Castro de Sabroso

146 1. vista do Castro de Sabroso para sul
146 2. fotografia aérea da vertente sudeste do Castro de Sabroso
147 3. sistema defensivo do Castro de Sabroso
148 4. ponto de confluência entre as duas muralhas
148 5. ponto de confluência entre as duas muralhas
149 6. vista geral da Quinta dos Laranjais 1
149 7. podomorfos da Quinta dos Laranjais 1

Anexo 3. Balneários castrejos do médio e alto Ave

150 1. balneário do Monte das Eiras
150 2. balneário da Citânia de Briteiros (este)
151 3. balneário da Citânia de Briteiros (sul)
152 4. pedra formosa primitiva atribuída ao balneário da Citânia de Briteiros (este)
152 5. planta do balneário da Citânia de Briteiros (este)
152 6. pedra formosa do balneário da Citânia de Briteiros (sul)
152 7. planta do balneário da Citânia de Briteiros (sul)
153 8. pedra formosa do balneário do Monte das Eiras
153 9. planta do balneário do Monte das Eiras
153 10. restos da pedra formosa do Balneário do Alto das Quintãs (Castro de Calvos)
155 11. "planta topográfica do local do monumento" de Mário Cardozo
155 12. vista do balneário sul a partir da fornalha (nordeste-sudoeste)

Anexo 4. Penedo de Trajano

157 1. fotografia aérea picada do Penedo de Trajano
158 2. penedo voltado a sul
158 3. face talhada a nordeste (que contém a inscrição)
159 4. face talhada a noroeste
159 5. penedo voltado a oeste
161 6. carta das intervisibilidades entre povoados castrejos com marcação do Penedo de Trajano

Lista de gráficos

50 Gráfico 1. comparação das fases de evolução da cultura castreja
58 Gráfico 2. altitudes dos lugares de habitar castrejos
100 Gráfico 3. altitudes dos lugares de habitar romanos

Lista de tabelas

18 Tabela 1. dados dos vestígios inventariados utilizados na modelação SIG
19 Tabela 2. fontes dos vestígios inventariados
26 Tabela 3. vestígios de povoamento pré-históricos cartografados
28 Tabela 4. categorias dos lugares pré-históricos
42 Tabela 5. vestígios de povoamento castrejos cartografados
45 Tabela 6. categorias dos lugares castrejos
56 Tabela 7. modos de implantação dos lugares de habitar castrejos
58 Tabela 8. altitudes dos lugares de habitar castrejos
60 Tabela 9. lugares de habitar castrejos considerados na carta de intervisibilidades
78 Tabela 10. vestígios de povoamento romano cartografados
82 Tabela 11. categorias dos lugares romanos
100 Tabela 12. altitudes dos lugares de habitar romanos
106 Tabela 13. categorias das fontes epigráficas romanas
106 Tabela 14. distância das fontes epigráficas romanas aos lugares de habitar

Introdução

Esta dissertação tem por objetivo o estudo da evolução do povoamento da bacia média e parte da bacia alta do vale do rio Ave, no decorrer da Pré-História, da Proto-História e da romanização. Por outras palavras, objetivamos analisar o modo como este espaço foi habitado ao longo do tempo, representando-o a partir dos vestígios da presença humana.

O tema escolhido reflete uma confluência de interesses, de influências e de experiências pessoais que adquiri ao longo do meu percurso académico em arquitetura. Num primeiro momento, fui motivada pela curiosidade em explorar e conhecer as origens e a história da minha terra natal, Guimarães. Em seguida, pela breve noção de ser um espaço compartilhado por vestígios arqueológicos de relevância, juntamente com o desconhecimento de muitos outros e do que eles representam no espaço e no tempo.

Os limites da área de estudo foram definidos pelo contexto dos montes de São Romão e do Côto de Sabroso, sobre os quais assentam as ruínas dos povoados castrejos da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, situados na margem direita do rio Ave. Neste sentido, integra administrativamente o município de Guimarães e estende-se, em parte, aos municípios limítrofes de Braga, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Inicialmente, planeávamos abranger um âmbito mais temporal amplo, desde a Pré-História até à Alta Idade Média (período normalmente menos explorado), mas, enquanto aprofundávamos as matérias, percebemos que a complexidade do tema dificultava a sua análise dentro dos limites desta dissertação.

Diante disso, decidimos ajustar a amplitude cronológica que passou a englobar a Pré-História, a Proto-História e a romanização, o que nos colocou o desafio de interpretar os fenómenos ocorridos dentro da unidade territorial definida, desde finais

do VI milénio a.C. até aos primeiros séculos da nossa Era.

A principal intenção não será a de adotar uma abordagem estritamente histórica, mas sim a de ler e de interpretar o espaço a partir da análise de períodos temporais sequentes, procurando identificar o que foi transmitido e o que foi acrescentado na sua transição. Fundamentalmente, trata-se de uma tentativa de compreender as marcas do passado e de refletir sobre o modo como os antigos construíram, moldaram e habitaram o espaço e se isso contribuiu para a configuração do espaço contemporâneo.

O trabalho está estruturado em três capítulos organizados de acordo com a sua sequência temporal. No entanto, previamente, formulámos uma abordagem sucinta sobre as condicionantes naturais e físicas do território.

O primeiro capítulo é dedicado à Pré-História Recente num texto sucinto que visou reunir as primeiras marcas conhecidas do ato de habitar, anteriores ao primeiro milénio a.C., que surgiram durante o processo de sedentarização do Homem.

O segundo capítulo centra-se na Proto-História, período que apresenta vestígios mais concretos do ato de habitar: os castros. Por essa razão, permitiu-nos reconhecer algumas lógicas da apropriação do espaço por meio da análise da distribuição espacial, topográfica e altimétrica, e das relações de intervisibilidade entre povoados.

No terceiro e último capítulo, o foco recai sobre o impacto do processo de romanização, que envolveu uma série de mudanças significativas na cultura e nas formas de povoamento das comunidades castrejas, que se reestruturaram segundo um novo conjunto hierarquizado de formas de habitar.

Nas considerações finais, refletimos sobre os temas tratados que, no geral, espelham a forma como o ser humano construiu o seu espaço ao longo do tempo, mas, de modo particular, pretendemos rever e sintetizar o pensamento crítico que desenvolvemos ao longo do estudo, fornecendo uma visão mais clara das nossas ideias e raciocínios.

Na montagem da dissertação, foi necessário adotar uma estratégia para atender às diretrizes da nossa instituição, relativas ao limite de páginas e de caracteres. Optámos por concentrar as imagens mais relevantes no corpo de texto, mas reconhecemos que existiam outras que contribuíam para o entendimento dos assuntos tratados e que incluímos e agrupamos de maneira organizada e acessível nos Anexos. Esta abordagem permitiu que o trabalho mantivesse o foco nas informações essenciais, enquanto disponibilizava uma alternativa de consulta de imagens adicionais.

Para obtermos os materiais necessários, articulámos referências bibliográficas de caráter diverso, como livros, revistas arqueológicas e trabalhos académicos de mestrado ou doutoramento, bem como referências cartográficas, resultantes de trabalhos académicos e de investigação e as cartas arqueológicas, de património e

de ordenamento dos municípios. Recorremos também às plataformas *online* Portal do Arqueólogo[1] (2023), Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural[2] (2021) e FamalicãoID[3] (2019). As fontes principais utilizadas em cada capítulo estão devidamente mencionadas nas notas prévias no início do mesmo.

A informação recolhida encontra-se com alguma dispersão e fragmentação e raras vezes abrange uma área não relacionada aos limites administrativos. Essa visão administrativa quebra a leitura da contínua da paisagem, motivo pelo qual procurámos observar a totalidade da ocupação dos montes do vale do Ave, ainda que tenha originado alguns constrangimentos.

Os dados para cada um dos municípios são desiguais por não existir uma análise equivalente para todo o território definido. Para além disso, os vestígios do mesmo período histórico não serão contemporâneos entre si, mas estabelecer uma ordenação cronológica e sincrónica entre eles é uma tarefa de momento impossível e, por conseguinte, cada período será observado como um todo. Ainda assim, existiu um esforço de catalogação dos vestígios conhecidos, independentemente das dúvidas quanto à sua tipologia ou cronologia.

A partir dos dados reunidos, registámos e compilámos um elenco de lugares, presentes no Inventário em Anexo, e produzimos as respetivas cartografias. Esses dados foram inseridos numa base de trabalho[4] georreferenciada no QGIS[5], o que permitiu incluí-los num quadro geográfico e cronológico concreto, de forma a poderem ser lidos e compreendidos no espaço.

Posto isto, constituímos uma base de informação que possibilitou ensaiar um estudo em que, embora pesem as incertezas, surgiram oportunidades para refletir sobre o processo de construção da paisagem. No âmbito da arquitetura, é possível formularmos algumas interpretações e hipóteses que podem fazer sentido na lógica do habitar, salvaguardando que, em certos domínios, as certezas são estabelecidas pela arqueologia.

---

1 Portal do Arqueólogo é um mapa com informação sobre os sítios arqueológicos de Portugal continental registados na base de dados do Endovélico.

2 Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural é um repositório *online* dos bens imateriais, paisagísticos, arquitetónicos e arqueológicos do município de Guimarães.

3 FamilicãoID é uma plataforma *online* que reúne informações sobre o património material e imaterial do município de Vila Nova de Famalicão.

4 A base de trabalho foi construída e editada pela autora a partir dos dados altimétricos (curvas de nível de 10 metros) e hidrográficos (cursos de água) fornecidos pelo grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo.

5 O QGIS é um software de SIG (Sistema de Informação Geográfica) que permite a visualização, a edição e a análise de dados georreferenciados.

Tabela 1. dados dos vestígios inventariados utilizados na modelação SIG

camada	fonte	formato	tipologia
Carta Administrativa Oficial de Portugal	Direção-Geral do Território	vetor	polígono
cumes	cartas militares	vetor	ponto
curvas de nível 10m	Departamento MDT, CEAU	vetor	polilinha
linhas de festo	autora	vetor	polilinha
Modelo Digital Terreno	Direção-Geral do Território	raster	pixel
planta da Citânia de Briteiros	Sociedade Martins Sarmento	vetor	polígono-polilinha
planta do Castro de Sabroso	Sociedade Martins Sarmento	vetor	polígono-polilinha
portelas (físicas)	autora	vetor	ponto
portelas (topónimo)	cartas militares	vetor	ponto
rede hidrográfica	Departamento MDT, CEAU	vetor	polígono
tramas altimétricas	autora	vetor	polígono
Pré-História	(tabela 2.)	vetor	ponto
Proto-História	(tabela 2.)	vetor	ponto-polilinha
intervisibilidadade entre povoados	QGIS: Visibility Analysis	vetor	linha
Romanização	(tabela 2.)	vetor	ponto-polilinha
carta de aptidão da terra	DRAPN	raster	pixel
visibilidade do Penedo de Trajano	QGIS: Visibility Analysis	raster	pixel

Tabela 2. fontes dos vestígios inventariados

	fonte	sistema de coordenadas
Pré-História	António Pereira Dinis (1993)	WGS 84 (DMS)
	Carta Arqueológica Braga (1993)	Datum 73 Hayford Gauss
	Carta Arqueológica Guimarães (2005)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta Arqueológica Vizela (2013)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta património cultural Póvoa de Lanhoso (2015)	Datum Lisboa Hayford Gauss
	Daniela Faria Cardoso (2015 e 2020)	WGS 84 (DMS)
	Famalicão ID (2019)	WGS 84 (DD)
	Helena Carvalho (2008)	UTM
	Hereditas (2021)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Luciano Vilas Boas (2014)	WGS 84 (DD)
	Orlando Fernandes (2010)	WGS 84 (DMS)
	Património arqueológico Fafe (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Planta Ordenamento Vila Nova de Famalicão (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Portal do Arqueólogo (2023)	WGS 84 (DD)
Proto-História	António Pereira Dinis (1993)	WGS 84 (DMS)
	Armando Coelho da Silva (2007)	WGS 84 (DMS)
	Carta Arqueológica Braga (1993)	Datum 73 Hayford Gauss
	Carta Arqueológica Guimarães (2005)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta Arqueológica Vizela (2013)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta património cultural Póvoa de Lanhoso (2015)	Datum Lisboa Hayford Gauss
	Daniela Faria Cardoso (2015 e 2020)	WGS 84 (DMS)
	Famalicão ID (2019)	WGS 84 (DD)
	Francisco Sande Lemos (2009)	-
	Helena Carvalho (2008)	UTM
	Hereditas (2021)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Orlando Fernandes (2010)	WGS 84 (DMS)
	Património arqueológico Fafe (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Planta Ordenamento Vila Nova de Famalicão (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Portal do Arqueólogo (2023)	WGS 84 (DD)
Romanização	Armando Redentor (2011)	-
	Carlos Alberto de Almeida (1968)	-
	Carta Arqueológica Braga (1993)	Datum 73 Hayford Gauss
	Carta Arqueológica Guimarães (2005)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta Arqueológica Vizela (2013)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Carta património cultural Póvoa de Lanhoso (2015)	Datum Lisboa Hayford Gauss
	Famalicão ID (2019)	WGS 84 (DD)
	Francisco Queiroga (2013)	-
	Francisco Sande Lemos e Manuela Martins (2002)	-
	Helena Carvalho (2008)	UTM
	Hereditas (2021)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Manuela Martins (1995)	-
	Património arqueológico Fafe (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Planta Ordenamento Vila Nova de Famalicão (2014)	ETRS 89 / Portugal TM06
	Portal do Arqueólogo (2023)	WGS 84 (DD)

Carta 1. condicionantes naturais e físicas do território

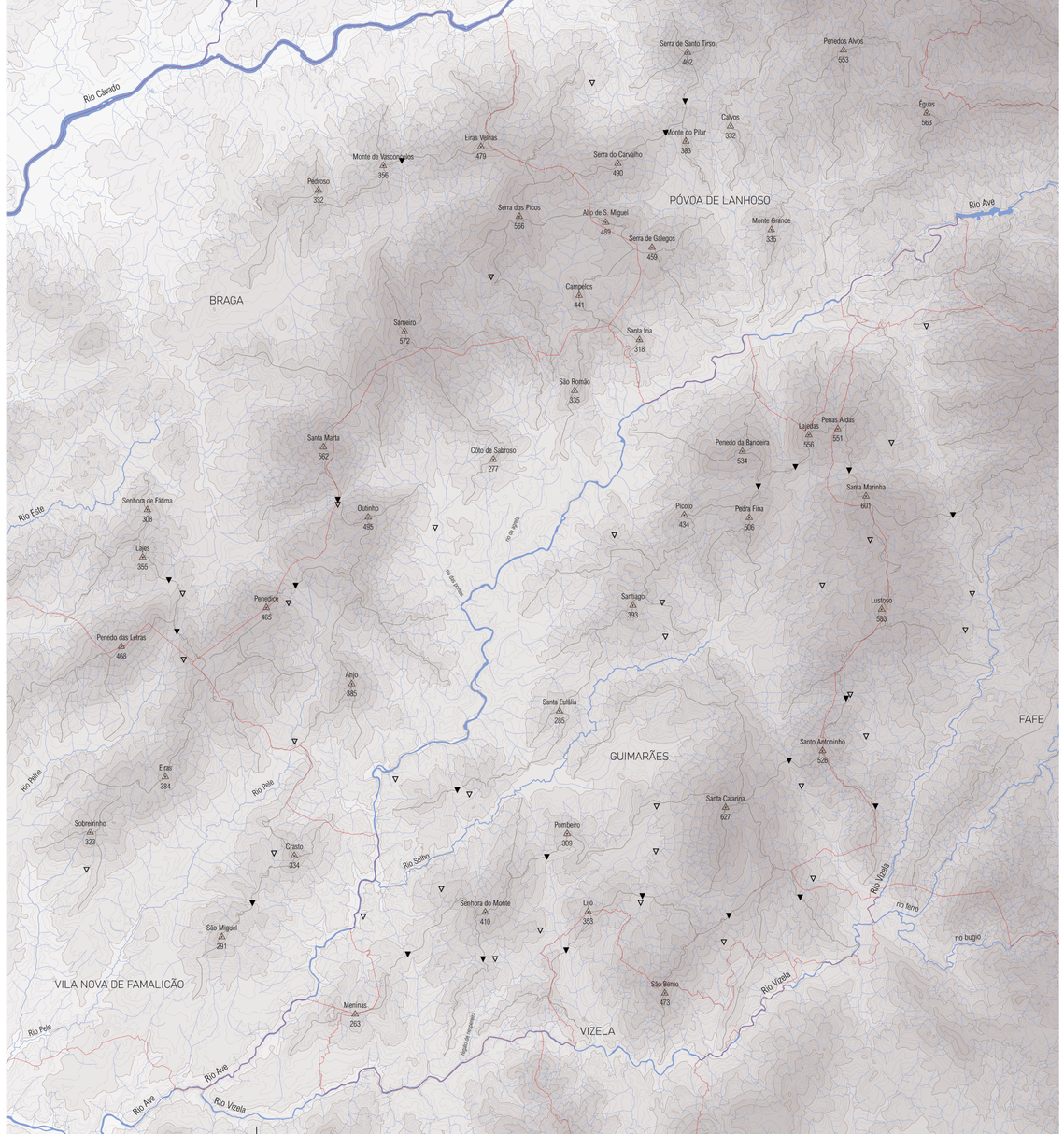
referências:

Autora: linhas de festo e portelas físicas

Cartas militares de Portugal 56, 57, 70, 71, 84 e 85 (2015 e 2012): toponímia dos montes, da rede hidrográfica, de "portela" e de "portelinha"

Departamento de Investigação Morfologias e Dinâmicas do Território (CEAU): curvas altimétricas e linhas hidrográficas

Direção Geral do Território (2021): Carta Administrativa Oficial de Portugal



legenda:

- curva de nível 50 metros
- curva de nível 10 metros
- hidrografia
- linha de festo
- limites administrativos municipais
- cumes dos relevos principais
- portela e portelinha topónimos
- portela física

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

nota:
a informação está georreferenciada no sistema de coordenadas ETRS 89 / Portugal TM06.

Condicionantes naturais e físicas do território em estudo

Previamente ao desenvolvimento do conteúdo principal, é fundamental fazermos uma breve distinção entre as noções de "paisagem" e de "território" que surgem a par nesta dissertação.

A noção de paisagem, definida pela Convenção Europeia da Paisagem, vincula-se à noção de território, uma vez que "designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos"[6].

Nas palavras do antropólogo Tim Ingold, a paisagem é "o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam", ou seja, é a perceção que os indivíduos detêm do meio onde atuam[7]. Neste sentido, como sublinhou a arquiteta paisagista Aurora Carapinha, o Homem é parte integrante deste sistema, no qual vários outros se relacionam, sendo um dos seus elementos organizadores e construtores[8].

Aquilo que o ser humano constrói resulta das suas relações com o meio, o que contribui para o desenvolvimento e para a construção da paisagem ao longo do tempo[9], de modo que "a paisagem está no espaço e a sua transformação ocorre no tempo"[10]. Como descrito por Nuno Mendonça, a paisagem é "um espaço animado, logicamente sequente sem lugar de início, sem terminação. Um todo contínuo em si próprio, físico e temporal"[11].

---

6 Conselho da Europa. "Convenção Europeia da Paisagem", 2000: artigo 1º. definições.

7 Tim Ingold, "The temporality of the landscape", 1993: 156.

8 Aurora Carapinha, "Da necessidade da paisagem", 2018: 25.

9 Tim Ingold, *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, 2000: 188-189.

10 Natália Fauvrelle e Alice Semedo, "De território a paisagem: O que é a "paisagem"?", 2018: 578.

11 Nuno Mendonça, "Para uma poética da paisagem. A Ideia", 1989: 34.

Em contrapartida, o território faz referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço[12]. Por definição, consoante Nuno Travasso, o território é uma área definida por uma ordem ou domínio (como, por exemplo, o território de um país ou município) e, primeiramente, é a leitura de um espaço feita a partir dessa ordem e do modo como ela estabelece limites, hierarquias, poderes, grupos e relações[13].

O espaço é, de acordo com o geógrafo Claude Raffestin, a realidade preexistente a qualquer ação e apenas se torna objeto quando um ator manifeste a intenção de se apropriar dele, isto é, um território resulta da ação de um ator que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o "territorializa". Nesta lógica, "o território apoia-se no espaço, mas não o é. É a produção, a partir do espaço. (…) Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações"[14].

Com base no espaço da bacia hidrográfica do rio Ave estabelecemos os limites de um território em conformidade com os objetivos deste estudo. A fim de possibilitar uma perceção geral desse território e apontar algumas das suas especificidades, que certamente terão influenciado a organização do povoamento, reconhecemos necessário uma caracterização sucinta das suas condicionantes naturais e físicas, topográficas e hidrográficas. Assim como indicou Manuel Fernandes de Sá, num estudo sobre a contemporaneidade da urbanização do médio Ave, é essencial "entender o suporte em que a ação decorre, analisando o território nos seus múltiplos aspetos relevantes, sem esquecer que esse espaço é a razão e o resultado de ações conscientes que se processam na história"[15].

O âmbito geográfico definido compreende o curso médio, e parte do alto, da bacia hidrográfica do rio Ave, localizado na região do Baixo Minho e administrativamente integra o município de Guimarães e parte dos municípios limítrofes de Braga, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Este território prolonga-se num vale aberto com pequenas planícies e colinas, com cerca de 100 metros de altitude, ladeadas por dois arcos montanhosos, a Ocidente e a Oriente, compostos por relevos pouco acidentados de declives relativamente suaves, que rondam os 500 metros de altitude. Entre estes relevos sobressai, como caso excecional, o monte de Santa Catarina (Penha) de altitude superior a 600 metros.

---

12 Claude Raffestin, *Por uma Geografia do Poder*, 1993 [1980]: 153.

13 Nuno Travasso, "Território: Casa Comum. Em busca de um processo de construção colectiva", 2016: 122.

14 Claude Raffestin, *op. cit.*, 1993 [1980]: 144.

15 Manuel Fernandes de Sá, "O Médio Ave - novas políticas municipais", 1986: 6.

A sequência de cumeadas situadas a Ocidente, pela Serra dos Picos e pelos montes do Sameiro, Santa Marta até às Eiras, separa os vales do Ave e do Cávado e as situadas a Oriente, pelos montes das Lajedas, Santa Marinha até Santa Catarina e São Bento, separam os vales do Ave e do Vizela.

O rio Ave nasce na serra da Cabreira e o seu curso flui no sentido nordeste-sudoeste, para o qual convergem numerosos cursos de água. Entre os seus principais afluentes estão os rios Pele, Pelhe e Este, na margem direita, e os rios Selho e Vizela, na margem esquerda.

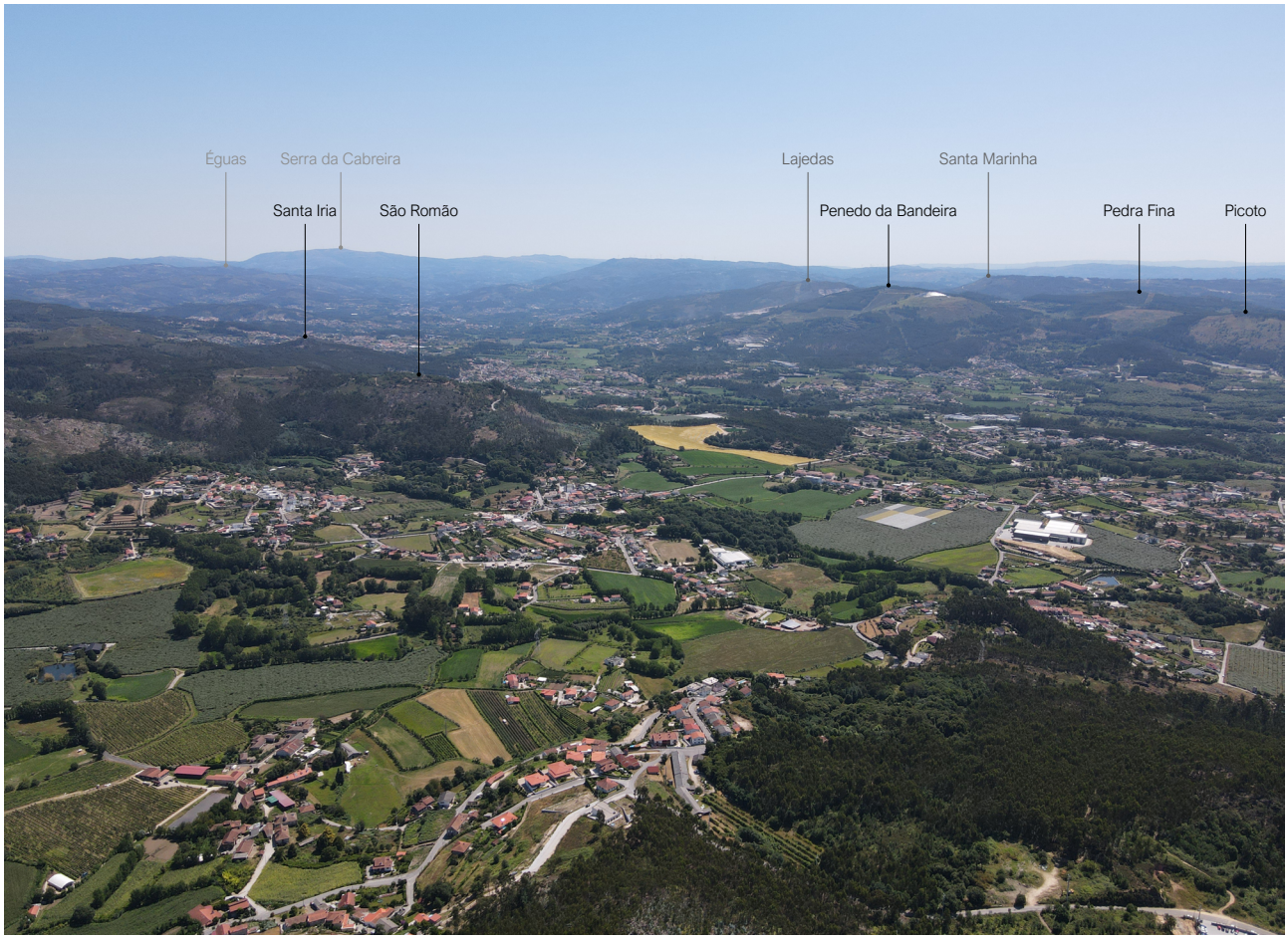
Para auxiliar na leitura deste território, na carta produzida (carta 1) identificámos os nomes dos principais relevos, as respetivas altitudes e desenhámos as suas linhas de festo (linhas que unem os pontos de cota mais altos das elevações e que coincidem com a linha divisória do escoamento das águas). Nas depressões dessas linhas, assinalámos as portelas (passagens naturais entre duas elevações que possibilitam a comunicação entre dois vales), função que perdurou ao longo do tempo através da toponímia, pois os termos "portela" e "portelinha" foram utilizados para nomear alguns lugares que, muitas vezes, estão próximos às portelas físicas.

Perante o exposto, e segundo o estudo de Manuel Fernandes de Sá (1986), as características morfológicas, o clima suave e a riqueza agrícola do médio Ave foram o suporte e influenciaram o tecido do povoamento, que se organizou de forma dispersa e difusa, sem uma distinção clara entre o rural e o urbano, em que estes dois conceitos se interpenetram[16].

16 Manuel Fernandes de Sá, *op. cit.*, 1986: 18 e 21.

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

Figura 1. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a nordeste



© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

Figura 2. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a sudeste

Carta 2. vestígios de povoamento pré-históricos

referências:

António Pereira Dinis (1993)
Carta Arqueológica de Braga e inventário de sítios e achados arqueológicos (1993)
Cartas militares de Portugal 56, 57, 70, 71, 84 e 85 (2015 e 2012)
Daniela Faria Cardoso (2015 e 2020)
FamalicãoID (2019)
Helena Carvalho (2008)
Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural (2021)
Luciano Vilas Boas (2014)
Orlando Fernandes (2010)
P.D.M. Fafe: Planta de Ordenamento. Anexo II: Património Arqueológico (2015) e documento do património arqueológico (2014)
P.D.M. Guimarães: Carta Arqueológica (2012) e relatório (2005)
P.D.M. Póvoa de Lanhoso: Carta do Património Cultural (2015)
P.D.M. Vila Nova de Famalicão: Plantas de Ordenamento II. Património Edificado e Arqueológico e Inventário de Imóveis (2014)
Portal do Arqueólogo (2023)
Vizela GeoPortal: Carta Arqueológica (2013)

legenda:

- povoado
- povoado provável
- indefinido
- mamoa
- mamoa provável
- dólmen
- necrópole
- necrópole provável
- arte rupestre
- arte rupestre indeterminada
- curva de nível 50 metros
- curva de nível 10 metros
- hidrografia
- linha de festo
- portela

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

nota:
a informação está georreferenciada no sistema de coordenadas ETRS 89 / Portugal TM06.

Tabela 3. vestígios de povoamento pré-históricos cartografados

As tabelas que reúnem os vestígios de povoamento estão ordenadas por ordem alfabética dos municípios. A identificação dos vestígios e a sua organização foi feita segundo um número de série que corresponde às iniciais do município que integram (B - Braga, F - Fafe, G - Guimarães, P - Póvoa de Lanhoso, VF - Vila Nova de Famalicão e V - Vizela), seguido do número do período histórico por sequência temporal (0, 1 e 2) e de outro número correspondente à sua ordenação alfabética.

ident.	nº	designação	sítio	alt.
B.0.1	1	Alminhas	mamoa	484
B.0.2	2	Alto de S. Miguel	mamoa	449
B.0.3	3	Alto do Crasto	povoado	440
B.0.4	4	Carvalho 1	mamoa	484
B.0.5	5	Carvalho 2	mamoa	472
B.0.6	6	Covelinhos	povoado	322
B.0.7	7	Eiras - Cancela	arte rupestre	454
B.0.8	8	Lagôa Carreira de Tiro 1	mamoa	446
B.0.9	9	Lagôa Pau de Bandeira 1	mamoa	456
B.0.10	10	Leiras das mamas	mamoa	162
B.0.11	11	Monte Alto	mamoa	374
B.0.12	12	Monte de N. Sr. de Fátima	povoado	308
B.0.13	13	Monte de Vasconcelos	povoado	346
B.0.14	14	Nascente do rio Este	arte rupestre	448
B.0.15	15	Pau de Bandeira	povoado fortificado	518
B.0.16	16	Pedroso	Povoado fortificado	323
B.0.17	17	Sandim	mamoa	403
B.0.18	18	Santa Marta das Cortiças 1	povoado fortificado	556
B.0.19	19	Serra dos Picos 1	mamoa	525
B.0.20	20	Serra dos Picos 2	mamoa	494
B.0.21	21	Serra dos Picos 3	mamoa	530
B.0.22	22	Vale de Chãos 1	mamoa	448
B.0.23	23	Vale de Chãos 2	mamoa	438
B.0.24	24	Vale de Chãos 3	mamoa	435
B.0.25	25	Vale de Chãos 4	mamoa	437
F.0.1	26	Mamoa da Castanheira	mamoa	540
F.0.2	27	Mamoa de Santa Marinha	mamoa	574
F.0.3	28	Mamoa do Souto Novo 1	mamoa	370
F.0.4	29	Mamoa do Souto Novo 1	mamoa	372
F.0.5	30	Outeiro das Corças 1	mamoa	549
F.0.6	31	Outeiro das Corças 2	mamoa	539
F.0.7	32	Outeiro das Corças 3	mamoa	546
F.0.8	33	Santa Marinha	indefinido	592
F.0.9	34	Vale Ferreiro	necrópole	200
G.0.1	35	Boavista	povoado	184
G.0.2	36	Bouça da Agrela	mamoa	147
G.0.3	37	Bouça da Miséria	arte rupestre	281
G.0.4	38	Bouça do Pinheiro	arte rupestre	167
G.0.5	39	Bouça Nova	mamoa	135
G.0.6	40	Briteiros	arte rupestre	155
G.0.7	41	Buraquinhas	arte rupestre	149
G.0.8	42	Caminho da Gandra 1	arte rupestre	181
G.0.9	43	Caminho da Gandra 2	arte rupestre	181
G.0.10	44	Caminho da Gandra 3	arte rupestre	181
G.0.11	45	Caminho da Gandra 4	arte rupestre	181
G.0.12	46	Caminho da Gandra 5	arte rupestre	148
G.0.13	47	Covas	necrópole provável	180
G.0.14	48	Crasto	arte rupestre	158
G.0.15	49	Dólmen da Lapinha	dólmen	505
G.0.16	50	Donim	arte rupestre	148
G.0.17	51	Faísca	necrópole	153
G.0.18	52	Igreja de Silvares	arte rupestre	160
G.0.19	53	Lanhoso	ocupação	200
G.0.20	54	Linçado	mamoa	437
G.0.21	55	Mamoa de Santo Antonino	mamoa	421
G.0.22	56	Margial	povoado provável	465
G.0.23	57	Mata do Vale	arte rupestre	201
G.0.24	58	Matamá	mamoa	527
G.0.25	59	Monte da Abelheira	indefinido	254
G.0.26	60	Monte da Forca	povoado fortificado	262
G.0.27	61	Monte da Insua	ocupação	145
G.0.28	62	Monte do Pedral	povoado aberto	282

ident.	nº	designação	sítio	alt.
G.0.29	63	Penedo da Moura	arte rupestre	258
G.0.30	64	Penedo dos Sinais	arte rupestre	264
G.0.31	65	Penha	ocupação	584
G.0.32	66	Poços Salgueiros	mamoa	561
G.0.33	67	Quinta do Assento	ocupação	224
G.0.34	68	Quinta do Paço 1	mamoa	187
G.0.35	69	Quinta do Paço 2	arte rupestre	270
G.0.36	70	Quinta dos Laranjais 1	arte rupestre	188
G.0.37	71	Quinta dos Laranjais 2	arte rupestre	194
G.0.38	72	Quinta dos Laranjais 3	arte rupestre	194
G.0.39	73	Réguadas 1	arte rupestre	323
G.0.40	74	Réguadas 2	arte rupestre	315
G.0.41	75	Réguadas 3	arte rupestre	315
G.0.42	76	Réguadas 4	arte rupestre	268
G.0.43	77	Sabroso 1	arte rupestre	244
G.0.44	78	Sabroso 2	arte rupestre	266
G.0.45	79	Sabroso 3	arte rupestre	266
G.0.46	80	São Romão 1	arte rupestre	320
G.0.47	81	São Romão 2	arte rupestre	333
G.0.48	82	São Romão 3	arte rupestre	334
G.0.49	83	São Romão 4	arte rupestre	334
G.0.50	84	São Romão 5	arte rupestre	333
G.0.51	85	São Romão 6	arte rupestre	333
G.0.52	86	São Romão 7	arte rupestre	308
G.0.53	87	São Romão 8	arte rupestre	308
G.0.54	88	São Romão 9	arte rupestre	308
G.0.55	89	São Romão 10	arte rupestre	278
G.0.56	90	São Romão 11	arte rupestre	305
G.0.57	91	São Romão 12	arte rupestre	317
G.0.58	92	Senhora do Monte 1	mamoa	510
G.0.59	93	Senhora do Monte 2	mamoa	510
G.0.60	94	Senhoras do Monte 1	mamoa	374
G.0.61	95	Senhoras do Monte 2	mamoa	372
G.0.62	96	Tapada da Gandra	arte rupestre	178
G.0.63	97	Veiga	necrópole	153
G.0.64	98	Vinhas	arte rupestre	200
P.0.1	99	Mamoa da Tojeira	mamoa	301
P.0.2	100	Mamoa do Madorro	mamoa	297
P.0.3	101	Marco Branco 1	mamoa	525
P.0.4	102	Marco Branco 2	mamoa	523
P.0.5	103	Marco Branco 3	mamoa	521
P.0.6	104	Moinho do Vento 1	mamoa	347
P.0.7	105	Moinho do Vento 2	mamoa	341
P.0.8	106	Moinho do Vento 3	mamoa	338
P.0.9	107	Monte do Castelo	povoado fortificado	364
P.0.10	108	Pena Provincia 1	mamoa	463
P.0.11	109	Pena Provincia 2	mamoa	459
P.0.12	110	Pena Provincia 3	mamoa	458
P.0.13	111	Pena Provincia 4	mamoa	457
P.0.14	112	Pena Provincia 5	mamoa	466
P.0.15	113	Pena Provincia 6	mamoa	463
P.0.16	114	Pena Provincia 7	mamoa	455
VF.0.1	115	Bouça de Pique	povoado	282
VF.0.2	116	Mamoa de Vermoim 1	mamoa	333
VF.0.3	117	Mamoa de Vermoim 2	mamoa	325
VF.0.4	118	Mamoa de Vermoim 3	mamoa	334
VF.0.5	119	Mamoa de Vermoim 4	mamoa	330
VF.0.6	120	Picoto	mamoa provável	130
VF.0.7	121	Povoado do Rio	povoado provável	161
VF.0.8	122	Quinta da Bouça	necrópole	118
V.0.1	123	Pegadinhas de S. Gonçalo	arte rupestre	196
V.0.2	124	São Paio de Vizela	arte rupestre	218

CAPÍTULO 1.

Apontamentos sobre o povoamento pré-histórico

1.1 Notas prévias

Neste primeiro capítulo, temos como objetivo reunir e noticiar as primeiras marcas conhecidas do ato de habitar o território em estudo inseríveis na Pré-História (período decorrido entre o VI milénio a.C. e os inícios do I milénio a.C. e subdividido em Neolítico, Idade do Cobre e Idade do Bronze[17]).

Com o propósito de tornar mais clara a exposição e a leitura desta longa temporalidade, e devido ainda à incerteza que acarretam muitas das classificações cronológicas, os vestígios foram cartografados numa carta única sem distinção entre períodos.

Este texto pretende ser uma breve síntese e deve ser encarado como uma leitura em aberto apoiada nos dados existentes até ao momento. Nele, objetivámos apontar alguns aspetos sobre a evolução dos lugares pré-históricos, de modo a facultar pistas para a compreensão do povoamento proto-histórico, a ser tratado no capítulo seguinte.

A nível cartográfico, encontram-se localizações avulsas de alguns lugares apontados pelos autores da bibliografia consultada, que foram complementadas com as fontes cartográficas comuns a todo o estudo: as plataformas *online* Portal do Arqueólogo (2023), Hereditas (2021) e FamalicãoID (2019) e as cartas arqueológicas, de património e de ordenamento dos respetivos municípios.

Por meio de uma seleção bibliográfica criteriosa, beneficiámos da contribuição de vários arqueólogos que proporcionaram uma base de conhecimentos e auxiliaram a compreensão dos vestígios pré-históricos.

---

17 O Neolítico decorreu de finais VI a finais IV milénios a.C.; a Idade do Cobre de finais do IV milénio ao terceiro quartel do III milénio a.C.; a Idade do Bronze de meados do III milénio a.C. aos séculos VII/VI do I milénio a.C. Ana Bettencourt, "A Pré-História do Minho, Do Neolítico à Idade do Bronze", 2009: 70, 80 e 88.

De caráter geral, no âmbito da arqueologia, Ana Bettencourt (2008, 2009, 2013 e 2021) traçou o quadro evolutivo dos vários fenómenos ocorridos durante a Pré-História Recente da região do Minho, enquanto Susana Oliveira Jorge (1988) questionou certos temas sobre o modo como as populações pré-históricas habitaram o Norte de Portugal.

No quadro do povoamento, o etnólogo Jorge Dias (1982 [1948]), tendo como problemática central as origens do arado, tratou a questão dos primórdios da agricultura e como o seu surgimento e desenvolvimento se relacionou com o processo de sedentarização do Homem. Para a bacia hidrográfica do Ave, Hugo Aluai Sampaio (2014) compilou os sítios arqueológicos da Idade do Bronze para analisar a rede de povoados e estabelecer eventuais interpretações sobre a lógica do povoamento.

Quanto ao papel dos monumentos megalíticos consultámos a obra de Richard Bradley (1998) que traçou a história da sua construção e desenvolvimento na Europa pré-histórica. Para a região do Entre-Douro-e-Minho, Vítor Oliveira Jorge (1982, 1987, 2003) estudou a distribuição, a tipologia e a cronologia dos monumentos megalíticos e Luciano Villas Boas (2014) elaborou um estudo de caso sobre o lugar megalítico do Vale de Chão, na Serra do Carvalho.

Com fundamento no estudo da arte rupestre do Norte de Portugal, Maria de Jesus Sanches (2003) formulou várias considerações relacionadas com as condições topográficas das gravuras. Na área da bacia hidrográfica do Ave, é de destacar o trabalho de Daniela Cardoso (2015 e 2020) na identificação e inventariação das gravuras rupestres, com foco nos montes de São Romão e do Côto de Sabroso.

A partir das fontes cartográficas e bibliográficas enunciadas, registámos um total de 124 vestígios[18], que categorizámos em quatro tipos de lugares de acordo com a sua função: de habitar (povoados); de sepultamento dos mortos (mamoas, dólmens e necrópoles); de expressão e representação (gravuras rupestres); e lugares cuja tipologia não foi determinada (tabela 4).

Tabela 4. categorias dos lugares pré-históricos

lugares pré-históricos (124)	de habitar (18)	16 povoados (2 prováveis)
	tumulares e espirituais (60)	53 mamoas (1 provável)
		1 dólmen
		4 necrópoles (1 provável)
	de expressão e representação (44)	26 gravuras rupestres (18 indeterminadas)
	indefinidos (2)	2

18 O número de vestígios corresponde à totalidade dos integrados na cartografia e no inventário e, por isso, contabilizaram-se os que integram o vale do Cávado, porém, estes não foram objeto de análise.

1.2 Uma leitura sobre as marcas pré-históricas

As comunidades pré-históricas, no quadro geral da crescente adoção das práticas agro-pastoris e da consequente e progressiva sedentarização, estabeleceram diferentes formas de estar e interagir com a paisagem ao longo do tempo.

Então, o espaço pré-histórico foi construído e povoado por um conjunto de lugares que, constituídos por uma significação própria, formaram "um sistema de sentidos, uma rede semiológica, uma mnemónica, que orienta a vida dos indivíduos e corporiza uma ordem"[19].

A paisagem pré-histórica do médio vale do Ave foi ordenada em diferentes tipos de lugares que serviam propósitos e funções distintas e se estruturaram segundo uma lógica de ocupação do espaço. Para este período, por estarmos a tratar de tempos antigos, teremos de aceitar visões gerais de conjunto, embora conscientes de que não signifique que tenha existido uma evolução igual e sincrónica em todo o território do atual Minho.

lugares de habitar

No Neolítico, os grupos humanos eram caracterizados por uma certa disposição de mobilidade e, por esse motivo, as suas ocupações eram temporárias, em zonas ao ar livre ou abrigos graníticos, e construídas em materiais perecíveis, razão pela qual restam poucos vestígios e se desconhece a localização da maioria dos lugares de habitar[20].

Ao que tudo indica, o surgimento da agricultura no Neolítico, ainda que feita por processos rudimentares de povos recolectores, caçadores ou pescadores,

19 Vítor Oliveira Jorge, "Quando o humano deixou de ser natural: primeiro esboço de composição, em seis andamentos, para o acompanhamento do «abandono do paraíso primitivo» das «evidências conceptuais» da «pré-história»", 2003: 48.

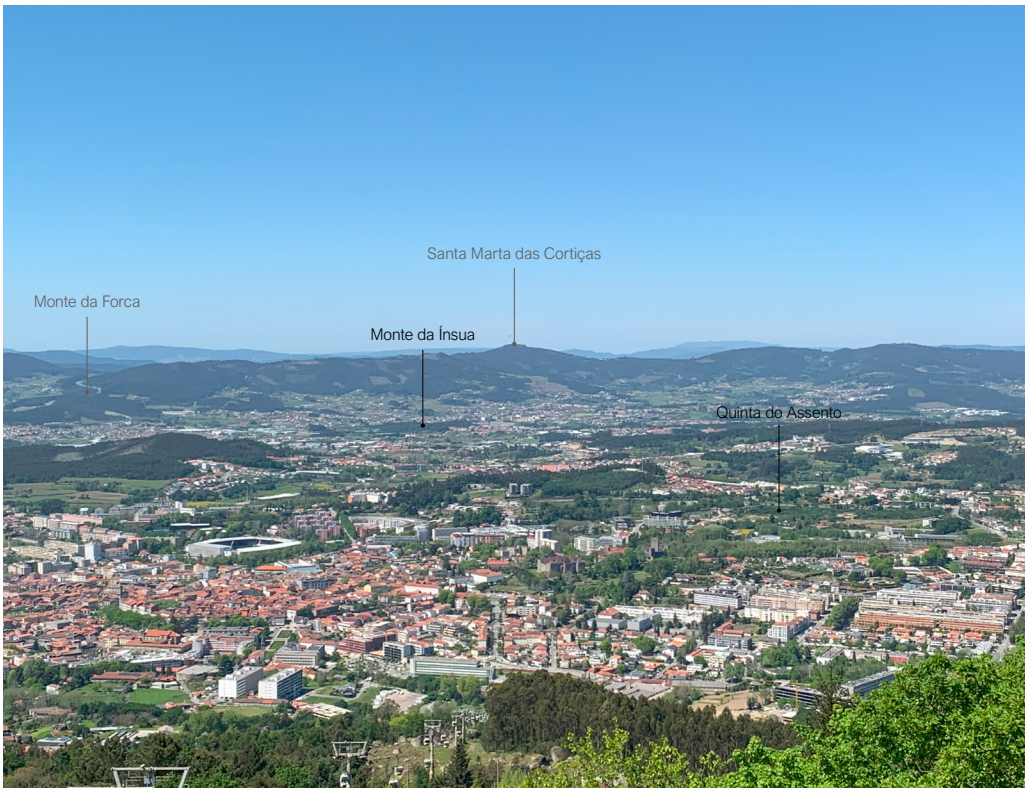
20 Vítor Oliveira Jorge, "Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu", 1982: 851; Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2009: 71.

Figura 3. vista do povoado pré-histórico da Santa Marta das Cortiças para o da Penha
Figura 4. vista do povoado pré-histórico da Penha para o da Santa Marta das Cortiças

© Sandra Gonçalves 2023

3

4



possibilitou o início da transição paulatina da vida nómada para a sedentariedade[21].

No decorrer da Idade do Cobre e da Idade do Bronze, os progressos na agricultura e o crescimento demográfico correlativo da exploração e da ocupação de territórios, até então não sistematicamente habitados, impulsionaram o surgimento de pequenos povoados[22].

No que respeita aos dados existentes para o vale do Ave (carta 2), os primeiros lugares habitados conhecidos surgiram no Calcolítico e implantaram-se, sobretudo, segundo duas estratégias de ocupação do espaço: em lugares pouco elevados, com acesso ao vale de potencial agrícola, como pequenas colinas no vale - Monte da Ínsua (61) - ou vertentes médias - Bouça de Pique (115) - e em altitude, em lugares destacados na paisagem - Santa Marta (18), Penha (65) e Monte do Castelo (107).

Estas duas posições continuaram a ser adotadas durante a Idade do Bronze, porém só os povoados calcolíticos situados em altitude, referidos acima, apresentam indícios de continuidade ocupacional. Além disso, surgiram novos povoados em baixas altitudes, nomeadamente os da Boavista (35), do Monte da Forca (60) e do Monte do Pedral (62), e um povoado em altitude, o de Pau de Bandeira (15).

Perante as diferentes estratégias de ocupação do espaço adotadas na Idade do Bronze, Ana Bettencourt levantou a hipótese da existência de um povoamento hierarquizado. Nesse cenário as populações estariam conectadas numa rede de interações, onde os povoados de altitude, pela sua posição de domínio sobre as áreas de circulação e de passagem entre vales, seriam as principais referências no território e os restantes povoados seriam lugares para complementar e desenvolver outro tipo de atividades[23].

Esta hipótese também foi colocada por Hugo Aluai Sampaio para o vale do Ave, visto que os povoados pareciam estar interconectados numa rede em que teriam desempenhado funções específicas a nível económico, social e simbólico em regime de complementaridade de atividades. O autor acrescentou que as condições de implantação dos povoados em altitude, nas cumeadas de relevos destacados na paisagem, em posições que proporcionavam boas condições naturais de defesa e de visibilidade, permitiram o domínio real e simbólico sobre a paisagem, a denunciar a forma de estruturação que se desenvolveria na Idade do Ferro[24].

---

21 Jorge Dias, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, 1982 [1948]: 135-136.

22 *Ibidem*: 137; Susana Oliveira Jorge, "Reflexões sobre a Pré-história recente do Norte de Portugal", 1988: 85-87.

23 Ana Bettencourt, *A Pré-História do Noroeste Português*, 2013: 33.

24 Hugo Aluai Sampaio, "A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)", 2014: 561-562.

lugares tumulares

Os lugares tumulares e espirituais, compostos por monumentos megalíticos e necrópoles, terão sido as primeiras arquiteturas de caráter cerimonial que marcaram de forma física e simbólica o espaço[25].

De acordo com Richard Bradley, os sepulcros megalíticos seriam um dos poucos pontos fixos na paisagem no momento de mobilidade das populações e a sua localização seria definida pela necessidade de as comunidades balizarem e marcarem a posse das suas terras[26]. Deste modo, tiveram um papel importante quando, "após uma fase pioneira de exploração e ocupação do solo, a terra e os seus recursos começaram a ser disputados por comunidades cada vez mais numerosas, que tiveram a necessidade de "marcar" o seu espaço próprio, fundando um centro organizador em torno dos seus antepassados"[27].

Na região do Minho, os primeiros monumentos sob *tumuli*, montículos artificiais em terra e/ou pedra, conhecidos por mamoas, foram construídos do Neolítico até, pelo menos, à Idade do Bronze Inicial[28]. Este fenómeno, conhecido por megalitismo, não seria apenas funerário, mas seria também a manifestação de um comportamento simbólico e religioso, uma vez que o esforço construtor que os sepulcros acarretavam destinava-se, acima de tudo, aos vivos, para os quais os mortos ocupavam um lugar determinante na paisagem[29].

Estes lugares tumulares foram palco de identidade duradoura por parte de comunidades em diferentes estágios da sua relação com a morte e da representação do seu espaço. De facto, construídos no decorrer de uma longa temporalidade, estes monumentos alteraram-se formal e simbolicamente[30].

Num quadro geral, inicialmente, alguns mortos assumiram uma importante função social e um papel ativo na construção da identidade de grupo e na legitimação da ocupação do território[31]. Contudo, conforme se desenvolvia um povoamento sedentário ao longo da Idade do Bronze, os túmulos prescindiram da monumentalidade das estruturas como forma simbólica de marcação do espaço e a sua localização ficou mais discreta[32]. Os contextos funerários indiciam que, pelo menos no plano simbólico, a maior parte dos lugares tumulares deixou de ser cenário público e perdeu o papel de agentes de identidade, de memória e de

25 Vítor Oliveira Jorge, *op. cit.*, 1982: 140.

26 Richard Bradley, *The significance of monuments. On the shaping of human experience in Neolitic and Bronze Age Europe*, 1998: 51, 53 e 63.

27 Vítor Oliveira Jorge, *op. cit.*, 1982: 150.

28 *Ibidem*: 873.

29 *Ibidem*: 111-112.

30 Ana Bettencourt, *Lições de Pré-História Peninsular*, 2008: 18.

31 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2013: 26.

32 *Ibidem*: 26 e 35.

legitimação de ocupação[33], para serem lugares onde se afirmariam as relações de parentesco e os laços familiares[34]. Apesar disso, em determinados sítios em altitude, manteve-se a importância de perpetuar a memória de alguns mortos e de construção de arquiteturas visíveis, ainda que se tenham tornado cada vez mais pequenas[35].

No que se refere aos monumentos megalíticos do vale do Ave, estabelecemos uma leitura sobre a sua distribuição espacial e topográfica, ainda que incompleta devido à destruição que inúmeros deles estiveram sujeitos[36].

Os dados reunidos apontam para a localização de monumentos megalíticos isolados, principalmente no vale, ou agrupados, em chãs ou plataformas médias e altas das vertentes dos relevos, e, por isso, surgem a altitudes variáveis, desde os 135 aos 575 metros de altitude.

Nas chãs e nas plataformas médias e altas dos relevos são frequentes conjuntos de monumentos distribuídos por núcleos que formam grandes necrópoles, das quais se destaca o conjunto de sete monumentos de Pena Província (108-114). Por vezes, esses núcleos dispõem-se de forma linear, como ocorreu em Vermoim (116-119) e em Outeiro das Corças (30-32).

Certos núcleos estabeleceram relações de continuidade espacial e temporal, na medida em que o espaço próximo a sepulcros megalíticos pré-existentes foi utilizado para a construção de outros posteriores, como aconteceu nos núcleos de Moinho de Vento[37] (104-106) e de Vale de Chão[38] (22-25). Como mencionado por Luciano Villas Boas, estes lugares foram compostos por sepulcros megalíticos de diferentes cronologias e tradições construtivas e estiveram relacionados ao culto dos mortos durante milhares de anos. Após a construção do primeiro monumento, a memória dos antepassados foi mantida através da reutilização e construção de outros em proximidade dos mais antigos[39].

Inclusive, alguns lugares de habitar da Idade do Cobre e da Idade do Bronze estabeleceram relações de proximidade a monumentos megalíticos antecedentes,

---

33 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2013: 30.

34 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2009: 100.

35 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2013: 30.

36 No território em estudo terão existido inúmeras mamoas das quais se desconhece a localização, tal como foi apontado por Manuel Macedo (Manuel Duarte de Macedo, "Alguns apontamentos arqueológicos relativos às freguesias de Sobreposta e Pedralva, comarca de Braga", 1896: 122) e por Vítor Oliveira Jorge (Vítor Oliveira Jorge, *op. cit.*, 1982: 447).

37 Junto ao monumento megalítico Moinho de Vento 1 (Neolítico) foram construídos os monumentos 2 e 3 durante a Idade do Bronze.

38 Junto ao monumento megalítico Vale de Chãos 3 (Neolítico) foram construídos os monumentos 1 e 4 durante a Idade do Bronze.

39 Luciano Vilas Boas, "O núcleo de monumentos sob tumuli de Vale de Chão, Braga (Serra do Carvalho). História de um lugar desde o Neolítico à Idade do Bronze", 2014: 64.

Carta 2.2 proximidade de mamoas ao povoado do Pau de Bandeira
Carta 2.1 proximidade de mamoas ao povoado da Bouça de Pique

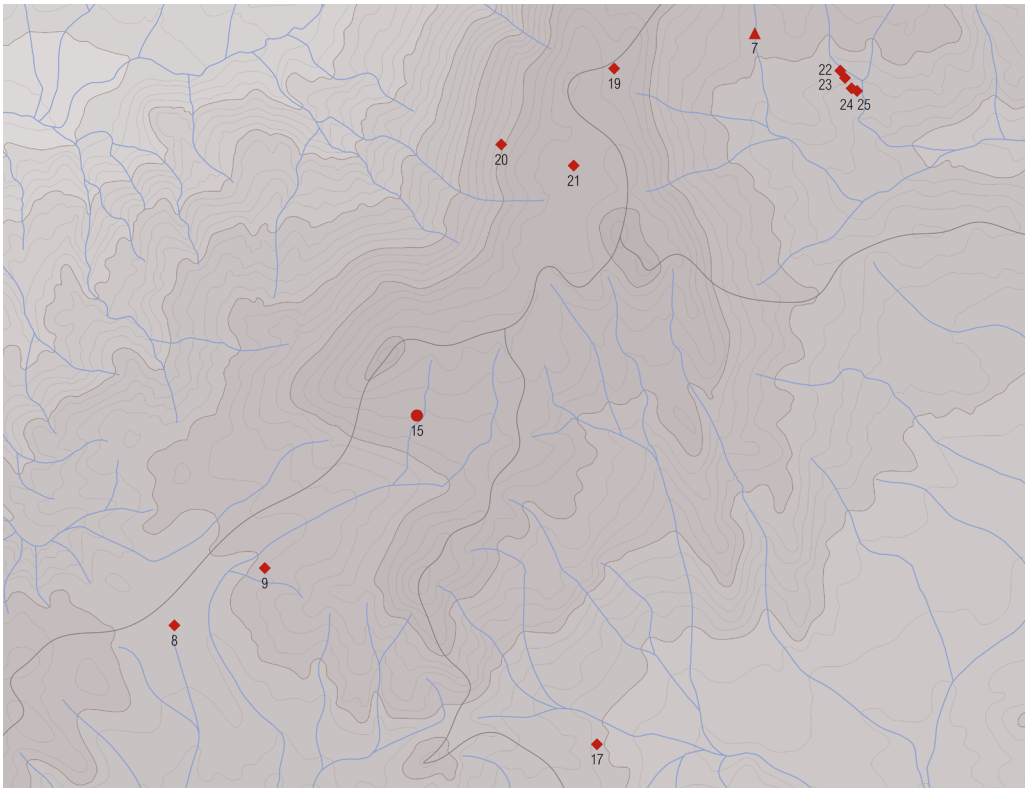
escala 1. 25 000

● povoado ◆ mamoa ▲ arte rupestre

0 250 m 500 m 1 km

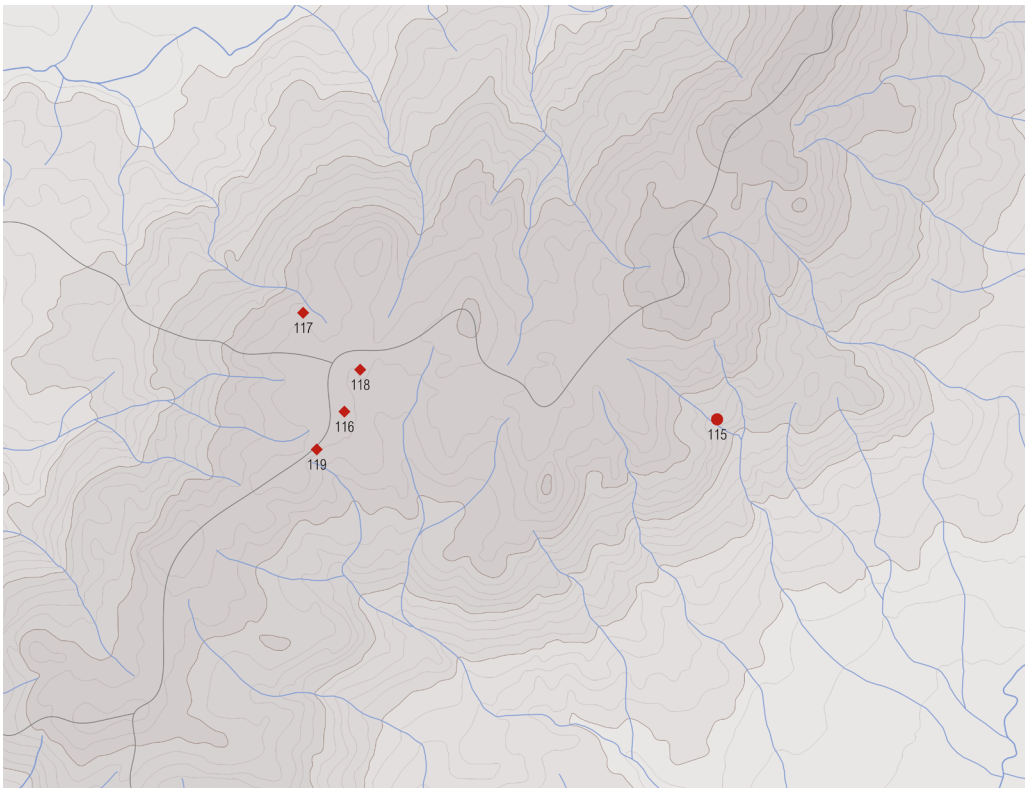
N

2.1
povoado do Pau de Bandeira (Idade do Bronze) próximo a mamoas construídas entre o Neolítico e a Idade do Bronze



Eiras - Cancela 7
Lagôa Carreira de Tiro 8
Lagôa Pau de Bandeira 9
Pau de Bandeira 15
Sandim 17
Serra dos Picos 1 19
Serra dos Picos 2 20
Serra dos Picos 3 21
Vale de Chão 1 22
Vale de Chão 2 23
Vale de Chão 3 24
Vale de Chão 4 25

2.2
povoado da Bouça de Pique (Idade do Cobre) próximo a mamoas construídas na Idade do Cobre



Bouça de Pique 115
Mamoa de Vermoim 1 116
Mamoa de Vermoim 2 117
Mamoa de Vermoim 3 118
Mamoa de Vermoim 4 119

como aconteceu em Pau de Bandeira (carta 2.1) e em Bouça de Pique (carta 2.2). Estes exemplos evidenciam que os lugares de habitar e os lugares tumulares podem ter coexistido em certo momento e que a sua proximidade pode ter contribuído para a revisitação e readaptação dos antigos sepulcros megalíticos.

Regra geral, os monumentos megalíticos em altitude constituem núcleos de dois a quatro sepulcros e implantaram-se em chãs ou nas plataformas altas dos relevos, em sítios sensivelmente planos onde seria possível a permanência de pessoas, talvez para realização de rituais ou cerimónias. Consoante a interpretação de Vítor Oliveira Jorge, a posição dos sepulcros em proximidade às cumeadas dos relevos parece indicar que foram construídos para serem vistos com o seu perfil destacado na linha do horizonte, tratando-se de uma linguagem simbólica que articulava monumentos e topografia[40]. Tal possibilidade sugere-nos que a sua posição junto da linha do horizonte poderia estar relacionada com uma atitude simbólica que alude ao contacto ou união entre o céu e a terra.

lugares de expresão

Por último, os lugares com arte rupestre materializaram, de forma gráfica, o mundo cognitivo e simbólico do Homem[41]. As gravuras estariam relacionadas a cultos ou celebrações em que seria importante a marcação simbólica do espaço, adicionando novos sentidos aos lugares onde se inscreveram[42].

Na opinião de Daniela Cardoso, a arte rupestre é "essencialmente, uma forma de comunicação visual que não se circunscreve apenas e só a uma função utilitária, ela é, acima de tudo, uma componente comunicativa, que expressa algo, que guarda uma mensagem com significado dentro da sociedade para quem foi criada"[43].

No território em estudo, as gravuras rupestres pertencem, maioritariamente, ao estilo atlântico[44], que se terá desenvolvido entre o IV milénio a.C. (Neolítico Final) e o I milénio a.C. (na transição entre a Idade do Bronze e a do Ferro Inicial)[45].

Os lugares marcados com gravuras rupestres situavam-se em diferentes condicionantes topográficas, nas vertentes baixas, médias ou altas dos relevos, e relacionavam-se visual, espacial e simbolicamente com linhas de água, próximas de nascentes ou ribeiros. Por conseguinte, a água deveria ter sido um elemento

40 Vítor Oliveira Jorge, "Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): Conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver", 1987: 273.

41 Maria de Jesus Sanches, "Escrever na paisagem: sentido para as «artes rupestres»", 2003: 85.

42 Ana Bettencourt, "Artes rupestres do Alto Minho", 2021: 51.

43 Daniela Faria Cardoso, "A Arte Atlântica do Monte de São Romão (Guimarães) no contexto da Arte Rupestre Pós-Paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português", 2015: 43.

44 O estilo atlântico é assim designado pela sua semelhança com outros conjuntos de arte rupestre da fachada da Europa atlântica. A sua temática é, maioritariamente, abstrata e entre os seus motivos mais comuns estão os círculos concêntricos, covinhas, sulcos meandriformes e espirais. *Ibidem*: 29 e 49.

45 *Ibidem*: 225 e 241.

essencial e determinante para a eleição destes lugares[46].

Excecionalmente, algumas gravuras ocupam o cume do monte de São Romão (carta 2.3) e apresentam um número reduzido de motivos, enquanto as situadas nas suas vertentes médias e baixas os motivos são em maior número[47]. Entre os afloramentos profusamente gravados, destacamos o do Penedo dos Sinais (figura 5) e o da Quinta do Paço (figura 6), situados na vertente sudeste, com um bom campo visual para o vale do Ave, em locais acessíveis que permitiam a ação e a observação dos motivos gravados.

Relativamente às condições topográficas dos lugares com gravuras rupestres, na leitura de Maria de Jesus Sanches, não seria acidental a localização de gravuras mais complexas nos vales dos rios ou em sítios dominantes e visíveis na paisagem, bem como em lugares que possibilitassem a permanência de pessoas para a realização de rituais[48].

No monte do Côto de Sabroso (carta 2.4), do mesmo modo que em São Romão, encontramos gravuras no cume do relevo. Porém, de forma distinta, em Sabroso é no cume que se situa o único afloramento profusamente decorado desse relevo (78) (figura 7). As gravuras situadas nas suas vertentes sul e sudeste testemunham que os lugares de arte atlântica se mantiveram significantes ao longo do tempo. Contudo, estiveram sujeitos a reutilizações e reinterpretações[49] através da alteração e complexificação do reportório de motivos, que se presume ter acontecido entre a Idade do Bronze Final e a do Ferro Inicial, com a introdução de antropomorfos (figuras humanas) e de zoomorfos (figuras de animais)[50].

Estas novas representações poderiam compartilhar superfícies previamente gravadas com motivos de arte atlântica, mediante a adição de novos motivos - Sabroso 2 (78) e Caminho da Gandra 4 (45) (figura 8) - ou ocupar novas superfícies com o uso da nova iconografia, em proximidade aos núcleos previamente gravados - Quinta dos Laranjais 1[51] (70) e do Caminho da Gandra 1 e 3 (42 e 44)[52].

Neste sentido, os núcleos de arte rupestre foram sendo materializados ao longo do tempo por gravuras de diferentes cronologias e iconografias, o que evidencia uma clara intenção de continuidade e de preservação da memória, ainda que os lugares e os seus sentidos tenham sido integrados nas novas cosmovisões.

---

46 Maria de Jesus Sanches, op. cit., 2003: 92; Daniela Faria Cardoso, *op. cit.*, 2015: 50 e 206.

47 Daniela Faria Cardoso, *op. cit.*, 2015: 269.

48 Maria de Jesus Sanches, *op. cit.*, 2003: 94-95.

49 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2008: 51; Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2009: 107.

50 Daniela Faria Cardoso, et al., "Montes sacros na Pré-história e na Proto-história. O caso do Monte do Côto de Sabroso, Guimarães, Noroeste de Portugal", 2020: 206.

51 Consultar Anexo 2: Castro de Sabroso, página 145.

52 *Ibidem*: 206 e 209.

Em particular, os montes de São Romão e do Côto de Sabroso terão sido lugares cerimoniais e estruturantes na paisagem pré-histórica, inclusive se, para além das gravuras, considerarmos os monumentos megalíticos situados em proximidade - a Bouça da Agrela (36), no caso de Sabroso, e a Quinta do Paço (86), no de São Romão. Em função disso, Daniela Cardoso sugeriu que a sacralidade dos montes, atribuída pelas gravuras rupestres e pelos monumentos megalíticos, pode ter sido um dos fatores determinantes na escolha dos sítios de implantação dos povoados da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso na Idade do Ferro[53].

A finalidade com esta exposição dos vestígios pré-históricos é discernir se, ao longo do período subsequente, pode ser identificada alguma correlação no processo de povoamento. Com este objetivo debruçamos a nossa análise na sobreposição e no entrelaçamento dos vestígios pré-históricos e proto-históricos, mas a complexidade de comunicação desses dados ultrapassa a capacidade de ser adequadamente representada numa única carta. A nossa abordagem consistiu na análise abrangente e detalhada dos dados disponíveis, todavia tendo em conta a extensão desse conjunto de informações selecionámos casos específicos que considerámos mais representativos e significativos para serem discutidos no capítulo seguinte.

53 Daniela Faria Cardoso, et al., *op. cit.*, 2020: 209.

legenda:

- ◆ mamoa
- ▲ arte rupestre
- △ arte rupestre indeterminada

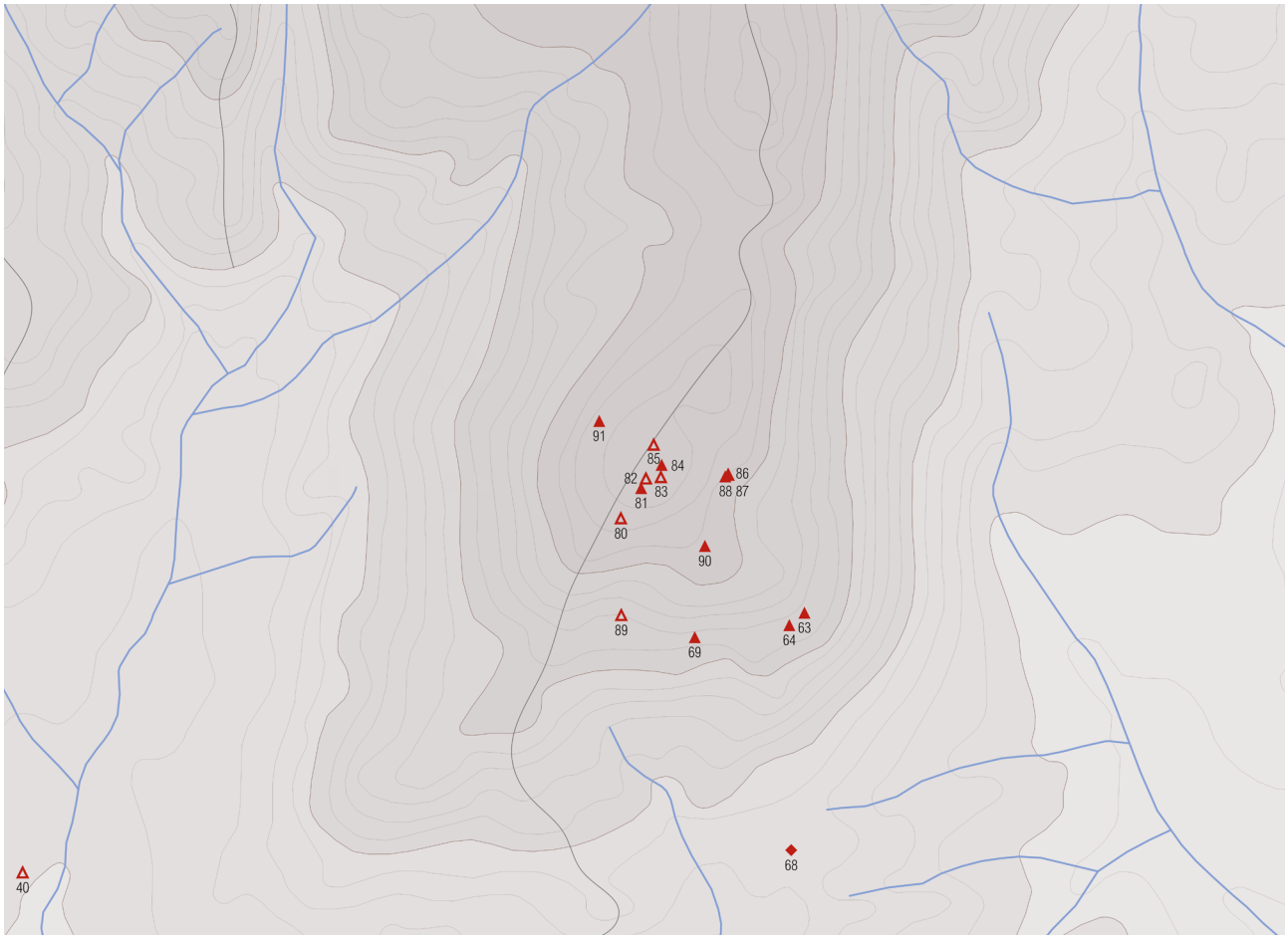
40	Briteiros	84	São Romão 6
63	Penedo da Moura	85	São Romão 7
64	Penedo dos Sinais	86	São Romão 8
68	Quinta do Paço 1	87	São Romão 9
69	Quinta do Paço 2	88	São Romão 10
80	São Romão 1	89	São Romão 11
81	São Romão 2	90	São Romão 12
82	São Romão 3	91	São Romão 13
83	São Romão 4		

escala 1. 10 000

0 100 m 250 m 500 m

N

Carta 2.3 vestígios pré-históricos no monte de São Romão



legenda:

- ◆ mamoa
- ▲ arte rupestre
- △ arte rupestre indeterminada

36	Bouça da Agrela	70	Quinta dos Laranjais 1
41	Buraquinhas	71	Quinta dos Laranjais 2
42	Caminho da Gandra 1	72	Quinta dos Laranjais 3
43	Caminho da Gandra 2	77	Sabroso 1
44	Caminho da Gandra 3	78	Sabroso 2
45	Caminho da Gandra 4	79	Sabroso 3
46	Caminho da Gandra 5	96	Tapada da Gandra

escala 1. 10 000

0 100 m 250 m 500 m

N

Carta 2.4 vestígios pré-históricos no monte do Côto de Sabroso

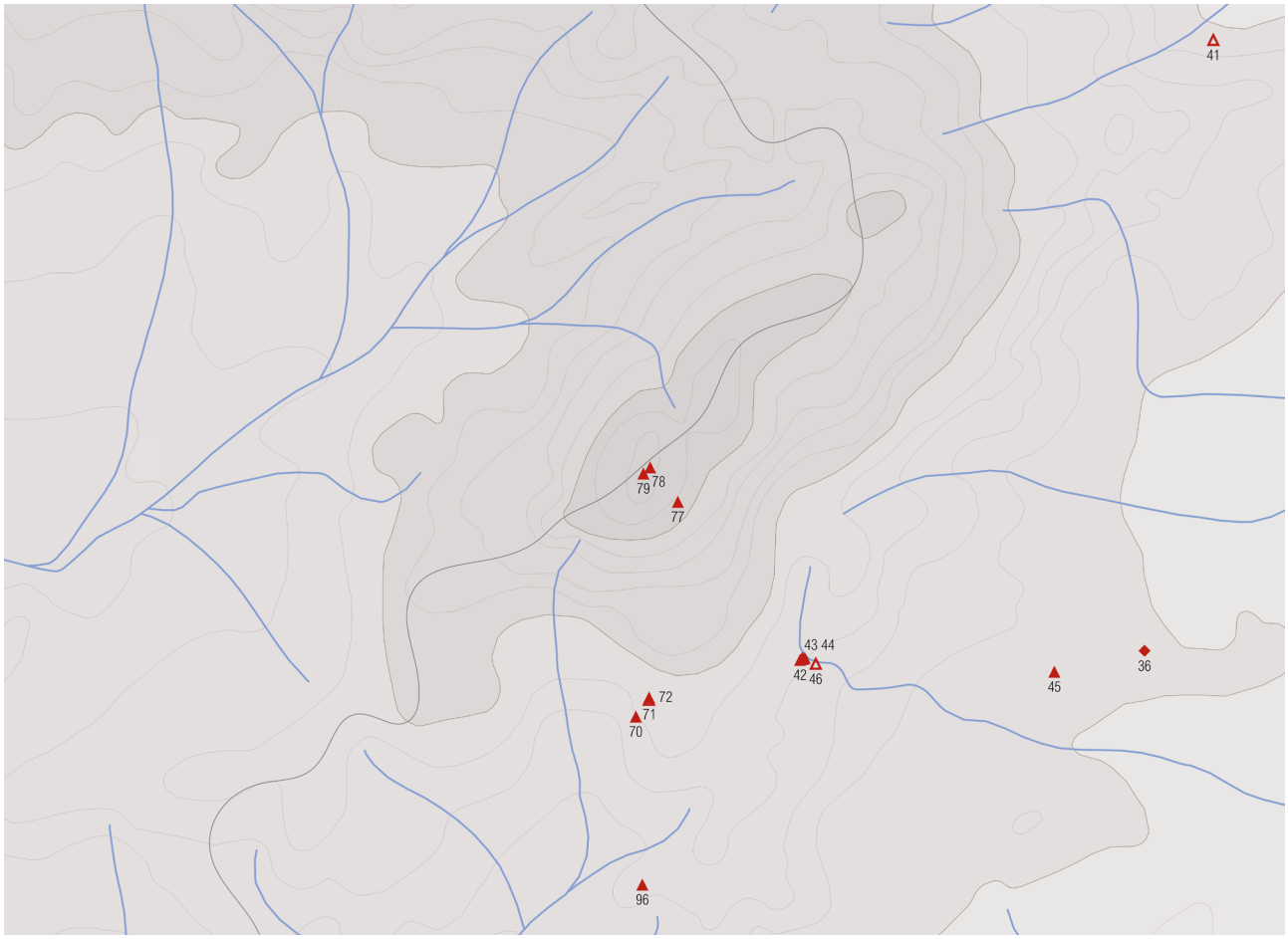


Figura 5. Penedo dos Sinais
Figura 6. Quinta do Paço

© Centro Nacional de Arte Rupestre 2005
© Daniela Cardoso 2010

5

gravuras maioritariamente compostas por conjuntos de círculos concêntricos inseríveis na arte atlântica

6

gravuras maioritariamente compostas por motivos circulares e covinhas, inseríveis na arte atlântica

Figura 7. Sabroso 2
Figura 8. Caminho da Gandra 4

© Daniela Cardoso 2017
© Daniela Cardoso 2020

7

gravuras inseríveis na arte atlântica com adição, na Idade do Bronze, de duas figuras antropomórficas em posição periférica

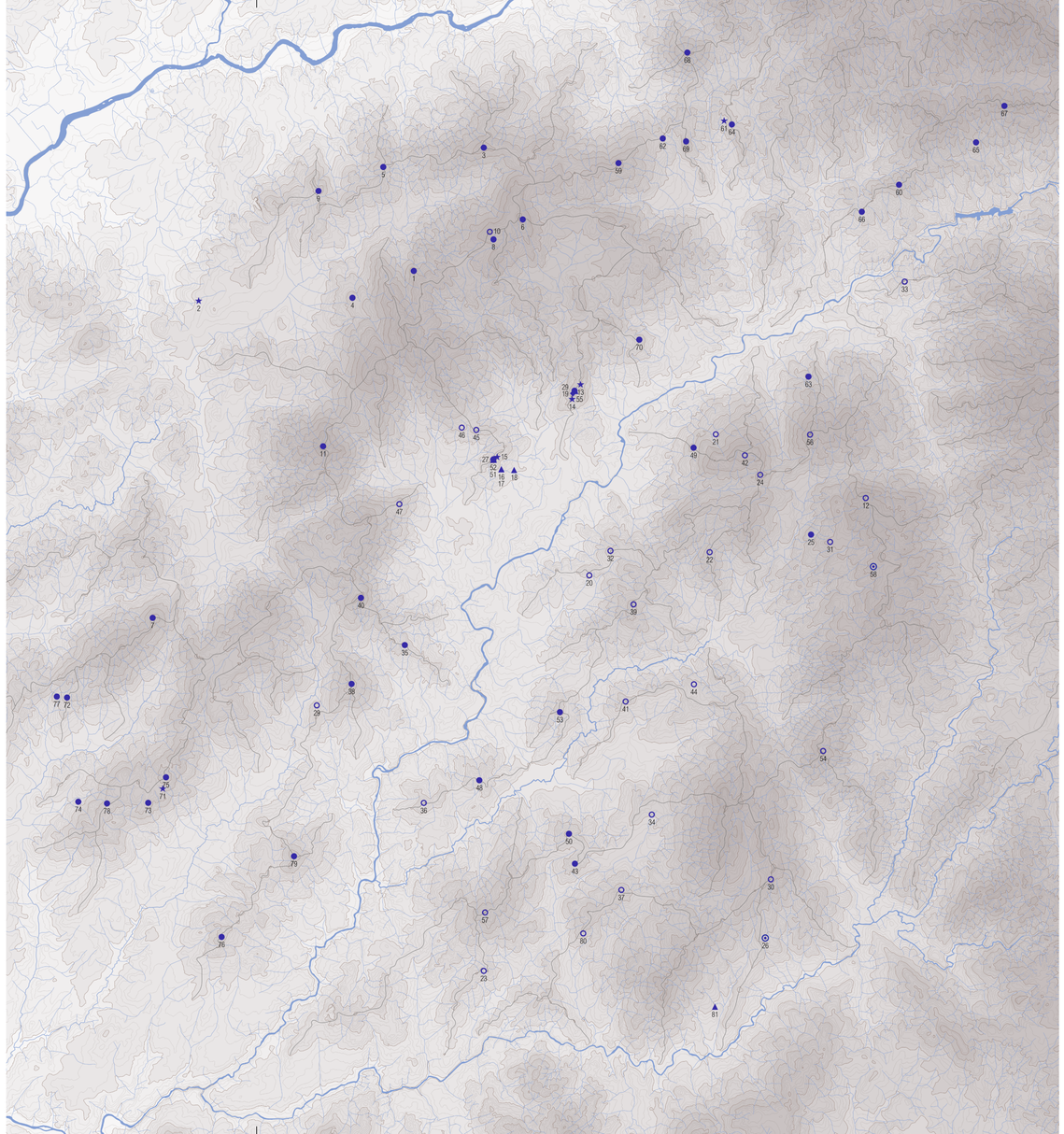
8

gravuras inseríveis na arte atlântica com adição, no Bronze Final ou Ferro Inicial, de figuras de equídeos sub-naturalistas

Carta 3. vestígios de povoamento castrejos

referências:

António Pereira Dinis (1993)
Armando Coelho Silva (2007)
Carta Arqueológica de Braga e inventário de sítios e achados arqueológicos (1993)
Cartas militares de Portugal 56, 57, 70, 71, 84 e 85 (2015 e 2012)
Daniela Faria Cardoso (2015 e 2020)
FamalicãoID (2019)
Francisco Sande Lemos (2009)
Helena Carvalho (2008)
Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural (2021)
Orlando Fonseca Fernandes (2010)
P.D.M. Fafe: Planta de Ordenamento. Anexo II: Património Arqueológico (2015) e documento do património arqueológico (2014)
P.D.M. Guimarães: Carta Arqueológica (2012) e relatório (2005)
P.D.M. Póvoa de Lanhoso: Carta do Património Cultural (2015)
P.D.M. Vila Nova de Famalicão: Plantas de Ordenamento II. Património Edificado e Arqueológico e Inventário de Imóveis (2014)
Portal do Arqueólogo (2023)
Vizela GeoPortal: Carta Arqueológica (2013)



legenda:

- curva de nível 50 metros
- curva de nível 10 metros
- hidrografia
- linha de festo
- portela
- povoado
- povoado provável
- habitat
- arte rupestre
- arte rupestre indeterminada
- balneário
- "casa do conselho"

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

nota:
a informação está georreferenciada no sistema de coordenadas ETRS 89 / Portugal TM06.

Tabela 5. vestígios de povoamento castrejos cartografados

ident.	nº	designação	sítio	alt.
B.1.1	1	Alto do Crasto	povoado	440
B.1.2	2	Balneário de Bracara	balneário	165
B.1.3	3	Eiras Velhas	povoado fortificado	474
B.1.4	4	Monte da Consolação	povoado fortificado	337
B.1.5	5	Monte de Vasconcelos	povoado	346
B.1.6	6	Monte dos Picos	povoado	554
B.1.7	7	Monte Redondo	povoado fortificado	410
B.1.8	8	Pau de Bandeira	povoado fortificado	518
B.1.9	9	Pedroso	povoado fortificado	323
B.1.10	10	Pico do Castro	povoado provável	552
B.1.11	11	Santa Marta das Cortiças	povoado fortificado	556
F.1.1	12	Santa Marinha	povoado provável	592
G.1.1	13	Balneário Briteiros Este	balneário	307
G.1.2	14	Balneário Briteiros Sul	balneário	277
G.1.3	15	Balneário Sabroso	balneário	261
G.1.4	16	Caminho da Gandra 1	arte rupestre	181
G.1.5	17	Caminho da Gandra 3	arte rupestre	181
G.1.6	18	Caminho da Gandra 4	arte rupestre	148
G.1.7	19	Casa do Conselho	casa conselho	319
G.1.8	20	Casa Velha	povoado provável	220
G.1.9	21	Castelo dos Mouros	povoado provável	330
G.1.10	22	Castelo	ocupação provável	393
G.1.11	23	Castro	povoado provável	232
G.1.12	24	Castro	povoado provável	483
G.1.13	25	Castro	povoado	379
G.1.14	26	Castro da Boavista	habitat	299
G.1.15	27	Castro de Sabroso	povoado fortificado	266
G.1.16	28	Citânia de Briteiros	povoado fortificado	333
G.1.17	29	Couces	povoado provável	233
G.1.18	30	Devesa Escura	povoado provável	475
G.1.19	31	Margial	povoado provável	465
G.1.20	32	Monte Castro	povoado provável	281
G.1.21	33	Monte da Abelheira	povoado provável	254
G.1.22	34	Monte da Forca	povoado provável	252
G.1.23	35	Monte da Forca	povoado fortificado	262
G.1.24	36	Monte da Santa	povoado provável	253
G.1.25	37	Monte de Polvoreira	povoado provável	339
G.1.26	38	Monte de S. Miguel	povoado fortificado	371
G.1.27	39	Monte de Santiago	povoado provável	378
G.1.28	40	Monte de S. Bartolomeu	povoado fortificado	414
G.1.29	41	Monte de S. Pedro	povoado provável	282

ident.	nº	designação	sítio	alt.
G.1.30	42	Monte de S. Simão	povoado provável	593
G.1.31	43	Monte do Pedral	povoado	282
G.1.32	44	Monte Longo	povoado provável	279
G.1.33	45	Monteselo	povoado provável	271
G.1.34	46	Pedrais	povoado provável	266
G.1.35	47	Pena Cobertoura	povoado provável	317
G.1.36	48	Penedo Côrte do Lobo	ocupação	249
G.1.37	49	Penicias	povoado	319
G.1.38	50	Picoto de Santo Amaro	povoado	304
G.1.39	51	Sabroso 2	arte rupestre	266
G.1.40	52	Sabroso 3	arte rupestre	266
G.1.41	53	Santa Eulália	ocupação	271
G.1.42	54	Santo Antoninho	povoado provável	513
G.1.43	55	São Romão 5	arte rupestre	333
G.1.44	56	Senhora do Monte	povoado provável	544
G.1.45	57	Senhoras do Monte	povoado provável	406
G.1.46	58	Vilarinho	habitat	518
P.1.1	59	Alto da Pena Provincia	povoado	475
P.1.2	60	Alto do Santinho	povoado fortificado	385
P.1.3	61	Balneário Alto de Quintãs	balneário	284
P.1.4	62	Bouça do Campo Novo	povoado fortificado	316
P.1.5	63	Castelo de Baixo	povoado	322
P.1.6	64	Castro de Calvos	povoado	318
P.1.7	65	Castro de Leiradela	povoado	400
P.1.8	66	Cimo de Vila	povoado	290
P.1.9	67	Monte Castro	povoado fortificado	576
P.1.10	68	Monte de Santo Tirso	povoado fortificado	455
P.1.11	69	Monte do Castelo	povoado fortificado	364
P.1.12	70	Santa Iria	povoado	305
VF.1.1	71	Balneário Alto das Eiras	balneário	322
VF.1.2	72	Castro da Bóca	povoado fortificado	292
VF.1.3	73	Castelo de Vermoim	povoado fortificado	343
VF.1.4	74	Castro do Cruito	povoado	212
VF.1.5	75	Monte das Eiras	povoado fortificado	384
VF.1.6	76	Monte de S. Miguel	povoado fortificado	287
VF.1.7	77	Outeiro do Castro da Bóca	povoado fortificado	241
VF.1.8	78	Santa Cristina	povoado fortificado	313
VF.1.9	79	Santa Tecla	povoado fortificado	337
V.1.1	80	Castro	povoado provável	293
V.1.2	81	Penedo de S. Gonçalo	arte rupestre	196

CAPÍTULO 2.

Povoamento castrejo

2.1 Notas prévias

A exposição prévia dos lugares pré-históricos teve como propósito servir para avaliar se esses lugares permaneceram significantes no período sequente: a Proto-História. Este é o primeiro âmbito de estudo que consideramos porque apresenta evidências mais concretas do ato de habitar: os castros.

A cultura da Proto-História na região do Noroeste peninsular, para Carlos Alberto de Almeida, mais do que uma cultura do Ferro, pode ser definida como a "primeira civilização de pedra" ou "a dos primeiros povoados petrificados"[54].

Tendo isto em mente, formulámos uma leitura sobre o assentamento dos lugares de habitar proto-históricos do médio Ave, através da análise da matriz de ocupação territorial e distribuição espacial (topográfica e altimétrica[55]), como também das relações de intervisibilidade[56], com o intuito de identificar possíveis estratégias de ocupação e compreender o contexto contemporâneo à Citânia de Briteiros.

Martins Sarmento (1833-1899), nas explorações aos montes que rodeiam o vale do Ave no século XIX, noticiou a existência de vários povoados da Idade do Ferro[57] nos quais, salvo raras exceções, somente foram efetuadas prospeções e sondagens pontuais, pelo que dispomos de referências sumárias sobre eles.

---

54 Carlos Alberto de Almeida, "A Casa Castreja", 1984: 35.

55 As altitudes foram determinadas no QGIS através Modelo Digital Território (STRM25) a partir do qual se retirou o valor raster do ponto fornecido.

56 Para o estudo das intervisibilidades recorreu-se ao plugin "visibility analysis" do QGIS através da funcionalidade "intervisibility" onde se introduz o MDT, que comporta a morfologia do terreno, e se atribui a altura do observador e do alvo (1,60m, altura média de uma pessoa). A partir destes dados o sistema constrói uma rede, em formato vetorial, de relações visuais entre dois pontos, representada por uma linha que os une.

57 Francisco Martins Sarmento, *Dispersos: colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-histórica*, 1933; Francisco Martins Sarmento, *Antíqua. Apontamentos de Arqueologia*, 1999; Francisco Martins Sarmento, *Arqueologia: materiais para a arqueologia do Entre-Douro-e-Minho*, 2004.

Consequentemente, as cronologias propostas, na maioria dos casos, resultam de recolhas superficiais, de modo que não nos é possível aferir a contemporaneidade ocupacional entre povoados. Perante a mesma dificuldade, Manuela Martins propôs a possibilidade de um período *optimum* durante o qual todos os povoados estariam ocupados em simultâneo[58], perspetiva que iremos adotar neste estudo.

Como inventários principais, consideramos os de Armando Coelho da Silva (2007 [1986]) e de Helena Carvalho (2008), complementados com o de António Pereira Dinis (1993), sobre o baixo Ave, e o de Orlando Fernandes (2010), sobre o alto Ave. Além destas fontes, utilizamos as bases comuns a este estudo: as plataformas *online* do Portal do Arqueólogo (2023), Hereditas (2021) e FamalicãoID (2019) e as cartas arqueológicas, de património e de ordenamento dos respetivos municípios.

A bibliografia relativa à Proto-História incide sobre um amplo conjunto de temáticas. De âmbito geral, a obra multifacetada dos arqueólogos de referência Carlos Alberto de Almeida (1974, 1983a e 1984), Armando Coelho da Silva (1995, 1999 e 2007 [1986]) e Jorge de Alarcão (1992, 2003 e 2018) contribuíu amplamente para a divulgação do conhecimento sobre a cultura castreja, principalmente por meio de pesquisas, escavações e investigações de campo.

Em relação à temática das práticas funerárias da Idade do Ferro, Ana Bettencourt (2000, 2003 e 2009) compôs alguns ensaios em que analisou de forma critica os poucos dados existentes e lançou novas perspetivas e problemáticas sobre esta discussão.

De âmbito regional, Manuela Martins (1988b e 1990) e Helena Carvalho (2008) contribuíram para o estudo do povoamento castrejo da bacia média do Cávado e José Marcelo Pinto (1995) para o da bacia do rio Sousa.

De âmbito local, o território de Guimarães beneficiou do trabalho pioneiro do arqueólogo Francisco de Martins Sarmento (1906, 1933, 1999 e 2004) na exploração das estações de Briteiros[59] e de Sabroso[60], nos finais do século XIX, e da atividade sequente do arqueólogo Mário Cardozo[61] (1994 e 1996 [1930]).

---

58 Manuela Martins, *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, 1990: 206. Esta obra reproduz, parcialmente, a tese de doutoramento que a autora apresentou em 1987.

59 Martins Sarmento efetuou campanhas anuais entre 1874 e 1883 na Citânia de Briteiros e colocou a descoberto grande parte da acrópole. As ruínas deste povoado eram descritas e referidas desde meados do século XVI, mas apenas eram conhecidas na coroa do monte. Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, *Citânia de Briteiros. Povoado proto-histórico*, 2011 [2007]: 16.

60 Martins Sarmento efetuou campanhas em 1877, 1878 e 1883 no Castro de Sabroso. Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 25.

61 Mário Cardozo coordenou as campanhas na Citânia de Briteiros entre 1930 e 1968 que colocaram a descoberto grande parte da encosta nascente e vários setores da acrópole, além do restauro e limpeza das estruturas domésticas e muralhas. Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, "Citânia de Briteiros: programa de investigação e valorização do monumento", 2006: 4.

A primeira edição do estudo de Mário Cardozo, intitulado "Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso: Notícia descritiva" (1930), contou com sucessivas edições e tinha como objetivo, tal como indica o subtítulo, "servir de guia ao visitante". Após a sua nona edição, o conhecimento sobre essas estações arqueológicas registou avanços significativos, o que resultou na publicação do livro "Citânia de Briteiros - povoado proto-histórico" (2011 [2007]), da autoria dos arqueólogos Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, que refletia o estado do conhecimento histórico-arqueológico. A reedição desses guias, intitulada "Citânia e Sabroso. Memória histórica e arqueológica" (2020), escrita por Gonçalo Cruz, prosseguiu com a atualização dos conteúdos provenientes das investigações arqueológicas realizadas nos últimos anos.

A respeito da Citânia de Briteiros, foram publicados outros trabalhos, com destaque para os de coautoria entre Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz (2005-2006, 2006, 2008 e 2011) que descreveram as investigações e as pesquisas arqueológicas por eles realizados, bem como estudos do contexto, de localização e de caracterização deste povoado. O estudo da Citânia, assim como de Sabroso, foi enriquecido pelas descobertas da arqueóloga Daniela Cardoso (2015 e 2020) no campo da arte rupestre, em continuidade com o estudo das gravuras pré-históricas da bacia do Ave.

Em termos gerais, tomamos como referência a dissertação do arquiteto Jorge Alves (2019) que tratou assuntos que serviram de pontos de partida para o nosso estudo, tais como a análise dos vestígios de povoamento do território de Marco de Canaveses para observar um sistema de conexões entre lugares.

A partir das fontes cartográficas e bibliográficas enunciadas, registámos um total de 81 vestígios proto-históricos[62], que distribuímos em três tipos de lugares de acordo com a sua função: de habitar (povoados e *habitats*); de expressão e representação (gravuras rupestres); e edifícios públicos ou comunitários (balneários) (tabela 6).

Tabela 6. categorias dos lugares castrejos

lugares castrejos (81)	de habitar (67)	39 povoados (26 prováveis)
		2 habitats
	de expressão e representação (7)	6 gravuras rupestres (indeterminada)
	públicos ou comunitários (7)	6 balneários
		1 "casa do conselho"

62 O número de vestígios corresponde à totalidade dos integrados na cartografia e no inventário e, por isso, contabilizaram-se os que integram o vale do Cávado, porém, estes não foram objeto de análise.

2.2 Aspetos sobre a cultura castreja

O estudo da Proto-História do Noroeste peninsular está diretamente relacionado com a denominada "cultura castreja", designação introduzida para definir, durante a Idade do Ferro, o território do Noroeste peninsular caracterizado, sobretudo, pela homogeneidade do seu habitat - o castro[63].

Como o castro é considerado o elemento identitário desta cultura é fundamental defini-lo e incluí-lo num âmbito cronológico e cultural concreto, visto que, sob a mesma designação, se incluem povoados segundo as suas características topográficas e povoados fortificados independentemente da sua cronologia. Algo inviável porque os povoados do Bronze Final e os da Idade do Ferro refletem realidades distintas e não podem ser denominados de igual forma, nem integrados na mesma cultura[64].

Caso se aceite a definição proposta por Carlos Alberto de Almeida, de que um castro era um povoado com muralhas e habitações de pedra[65], torna-se necessário procurar outra designação para nomear os povoados antes de terem desenvolvido essas características[66].

Ademais, o estudo da cultura castreja tem inerente outras problemáticas relacionadas com os seus limites espaciais e temporais.

A nível territorial, reconheceu-se o Noroeste como uma área geográfica e cultural específica no contexto da Proto-História peninsular, cuja identidade lhe foi conferida pelo seu tipo de habitat (o castro) e pela semelhança na cultura material

63 Armando Coelho da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2007 [1986]: 9.

64 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 27-28 e 32.

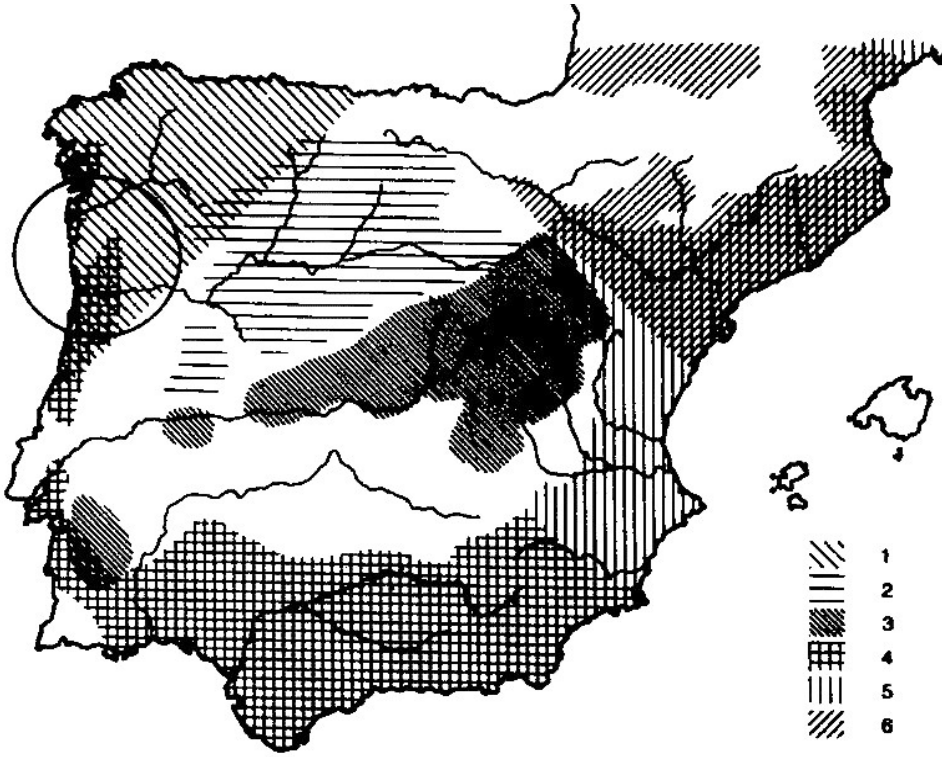
65 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1984: 35.

66 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 27.

Figura 9. mapa de Armando Coelho da Silva (1995)

Figura 10. mapa das áreas linguísticas da Hispânia de Jorge de Alarcão (2018), segundo Jürgen Untermann

9



cultura castreja 1
cultura do Douro 2
cultura do Tejo 3
cultura tartéssico-turdetana 4
cultura ibérica 5
influência Campos de Urnas 6

10

Lusitânia meridional-ocidental I
Lusitânia oriental-setentrional II
Galiza antiga (área castreja) III
Astúria antiga IV
Celtibérica V
Bética VI
Região ibérica ocidental VII

(metalurgia, ourivesaria e cerâmica)[67], contudo terão existido diversidades internas e regionais[68] (figura 9).

Diferentemente da argumentação tradicional acima referida, Jorge de Alarcão propôs limites geográficos que valorizam a distribuição da cultura material e se fundamentam em argumentos linguísticos, onomásticos, culturais e étnicos[69]. A área que o autor designou galaico-lusitana ou castreja[70] abrange o norte do país acima o rio Douro, estende-se ao longo do litoral até ao rio Vouga e pelo interior ultrapassava o rio Tejo, englobando o nordeste alentejano[71] (figura 10).

Embora possam não ter existido fronteiras nítidas e absolutas, a cultura castreja estava diretamente relacionada com as regiões setentrionais portuguesas.

Relativamente aos limites temporais, elaboramos um quadro síntese que reúne as fases cronológicas propostas por Carlos Alberto de Almeida[72] (1983), Armando Coelho da Silva[73] (2007 [1986]), Manuela Martins[74] (1990) e Jorge de Alarcão[75] (1992), de forma a permitir a sua leitura comparada. O facto de as propostas variarem consoante o autor e o território que estudou permite-nos reconhecer que o estabelecimento da cronologia desta cultura constitui uma das suas problemáticas (gráfico 1).

O esquema cronológico proposto por Carlos Alberto de Almeida teve como base a noção de cultura castreja como é normalmente tipificada, com muralhas e habitações de pedra. Por essa razão, delimitou uma primeira fase de formação, ou pré-castreja, na qual os *habitats* não seriam petrificados, apesar de poderem ter sido defendidos por muralhas elementares, e estariam localizados em lugares sobranceiros onde se iam construir, posteriormente, os castros[76].

---

67 Armando Coelho da Silva, "A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C.", 1995: 35.

68 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 186-187.

69 Jorge de Alarcão, "A evolução da Cultura Castreja", 1992: 41-42; Jorge de Alarcão, *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*, 2018: 15-68.

70 A definição da área galaico-lusitana foi feita por Jurgen Untermann (1965) baseado na antroponímia indígena. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2018: 25.

71 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 41; Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2018: 29 e 53.

72 Carlos Alberto de Almeida considerou, sobretudo, a área meridional da cultura castreja e tem como base os seus elementos arquitetónicos e materiais: a casa redonda de pedra. Carlos Alberto de Almeida, "Cultura castreja. Evolução e problemática", 1983a: 70.

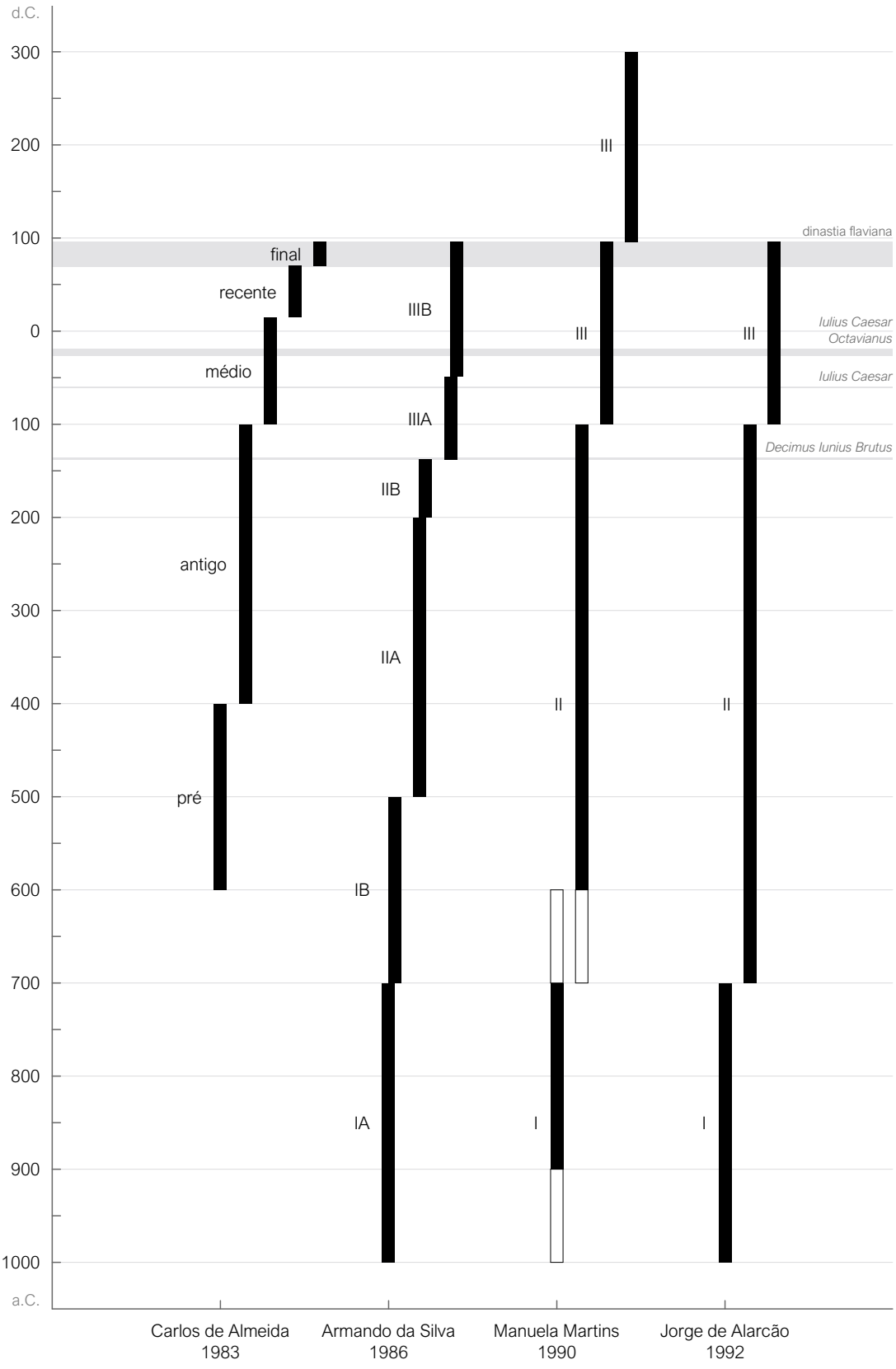
73 Armando Coelho da Silva baseou-se num conjunto de estações castrejas escavadas entre o rio Minho e o rio Vouga, com maior incidência na zona litoral. Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 505-525; Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 33-85.

74 Manuela Martins, ao contrário dos outros autores que partem de macro espaços, tomou como base o estudo da região do vale do Cávado (povoados de S. Julião, Barbudo e Lago). Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 113-176.

75 Jorge de Alarcão, numa perspetiva macro espacial e macro temporal, segundo um ponto de vista socioeconómico e sociopolítico, fundamentou-se em argumentos linguísticos, onomásticos, culturais e étnicos. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 41-71.

76 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1983a: 70-71.

Gráfico 1. comparação das fases de evolução da cultura castreja



Alicerçado nessa conceção, Carlos Alberto de Almeida estabeleceu o início dessa primeira fase no século VI a.C., todavia estudos mais recentes atestam a existência de uma ocupação pré-castreja correspondente ao Bronze Final[77]. Em função disso, a maioria dos autores remontou o principiar da cultura castreja à Idade do Bronze Final durante a qual se terá iniciado o processo de fortificação dos povoados com sistemas defensivos de pedra, ainda que rudimentares, e a sua implantação segundo critérios estratégicos de defesa, subsistência, gestão de recursos e domínio do território[78].

Na segunda fase, o crescimento demográfico significativo, evidenciado pela continuidade e crescimento dos povoados precedentes e pelo aumento de novas fundações, potenciou a adoção definitiva do novo modelo de *habitat*. O uso da pedra tornou-se mais comum, em continuidade com as experiências anteriores, empregue nas unidades familiares e nos sistemas defensivos com a construção de muralhas e a introdução de formas complementares de defesa, como fossos e pedras fincadas[79].

De modo geral, a expedição de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.) foi considerada o marco delimitador do início da terceira fase, pois assinalou os primeiros contactos diretos entre populações indígenas e romanos[80].

O processo de conquista peninsular romana terá conduzido à necessidade de uma estratégia de defesa e gerado profundas alterações na organização espacial de alguns povoados. Nesta conjuntura, emergiram aglomerações em lugares centrais com funções políticas, administrativas, económicas, religiosas e defensivas, que terão sido resultado da concentração populacional decorrente da integração ou substituição de povoados mais pequenos[81]. Este facto terá implicado novas formas de organização segundo o modelo de proto-urbanização, tal como sugerem Armando Coelho da Silva[82] e Jorge de Alarcão[83].

Manuela Martins observou que a implantação e o desenvolvimento de povoados a baixas altitudes no vale do Cávado, ligados à exploração sistemática dos vales, a partir do século II a.C., revelou uma dispersão populacional que aparenta ser distinta da concentração populacional proposta por esses autores[84].

---

77 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 27.

78 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 38; Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 113-125; Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 44-47.

79 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1983a: 71; Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 135-142; Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 514-516.

80 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 150-151; Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 59; Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 517.

81 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 150-151; Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 507-508.

82 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 517.

83 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 59.

84 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 150.

Para o mesmo espaço temporal, de cerca de dois séculos, em que os autores definiram uma terceira fase, Carlos Alberto de Almeida considerou três fases distintas: na terceira desenvolveram-se as muralhas e as habitações em pedra, com prevalência para as de planta circular; na quarta alguns povoados cresceram e adotaram "um urbanismo de tendência ortogonal"; e na quinta fase a cultura castreja começou a ser residual devido à dispersão da população e à queda de vários castros decorrentes da conquista romana[85].

A maioria dos autores considera que o término da cultura castreja ocorreu com as reformas flavianas (69-96 d.C.), após a conquista e pacificação do Noroeste pelos romanos. Contudo, Manuela Martins assinalou-as como o início de uma quarta e última fase, de integração paulatina do território no mundo romano e de aculturação indígena decorrida até ao século III[86].

Independentemente desta problemática dividir opiniões, visto que os autores partem de territórios e de critérios diferenciados, é quase consensual que a cultura castreja principiou nos finais da Idade do Bronze, com o início do processo de fortificação dos povoados, e terminou nos finais do séc. I d. C, com o processo romanização, abarcando, praticamente, todo o I milénio a.C.

Deste modo, reconhecemos que o momento de transição entre a Pré-História e a Proto-História se deveu, entre outros fatores, a um processo de consolidação territorial e de sedentarização efetiva das comunidades, alicerçado ao processo de fortificação dos povoados.

Os motivos que conduziram à alteração do modo de habitar de povoados abertos para povoados em posições defensivas e fortificadas são desconhecidos, porém a necessidade de construção de sistemas defensivos pode ter ocorrido devido à insuficiência das condições naturais de defesa[87] e a situações de instabilidade resultantes da competição pela terra, que se terá expressado na delimitação visível do espaço de habitar[88].

Neste sentido, as muralhas assumem-se como um dos elementos característicos dos povoados proto-históricos que "tinham, principalmente, uma finalidade guerreira", como apontou Mário Cardozo[89], todavia, para além do seu valor defensivo, teriam adjacentes outras motivações de ordem funcional e simbólica.

As muralhas definiam os limites da comunidade que ocupava o espaço por elas circunscrito, ou seja, seriam um meio de delimitação do recinto habitado e uma

85 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1983a: 70-73.

86 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 169-171.

87 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 27.

88 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 201-202.

89 Henrique Barreto Nunes (org.), *op. cit.*, 1994: 55.

referência ordenadora do espaço no seu interior[90] e, portanto, teriam um valor simbólico na defesa dos limites do povoado[91], adquirindo a condição de abrigo de espaço de refúgio[92]. Por entre essas razões, estão também subjacentes questões de prestígio[93], julgamos que a capacidade de construção de muralhas sólidas e imponentes na paisagem, dado que exigia recursos como trabalho humano, materiais e conhecimento técnico, poderia ser vista como um símbolo de poder e prosperidade.

Na opinião do arqueológo Carballo Arceo, o espaço de um castro não deve ser limitado à área intramuros, ele deve incluir ainda o espaço habitacional, a área defensiva e sua área de influência[94]. Sob este ponto de vista, podemos assumir que a importância dos povoados proto-históricos reside *in situ*, bem como na paisagem onde se implantaram e da qual são indissociáveis.

Assim, a emergência dos primeiros castros pressupõe a construção de uma nova paisagem resultante da interação mais ativa das populações com o meio[95], em que as estratégias de apropriação da terra, na perspetiva de Felipe Criado Boado, conduziram à constituição da paisagem como território[96].

---

90 Ana Bettencourt, "Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro no Noroeste de Portugal", 2003: 135.

91 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1983a: 72-73.

92 Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, "Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal", 2008: 14.

93 Jorge de Alarcão, "De como solidariedades e distanciamentos sociais construíram os espaços na Idade do Ferro e na época romana; e de como os espaços reforçaram aquelas proximidades e distanciações", 2003: 109.

94 Luis Carballo Arceo, "Os castros galegos: espacio e arquitectura", 1996: 309.

95 Helena Abreu de Carvalho, "O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis", 2008: 67.

96 Felipe Criado Boado, "Visibilidad e interpretación del registro arqueológico", 1993: 50.

2.3 Matriz de ocupação territorial dos lugares de habitar

A escolha dos lugares de habitar proto-históricos seria um ato seletivo, fatores como a localização, que implicava a seleção de um sítio, e a posição, que dependia das relações entre esse sítio e o meio com base em critérios de defesa, autossuficiência, comunicação, controlo territorial e dependência de certos recursos, originaram diferentes modelos de povoamento[97].

Em função disso, a observação da matriz de ocupação territorial, efetuada a partir da análise da distribuição espacial (topográfica e altimétrica) e das relações de intervisibilidade entre os lugares de habitar, permite-nos lançar algumas hipóteses sobre os modelos e estratégias de povoamento adotados no vale do Ave, embora pesem os condicionamentos decorrentes do défice de estudos e do avançado estado de degradação e destruição, parcial ou total, de muitos destes lugares.

No vale do Ave, registamos 32 lugares de habitar proto-históricos, 21 deles fortificados que coexistiram com povoados tipologicamente distintos: um povoado aberto e dois *habitats*. A estes acrescem oito lugares de habitar onde não se verificou a existência de sistema defensivo, pelo que não foi possível determinar a sua tipologia exata.

modos de implantação

De acordo com as condicionantes topográficas dos relevos onde se implantam os lugares de habitar, distinguimos dois modos de implantação predominantes: em outeiro e em esporão (tabela 7).

No primeiro modo, em outeiro, identificámos 18 povoados que são maioritariamente povoados de interflúvio situados no cume de relevos destacados na paisagem entre cursos de água e, por isso, dominariam visualmente tanto o vale do Ave, como os pequenos vales dos seus afluentes.

97 José Mendes Pinto, "O povoamento da Bacia Superior do Rio Sousa da Proto-História à romanização", 1995: 270-271.

Tabela 7. modos de implantação dos lugares de habitar castrejos

modo	nº	designação	altitude	sistema defensivo
outeiro (18)	67	Monte Castro	576	1 + fosso
	11	Santa Marta das Cortiças	556	3
	59	Alto da Pena Província	475	talude
	68	Monte de Santo Tirso	455	1
	40	Monte de São Bartolomeu	414	2 + talude e fosso
	60	Alto do Santinho	385	2 + talude
	75	Monte das Eiras	384	3 + talude
	38	Monte de São Miguel	371	3 + talude
	73	Castelo de Vermoim	343	1 + taludes e fossos
	79	Santa Tecla	337	1 + talude
	64	Castro de Calvos	318	talude e fosso
	70	Santa Iria	305	2
	66	Cimo de Vila	290	talude
	76	Monte de São Miguel	287	4 + taludes
	43	Monte do Pedral	282	-
	53	Santa Eulália	271	-
	27	Castro de Sabroso	266	1 + talude e fosso
	48	Penedo Côrte do Lobo	249	-
esporão (10)	58	Vilarinho	520	-
	25	Castro	379	-
	69	Monte do Castelo	364	1
	28	Citânia de Briteiros	333	3 + muro e fossos
	63	Castelo de Baixo	322	-
	49	Penícias	319	-
	62	Bouça do Campo Novo	316	talude
	50	Picoto de Santo Amaro	304	-
	26	Castro da Boavista	299	1?
	35	Monte da Forca	262	2 + taludes
chã (3)	6	Monte dos Picos	554	-
	8	Pau de Bandeira	518	3
	78	Santa Cristina	315	1 + talude e fosso
vertente	65	Castro da Leiradela	400	-

O sistema defensivo da maioria destes povoados varia de uma a quatro linhas de muralhas e, por essa razão, encontramos povoados de variadas dimensões. Entre os povoados de grandes dimensões enquadram-se os montes da Santa Marta (11), das Eiras (75) e de São Miguel (38 e 76).

No segundo modo, identificámos dez povoados que se implantam ou se desenvolvem em esporão (lugares pronunciados no relevo onde se inserem) situados, principalmente, a altitudes médias, entre os 300 e os 400 metros. No que toca ao sistema defensivo destes povoados existe um défice de dados, de modo que apenas podemos apontar a Citânia de Briteiros como povoado de grandes dimensões.

Pontualmente, três povoados implantaram-se em chãs, lugares baixos e sensivelmente planos das elevações, cuja proximidade às cumeadas nos indicia uma postura estratégica, possivelmente de resguardo e de proteção face às condicionantes atmosféricas.

O Castro de Leiradela (65) é o único povoado que não se enquadra nas categorias definidas, porque estava situado em posição de vertente, numa encosta de declive suave.

A par desta categorização, estabelecemos um grupo secundário que, pelo grau de incerteza quanto à tipologia, mas certeza quanto à cronologia proto-histórica, consideramos como povoados prováveis. Nesta situação, registámos 24 lugares que, pelo motivo enunciado, não foram objeto de análise e servem somente de indício arqueológico na cartografia.

altimetria

Relativamente à análise altimétrica, verificámos uma preferência pelo assentamento de povoados em elevações de média altitude, sobretudo no intervalo altimétrico dos 300 aos 400 metros (tabela 8 e gráfico 2).

Concluímos que a implantação destes povoados não se coloca na dependência da altitude, uma vez que a sua generalidade não ocupa os relevos mais elevados. Apesar da condicionante altimétrica ter desempenhado um papel importante, consoante Armando Coelho da Silva, a tendência seria a procura de condições naturais de defesa proporcionadas pelas posições médias[98].

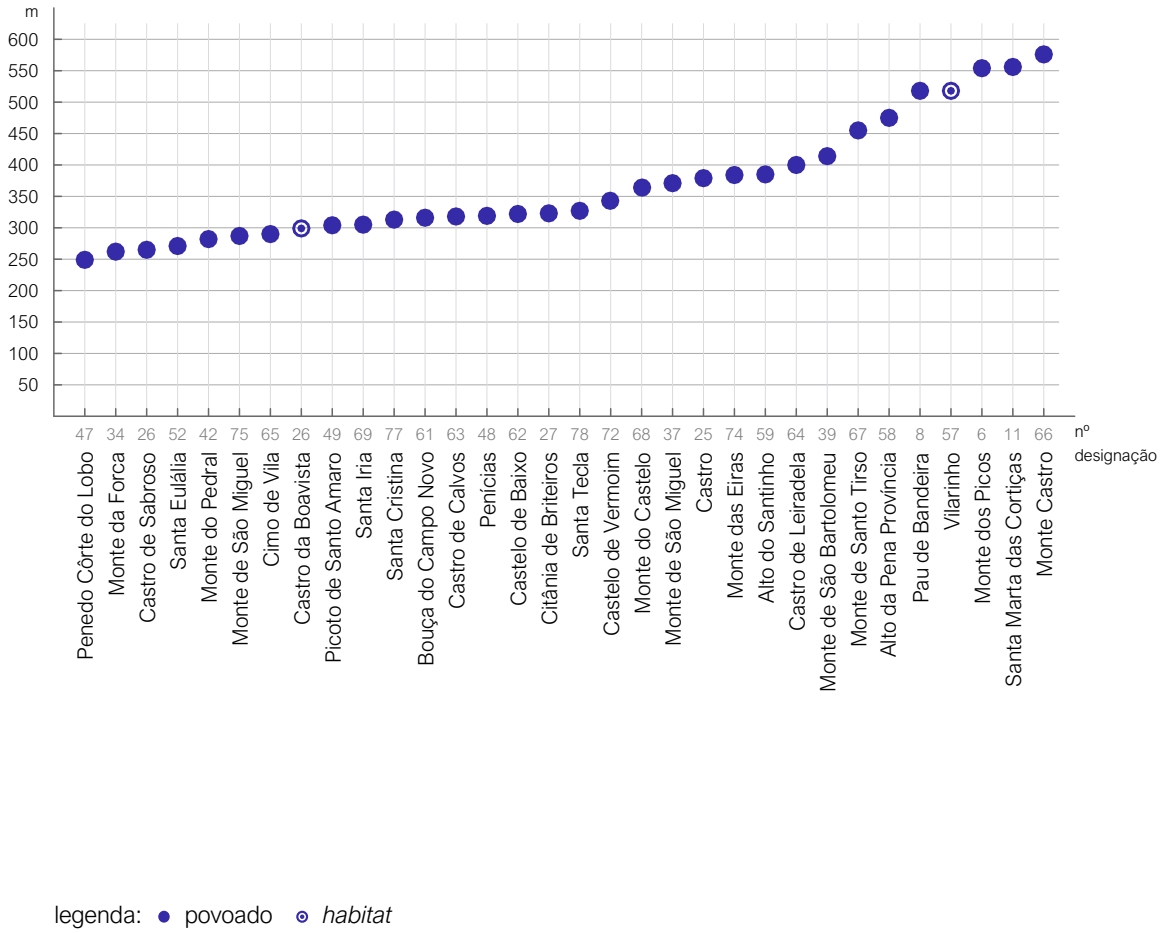
Na nossa interpretação, a opção por posições médias poderá relacionar-se com a acessibilidade a recursos variados potenciados quer pelo vale, quer pelas zonas montanhosas. Sob o mesmo ponto de vista, Manuela Martins referiu que os recursos deveriam estar situados a uma certa distância dos povoados segundo o princípio que implicaria a sua obtenção através do menor gasto e maior

98 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 21.

Tabela 8. altitudes dos lugares de habitar castrejos

Gráfico 2. altitudes dos lugares de habitar castrejos

	altitude (m)	quantidade	total
lugares de habitar castrejos (32)	200 - 250	1	8
	250 - 300	7	
	300 - 350	10	16
	350 - 400	6	
	400 - 450	1	3
	450 - 500	2	
	500 - 550	2	5
	550 - 600	3	

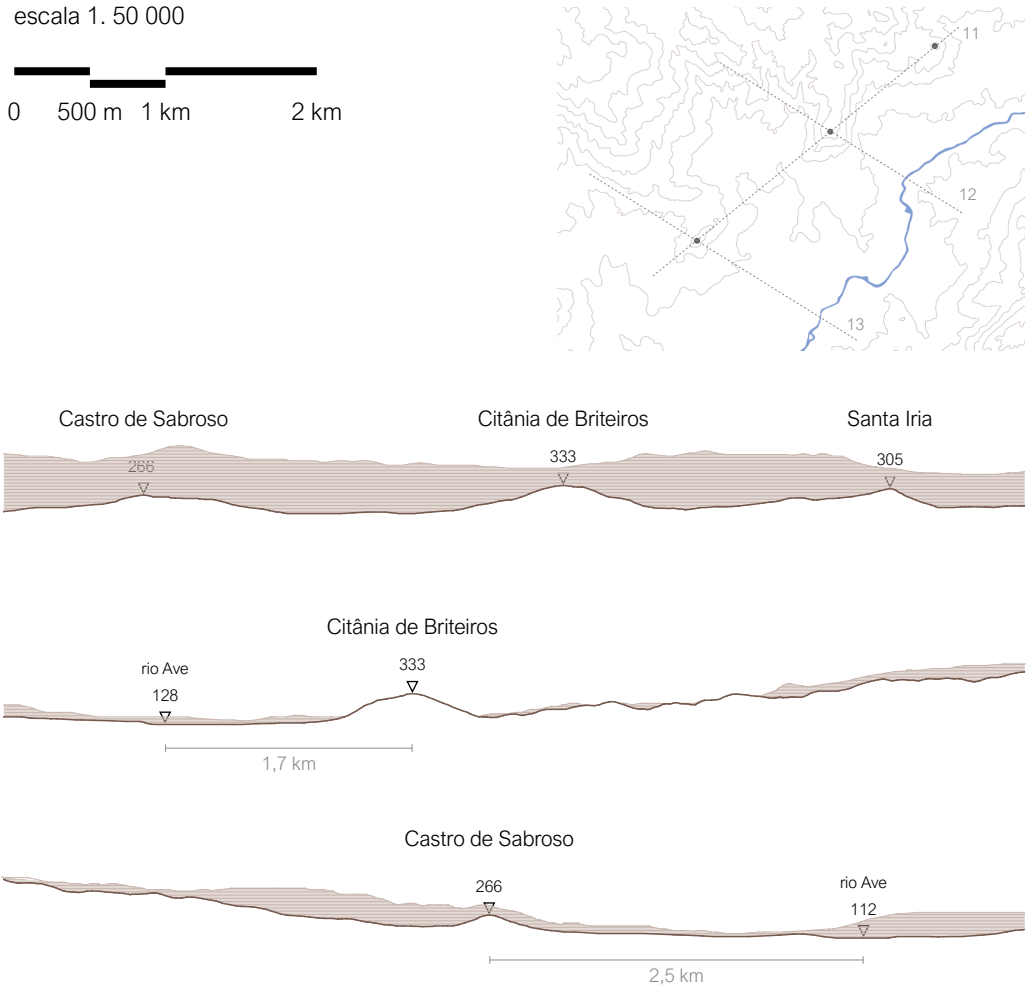


legenda: ● povoado ⊙ *habitat*

benefício[99]. Os povoados teriam, portanto, os seus territórios de exploração fora dos limites murados, isto é, campos, pastos e matas[100].

Na generalidade, os dados existentes apontam para a não ocupação do vale, visto que os lugares de habitar conhecidos se implantaram em relevos situados acima do nível do rio Ave (figuras 12 e 13), e apontam também para a exclusão de relevos proeminentes na paisagem, como os montes da Penha[101], Penedice e Outinho, que não registam ocupação. A ausência de ocupação nestes relevos, na visão de António Dinis, poderá ser consequência do clima mais rigoroso, da escassa possibilidade de cultivo e das dificuldades de comunicação e acessibilidade das zonas em altitude[102].

Figura 11. corte pelos povoados castrejos de Sabroso, Briteiros e Santa Iria
Figura 12. corte pela Citânia de Briteiros e pelo rio Ave
Figura 13. corte pelo Castro de Sabroso e pelo rio Ave



99 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 211.

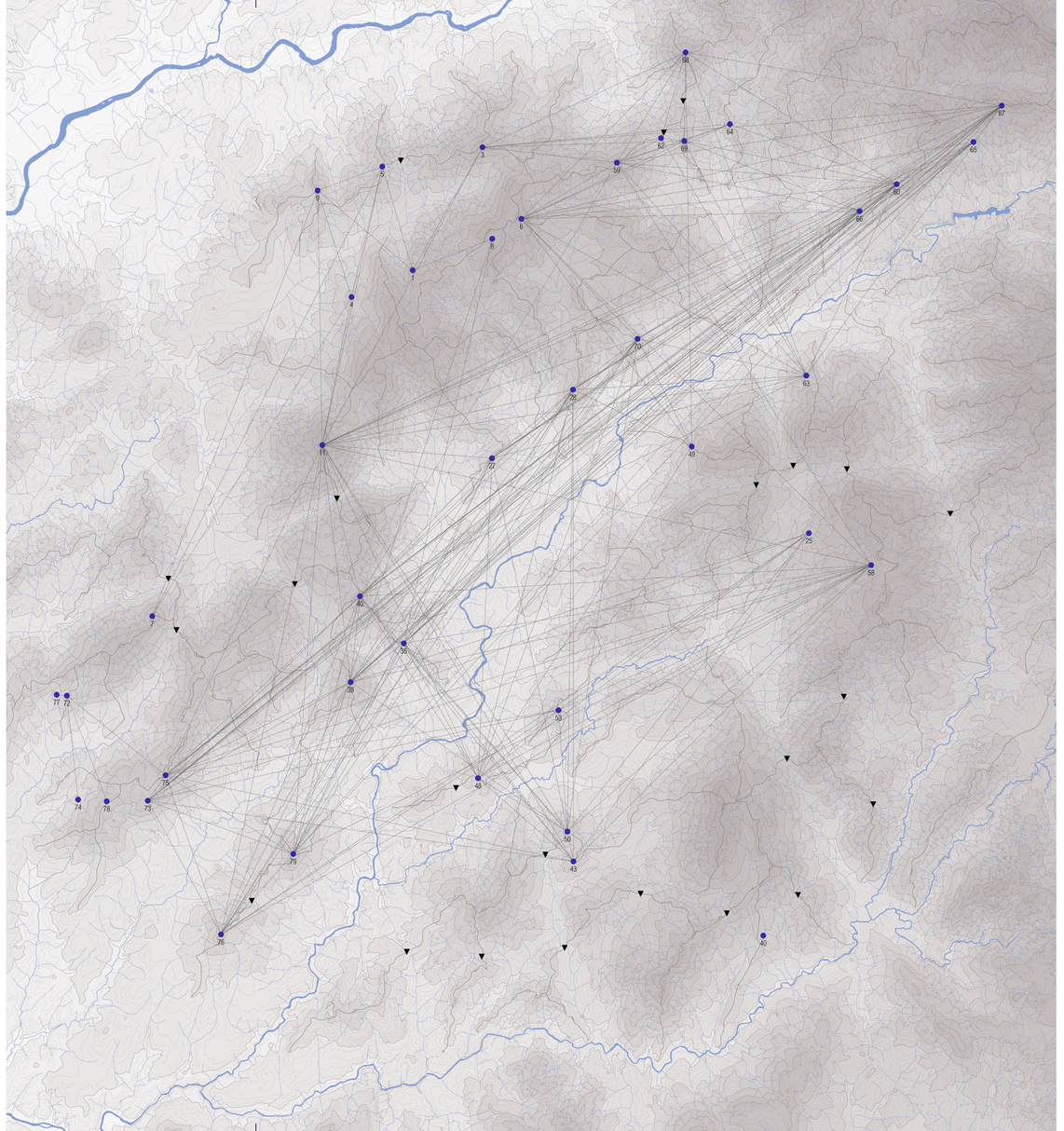
100 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2018: 57.

101 O monte da Penha registou ocupação durante a Idade do Cobre e a Idade do Bronze, porém não de verificou continuidade habitacional para a Idade do Ferro.

102 António Pereira Dinis, *op. cit.*, 1993: 155.

Carta 3.1 relações de intervisibilidade entre lugares de habitar castrejos

Para a carta das intervisibilidades recorremos ao plugin do QGIS "visibility analysis", através da funcionalidade "intevisibility", onde se inserimos o Modelo Digital do Terreno, que comporta a morfologia do terreno, e atribuímos a altura do observador (1,60m) e do alvo (1,60m).
A partir destes dados o programa constrói uma rede, em formato vetorial, de relações visuais entre dois pontos, representada por uma linha que os une.



legenda:

- curva de nível 50 metros
- curva de nível 10 metros
- hidrografia
- linha de festo
- portela
- linha de intervisibilidade
- lugar de habitar castrejo

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

nota:
a informação está georreferenciada no sistema de coordenadas ETRS 89 / Portugal TM06.

Tabela 9. lugares de habitar castrejos considerados na carta de intervisibilidades

ident.	nº	designação	sítio	localização	alt.
B.1.1	1	Alto do Crasto	povoado	Este S. Pedro	440
B.1.3	3	Eiras Velhas	povoado fortificado	Pousada	474
B.1.4	4	Monte da Consolação	povoado fortificado	Nogueiró	337
B.1.5	5	Monte de Vasconcelos	povoado	Adaúfe	346
B.1.6	6	Monte dos Picos	povoado	Pedralva	554
B.1.7	7	Monte Redondo	povoado fortificado	Guisande	410
B.1.8	8	Pau de Bandeira	povoado fortificado	Sobreposta	518
B.1.9	9	Pedroso	povoado fortificado	Adaúfe	323
B.1.11	11	Santa Marta das Cortiças	povoado fortificado	Esporões	556
G.1.13	25	Castro	povoado	S. Torcato	379
G.1.14	26	Castro da Boavista	habitat	Gémeos	299
G.1.15	27	Castro de Sabroso	povoado fortificado	Sande S. Lourenço	266
G.1.16	28	Citânia de Briteiros	povoado fortificado	Briteiros S. Salvador	333
G.1.22	34	Monte da Forca	povoado fortificado	Brito	262
G.1.26	38	Monte de S. Miguel	povoado fortificado	Vermil	371
G.1.28	40	Monte de S. Bartolomeu	povoado fortificado	Leitões	414
G.1.31	43	Monte do Pedral	povoado	Candoso S. Tiago	282
G.1.36	48	Penedo Córte do Lobo	ocupação	Selho S. Jorge	249
G.1.37	49	Penícias	povoado	Souto S. Maria	319
G.1.38	50	Picoto de Santo Amaro	povoado	Mascotelos	304
G.1.41	53	Santa Eulália	ocupação	Fermentões	271
G.1.46	58	Vilarinho	habitat	Rendufe	518
P.1.1	59	Alto da Pena Província	povoado	Lanhoso	475
P.1.2	60	Alto do Santinho	povoado fortificado	Taíde	385
P.1.4	62	Bouça do Campo Novo	povoado fortificado	Lanhoso	316
P.1.5	63	Castelo de Baixo	povoado	Garfe	322
P.1.6	64	Castro de Calvos	povoado	Calvos	318
P.1.7	65	Castro de Leiradela	povoado	Travassos	400
P.1.8	66	Cimo de Vila	povoado	Taíde	290
P.1.9	67	Monte Castro	povoado fortificado	Brunhais	576
P.1.10	68	Monte de Santo Tirso	povoado fortificado	Rendufinho	455
P.1.11	69	Monte do Castelo	povoado fortificado	Póvoa de Lanhoso	364
P.1.12	70	Santa Iria	povoado	S. Emilião e Campo	305
VF.1.2	72	Castro da Bóca	povoado fortificado	Vale S. Cosme	292
VF.1.3	73	Castelo de Vermoim	povoado fortificado	Vermoim	343
VF.1.4	74	Castro do Cruito	povoado	Vale S. Martinho	212
VF.1.5	75	Monte das Eiras	povoado fortificado	Pousada de Saramagos	384
VF.1.6	76	Monte de S. Miguel	povoado fortificado	Ruivães	287
VF.1.7	77	Outeiro do Castro da Bóca	povoado fortificado	Vale S. Cosme	241
VF.1.8	78	Santa Cristina	povoado fortificado	Vale S. Martinho	313
VF.1.9	79	Santa Tecla	povoado fortificado	Oliveira S. Maria	337

intervisibilidades

Para além da análise dos modos de implantação e da altimetria, a análise das intervisibilidades entre lugares de habitar (carta 3.1) possibilita demarcar alguns traços da matriz de povoamento, pois pressupõe a possibilidade de controlo visual da paisagem e de comunicação à distância[103].

Em primeiro lugar, existe um défice de dados na margem esquerda do rio Ave, possivelmente por corresponder a áreas mais urbanizadas, como a cidade de Guimarães. No entanto, existem indícios da ocupação desta margem devido à existência de vários povoados prováveis, que, contudo, não serão contabilizados na análise.

Observamos uma acentuada concentração de relações de intervisibilidade ao longo do curso médio do rio Ave, potenciada pela abertura do vale que possibilita uma permeabilidade visual de longa distância, de cerca de 30 km de extensão, entre os povoados situados a nordeste e os povoados a sudoeste.

Deste conjunto de povoados, distinguimos, por disporem de uma visibilidade superior e por poderem dominar visualmente povoados mais pequenos, os lugares centrais de Briteiros (28) e Eiras (75), bem como os povoados da Santa Marta (11) e de Santo Tirso (68), situados nas cumeadas dos montes entre os vales do Ave e do Cávado. No caso destes últimos povoados, na linha do olhar com outros povoados, representada pela linha de intervisibilidade na cartografia, encontramos, regra geral, uma portela o que, a nosso ver, indica a adoção de posições estratégicas, eventualmente como pontos de controlo territorial que dominavam os dois vales e os lugares de passagem entre bacias.

padrão de povoamento

Em síntese, fundamentados nos resultados obtidos nas análises topográfica, altimétrica e de intervisibilidades efetuadas, em que registámos diferentes tipos de assentamento, predominantemente em outeiro ou esporão, a altitudes médias, percecionámos um possível padrão de povoamento: a adoção de posições de interflúvio em relevos destacados na paisagem.

Primeiramente, situados entre o rio Ave e os seus pequenos e médios afluentes, registámos oito povoados, em particular, no interflúvio dos rios Ave e Selho, os povoados de Penedo Côrte do Lobo (48) e de Santa Eulália (53); dos rios Ave e Pele, os montes de São Miguel (38 e 76) e Santa Tecla (79); e dos rios Pele e Pelhe, os de Castelo de Vermoim (73), Monte das Eiras (75) e Santa Cristina (78).

Outros três povoados - da Santa Marta das Cortiças (11), do Alto da Pena Província (59) e do Monte de Santo Tirso (68) - também se situaram em posição de interflúvio, porém diferem dos anteriores por se posicionarem nas cumeadas entre as bacias hidrográficas principais do Ave e do Cávado. Por esse motivo, poderiam ter adotado posições estratégicas, porventura como pontos de controlo

103 José Mendes Pinto, *op. cit.*, 1995: 273.

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

Figura 14. fotografia aérea da Citânia de Briteiros para sul

territorial, por disporem de um domínio visual amplo sobre as vertentes de bacias hidrográficas opostas e sobre os seus lugares de portela.

Inclusive, outros três povoados, apesar de se situarem em posições ligeiramente mais baixas face às cumeadas que separam o Ave do Cávado - Monte dos Picos (6) e Pau de Bandeira (8) - e separam o Ave do Vizela - Vilarinho (58) - podiam usufruir desse domínio visual para as duas vertentes. Estas posições em proximidade às cumeadas que separam bacias hidrográficas principais, mas nas vertentes da bacia hidrográfica do Ave, poderiam ter sido adotadas numa condição de resguardo e proteção face às condições atmosféricas e aos ventos ou de acessibilidade a cursos de água.

Este padrão de ocupação em posição de interflúvio, em que enquadramos 14 lugares habitados, quer seja em altitude, relacionados com as bacias principais, quer seja em posições médias-baixas, relacionados com as pequenas e médias bacias, possibilitava o domínio visual sobre as terras baixas e o aproveitamento dos recursos permanentes potenciados pelos rios e ribeiros situados a curta distância.

Posto isto, no contexto do vale do Ave na Idade do Ferro, a escolha dos lugares de

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

Figura 15. fotografia aérea do Castro de Sabroso para nordeste

habitar foi um ato consciente em que foram consideradas as potencialidades do meio: o relevo para a defesa, comunicação e controlo territorial e a possibilidade de exploração de recursos naturais para a subsistência das comunidades.

lugares centrais

Armando Coelho da Silva assinalou que razões político-militares, decorrentes da conquista peninsular romana, terão conduzido à necessidade de uma estratégia de defesa e, consequentemente, à criação de aglomerações em lugares centrais de territórios demarcados adstritos a grupos étnicos e a unidades suprafamiliares, designadas *castellum*[104]. A integração ou substituição de povoados menores sob o domínio dos lugares centrais terá implicado novas formas de organização espacial que subentendem uma ideia de organização do espaço - o proto-urbanismo[105].

É neste quadro que devem ser classificados os grandes povoados castrejos que teriam desempenhado o papel de lugares centrais e que obedeciam, sobretudo, à extensão em superfície, a grandes estruturas defensivas e à concentração populacional[106].

Estes lugares centrais estariam integrados numa rede regional estudada por Armando Coelho da Silva que, fundamentado na análise feita a partir da Citânia de Sanfins, constatou uma relação de equidistância entre povoados, na ordem dos 25 km, equivalente a uma jornada, ou seja, 8 horas de percurso a pé. Em função disso, propôs essa medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos, organizados segundo uma certa hierarquização[107] (figura 16).

O arquiteto Jorge Alves testou os princípios estudados por Armando Coelho da Silva e apurou que numa jornada, isto é, em 8 horas de percurso, era possível um deslocamento maior do que 25 km (que se fariam em 6 horas de marcha). Esta diferença ocorreu porque os autores consideraram fórmulas de cálculo diferentes, Jorge Alves aplicou ponderou valores entre os quatro e os seus km/h de macha e considerou a morfologia do terreno, enquanto Armando Silva estimou uma marcha inferior a 4 km/h. Apesar disso, Jorge Alves reforçou a ideia de um provável ordenamento regional dos povoados, por demonstrar uma relação entre a localização dos povoados, o ato de percorrer e as relações de visibilidade, em que os povoados seriam referências visuais e pontos de orientação na paisagem[108] (figura 17).

104 Armando Coelho da Silva, "A cultura castreja no Norte de Portugal", 1999: 120.

É possível que os castros de Sabroso e de Santa Iria integrassem o *castellum* centralizado pela Citânia de Briteiros e, porventura, os dois povoados terão sido abandonados em favor da concentração populacional em Briteiros. João Fonte, et al., "Citânia de Briteiros e Médio Vale do Ave (NW de Portugal): SIG e análise arqueológica do território", 2011: 362-363.

105 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1999: 121-122 e 125-126.

106 *Ibidem*: 125.

107 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 24 e 26.

108 Jorge Ribeiro Alves, "Entre o Douro e o Tâmega. Observação de uma rede de lugares centrais", 2019: 64-69.

No território em estudo, quatro povoados terão desempenhado o papel de lugares centrais - Citânia de Briteiros (28), Monte das Eiras (75), Monte do Castelo (69) e Castro de Calvos (64)[109] - e apresentam alguns aspetos em comum, dos quais destacamos o sistema defensivo composto por muralhas e/ou sistemas complementares de defesa, como taludes e fossos, que delimitavam uma grande área de extensão; a localização em sítios sobranceiros ao vale, entre os 300 e os 400 metros de altitude; e a existência de balneários[110] (à exceção do Monte do Castelo).

Os edifícios de banhos[111] destacam-se das unidades de arquitetura doméstica e presume-se que surgiram no momento de reestruturação dos povoados[112]. Contudo, a possibilidade da existência de um balneário no Castro de Sabroso[113], povoado que não atingiu essa complexificação urbanística, sugere-nos que outros motivos para além do papel central deveriam ser determinantes para a construção destas estruturas.

A Citânia de Briteiros sobressai face aos restantes povoados centrais porque reúne três edifícios indicadores de poder central (social e político): dois balneários[114] e a "casa do conselho"[115], respetivamente.

---

109 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 556.

110 Sobre o balneário do Castro de Calvos consultar: António Pereira Dinis, "O Balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia do Entre Douro e Minho", 2002; sobre o balneário do Monte das Eiras: Francisco Queiroga e António Pereira Dinis, "O Balneário Castrejo do Castro das Eiras", 2008-2009; sobre os balneários da Citânia de Briteiros: Mário Cardoso, "A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da "Pedra Formosa", 1931 e Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, "Trabalhos arqueológicos na Citânia de Briteiros - Campanhas de 2005 e 2006", 2005-2006: 40-43).

111 Consultar Anexo 3: Balneários castrejos do médio e alto Ave, páginas 150-155.

112 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 73.

113 O balneário de Sabroso foi descrito por Martins Sarmento (Francisco Martins Sarmento, "Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães. Sabroso", 1906: 43-44), todavia os seus vestígios podem ter sido destruídos ou permanecer ocultos. Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 11.

114 Francisco Sande Lemos questionou a existência de um terceiro balneário, uma vez que a hipótese de Mário Cardozo de que a pedra formosa primitiva corresponderia ao balneário Este continua em aberto. Apesar das dimensões entre o balneário (este) e a pedra formosa primitiva coincidirem, o balneário não teria a qualidade arquitetónica equivalente à da pedra. Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2011 [2007]: 70.

115 Consultar Anexo 1: Citânia de Briteiros, página 142.

Figura 16. esquema das zonas de influência da Citânia de Sanfins realizado por Armando Coelho da Silva (1986)

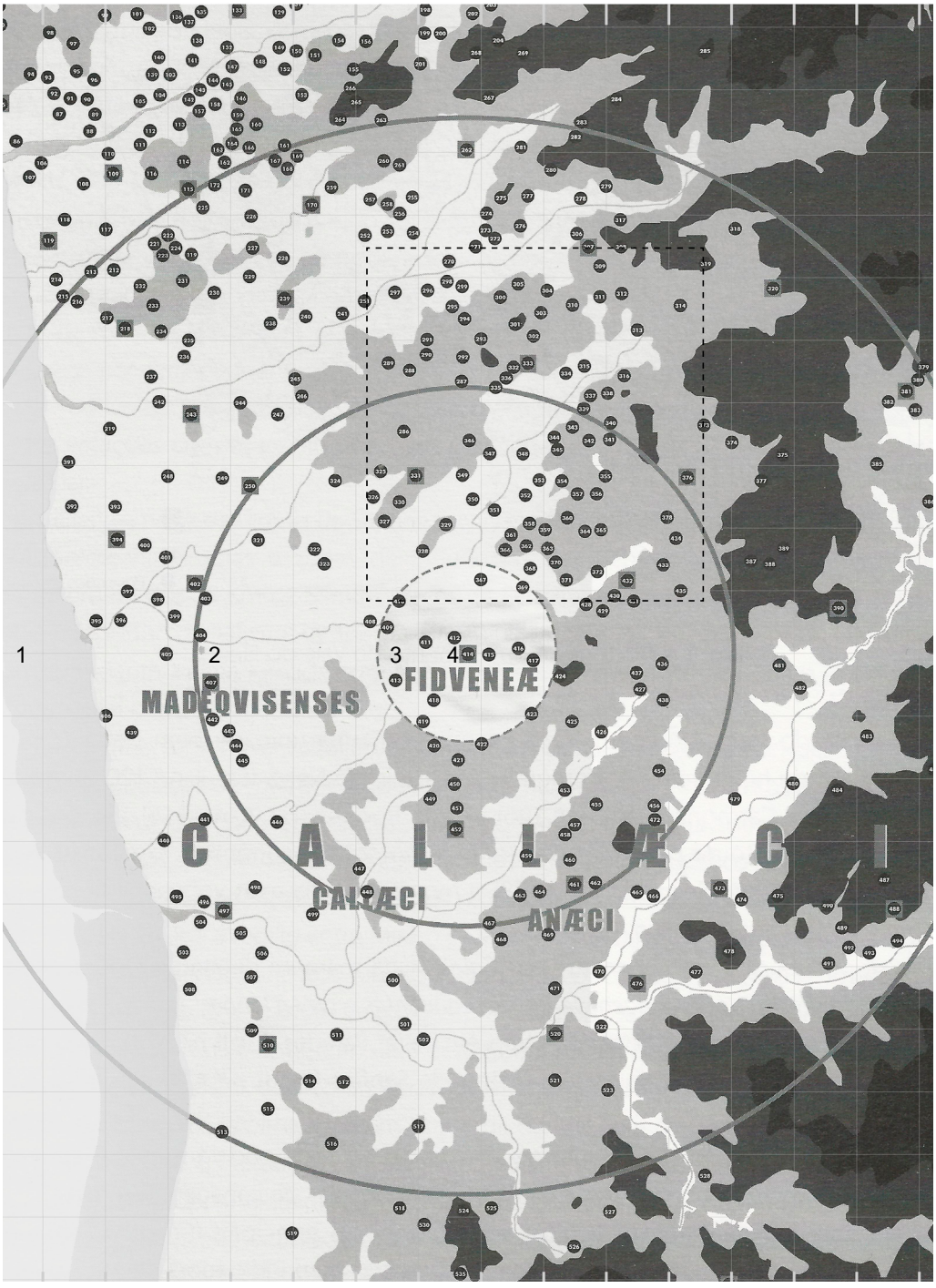


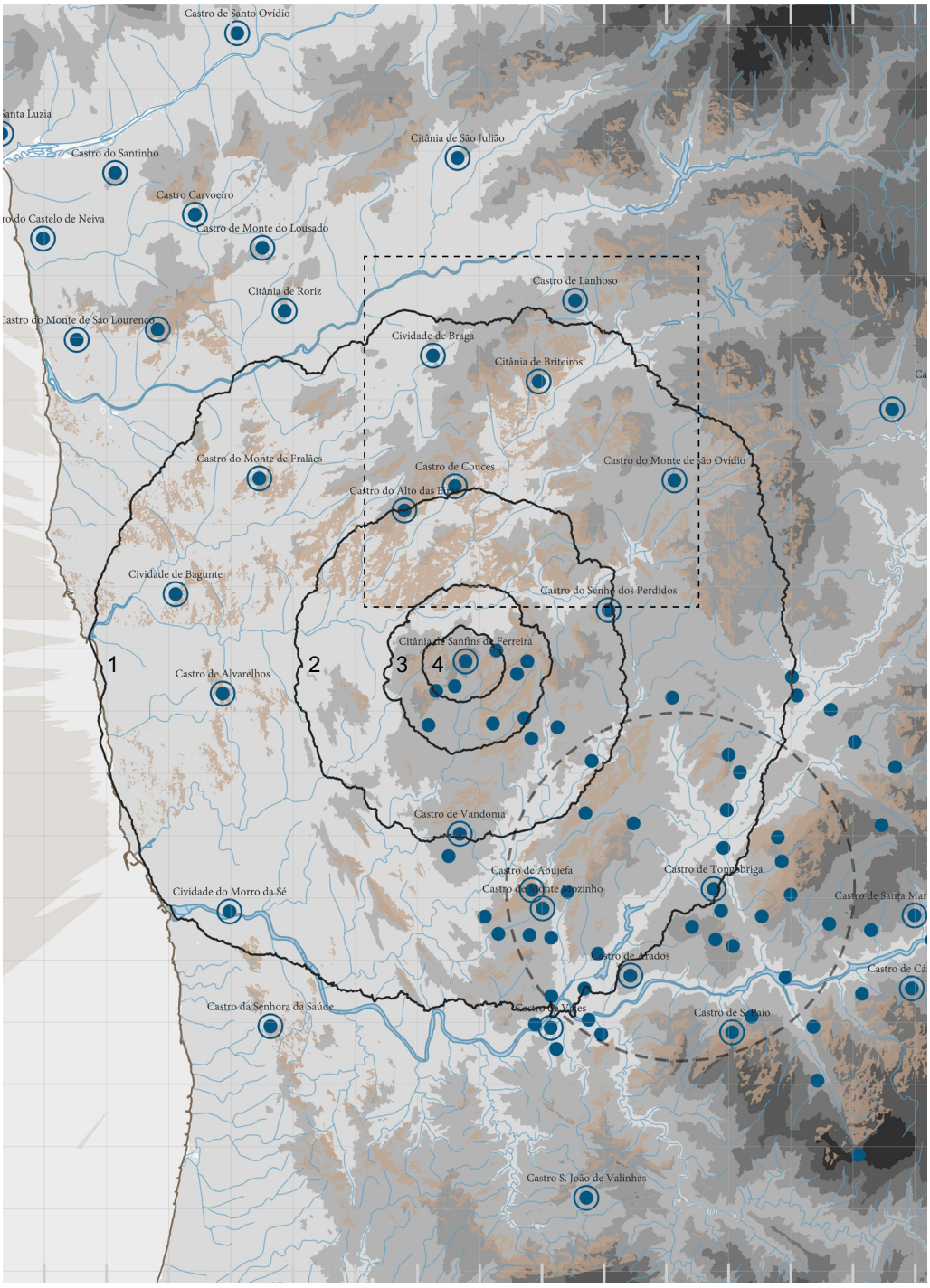
Figura 17. estudo da visibilidade e das distâncias da Citânia de Sanfins realizado por Jorge Alves (2019)

território em estudo

1 oito horas de percurso (uma jornada)
2 quatro horas de percurso (meia jornada)
3 duas horas de percurso
4 uma hora de percurso

escala 1. 550 000

0 5 km 15 km 30 km N



2.4 Uma interpretação sobre a influência pré-historica no povoamento

Após a análise do povoamento castrejo, a nossa intenção é reconhecer se as primeiras marcas conhecidas do ato de habitar, surgidas na Pré-História no decorrer do processo de sedentarização do Homem, tiveram alguma relação com o modo como se estabeleceram as formas de habitar proto-históricas.

Ao olhar para os lugares pré-históricos e proto-históricos encontramos pontos de contacto. Quanto ao povoamento, verificamos algumas semelhanças com os dados obtidos por Manuela Martins na bacia do Cávado, contígua em toda a área setentrional da bacia do Ave.

Apesar dos dados apontarem para o abandono dos povoados pré-históricos situados no vale - Boavista (35) - e nas chãs montanhosas - Penha (65) -, alguns povoados situados em outeiro ou em esporão permaneceram habitados na Proto-História. Entre esses povoados, o Pau de Bandeira (8), o Monte da Forca (35) e o Monte do Pedral (43) evidenciam algum desenvolvimento com várias linhas de muralhas e, em particular, os povoados calcolíticos da Santa Marta (11) e do Monte do Castelo (69) aparentam exprimir um desenvolvimento mais significativo, constituindo-se como povoados de grandes dimensões e como lugares destacados na paisagem (carta 2). Possivelmente por esse motivo, segundo Manuela Martins, povoados deste tipo sobreviveram no início da romanização[116].

Desta forma, parece claro que existiu uma continuidade do ponto de vista do reconhecimento de lugares estratégicos, pois na Proto-História adotaram-se posições semelhantes às da Pré-História em outeiro e em esporão.

Em certos casos, os povoados proto-históricos instalaram-se em proximidade de lugares povoados na Pré-História, todavia sem que existam evidências da

116 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 212.

Carta 3.2 Monte das Eiras

Carta 3.3 Monte de São Romão

Pré-História: ● povoado ◆ mamoa ▲ arte rupestre
□ necrópole provável △ arte rupestre indeterminada

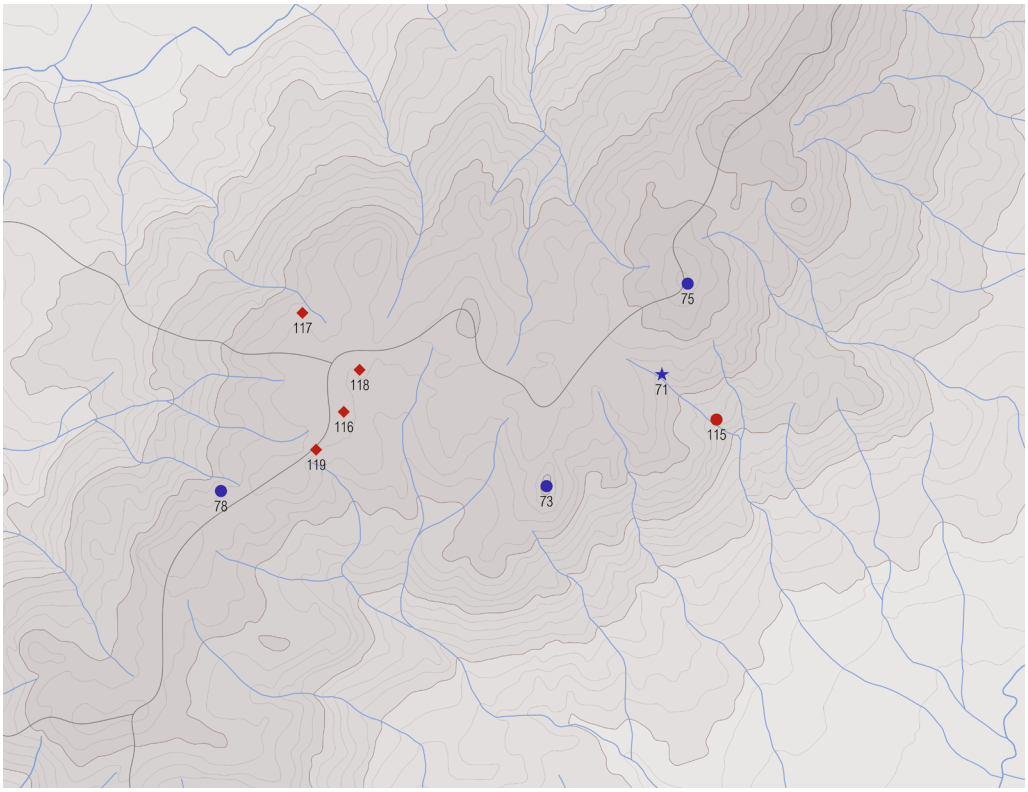
Proto-História: ● povoado ★ balneário ▲ arte rupestre ◆ casa conselho

escala 1. 25 000

0 250 m 500 m 1 km

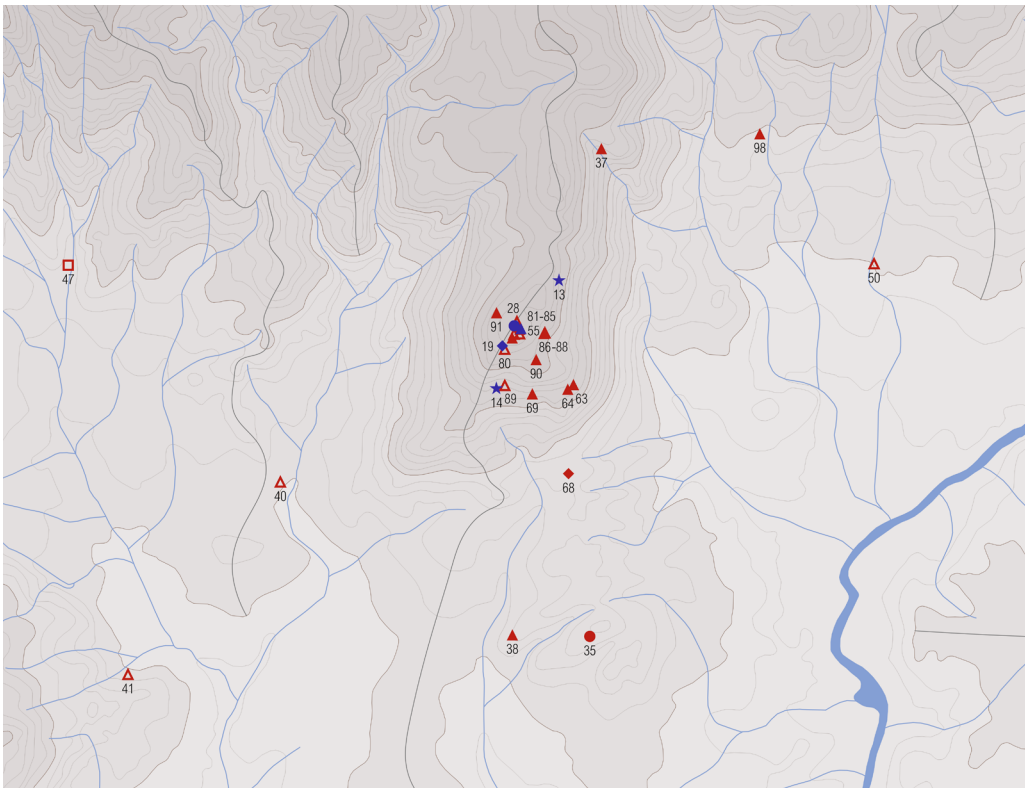
N

3.2
os povoados castrejos do Castelo de Vermoim e do Monte das Eiras adotaram uma posição sobranceira face ao povoado pré-histórico da Bouça de Pique



Balneário do Alto das Eiras 71
Castelo de Vermoim 73
Monte das Eiras 75
Santa Cristina 78
Bouça de Pique 115
Mamoa de Vermoim 1 116
Mamoa de Vermoim 2 117
Mamoa de Vermoim 3 118
Mamoa de Vermoim 4 119

3.3
o povoado castrejo da Citânia de Briteiros adotou uma posição sobranceira face ao povoado pré-histórico da Boavista



Balneário de Briteiros Este 13
Balneário de Briteiros Sul 14
Casa do Conselho 19
Citânia de Briteiros 28
Boavista 35
Bouça da Miséria 37
Bouça do Pinheiro 38
Briteiros 40
Buraquinhas 41
Covas 47
Donim 50
S. Romão 5 55
Penedo da Moura 63
Penedo dos Sinais 64
Quinta do Paço 2 69
S. Romão 1 a 13 80-91
Vinhas 98

sua continuidade habitacional[117]. Esta alteração ou deslocamento dos lugares de habitar para posições sobranceiras evidencia uma relação direta com as cumeadas, o que poderá ter ocorrido pela procura de lugares estratégicos com condições naturais de defesa e de controlo territorial, como poderá ter acontecido nos montes das Eiras (carta 3.2) e no de São Romão (carta 3.3).

Num quadro geral, salientamos que, face ao povoamento pré-histórico, o povoamento proto-histórico do vale do Ave foi marcado por um significativo aumento dos lugares de habitar, a maioria fundada de raiz. Tal como enunciou Manuela Martins, "o desenvolvimento que os povoados da região do vale do Ave vão conhecer ao longo do séc. I a.C., subentende que a região havia atingido (…) um considerável crescimento demográfico e económico e uma grande complexificação social"[118].

Ainda Manuela Martins declarou que a emergência dos povoados fortificados traduziu uma aparente descontinuidade em relação à modalidade de ocupação anterior. A fase final de ocupação dos povoados abertos, que terão sido o modelo de *habitat* característico da segunda metade do II milénio a.C., terá sido sincrónica à emergência dos povoados fortificados, embora possam ter coexistindo durante o Bronze Final[119].

Como resultado, documenta-se uma alteração na estratégia de povoamento na qual os povoados fortificados exprimiram a adaptação das comunidades a um meio com recursos limitados[120] e representaram a modalidade de povoamento característica do Noroeste peninsular durante o I milénio a.C.[121].

Em termos de práticas sepulcrais, o culto dos mortos traduziu-se em diferentes formas de apropriação da paisagem ao longo do tempo. À medida que se consolidavam os processos de territorialização e se desenvolvia um povoamento sedentário, prescindiu-se da utilização dos sepultamentos como formas de legitimação da ocupação do território e como cenários públicos.

Neste estudo, a ausência de uma categoria dedicada aos lugares tumulares, espirituais e de culto da Idade do Ferro deveu-se à falta de vestígios, de modo que a localização dos lugares de tumulação é desconhecida. Presume-se que a incineração fosse a prática de ritual fúnebre mais comum, mas desconhece-se o local da deposição das cinzas[122]. Com base em algumas deposições encontradas

117 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 200.
118 *Ibidem*: 191.
119 *Ibidem*: 33-34.
120 *Ibidem*: 186.
121 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 71.
122 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 124-125.

Carta 3.4 Serra do Carvalho
Carta 3.5 Serra dos Picos

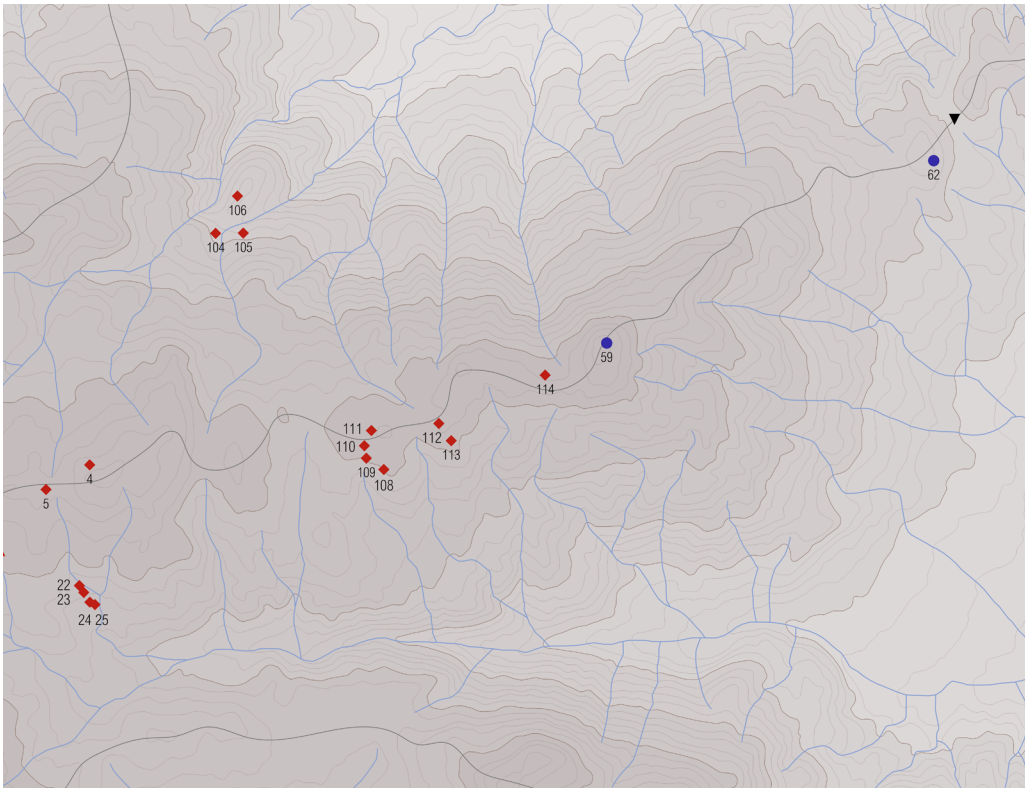
escala 1. 25 000

Pré-História: ◆ mamoa ▲ arte rupestre
Proto-História: ● povoado ○ povoado provável

0 250 m 500 m 1 km

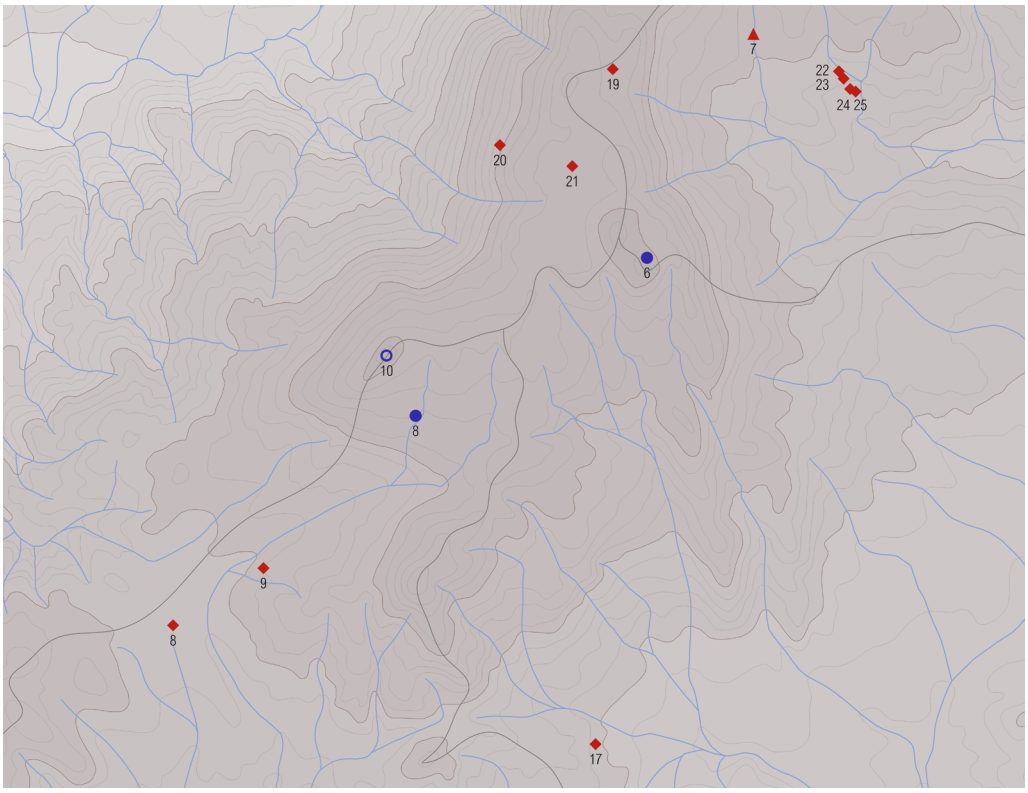
N

3.4



Carvalho 1	4
Carvalho 2	5
Vale de Chão 1	22
Vale de Chão 2	23
Vale de Chão 3	24
Vale de Chão 4	25
Alto da Pena Província	59
Bouça do Campo Novo	62
Moinho de Vento 1	104
Moinho de Vento 2	105
Moinho de Vento 3	106
Pena Província 1	108
Pena Província 2	109
Pena Província 3	110
Pena Província 4	111
Pena Província 5	112
Pena Província 6	113
Pena Província 7	114

3.5



Monte dos Picos	6
Eiras - Cancela	7
Pau de Bandeira	8
Lagôa Carreira de Tiro	8
Lagôa Pau de Bandeira	9
Pico do Castro	10
Sandim	17
Serra dos Picos 1	19
Serra dos Picos 2	20
Serra dos Picos 3	21
Vale de Chão 1	22
Vale de Chão 2	23
Vale de Chão 3	24
Vale de Chão 4	25

dentro do espaço doméstico[123], num primeiro momento, as populações depositariam as cinzas no interior das habitações e posteriormente no exterior dentro do núcleo familiar num recinto próprio[124].

Porém, os vestígios conhecidos são insuficientes para inferir que esta seria a prática generalizada[125], razão pela qual o pressuposto de que os vestígios sepulcrais apenas se encontram em contexto de povoados não está confirmado[126]. Em todo o caso, o facto de alguns sepultamentos estarem situados no interior dos núcleos familiares e estarem associados às relações de parentesco[127], sugere que seria uma sociedade que considerava sagrado o espaço de habitar, pois nele convergiam os vivos e os mortos[128]. Nas palavras de Armando Coelho da Silva "um recinto funerário incluído no interior de um núcleo familiar (…) reafirma a importância dos laços de sangue como o elemento fundamental da estruturação da sociedade castreja a partir da sua célula primária"[129].

Ao contrário da Pré-História onde os monumentos megalíticos seriam testemunhos dos lugares de sepultamento, na Proto-História aparenta seguir-se o princípio de invisibilidade ou ocultação[130]. No decorrer destes períodos os lugares tumulares deslocaram-se dos espaços destinados aos mortos para os espaços dos vivos, no interior dos povoados[131].

A alteração das formas de sepultamento pode ter sido resultado de fatores sociais e culturais, no entanto a proximidade entre os lugares povoados na Idade do Ferro e os lugares megalíticos legitimadores da ocupação do território na Pré-História, como aconteceu nas serras do Carvalho (carta 3.4) e dos Picos (carta 3.5), mas também de modo diminuto noutros montes, quiçá revele uma atitude consciente de ocupação de lugares previamente marcados e definidos pelos monumentos megalíticos.

No nosso entendimento, é plausível presumir que, após o momento de sedentarização e o estabelecimento dos limites ocupados, as populações não

---

123 Algumas deposições funerárias foram encontradas no interior do espaço doméstico na Cividade de Terroso (Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 381); na Cividade de Âncora (Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 381); e no povoado do Lago (Manuela Martins, *O Povoado Fortificado do Lago, Amares*, 1988b: 78-81) e

124 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 416.

125 Algumas deposições, em particular as encontrados na Citânia de Briteiros, seriam depósitos de oferendas e não sepultamentos, porque não continham cinzas humanas. Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 124-125.

126 Ana Bettencourt, "O mundo funerário da Idade do Ferro no Norte de Portugal: algumas questões", 2000: 43.

127 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2009: 100.

128 Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2008: 14.

129 Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 2007 [1986]: 417.

130 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 125.

131 Ana Bettencourt, *op. cit.*, 2009: 100.

Carta 3.6 Montes de Santa Marinha e Lustoso

Carta 3.7 Monte de Calvos

escala 1. 25 000

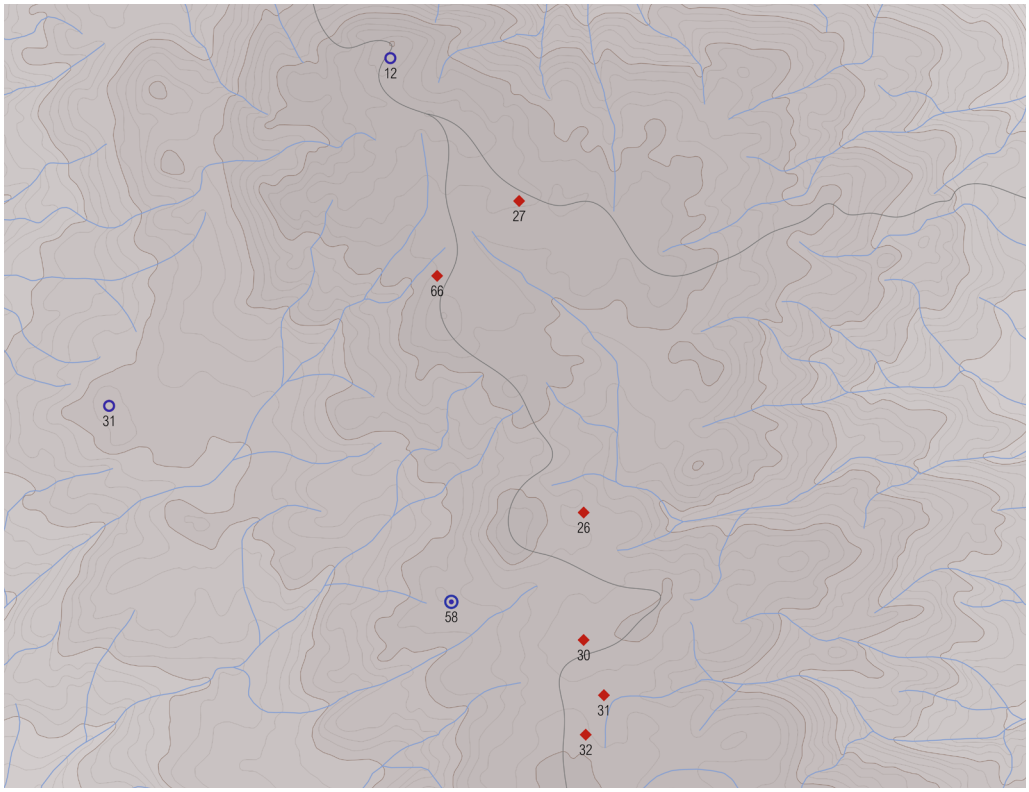
Pré-História: ◆ mamoa

Proto-História: ● povoado ○ povoado provável ⊙ habitat ★ balneário

0 250 m 500 m 1 km

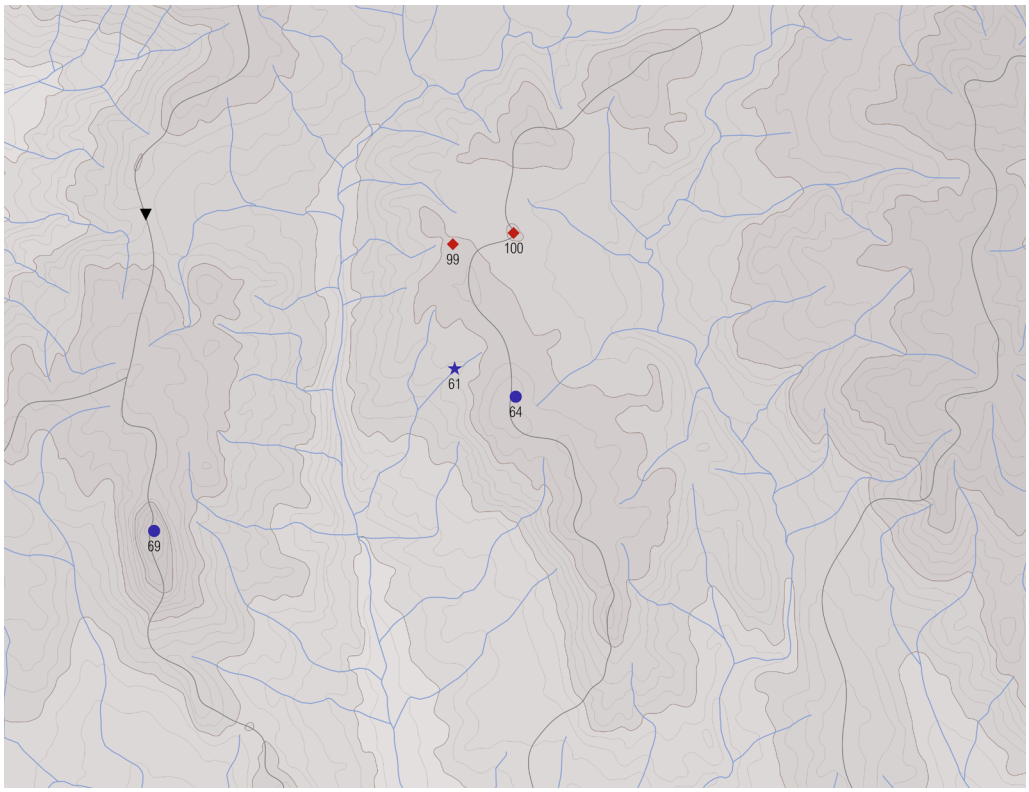
N

3.6



Santa Marinha 12
Mamoa da Castanheira 26
Mamoa de Santa Marinha 27
Outeiro das Corças 1 30
Margial 31
Outeiro das Corças 2 31
Outeiro das Corças 3 32
Vilarinho 58
Poços Salgueiros 66

3.7



Balneário do Alto de Quintãs 61
Castro de Calvos 64
Monte do Castelo 69
Mamoa da Tojeira 99
Mamoa do Madorro 100

necessitariam de outros meios, como os sepulcros megalíticos, para a afirmação do seu território.

No que diz respeito à prática da gravação rupestre, que decorreu durante uma longa temporalidade desde o Neolítico Final (IV a III milénios a.C.) até, possivelmente, à Idade do Ferro (I milénio a.C.)[132], a importância coletiva e o simbolismo das gravuras persistiram ao longo do tempo através de adições e alterações ao seu sentido[133].

As gravuras situavam-se junto a cursos de água, no sopé ou vertentes médias dos montes e, excecionalmente, ocupavam o topo e concentravam-se em torno dos montes de São Romão e do Côto de Sabroso. Contudo, não podemos afirmar categoricamente que esta característica é única nestes montes, dado que pode decorrer da concentração de estudos em torno deles e do défice de estudo nos outros montes.

No monte de São Romão (carta 3.8) foram identificadas treze superfícies gravadas integradas no intramuros da Citânia de Briteiros. No monte do Côto de Sabroso (carta 3.9) foram identificadas três superfícies gravadas integradas no intramuros do Castro de Sabroso e onze superfícies gravadas no sopé.

A ambiguidade relativa à cronologia das manifestações rupestres, uma vez que a sua datação é subjetiva e varia consoante os autores, principalmente quanto aos motivos mais abstratos[134], permite formular duas hipóteses possíveis: que os limites murados dos povoados proto-históricos teriam sido definidos a fim de integrar as gravuras no seu interior, com a intenção de resguardar e a preservar esses lugares simbólicos e rituais pré-históricos; ou que algumas gravuras teriam um sentido de defesa e a intenção de reforçar os limites das muralhas, por se situarem próximos delas e das suas portas.

Em qualquer caso, a existência de gravuras pré-históricas em São Romão e em Sabroso revela a sua utilização como lugares cerimoniais que se constituíram como lugares estruturantes na paisagem da Idade do Ferro com o seu povoamento.

A sacralidade dos montes, atribuída pelas gravuras e pelos monumentos megalíticos pré-históricos, na perspetiva de Daniela Cardoso, foi um dos fatores de determinação para, posteriormente, serem povoados na Proto-História[135], hipótese que vai ao encontro daquilo que observamos em vários montes do médio vale do Ave, como em Santa Marinha e Lustuso (carta 3.6) e em Calvos (carta 3.7).

---

132 Daniela Faria Cardoso, *op. cit.*, 2015: 225 e 241.

133 *Ibidem*: 224.

134 *Ibidem*: 48.

135 *Ibidem*: 209.

legenda:

Pré-História:	◆ mamoa	▲ arte rupestre	△ arte rupestre indeterminada	
Proto-História:	◆ casa do conselho	▲ arte rupestre	★ balneário	

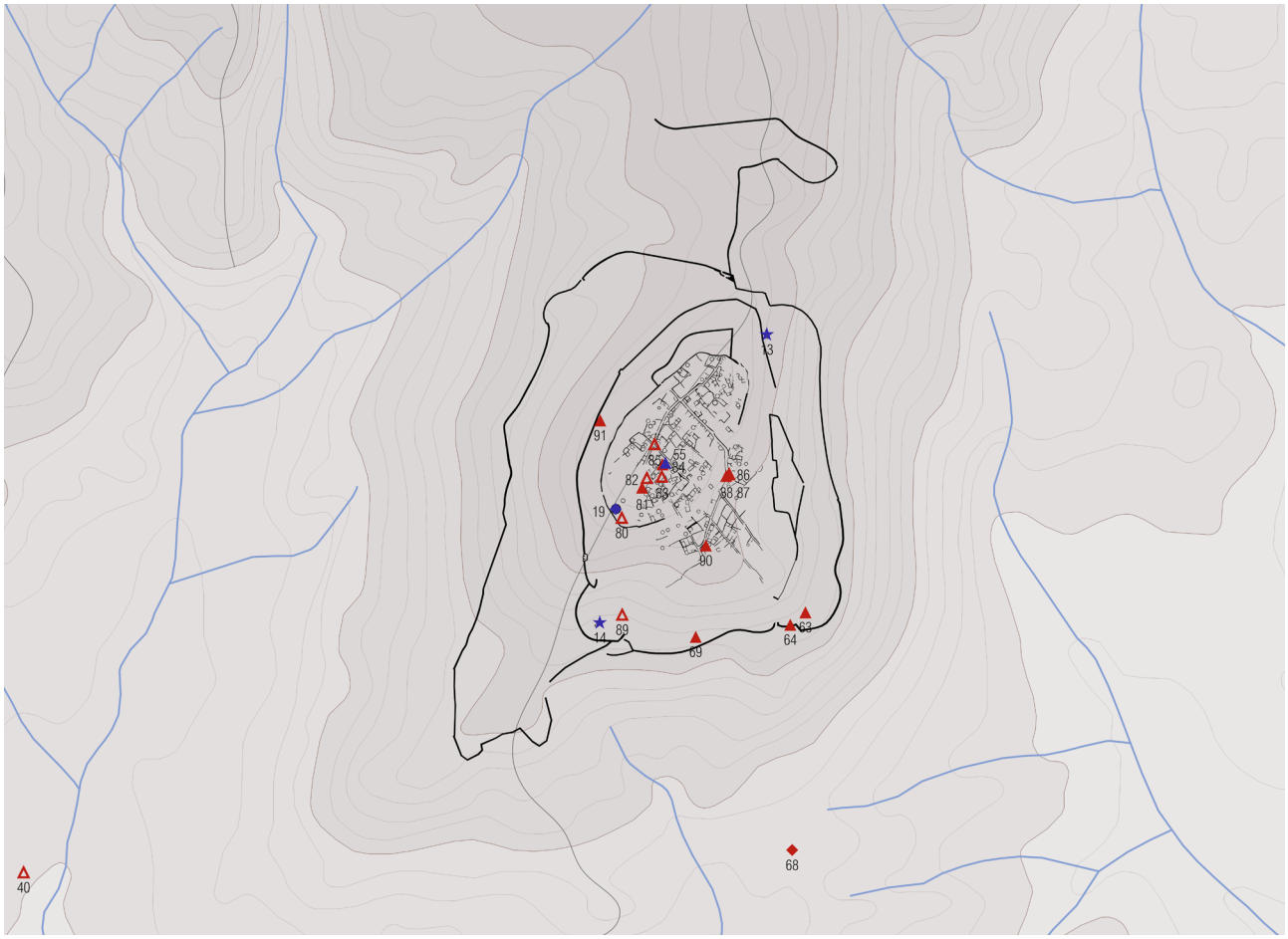
13	Balneário de Brietrios Este	82	São Romão 3
14	Balneário de Brietrios Sul	83	São Romão 4
19	Casa do Conselho	84	São Romão 6
40	Briteiros	85	São Romão 7
55	São Romão 5	86	São Romão 8
63	Penedo da Moura	87	São Romão 9
64	Penedo dos Sinais	88	São Romão 10
68	Quinta do Paço 1	89	São Romão 11
69	Quinta do Paço 2	90	São Romão 12
80	São Romão 1	91	São Romão 13
81	São Romão 2		

escala 1. 10 000

0 100 m 250 m 500 m

N

Carta 3.8 gravuras integradas na Citânia de Briteiros



legenda:

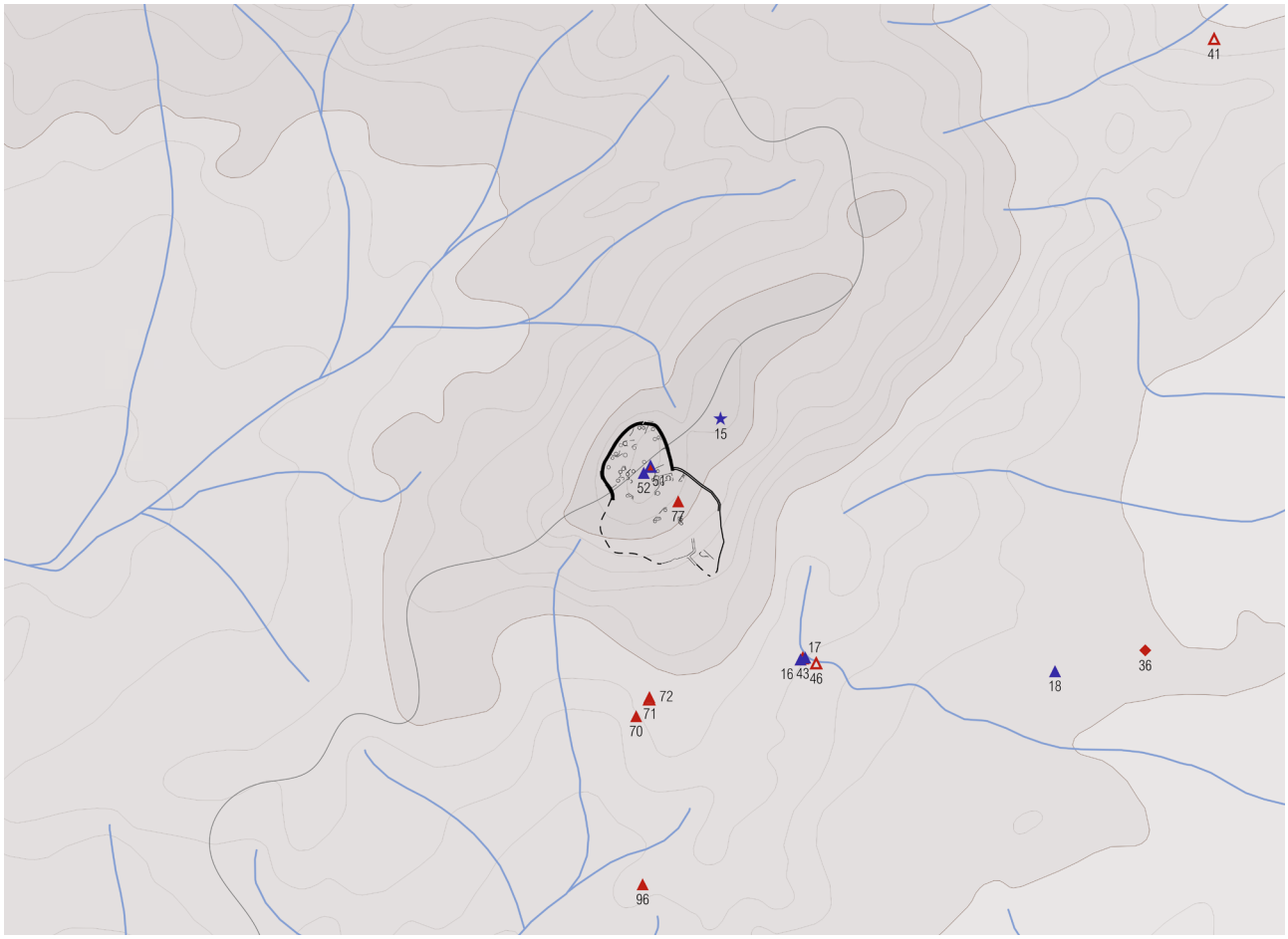
Pré-História:	◆ mamoa	▲ arte rupestre	△ arte rupestre indeterminada
Proto-História:	★ balneário	▲ arte rupestre	△ arte rupestre indeterminada

15	Balneário de Sabroso	51	Sabroso 2
16	Caminho da Gandra 1	52	Sabroso 3
17	Caminho da Gandra 3	70	Quinta dos Laranjais 1
18	Caminho da Gandra 4	71	Quinta dos Laranjais 2
36	Bouça da Agrela	72	Quinta dos Laranjais 3
41	Buraquinhas	77	Sabroso 1
43	Caminho da Gandra 2	96	Tapada da Gandra
46	Caminho da Gandra 5		

escala 1. 10 000

0 100 m 250 m 500 m N

Carta 3.9 gravuras integradas no Castro de Sabroso



Carta 4. vestígios de povoamento romanos

referências:

Armando Redentor (2011)
Carlos Alberto de Almeida (1968)
Carta Arqueológica de Braga e inventário de sítios e achados arqueológicos (1993)
Cartas militares de Portugal 56, 57, 70, 71, 84 e 85 (2015 e 2012)
FamalicãoID (2019)
Francisco Queiroga (2013)
Franciso Sande Lemos e Manuela Martins (2002)
Helena Carvalho (2008)
Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural (2021)
Manuela Martins (1990 e 1995)
P.D.M. Fafe: Planta de Ordenamento. Anexo II: Património Arqueológico (2015) e documento do património arqueológico (2014)
P.D.M. Guimarães: Carta Arqueológica (2012) e relatório (2005)
P.D.M. Póvoa de Lanhoso: Carta do Património Cultural (2015)
P.D.M. Vila Nova de Famalicão: Plantas de Ordenamento II. Património Edificado e Arqueológico e Inventário de Imóveis (2014)
Portal do Arqueólogo (2023)
Vizela GeoPortal: Carta Arqueológica (2013)

legenda:

- *vici*
- povoado
- povoado castrejo romanizado
- *habitat*
- *habitat* castrejo romanizado
- muralha de *Bracara Augusta*
- povoado provável
- vias romanas propostas por:
- indefinido
  - a - Carlos Alberto de Almeida
  - b - Helena Abreu de Carvalho
- *villae*
- *villae* provável
- necrópole
- necrópole provável
- termas
- curva de nível 50 metros
- marco miliário
- curva de nível 10 metros
- ponte
- hidrografia
- ara
- linha de festo
- inscrição
- portela
- inscrição provável

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

nota:
a informação está georreferenciada no sistema de coordenadas ETRS 89 / Portugal TM06.

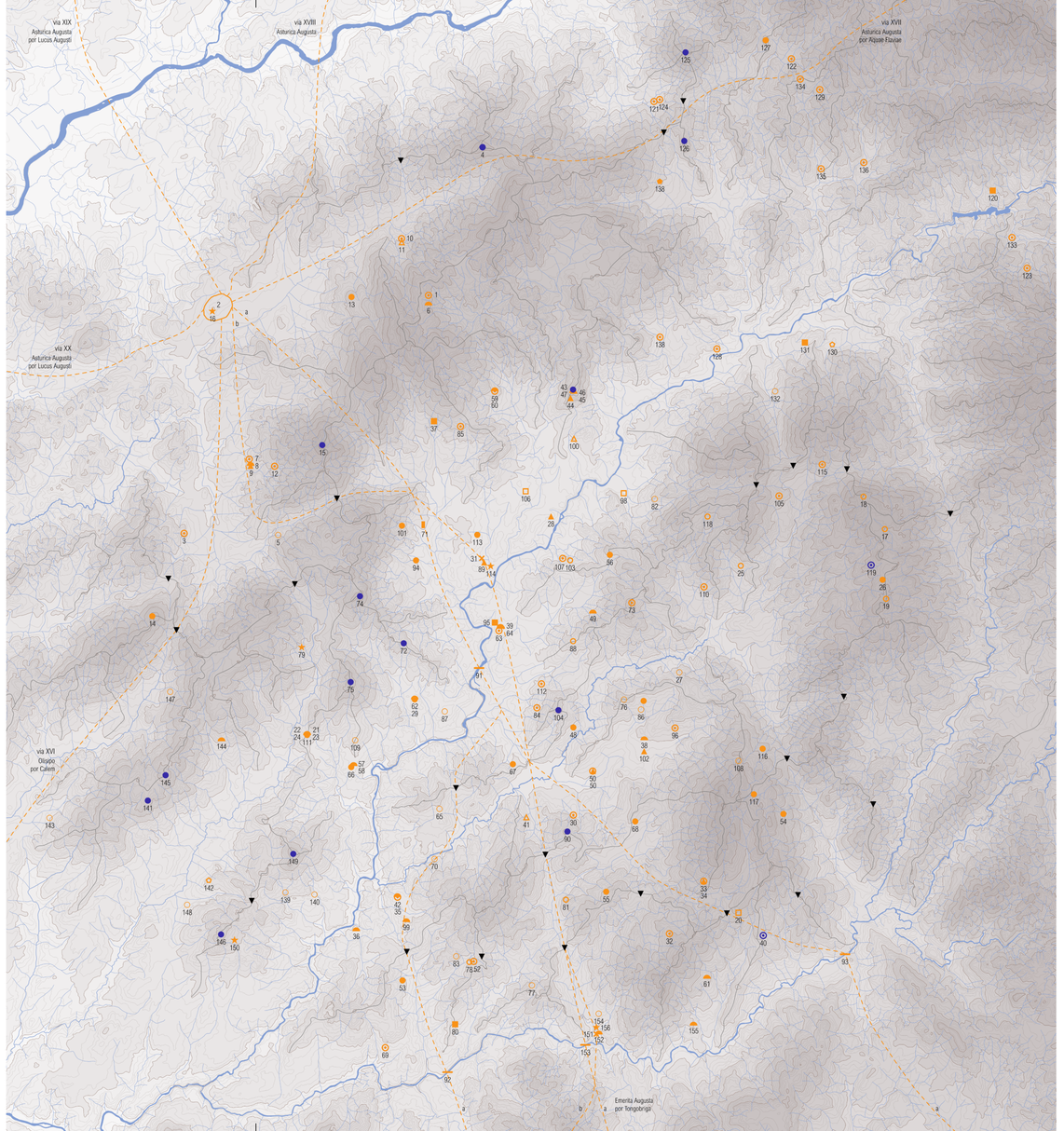


Tabela 10. vestígios de povoamento romano cartografados

ident.	nº	designação	sítio	alt.
B.2.1	1	Assento	habitat	478
B.2.2	2	Bracara Augusta	cidade	195
B.2.3	3	Carcavelos	habitat	222
B.2.4	4	Eiras Velhas	povoado fortificado	474
B.2.5	5	Igreja	indefinido	218
B.2.6	6	Igreja Espinho	ara	456
B.2.7	7	Igreja Esporões 1	habitat	207
B.2.8	8	Igreja Esporões 2	ara	224
B.2.9	9	Igreja Esporões 3	inscrição	224
B.2.10	10	Igreja Este S. Pedro 1	habitat	242
B.2.11	11	Igreja Este S. Pedro 2	inscrição provável	257
B.2.12	12	Marinhais	habitat	264
B.2.13	13	Monte da Consolação	povoado fortificado	337
B.2.14	14	Monte Redondo	povoado fortificado	410
B.2.15	15	Santa Marta das Cortiças	povoado fortificado	556
B.2.16	16	Termas de Maximinos	termas	191
F.2.1	17	Castanheira	povoado provável	560
F.2.3	18	Santa Marinha	povoado provável	592
F.2.2	19	Veigas do Lustoso	povoado provável	559
G.2.1	20	Alegria	necrópole provável	392
G.2.2	21	Ara a Júpiter	ara	172
G.2.3	22	Ara a Reo Sancto	ara	172
G.2.4	23	Ara por Cabura Ladroni	ara	168
G.2.5	24	Aras anepígrafas	ara	168
G.2.6	25	Arnado	povoado provável	270
G.2.7	26	Barroca da Pereirinha	ocupação	538
G.2.8	27	Boquinho	indefinido	242
G.2.9	28	Bouça do Capitão	inscrição	141
G.2.10	29	Brito	ara	145
G.2.11	30	Bugalhós	habitat	193
G.2.12	31	Caldas das Taipas	*vicus*	120
G.2.13	32	Campo das Penhas	habitat	420
G.2.14	33	Campo do Cruito 1	habitat	419
G.2.15	34	Campo do Cruito 2	inscrição	419
G.2.16	35	Campo dos Pinheiros	ara	135
G.2.17	36	Capela de S. Bartolomeu	ara	114
G.2.18	37	Casa da Bôca	necrópole	234
G.2.19	38	Casa de Levio	ara	200
G.2.20	39	Casa Paroquial	ara	132
G.2.21	40	Castro da Boavista	habitat	299
G.2.22	41	Chãos	inscrição provável	169
G.2.23	42	Cidade de Pedraúca	habitat	135
G.2.24	43	Citânia de Briteiros 1	povoado fortificado	333
G.2.25	44	Citânia de Briteiros 5	inscrição	277
G.2.26	45	Citânia de Briteiros 6	inscrição	334
G.2.27	46	Citânia de Briteiros 16	inscrição	328
G.2.28	47	Citânia de Briteiros 21	inscrição	330
G.2.29	48	Covilhã	ocupação	178
G.2.30	49	Igreja de Corvite	ara	205
G.2.31	50	Igreja de Creixomil 1	habitat	158
G.2.32	51	Igreja de Creixomil 2	inscrição	158
G.2.33	52	Igreja de Gandarela	habitat	207
G.2.34	53	Igreja de Guardizela	ocupação	155
G.2.35	54	Igreja de Matamá	ocupação	410
G.2.36	55	Igreja de Polvoreira	ocupação	313
G.2.37	56	Igreja de Prazins St. Tirso	ocupação	251
G.2.38	57	Igreja de Ronfe 1	ara	144
G.2.39	58	Igreja de Ronfe 2	ara	144
G.2.40	59	Igreja de St. Leocádia 1	habitat	231
G.2.41	60	Igreja de St. Leocádia 2	ara	231
G.2.42	61	Igreja de S. Faustino	ara	271
G.2.43	62	Igreja de S. João Batista	ocupação	145
G.2.44	63	Igreja de S. João de Ponte 1	habitat	130
G.2.45	64	Igreja de S. João de Ponte 2	ara	132
G.2.46	65	Igreja de S. Jorge de Selho	indefinido	194
G.2.47	66	Igreja de S. Tiago de Ronfe	ocupação	142
G.2.48	67	Igreja de Silvares	ocupação	154
G.2.49	68	Igreja de Urgezes	ocupação	260
G.2.50	69	Lugar do Paço	habitat	137
G.2.51	70	Mata	indefinido	147
G.2.52	71	Miliário de Sande	marco miliário	151
G.2.53	72	Monte da Forca	povoado fortificado	262
G.2.54	73	Monte de Santiago	habitat	378
G.2.55	74	Monte de S. Bartolomeu	povoado fortificado	414
G.2.56	75	Monte de S. Miguel	povoado fortificado	371
G.2.57	76	Monte de S. Pedro	indefinido	282
G.2.58	77	Monte do Baço do Boi	indefinido	214
G.2.59	78	Monte do Ladario	povoado provável	196
G.2.60	79	Monumento do Paço	termas	233
G.2.61	80	Moure	necrópole	159
G.2.62	81	Nespereira	povoado provável	220
G.2.63	82	Oliveiras	indefinido	213
G.2.64	83	Outeiro do Combro	indefinido	233
G.2.65	84	Paço	habitat	186
G.2.66	85	Pedrais	habitat	266
G.2.67	86	Pegada	indefinido	221
G.2.68	87	Pena	indefinido	143
G.2.69	88	Penedo da Pena	ocupação provável	228
G.2.70	89	Penedo de Trajano	inscrição	121
G.2.71	90	Picoto de Santo Amaro	povoado fortificado	304
G.2.72	91	Ponte de Campelos	ponte	106
G.2.73	92	Ponte de Negrelos	ponte	101
G.2.74	93	Ponte do Arco Pombeiro	ponte	155
G.2.75	94	Quinta da Mogada	ocupação	142
G.2.76	95	Quinta da Ribeira	necrópole	136
G.2.77	96	Quinta de Gorpilhães	habitat	230
G.2.78	97	Quinta do Assento	ocupação	224
G.2.79	98	Reguengo	necrópole provável	129
G.2.80	99	Residência Paroquial	ara	151
G.2.81	100	Ribas	inscrição provável	151
G.2.82	101	Rocha	ocupação	239
G.2.83	102	Rua de São Paio	inscrição provável	197
G.2.84	103	Santa Eufémia	habitat provável	153
G.2.85	104	Santa Eulália	ocupação	271
G.2.86	105	Santiais	habitat	380
G.2.87	106	São Martinho	necrópole provável	142
G.2.88	107	Segade	habitat	156
G.2.89	108	Senhor dos Serôdios	indefinido	458
G.2.90	109	Senhora do Barreiro	indefinido	188
G.2.91	110	Senhora do Bom Despacho	habitat	262
G.2.92	111	Serralharia Vidal	ocupação	172
G.2.93	112	Sezite	habitat	164
G.2.94	113	Souto	ocupação	135
G.2.95	114	Termas de Caldelas	termas	111
G.2.96	115	Vale de Mouros	habitat	394
G.2.97	116	Veiga	ocupação	383
G.2.98	117	Veigas	ocupação	500
G.2.99	118	Vilar	ocupação provável	395
G.2.100	119	Vilarinho	habitat	518
P.2.3	120	Brunhais	necrópole	258
P.2.4	121	Burgo	habitat	162
P.2.5	122	Frades	habitat	310
P.2.6	123	Igreja Velha	habitat	328
P.2.7	124	Infesta	habitat	182
P.2.8	125	Monte de Santo Tirso	povoado fortificado	455
P.2.9	126	Monte do Castelo	povoado fortificado	364
P.2.10	127	Monte dos Amarelos	povoado	362
P.2.11	128	Motta	habitat	150
P.2.12	129	N. Senhora da Encarnação	habitat	383
P.2.13	130	Quinta do Barral	*villa* provável	170
P.2.14	131	Salgueiros	necrópole	174
P.2.15	132	Santuário rupestre de Garfe	indefinido	208
P.2.16	133	Souto Velho	habitat	244
P.2.17	134	Torrão	habitat	387
P.2.18	135	Vale Bom	habitat	212
P.2.19	136	Vale de Moura	habitat	221
P.2.20	137	Viia Cova	*villa*	251
P.2.21	138	Vilar	habitat	176
VF.2.1	139	Agrela	indefinido	161
VF.2.2	140	Agrinha	indefinido	129
VF.2.3	141	Castelo de Vermoim	povoado fortificado	343
VF.2.4	142	Covelo	*villa* provável	166
VF.2.5	143	Igreja	indefinido	148
VF.2.6	144	Joane	ara	214
VF.2.7	145	Monte das Eiras	povoado fortificado	384
VF.2.8	146	Monte de São Miguel	povoado fortificado	287
VF.2.9	147	Paço	indefinido	223
VF.2.10	148	Quintela	indefinido	118
VF.2.11	149	Santa Tecla	povoado fortificado	337
VF.2.12	150	São João de Perrelos	termas	213
V.2.2	151	Caldas de Vizela 1	vicus	141
V.2.1	152	Caldas de Vizela 2	ara	145
V.2.3	153	Ponte Velha de Vizela	ponte	134
V.2.4	154	Quinta da Devesa	indefinido	172
V.2.5	155	Tagilde	ara	196
V.2.6	156	Termas de Vizela	termas	142

CAPÍTULO 3.

A influência do processo de romanização no povoamento

3.1 Notas prévias

Neste capítulo, procurámos compor uma leitura de continuidade temporal e estabelecer algumas das possíveis linhas de estudo sobre o impacto do processo de romanização no povoamento proto-histórico do Ave. Todavia, a variedade de vestígios arqueológicos romanos existentes apresenta diferentes níveis de fiabilidade, o que colocou vários desafios no estabelecimento de hipóteses interpretativas. Em todo o caso, existiu um esforço na catalogação dos dados conhecidos, embora estejamos conscientes de que nos facultam resultados incertos e uma imagem incompleta sobre povoamento rural do médio vale do Ave.

Consideramos que um estudo sobre o processo de romanização de um território tem de ter presente o processo de conquista da Hispânia[136], cujas operações militares decorreram durante quase dois séculos e os limites conquistados avançaram, sensivelmente, de Sul para Norte e de Oriente para Ocidente[137].

A primeira presença militar romana no Entre-Douro-e-Minho ocorreu a propósito da expedição de *Decimus Iunius Brutus*, em 138-136 a. C., que assinalou os primeiros contactos diretos entre romanos e indígenas na região e o início do processo de integração do território no império romano[138]. Esta campanha parece ter conduzido a um processo de reorganização dos povoados dos finais da Idade do Ferro e potenciado o desenvolvimento de um modelo de povoamento

136 A conquista romana da Hispânia (Península Ibérica) iniciou-se em 218 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, entre Roma e Cartago, e terminou em 27 a.C., durante as guerras cantábricas. Jorge de Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, 1988 [1973]: 13 e 28; Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, "O povoamento Romano no território dos Galaicos bracarenses", 2005: 259.

137 Após a vitória na II Guerra Púnica o território conquistado foi dividido nas províncias da Hispânia Ulterior e da Hispânia Citerior que se expandiram ao longo das conquistas. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1988 [1973]: 13-28.

138 Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 260.

hierarquizado pelos grandes *oppida*[139]. A ausência de referências textuais sobre conflitos militares nesta região pressupõe que as comunidades proto-históricas passaram por um processo de integração pacífico[140].

Após a conquista definitiva da Hispânia, no contexto da (re)organização territorial estabelecida pela reforma político-administrativa de Augusto, estabeleceu-se uma nova ordem política, administrativa e jurídica[141] assente na instituição e delimitação de circunscrições territoriais: províncias, *conventia*[142] e *civitates*[143], onde se integraram os povoados proto-históricos romanizados (*castella*) e se instalaram novos tipos de aglomerados principais (*urbes*), aglomerados secundários (*vici*) e novas formas de exploração económica (*villae* e *casali*), que, articulados com uma rede de vias de comunicação, modelaram o território desde meados do século I[144].

Neste enquadramento, o território do vale do Ave integrava o convento bracarense, uma realidade sociopolítica vasta que compreendia o norte de Portugal e parte do sul da Galiza[145], com capital em *Bracara Augusta*, mais tarde capital da província da *Callaecia*[146].

Para o estudo deste território, considerámos como inventário principal o de Helena Carvalho (2008), complementado com as bases comuns ao estudo geral: as plataformas *online* Portal do Arqueólogo (2023), Hereditas (2021) e FamalicãoID (2019) e as cartas arqueológicas, de património e de ordenamento dos respetivos municípios. Além destas fontes, recorremos às cartas de aptidão da terra para agricultura da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte[147] (1994) para observarmos, em tom meramente hipotético, se a instalação das formas de povoamento romanas se interrelacionaram com a aptidão agrícola da terra.

---

139 *Oppidum*, plural de *oppida*, é o nome latino atribuído aos grandes assentamentos da Idade do Ferro. Armando Coelho da Silva, *op. cit.*, 1995: 507 e 517.

140 Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 260; Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 132.

141 Estabeleceram-se três circunscrições territoriais: as províncias da *Baetica*, *Tarraconensis* e *Lusitania*. O Noroeste peninsular fazia parte da *Tarraconensis* e integrava os *conventus bracaraugustano*, *lucense* e *asturum* cada qual com capital em *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, respetivamente. Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 413-415; Manuela Martins, "A Romanização", 2009: 224.

142 *Conventus* era uma circunscrição administrativa e judicial que possuía funções de natureza financeira, militar e religiosa. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1988 [1973]: 58.

143 *Civitates* estruturam-se no interior dos *conventia* e eram unidades territoriais com um centro urbano que atuava como capital e que funcionava como centro de administração imperial com um governo local próprio. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2018: 105.

144 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 413-415; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 224.

145 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 216.

146 *Bracara Augusta*, com a reforma administrativa de Diocleciano, nos finais do século III, tornou-se capital da província da *Callaecia*, autonomizada da *Tarraconensis*, que terá integrado os três conventos jurídicos fundados por Augusto. Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1988 [1973]: 60-61

147 As cartas de aptidão da terra para agricultura, às escalas 1.25 000 e 1.100 000, foram fornecidas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

O denso volume de informação bibliográfica que dispomos é proveniente da variedade de vestígios arqueológicos romanos e do número significativo de estudos sobre eles, dos quais citaremos os fundamentais.

De caráter geral, Alain Tranoy (1981) abordou a presença, a influência e o modo como a ocupação romana moldou a sociedade na região da atual Galiza.

Em Portugal, Alberto Sampaio e Orlando Ribeiro destacaram-se em diferentes áreas de estudo, na história e na geografia, respetivamente, e continuam a ser referências importantes no estudo das áreas rurais.

A obra de Alberto Sampaio, "As vilas do Norte de Portugal" (1979 [1923]), explora as origens, a evolução e o estabelecimento da propriedade na região do Minho. As obras de Orlando Ribeiro centram-se nas interações entre o homem e o meio, numa análise das dinâmicas sociais, económicas e geográficas, com ênfase nas características regionais. Em "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico" (1945) dedicou-se às características geográficas e culturais de diferentes zonas de Portugal e no quarto volume de "Opúsculos geográficos" (1991) dedicou-se a aspetos do povoamento e da vida rural.

Ainda no estudo do atual território português, é importante mencionar o incontornável contributo de Jorge de Alarcão (1988 [1973], 1992, 1996, 1998b, 1999, 2003 e 2018) na realização de uma variedade de escavações arqueológicas que culminaram na estruturação de conjunto de sínteses, classificações, hierarquias e cronologias.

Em continuidade com o período castrejo, outros trabalhos foram produzidos, nomeadamente da autoria de Carlos Alberto de Almeida (1968 e 1983b), de Manuela Martins (1988, 1989, 1990, 1992, 1995 e 2009), de Armando Coelho da Silva (1995 e 2007 [1986]), de Francisco Sande Lemos (2003 e 2004) e de Helena Carvalho (2008 e 2010), que possibilitam uma compreensão mais clara sobre os processos de continuidade e/ou mudança que caracterizaram o povoamento sob domínio romano.

Alguns autores, no âmbito de estudo da romanização, concentraram as suas pesquisas e análises em áreas específicas.

No campo da epigrafia, Javier Pintado (2009) abordou um conjunto de conhecimentos conceptuais, metodológicos e textuais sobre as inscrições latinas e, a nível regional, Armando Redentor (2011) avaliou a documentação epigráfica do convento bracarense.

Os vestígios funerários conhecidos em território português foram estudados no âmbito da arqueologia João Abreu (2002) e, com foco em Bracara Augusta, Manuela Martins (1989) e Cristina Braga (2015) estudaram as práticas funerárias

e as necrópoles da cidade.

Quanto ao povoamento, María Fernández Castro (1982) oferece uma visão abrangente sobre o contexto, a localização, a organização, a economia e a arquitetura das *villae* romanas em Espanha.

Por fim, relativamente à evolução da prática agrícola precedente, Jorge Dias (1982 [1948]) revê, perante o caso português, a classificação dos arados e fornece um panorama geral sobre as mudanças técnicas e tecnológicas.

A partir das fontes cartográficas e bibliográficas enunciadas, registámos na totalidade 156 vestígios romanos[148], que categorizámos em seis tipos de lugares de acordo com a sua função: de habitar (povoados, *habitats*, *vici* e *villae*); de sepultamento dos mortos (necrópoles); edifícios de caráter público ou comunitário (termas); de gravação de epígrafes (aras e inscrições); elementos associados ao sistema viário (pontes e marco miliário); e lugares cuja tipologia não foi determinada (tabela 11).

Tabela 11. categorias dos lugares romanos

lugares romanos (153)	de habitar (85)	1 cidade
		21 povoados (9 prováveis)
		13 povoados romanizados
		34 habitats
		2 *habitats* romanizados
		1 *villa* (2 prováveis)
		2 *vici*
	tumulares e espirituais (8)	5 necrópoles (3 prováveis)
	públicos (5)	5 termas
	de expressão e representação (31)	20 aras
		8 inscrições (3 prováveis)
	viários (5)	1 marco miliário
		4 pontes
	indefinidos (19)	19

148 O número de vestígios corresponde à totalidade dos integrados na cartografia e no inventário e, por isso, contabilizaram-se os que integram o vale do Cávado, porém, estes não foram objeto de análise.

3.2 A romanização das formas de habitar

A romanização "manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e dos modos de viver"[149], graças ao reordenamento territorial decorrente do sistema administrativo romano, que originou alterações no quadro de povoamento e demarcou um novo modelo de ocupação.

A fim de entendermos alguns fenómenos relativos à construção do espaço, é essencial termos presente o povoamento anterior numa leitura de continuidade temporal com a Proto-História. Portanto, trataremos aspetos relacionados com as alterações e permanências ocorridas na rede de povoamento pré-romano, ou seja, com o modo como as comunidades castrejas, maioritariamente fixadas em povoados fortificados, se integraram e se adaptaram ao sistema romano.

castella

A integração administrativa no império romano não conduziu ao imediato abandono dos povoados castrejos, pelo contrário, as duas formas de ocupação coexistiram, pelo menos, durante a primeira metade do século I d.C.[150].

Assistiu-se à romanização de alguns povoados castrejos e a fenómenos de mobilidade da população que conduziram à retração ou ao abandono gradual, parcial ou total, de outros[151]. Contudo, é provável que o processo de abandono não se tenha concluído de modo absoluto[152], pois, conforme Manuela Martins algumas populações viveram em *castella* até século III[153] e conforme Jorge de Alarcão até ao século V[154].

149 Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo geográfico*, 1945: 86.

150 Helena Abreu de Carvalho, "A construção do espaço ibérico em época romana: conceitos", 2010: 15.

151 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 66.

152 Fermín Pérez Losada, "Cidades e aldeias da Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano", 1998: 169.

153 Manuela Martins, op. cit., 1990: 169-171.

154 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 67-68.

Apesar disso, a maioria dos autores[155] concorda que a identidade da cultura castreja terminou no século I e, por isso, tratou-se de uma forma de habitar que permaneceu, independentemente das transformações políticas, económicas e socioculturais[156].

Assim, a continuidade entre o povoamento castrejo e romano foi garantida, não só pela continuidade da população, como também pela permanência dos espaços físicos[157]. A sobrevivência dos povoados castrejos não representou uma resistência aos modelos romanos, mas sim a manutenção de formas de ocupação úteis no quadro da organização romana por razões de ordem política, de exploração de recursos e de localização face ao controlo da rede viária ou dos interflúvios[158].

No caso do médio Ave, mesmo que os dados existentes possam decorrer de défices de investigação, 15 dos 31 povoados castrejos (48%) apresentam indícios de ocupação romana.

Esses povoados sobreviventes parecem seguir uma estratégia de implantação seletiva, seriam, sobretudo, fortificados e de grandes dimensões, com um a quatro circuitos de muralhas, e ocupariam relevos destacados, em outeiros ou esporão, a altitudes médias, entre os 200 e os 400 metros de altitude. Excecionalmente, os povoados da Santa Marta (15) e do Monte de Santo Tirso (125) situavam-se em posições sobranceiras, acima dos 400 metros, e dominavam visualmente os vales do Ave e do Cávado.

Para Helena Carvalho, a coexistência de alguns povoados com a fundação de *Bracara Augusta* poderá dever-se ao papel que desempenharam como lugares centrais no povoamento pré-romano[159]. De facto, no território em estudo, esta parece-nos uma hipótese viável sendo que três dos quatro lugares centrais do povoamento pré-romano - a Citânia de Briteiros (43), o Monte das Eiras (145) e o Monte do Castelo (126) - apresentam indícios de ocupação romana. Porém, eventualmente e por pouco tempo os lugares centrais terão mantido as funções e a sua importância no quadro da organização romana[160].

Por outro lado, o abandono dos povoados castrejos, fenómeno tendencial que atravessou vários séculos da ocupação romana, terá decorrido de fatores variados

155 Sobre as fases de desenvolvimento da cultura castreja consultar o capítulo 2, páginas 49-52.

156 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1992: 68.

157 Manuela Martins, "As Vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio", 1992: 392.

158 Francisco Sande Lemos, "O Poder Romano e a Reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais", 2004: 226; Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 270; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 237;

159 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2010: 14-15.

160 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 204-206; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 237-238.

associados à sua instalação romana efetiva e aos novos lugares de habitar[161], que seriam polos atrativos por adquirirem funcionalidades mais apropriadas ao nível dos serviços, administração, economia e exploração agrícola[162].

Atendendo aos poucos dados que dispomos para o médio Ave, apenas é possível assumirmos que os povoados abandonados eram de menores dimensões, com uma a duas linhas de muralhas, e estavam situados a altitudes variáveis.

Tal como a sobrevivência de alguns dos castros não constituiu um fenómeno de resistência às novas formas de ocupação, o seu abandono não deve ser entendido exclusivamente como um fenómeno de mobilidade para as terras baixas, dado que ambos os processos se inscrevem numa lógica de controlo e de exploração do território[163].

Embora não existam indicadores cronológicos que permitam avaliar o grau de romanização dos povoados castrejos, a disseminação das novas formas de povoamento reflete a adoção de um novo modo de habitar.

Neste ensaio interpretativo sobre alguns aspetos do processo de romanização do povoamento do médio Ave, confrontamo-nos com algumas dificuldades. Independentemente de terem sido identificados vários lugares romanos, o défice de estudos impossibilita a sua categorização e caracterização seguras. Logo, temos presente que a insuficiência dos dados tratados nos faculta uma imagem incompleta e superficial sobre o processo de romanização deste território em estudo.

Em função das condicionantes enunciadas, inventariamos os lugares de habitar de modo geral de acordo com as designações de "povoado" ou "habitat", de forma a ser possível observar as manchas gerais do povoamento, já que, com maior rigor, somente foram identificados dois aglomerados secundários (*vici*) e uma propriedade rural (*villa*).

Nesta perspetiva, procurámos tecer algumas observações relativas à organização do povoamento romano que, *à priori*, implicou a articulação de diferentes categorias de lugares de habitar.

Jorge Alarcão estabeleceu critérios que possibilitam diferenciar os vários tipos de lugares de habitar de modo a tornar legível a leitura do território e, nesse sentido, distinguiu três níveis de aglomerados populacionais: principais (*urbes*), secundários (*vici*) e terciários (*castella* e aldeias); e três tipos de povoamento rural disperso: *villae*, granjas ou quintas e casais[164].

161 Francisco Sande Lemos, *op. cit.*, 2004: 230; Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2010: 13.

162 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 237-238.

163 Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 271.

164 Jorge de Alarcão, "Três níveis de aglomerados populacionais romanos", 1998b: 177.

Quanto ao médio Ave, território que se insere num contexto rural a cerca de 20 km da capital *Bracara Augusta*, a par dos 15 povoados castrejos sobreviventes, surgiram, sob domínio romano, pelo menos, 54 lugares de habitar categorizados em dois *vici*, 21 povoados, 31 *habitats* e uma *villa*.

vici

Os *vici* (aglomerados secundários) não tinham fundação oficial, eram de origem e crescimento espontâneos e serviam, essencialmente, como núcleos promotores de bens e serviços. Na região do Minho os *vici*, por estarem associados à passagem das vias romanas, teriam desenvolvido funções de apoio viário, mas é provável que a sua maioria fosse plurifuncional, por agregarem outras atividades económicas complementares[165].

Na área em estudo, foram identificados os *vici* de Caldas das Taipas (31) e de Caldas de Vizela[166] (151) sobre os quais podemos apontar alguns aspetos em comum, tais como a sua posição baixa no vale, a menos de 150 metros de altitude, e a menos de 500 metros de distância das fontes hidrográficas principais, os rios Ave e Vizela, respetivamente. Ainda que o traçado da via romana que atravessava o território seja incerto, certamente passaria em proximidade a estes *vici*, razão pela qual poderiam ter desempenhado funções de apoio viário, além de, por disporem de serviços como termas (114 e 142), poderem ter agregado funções termais.

O facto dos *vici* agregarem equipamentos, serviços e funções variados aumentaria a sua centralidade e, por conseguinte, poderiam ter desempenhado, na estrutura de povoamento da região do Ave, o papel de lugares centrais de segunda ordem, de pequeno e médio alcance[167].

Diferentemente da noção atual de equipamentos, serviços e bens, entendemos que lugares como os *vici* eram propensos a ser habitados por indivíduos que desempenhavam profissões ligadas ao campo ou funções subsidiárias de artífices com a produção e fabricação de produtos necessários ao quotidiano.

aldeias

Relativamente aos aglomerados terciários, onde também se integrariam os *castella*, Jorge de Alarcão sugeriu a existência de aldeias, com base nos vestígios encontrados nas regiões do Alto Tâmega e Trás-os-Montes, considerados grandes para serem *habitats* individuais e pequenos para serem aglomerados secundários[168].

É possível que, na junção de pequenas propriedades, em locais de maior

165 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 232-234; Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2018: 221.

166 O *vicus* de Caldas de Vizela é o único caso na região do Minho que poderá ter atingido a condição de capital de uma civitas. Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 232.

167 Manuela Martins, "A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação", 1995: 90-92; Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 223-224.

168 Jorge de Alarcão, "Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho", 1996: 170-171; Jorge de Alarcão, "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", 1998a: 92.

acessibilidade, se tenham constituído pequenos povoados apelidados aldeias[169], cujo reconhecimento arqueológico não possibilita a sua caracterização[170].

A sua organização é desconhecida, no entanto, ao que tudo indica, seriam pequenos agrupamentos de casas rurais, sem fundação oficial, com vocação agropecuária ou mineira, localizados nas zonas baixas[171].

Mesmo que estas hipotéticas aldeias possam ter existido noutras regiões do país, Pérez Losada não considerou adequado generalizar a sua existência, principalmente porque parecem concentrar-se em áreas onde não existiram aglomerados secundários e propriedades rurais, como se se tratasse de uma alternativa de povoamento[172].

De modo particular, como o povoamento da região do Entre-Douro-e-Minho é, essencialmente, mais disperso e próximo, não será adequado considerar a existência de aldeias em fase romana. Na definição de Orlando Ribeiro, o termo "aldeia", no norte do país, foi precedido pelo latim *locus* que significa lugar[173] e, na de Alberto Sampaio, um *locus*, foi, desde a introdução do parcelamento, a forma mais comum de disposição das habitações dos lavradores e artífices[174].

Com fundamento nas definições expostas, podemos considerar a possibilidade de terem existido pequenos lugares habitados por populações que não pertenciam às propriedades de exploração agrícola. Estas populações poderiam ser pequenos proprietários que adotaram funções subsidiárias, quiçá em continuidade com as atividades da Idade do Ferro, como a metalurgia e a olaria[175], mas também a outros ofícios como carpinteiro, ferreiro, pedreiro e cesteiro.

Em todo o caso, a ausência de estudos sobre esta temática não permite confirmar ou negar a existência desta forma de habitar no vale do Ave.

propriedades rurais

O surgimento das propriedades de exploração agrícola romanas, como *villae*, casais e quintas, deveu-se, entre vários fatores, à distribuição e à atribuição de terras aos veteranos do exército romano e a colonos e à sua família[176]. Este facto terá provocado consequências na estruturação do território, nomeadamente,

169 Alberto Sampaio, *Estudos económicos. As vilas do norte de Portugal*, 1979 [1923]: XXIII (prefácio de Maria José Trindade).

170 Francisco Sande Lemos, *op. cit.*, 2004: 242; Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 269.

171 Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 1998: 170; Jorge de Alarcão, "Os arredores das cidades romanas de Portugal", 1999: 31; Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 269.

172 Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 1998: 70.

173 Orlando Ribeiro, *Opúsculos geográficos: O Mundo Rural*, 1991: 325.

174 Alberto Sampaio, *op. cit.*, 1979 [1923]: 77

175 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 94.

176 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 217; Juan Cruz Mendiola, "La aparición de las villas", 1999-2000: 225.

na organização das terras de cultivo e no estabelecimento de cadastros que conduziu à generalização da privatização da terra[177].

Uma *villa*, em conformidade com María Fernández Castro, era uma propriedade rural situada no campo que correlacionava a função habitacional com a agropecuária ou industrial. As edificações utilitárias que envolviam a exploração da terra (como lagares, fornos, entre outros) eram construídas de forma funcional e serviam a economia das *villae*, na medida em que se constituíam como parte integrante de um estabelecimento cujo edifício principal servia de habitação para o proprietário e para os trabalhadores[178].

A construção destas propriedades deveria ter em consideração aspetos como: a salubridade do sítio, por razões sanitárias; as condições climáticas e atmosféricas, situadas, preferencialmente, numa colina a meia altura para evitar a exposição ao vento e à chuva, como acontecia nos cumes das montanhas[179]; a fertilidade do solo em conciliação com a proximidade a cursos de água, por razões de produtividade, tendo o vale de um rio, de maior ou menor caudal, como enquadramento geográfico, e instavam-se em locais secos com boa exposição solar[180]; e a proximidade a vias que permitissem deslocações fáceis por motivos essencialmente económicos, se bem que essa proximidade fosse salvaguardada por conta dos constrangimentos causados[181], situando-se a uma certa distância da estrada, mas com fácil acesso a ela[182].

Além das *villae*, terão existido outras propriedades de média e pequena dimensão e de qualidade construtiva inferior designadas casais e quintas, subunidades agrícolas formadas a partir das *villae*[183].

As primeiras referências a casal provêm do latim *casalis* com o significado de "propriedade rural relativa" ou "pertencente à casa"[184] e a quinta provém do latim *quintana*, que em português arcaico tinha a forma "quintã"[185] , com origem obscura que na Idade Média tinha o significado de subunidade agrária dentro de uma *villa*[186].

---

177 Manuela Martins, *op. cit.*, 1995: 90-92 e Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 243.

178 María Fernandez Castro, *Villas Romanas en España*, 1982: 24-28.

179 *Ibidem*: 41.

180 *Ibidem*: 44.

181 Entre os constrangimentos causados pela proximidade imediata das *villae* às vias estão os estragos causados pelos viajantes e os contínuos pedidos de alojamento que prejudicavam os interesses destas propriedades. *Ibidem*: 49.

182 *Ibidem*: 49.

183 Alberto Sampaio, *op. cit.*, 1979 [1923]: 71; Orlando Ribeiro, *op. cit.*, 1991: 325.

184 A etimologia da palavra casal reproduz o artigo "Casal en la documentación altomedieval de Galicia" de Jaime Varela Cieiro (2005). André Evangelista Marques, "O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)", 2006: 105.

185 José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, 1980 [1936]: 278.

186 Alberto Sampaio, *op. cit.*, 1979 [1923]: 73.

No contexto do vale do Ave são raros os casos de *villae* que foram estudadas e são inexistentes os casos de identificação de outros tipos de propriedade, por consequência a escassez de dados dificultou o estudo de modelos interpretativos.

Manuela Martins sugeriu que as *villae*, na área próxima a Bracara Augusta, apresentavam dois tipos de implantação, o primeiro situado em proximidade à rede viária e o segundo associado à exploração do vale[187]. Trata-se de uma hipótese que necessitaria de ser confirmada para o vale do Ave, visto que o registo arqueológico não oferece informação suficiente, apesar de podermos apontar aspetos em comum.

A *villa* Via Cova (138), bem como as *villae* prováveis do Covelo (142) e da Quinta do Barral (130) implantaram-se em lugares com condições semelhantes, enquadráveis no segundo tipo de implantação, em vertentes suaves, em terras com aptidão agrícola[188], com acesso a linhas de água, boa exposição solar e com controlo visual sobre os terrenos. A Via Cova também pode ser integrada no primeiro tipo de implantação porque se implantou, a cerca de 1km de distância da via XVII.

Outros lugares do território em estudo foram interpretados por Manuela Martins como possíveis *villae*[189], entre eles estão os lugares do Assento (1), Campo do Cruito (33), Igreja de Creixomil (51), Oliveiras (82), Igreja de Ronfe (66) e Monumento do Paço (79). Apesar de não o podermos confirmar, verificamos que estes lugares se implantaram em terras com aptidão agrícola, o que pode ter sido um fator para a escolha do sítio a habitar, especialmente se se tratassem *villae*.

sistema viário

Alicerçada ao modelo hierarquizado de povoamento aglomerado e rural, estruturou-se uma rede de vias de comunicação que constituíram uma das principais entidades reguladoras da organização da paisagem e da (re)estruturação do povoamento[190].

A rede viária assegurava a circulação de pessoas e de bens e era constituída por itinerários que estabeleciam ligações a várias escalas: a partir das vias primárias, que respondiam às prioridades estratégicas, administrativas e económicas e asseguravam as ligações provinciais e conventuais, ramificavam-se as vias secundárias de interesse regional que ligavam aos aglomerados secundários e, a partir destas, as vias terciárias (caminhos vicinais e privados) acediam às propriedades rurais[191].

187 Manuela Martins, *op. cit.*, 1995: 98.

188 A aptidão da terra é classificada em elevada, marginal e moderada e serve de base meramente indicativa porque é feita consoante os dados da "Carta de aptidão da terra para a agricultura", na escala 1.25 000, facultada de Direção Regional de Pescas do Norte.

189 Manuela Martins, na inventariação dos lugares romanos da região de Braga, distingue os tipos de propriedade entre *villae* e casais. Manuela Martins, *op. cit.*, 1995: 112 e 114.

190 Manuela Martins, *op. cit.*, 1995: 102; Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 241 e 264; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 240.

191 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 238 e 240; Armando Redentor, "A cultura epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars occidentalis). Percursos pela sociedade Brácara da época romana", 2011: 251

Para a capital conventual *Bracara Augusta* convergiam, pelo menos, seis itinerários principais[192], cinco referidos no *Itinerário de Antonino*[193] e um não referido, que atravessava o vale do Ave e fazia a ligação a *Emerita Augusta*, por *Tongobriga*[194]. A existência desta via está comprovada por evidências arqueológicas e arquitetónicas concretas: o marco miliário[195] de Sande São Martinho (71), a ponte de Campelos (91) sobre o rio Ave e as pontes de Negrelos (92), Velha (153) e do Arco Pombeiro (93) sobre o rio Vizela.

Para o traçado dessa via existem duas propostas, a de Carlos Alberto de Almeida (a) pelo miliário e pela ponte sobre o Ave, da qual irradiariam três vias distintas que cruzavam o rio Vizela nas respetivas pontes[196] e a de Helena Carvalho (b) que atravessaria os *vici* de Caldas das Taipas e de Caldas de Vizela[197] (carta 4).

A proposta de Carlos Alberto Almeida, do ponto de vista do traçado, é segura por unir os vestígios arqueológicos e arquitetónicos que se relacionam de modo direto com as vias - o miliário e as pontes. Porém, o percurso, no seu troço inicial, estaria dificultado pelas oscilações de altitude ao atravessar o Monte Frio.

A proposta de Helena Carvalho, embora não considere os vestígios relacionados diretamente com a via e ligue os *vici* das Taipas e de Vizela, estaria facilitada a nível de percurso por atravessar locais a altitudes sensivelmente constantes, em posição de vale, e utilizar os lugares de portela para a travessia entre montes.

Pela coerência das duas propostas, interrogamos sobre a possibilidade de serem complementares uma vez que, salvo pequenas dissonâncias entre autores relativamente ao traçado, ambos apontam uma via em comum. O mais provável seria então que a via que ligaria a *Emerita Augusta* passasse no miliário, nas imediações do *vicus* das Taipas, pela ponte de Campelos, e nas imediações do *vicus* de Vizela, pela ponte Velha (153). Independentemente de Carlos Alberto de Almeida ter considerado como via principal a que atravessava a ponte do Arco Pombeiro (93).

Nesta lógica, as restantes vias apontadas pelo autor poderiam corresponder a vias secundárias, na medida em que, a via que passaria na ponte S. Martinho do

---

192 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 243; Armando Redentor, *op. cit.*, 2011: 251.

193 O *Itinerário de Antonino* refere as principais estradas do Império, representadas por traços retilíneos, e faz menção a 372 vias terrestres, a mansiones e distâncias entre elas. Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 108.

194 Alain Tranoy, *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, 1981: 214.

195 Um marco miliário era colocado ao longo das vias com a inscrição do número de milhas e do nome do seu promotor. Muitos deles estão deslocados da sua posição original ou danificados, o que potencia dúvidas sobre o traçado das vias. Narciso Machado, *A rede viária romana e medieval no concelho de Guimarães*, 2012: 31.

196 Carlos Alberto de Almeida, "Vias Medievais entre o Douro e Minho", 1968: 40-42.

197 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 248.

Campo (92) ligaria à via principal XVI, com direção a *Calem* ou à zona marítima[198].

No entanto, não trataremos a rede viária como uma temática central, por existirem dúvidas quanto ao seu traçado, em grande medida conjetural, e sim como parte integrante nas observações estabelecidas sobre a organização do povoamento.

O povoamento pré-existente poderia ter tido um papel catalisador na organização das vias e a atração exercida por elas possibilitou a criação de novas formas de povoamento[199]. As vias não seriam traçadas alheias ao seu contexto, nomeadamente ao relevo, de modo a facilitar o percurso, e ao povoamento pré-existente, ao mesmo tempo que serviriam de atração para o estabelecimento de novos lugares de habitar.

De facto, as vias propostas para o vale do Ave atravessavam, principalmente, os solos férteis do vale, a menores altitudes, onde se implantaram a maioria dos lugares de habitar de raiz romana.

A nossa observação levou a concluir que os lugares habitados se situaram, recorrentemente, a uma determinada distância face às vias, em posições ligeiramente mais elevadas, pelo que podemos admitir a adoção de posições que usufruíssem da proximidade às vias, mas, em simultâneo, que possibilitassem alguma segurança face às mesmas, como seria o caso de Bugalhós (30), Campo do Cruito (33), Cidade de Pedraúca (42), Igreja de Guardizela (53), Igreja de Silvares (67), Paço (84), Quinta do Mogada (94) e Rocha (101).

Além disso, alguns povoados castrejos romanizados situados nas imediações das vias, tal como mencionado anteriormente, poderiam ter sobrevivido e funcionado como pontos de referência e de controlo territorial, em posições elevadas face às mesmas, como são exemplo os povoados da Santa Marta (15), Picoto de Santo Amaro (90), Santa Eulália (104), Monte de Santo Tirso (125) e Monte do Castelo (126).

198 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1968: 39-42.

199 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 382.

3.3 Uma interpretação sobre a romanização do povoamento

"Na Idade do Ferro e na época romana (…) o espaço é, pois, (ou tem sido) ocupado de diferentes maneiras e, naturalmente, percecionado e vivido de diferentes modos"[200].

Partindo dessa perspetiva, a nossa intenção é estabelecer breves considerações sobre a evolução do povoamento do médio Ave entre os finais do último milénio a.C. e os inícios da nossa Era, de modo semelhante ao feito anteriormente sobre os vestígios pré-históricos e proto-históricos.

A estrutura de povoamento pré-romano teve como forma de habitar predominante o castro e, nos últimos dois séculos precedentes ao domínio romano, as diferenças entre povoados, em termos de localização, dimensão, morfologia interna e sistema defensivo, na região de Entre-Douro-e-Minho, parecem reveladoras de uma hierarquia de povoamento[201]. Neste sentido, a nível da rede de povoamento, pelo menos em finais do I milénio a.C., predomina uma estrutura centralizada e hierarquizada pelos grandes *oppida*, enquanto a romanização criou uma rede de lugares centrais de primeira e segunda ordem: os aglomerados urbanos (*urbes*) e semiurbanos (*civitates*)[202].

Embora tenha ocorrido uma alteração nas centralidades entre os modelos de povoamento castrejo e romano, as duas formas de habitar coexistiram e estabeleceram relações de proximidade e vizinhança formando um sistema comum.

Em primeiro, devido à proximidade entre muitos dos povoados castrejos, abandonados ou sobreviventes, e povoados romanos, é possível que o assentamento romano tenha resultado, em parte, da mobilidade das populações

200 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 2003: 108.

201 Manuela Martins, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada, *op. cit.*, 2005: 263-265.

202 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2010: 22

Carta 4.1 Monte de São Miguel
Carta 4.2 Monte de Santa Eulália

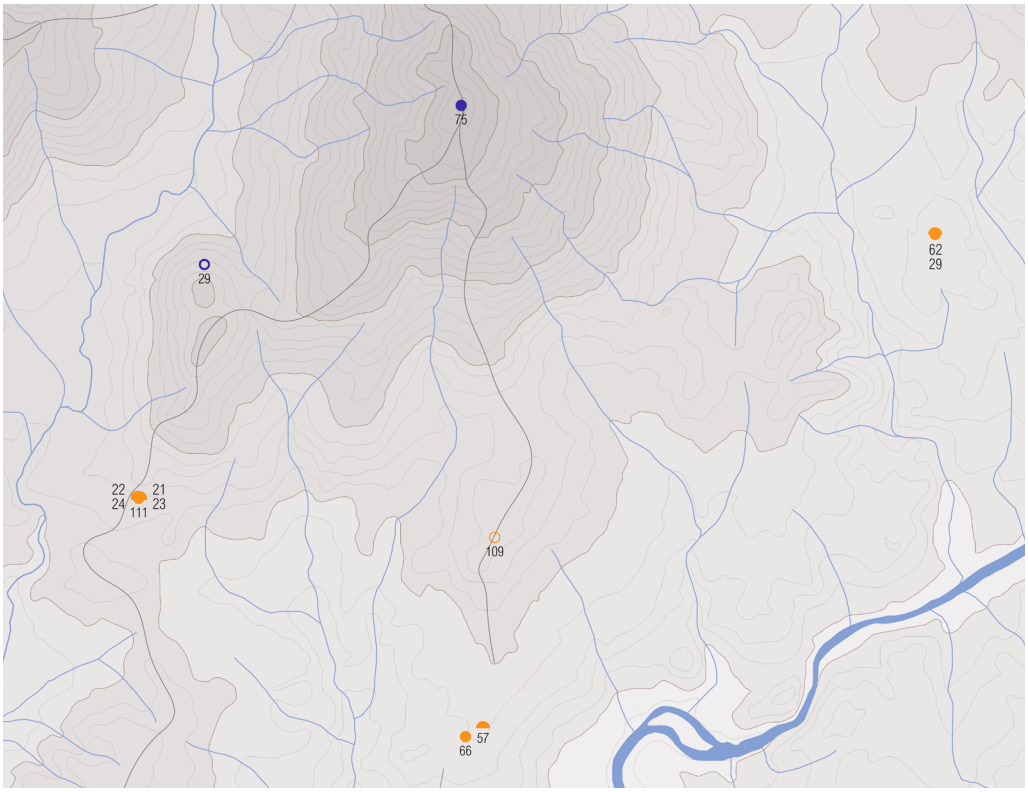
escala 1. 25 000

Proto-História: ● povoado ○ povoado provável
Romanização: ● povoado ◉ *habitat* ○ indefinido ◓ ara

0 250 m 500 m 1 km

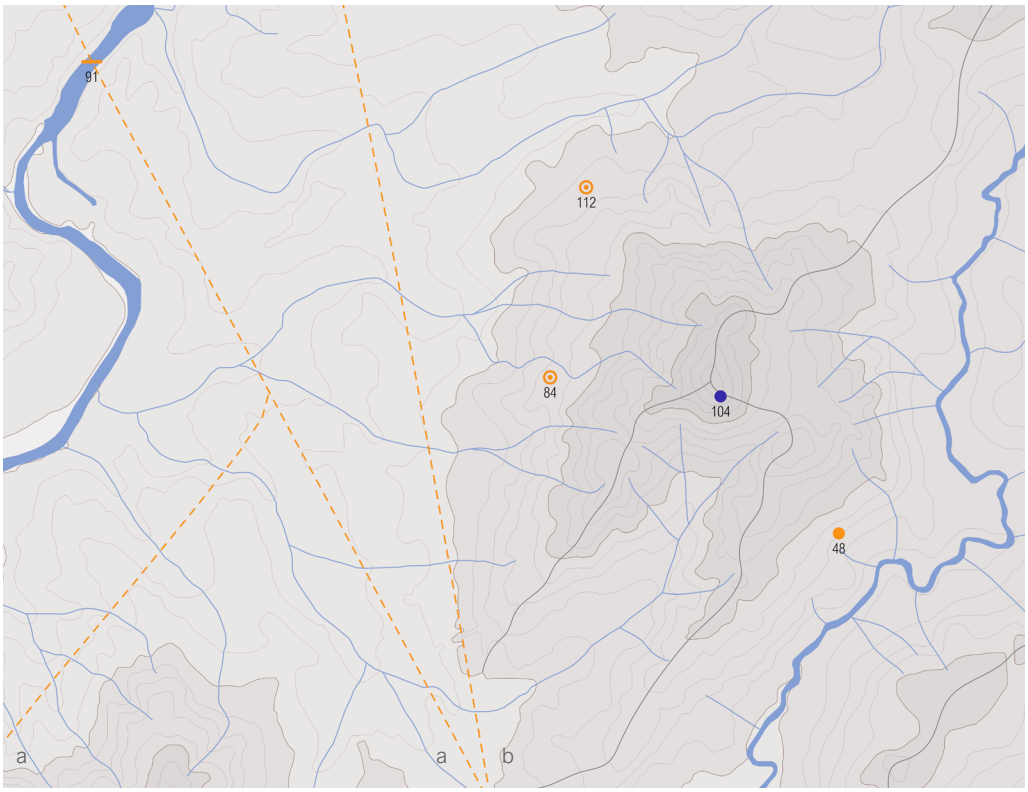
N

4.1
povoado castrejo romanizado do Monte de S. Miguel com lugares de habitar romanos implantados no seu sopé



Ara a Júpiter 21
Ara a Reo Sancto 22
Ara por Cabura Ladroni 23
Aras anepígrafas 24
Brito 29
Couces 29
Igreja de Ronfe 1 57
Igreja de Brito 62
Igreja de Ronfe 66
Monte de S. Miguel 75
Senhora do Barreiro 109
Serralharia Vidal 111

4.2
povoado castrejo romanizado de Santa Eulália com lugares de habitar romanos implantados no seu sopé



via de Carlos de Almeida a
via de Helena Carvalho b

Covilhã 48
Paço 84
Ponte de Campelos 91
Santa Eulália 104
Sezite 112

do respetivo castro para posições de média-baixa vertente ou no vale, como pode ter ocorrido em São Miguel (carta 4.1) ou em Santa Eulália (carta 4.2).

Casos em que ocorreu o oposto, ou seja, a mobilidade para posições mais elevadas, são raros, todavia aconteceram nos lugares do Assento (1) e da Barroca da Pereirinha (26), numa atitude de aproximação às cumeadas entre as bacias hidrográficas do Cávado e do Vizela, respetivamente.

No caso do lugar do Assento (carta 4.3), porventura, por ter sido apontado por Manuela Martins como possível *villa* e pela sua posição numa área com aptidão agrícola, poderia estar associado à exploração de uma economia de monte. Quanto ao lugar da Barroca da Pereirinha (carta 4.4), por se situar numa área sem aptidão agrícola e atendendo à toponímia, podemos colocar a hipótese de estar associado à exploração de algum recurso mineiro, uma vez que "barroca" significa monte ou rocha de barro ou piçarra[203].

Deste modo, algumas opções por posições elevadas durante o período romano, no nosso entendimento, poderiam estar associadas a uma exploração consciente dos recursos da terra, sejam a prática da pastorícia, a exploração mineira e, eventualmente, a exploração agrícola.

Em segundo, a proximidade e a intervisibilidade entre algumas *villae* e povoados castrejos sobreviventes, conforme Helena Carvalho, poderá ter resultado da apropriação das terras outrora controladas pelos povoados castrejos ou que a exploração agrícola pudesse estar organizada entre ambos[204]. Disto é exemplo a *villa* Via Cova (138), a cerca de 1km do Monte do Castelo (126) (figura 18 e carta 4.5).

Para além de certas continuidades entre os modelos de povoamento castrejo e romano, das alterações ocorridas a mais significativa incidiu na estrutura física do povoamento com a ocupação intensa do vale, possível graças à introdução de novos tipos de propriedades de exploração rurais e de tecnologia necessária à exploração da terra.

No quadro geral, a economia de subsistência agro-silvo-pastoril praticada pelos habitantes dos castros foi, paulatinamente, substituída pelas propriedades de exploração agrícola romanas[205]. Assim sendo, "deve-se aos romanos a transformação radical de uma região selvática numa área cultivada e produtiva"[206] em que "a economia de montanha (…) cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos bons solos da planura e do vale, com emprego regular do arado de

203 *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 1991: 531.

204 Helena Abreu de Carvalho, *op. cit.*, 2008: 148-149.

205 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 141.

206 Orlando Ribeiro, *op. cit.*, 1945: 120.

Carta 4.3 lugar do Assento

Carta 4.4 lugar da Barroca da Pereirinha

Proto-História: ● povoado ◎ *habitat* ○ povoado provável

Romanização: ● povoado ◎ *habitat* ○ indefinido

◠ ara △ inscrição provável

escala 1. 25 000

0 250 m 500 m 1 km

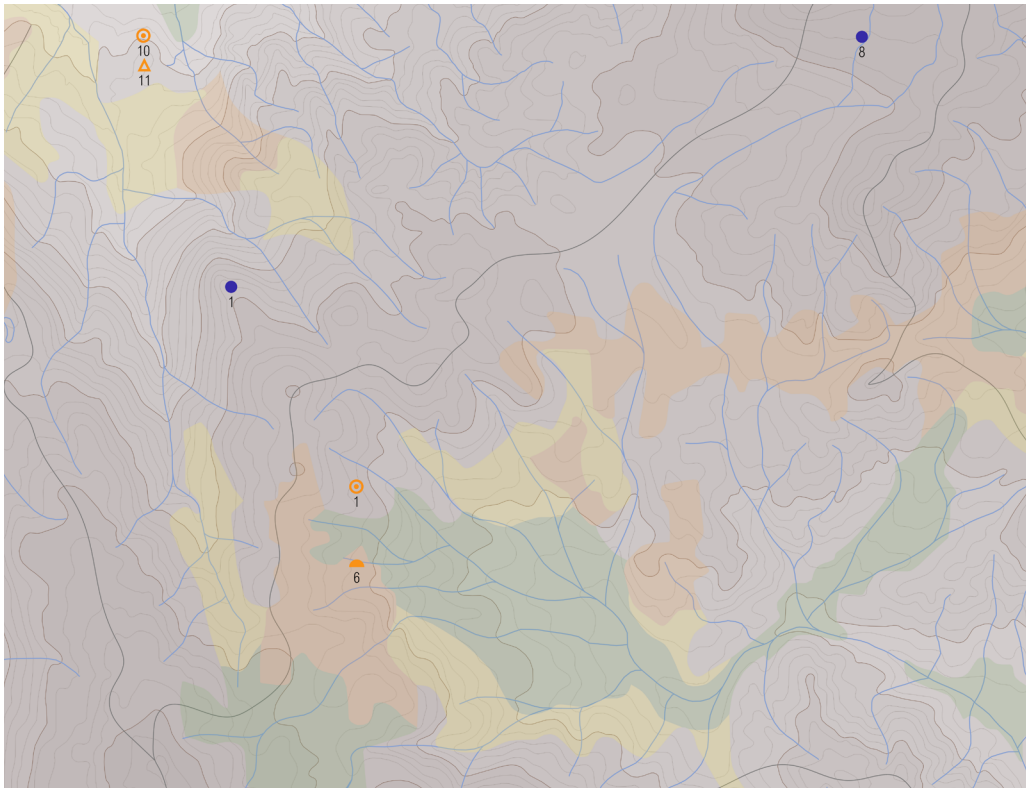
N

4.3

aptidão elevada

aptidão marginal

aptidão moderada



Assento 1

Alto do Castro 1

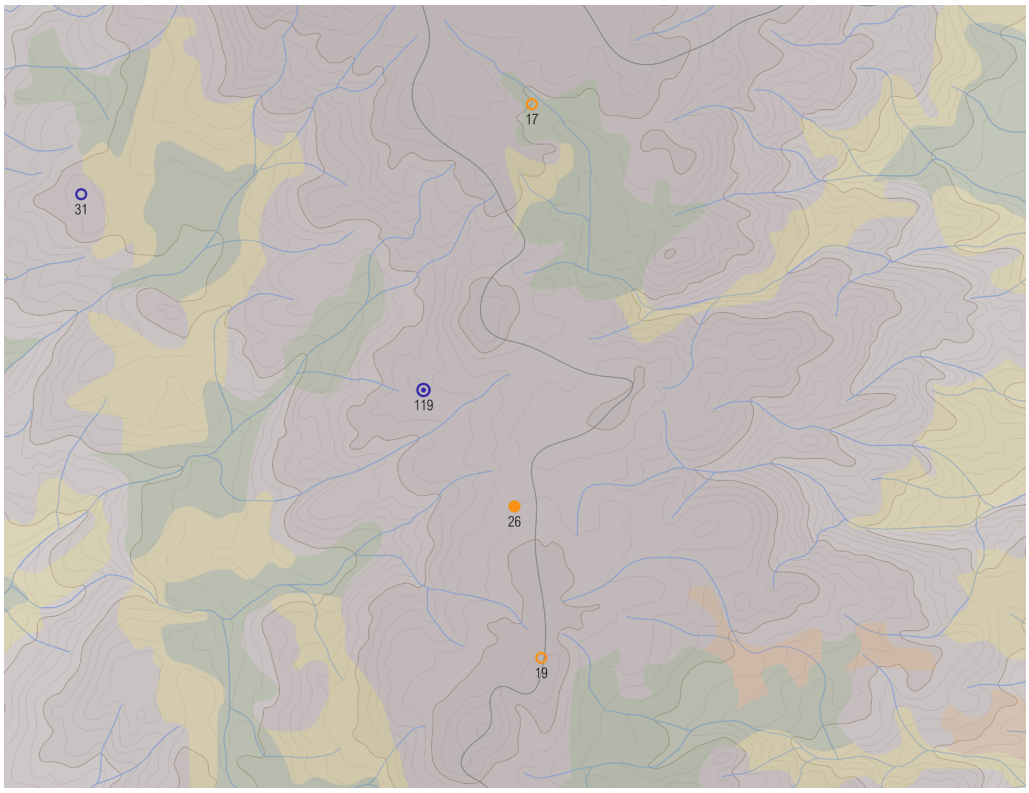
Igreja de Espinho 6

Pau de Bandeira 8

Igreja Este S. Pedro 1 10

Igreja Este S. Pedro 2 11

4.4



Castanheira 17

Veigas do Lustoso 19

Barroca da Pereirinha 26

Margial 31

Vilarinho 119

Figura 18. vista da *villa* romana Via Cova para nordeste

Carta 4.5 proximidade da *villa* romana Via Cova ao povoado romanizado do Monte do Castelo

Proto-História: ● povoado ★ balneário Romanização: ⬟ *villae*

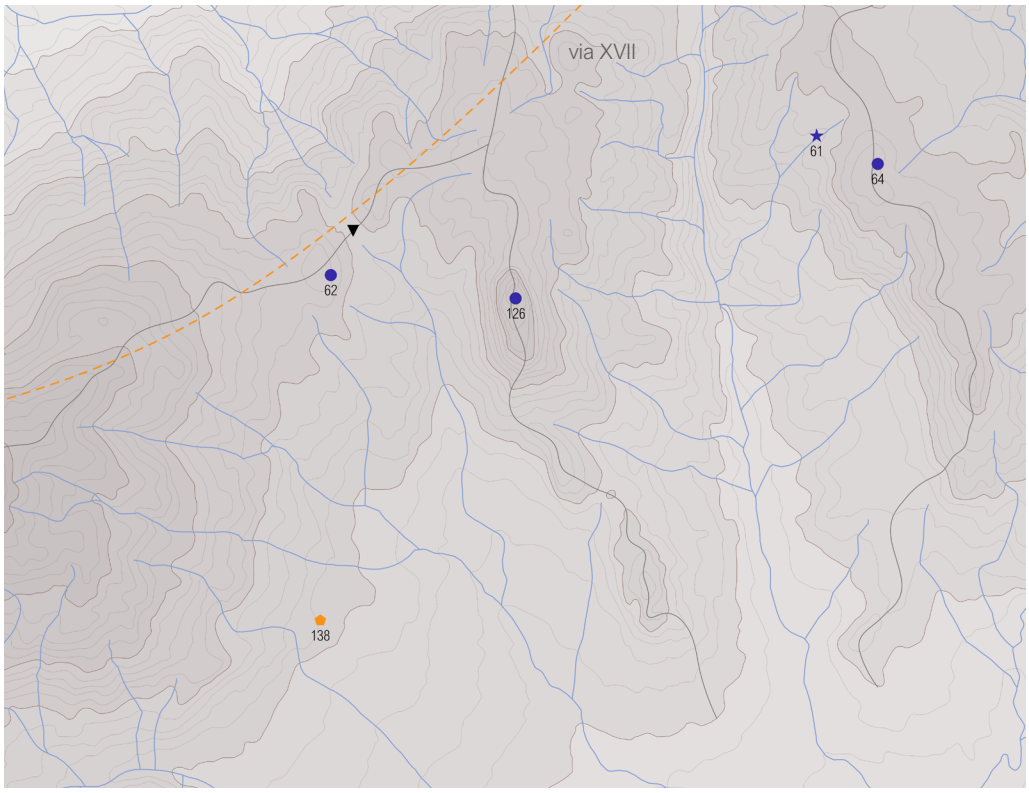
escala 1. 25 000

0 250 m 500 m 1 km N

© Sandra Gonçalves 2023

18

4.5



Balneário do Alto de Quintãs 61
Bouça do Campo Novo 62
Castro de Calvos 64
Monte do Castelo 126
Via Cova 138

Para observarmos a correlação entre a qualidade da terra e as formas de povoamento romanas, cruzamos a carta de aptidão da terra para a agricultura, à escala 1.25 000, fornecida pela DRAPN, com os vestígios de lugares de habitar cartografados.

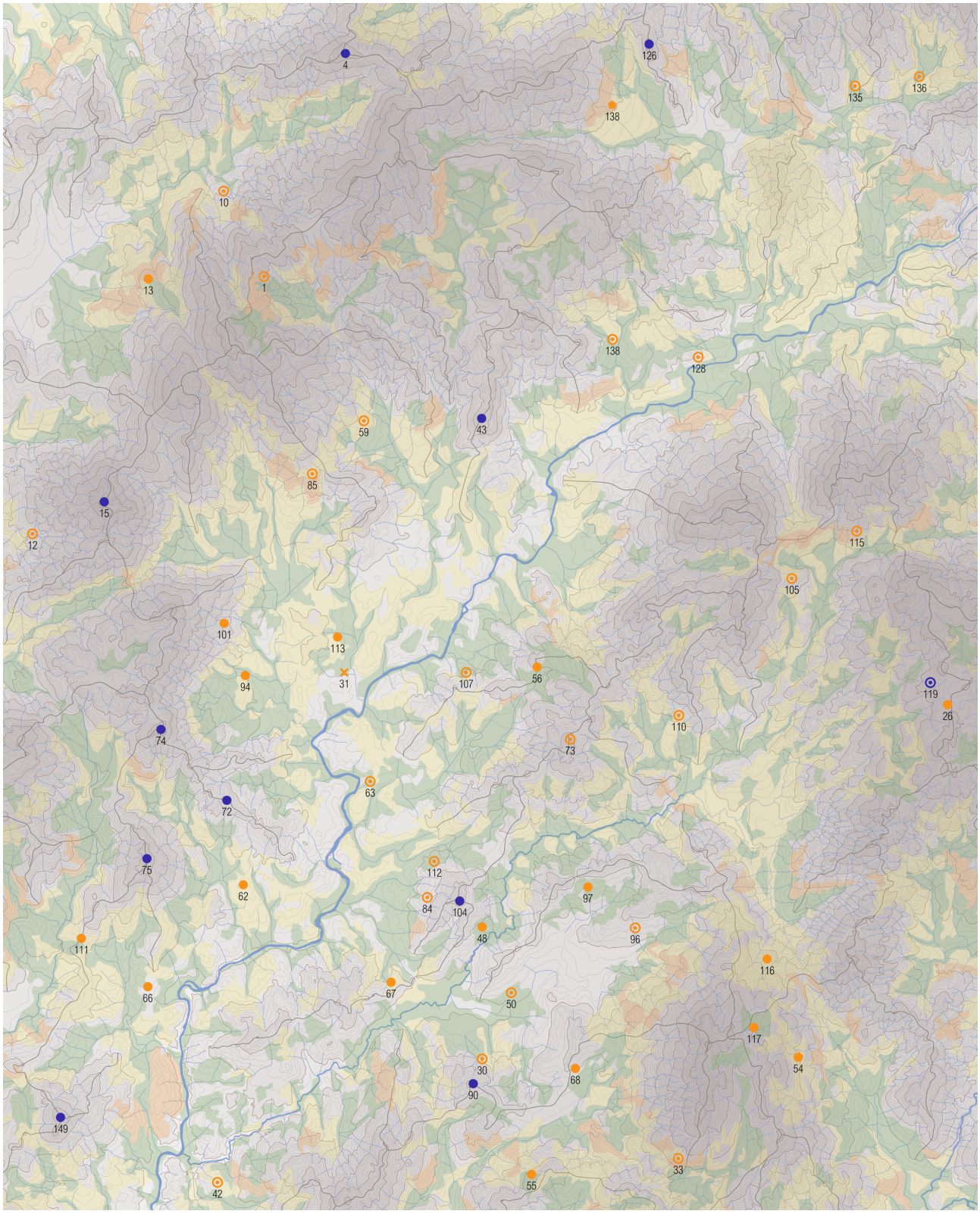
aptidão elevada aptidão marginal aptidão moderada

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

Carta 4.6 cruzamento entre os lugares de habitar romanos e a aptidão da terra para a agricultura



madeira"[207]. Entre os vários tipos de alfaias agrícolas, os romanos introduzem o arado[208], que permitia o arroteamento da terra e contribuiu para a redução das zonas florestais no vale, gradualmente convertidas em terras de cultivo[209]. Apesar deste instrumento ter sido utilizado em algumas regiões do país, não existem provas da sua existência na região litoral Norte[210], em que se enquadra o território em estudo.

Portanto, interrogamo-nos se o posicionamento dos lugares de habitar romanos, que poderiam ser propriedades de exploração agrícola, estariam relacionados com a qualidade do solo. Em função disso, cruzamos os dados reunidos com as cartas de aptidão da terra[211] (carta 4.6) e verificamos que, de modo geral, os lugares de habitar romanos se implantaram em sítios com aptidão agrícola e os lugares de habitar castrejos, situados nos cumes dos montes, em sítios sem aptidão agrícola, mas circundados por terrenos férteis.

Na cultura castreja as populações tinham como sustento a agricultura praticada em campos e terrenos de cultivo próximos dos castros, a terra e os seus produtos e recursos eram de todos[212]. Ainda que a noção de propriedade individual da terra tenha sido introduzida com a romanização, é importante ter consciente de que também terá existido no intramuros dos castros por meio da divisão e da individualização de unidades familiares.

Em síntese, os relevos em altitude começaram a ter um povoamento mais residual quando, à medida que a influência romana se difundia, a agricultura, fonte primária de sustento, se estendeu às terras de melhor qualidade no vale.

Com base na observação das terras em torno de Briteiros e de Sabroso, Carlos Alberto de Almeida afirmou que, por via da romanização, em meados do século I, começou a ocorrer a dispersão da população pelo território[213].

No entanto, a exploração do vale não seria um processo novo, mas que foi acentuado na romanização, visto que Manuela Martins constatou que, na região do Cávado, as populações indígenas, antes dos primeiros contactos com os romanos, teriam adotado

207 Orlando Ribeiro, *op. cit.*, 1945: 87.

208 O arado romano de madeira era um instrumento agrário utilizado para abrir o sulco na terra. Orlando Ribeiro, *op. cit.*, 1945: 126.

209 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 90.

210 Jorge Dias, *op. cit.*, 1982 [1948]: 129 e 186.

211 As cartas de aptidão da terra para uso agrícola, nas escalas 1:25 000 e 1:100 000, foram fornecidas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

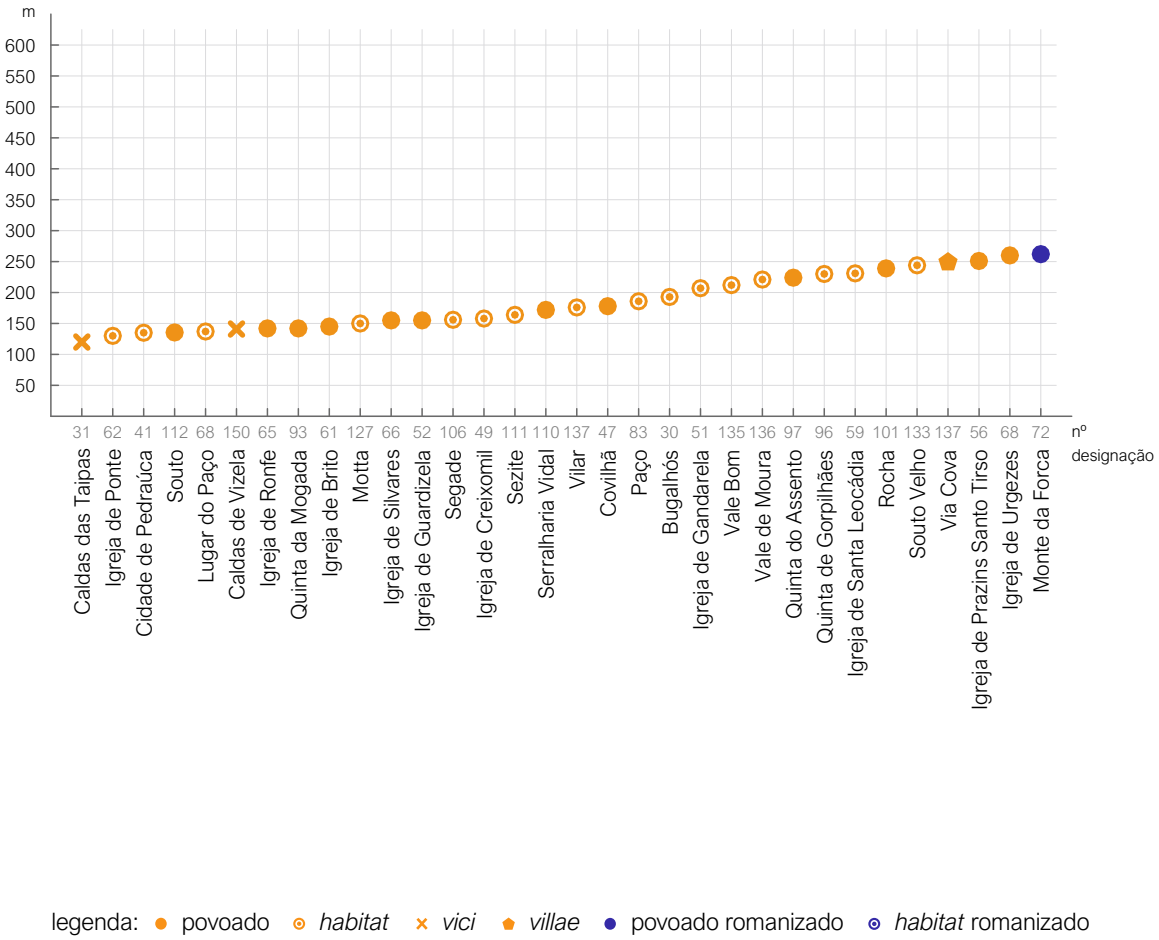
212 Jorge Dias, *op. cit.*, 1982 [1948]: 153-154; Carlos Alberto de Almeida, "O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação", 1983b: 193-194.

213 Carlos Alberto de Almeida, *op. cit.*, 1983b: 193.

Tabela 12. altitudes dos lugares de habitar romanos

Gráfico 3. altitudes dos lugares de habitar romanos

	altitude (m)	quantidade	total
lugares de habitar romanos (65)	100 - 150	10 (2 *vici*)	20
	150 - 200	10	
	200 - 250	9	18
	250 - 300	9 (1 *villa*)	
	300 - 350	7	17
	350 - 400	10	
	400 - 450	4	7
	450 - 500	3	
	500 - 550	2	3
	550 - 600	1	



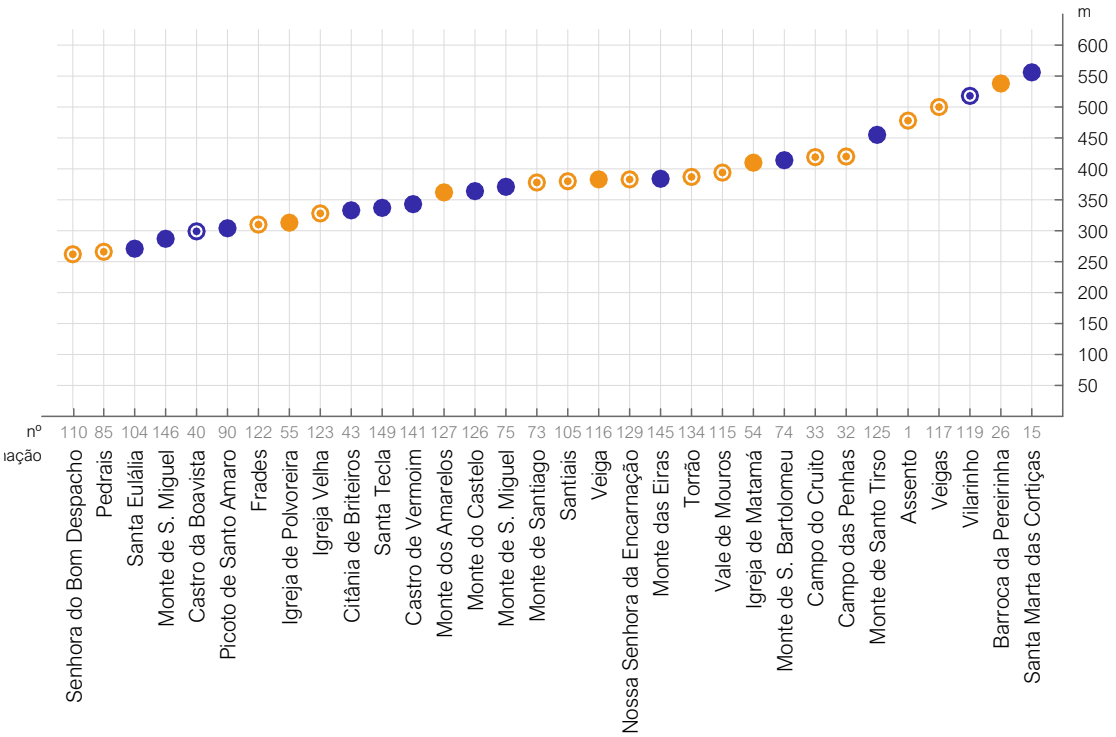
legenda: povoado *habitat* *vici* *villae* povoado romanizado *habitat* romanizado

formas de exploração dos vales através de povoados de baixa altitude[214].

altimetria

A análise altimétrica dos vários tipos de lugares de habitar do médio Ave (tabela 12 e gráfico 3) vem ao encontro do enunciado. Sublinhamos que o povoamento romano estava tendencionalmente situado em altitudes baixas, sobretudo no intervalo altimétrico dos 100 aos 200 metros. Em todo o caso, manteve uma ocupação constante até aos 400 metros, o que revela o predomínio de posições intermédias entre os cumes dos montes e o fundo dos vales. Algo que, porém, não anula a existência de uma ocupação residual de povoados de raiz romana em posições médias-altas, entre os 400 e os 600 metros, que poderiam estar associadas à exploração de certos recursos, como também de povoados castrejos romanizados que poderiam estar associados a posições estratégicas de controlo territorial.

De modo particular, um conjunto de lugares de habitar - os *vici* das Taipas (31) e de Vizela (151) e os lugares da Motta (128), Igreja de S. João de Ponte (63), Segade (107) e Igreja de S. Tiago de Ronfe (66) - instalaram-se em proximidade às fontes produtivas proporcionadas pelo vale, a cotas baixas e em contacto direto com o rio Ave. Por esse motivo poderiam estar associados ao aproveitamento desse recurso hídrico permanente que, pelos nossos cálculos, se situava a menos de 500 metros de distância.



214 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 216-217.

Até ao momento, o povoado de baixa altitude mais antigo situa-se no vale do Cávado e a sua origem deve remontar ao séc. III a.C. e o seu abandono a meados do séc. I, portanto anterior à romanização. Manuela Martins, "A arqueologia dos castros no norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação", 1988a: 38-39.

A análise de Manuel Fernandes de Sá sobre a organização do povoamento contemporâneo do Médio Ave (1986) vai ao encontro do observado. Nas palavras do arquiteto, a distribuição do povoamento deste território processa-se "em perfeito sincronismo com a morfologia deste território, não existindo densidades apreciáveis a partir da altitude de 300 metros"[215].

Estas observações sugerem-nos que o povoamento rural disperso, caracterizado pelas propriedades agrícolas romanas que surgiram também ao longo da Alta Idade-Média, terá estabelecido os alicerces do atual povoamento disperso do Entre-Douro-e-Minho.

Entre as razões que nos levaram a entrelaçar estas ideias, estão o facto de os lugares de habitar romanos se instalarem de forma dispersa, em sítios de menor altitude e em posições intermédias dos relevos, onde a condicionante defensiva não aparenta ter tido um papel predominante, pelo menos como tinha na fase pré-romana. Estas posições no terço médio dos montes estão de acordo com os princípios enunciados pelos agrónomos romanos[216] de que, de preferência, se devia construir ao pé de uma colina a meia altura, de forma a ter em consideração as condições atmosféricas e a qualidade da terra para o cultivo.

215 Manuel Fernandes de Sá, *op. cit.*, 1986: 51.

216 As informações foram retiradas dos textos dos agrónomos romanos *Columella* e *Marcus Varro*. María Fernandez Castro, *op. cit.*, 1982: 41.

3.4 A aculturação das práticas rituais e religiosas

Outros vestígios revelam a assimilação, a adaptação e a adoção de novos hábitos, cultos e formas de homenagear os mortos e as divindades por parte dos indígenas, que parecem ter sido os principais autores responsáveis por esse mundo em transformação[217].

lugares tumulares

O facto de as populações indígenas terem adotado os novos modos de homenagear os mortos é um sinal significativo da mudança dos hábitos sociais e culturais[218]. Enquanto os enterramentos castrejos de cremação eram inseridos dentro dos povoados, no interior das unidades familiares, onde os vivos e os mortos ocupariam o mesmo espaço, os enterramentos romanos eram depositados em lugares específicos para o sepultamento: as necrópoles.

Segundo a lei romana, era imposto, por razões de ordem ideológica, sanitária e de integridade do espaço urbano, que os lugares de sepultamento se localizassem no exterior das cidades[219]. A configuração de autênticas "cidades dos mortos" ao longo das vias e em espaços bem definidos[220] permitia uma acessibilidade facilitada e estabelecia uma distinção clara entre o lugar dos mortos e o dos vivos[221], à semelhança do que aconteceu em *Bracara Augusta*[222].

Quanto às necrópoles situadas em áreas rurais, o arqueólogo João Abreu referiu que a maioria dos vestígios funerários estavam ligados a pequenos povoados e a explorações agrícolas, como *villae* ou casais[223].

217 Manuela Martins, *op. cit.*, 1990: 216.

218 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 258.

219 Cristina Braga, "Entre a vida e morte: Rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta", 2015: 124-125.

220 Javier Andreu Pintado, "La epigrafía funeraria", 2009b: 333.

221 Manuela Martins e Manuela Delgado, "As necrópoles de Bracara Augusta", 1989-90: 175.

222 *Ibidem*: 48; Cristina Braga, *op. cit.*, 2015: 128.

223 João Ferreira Abreu, "Necrópoles romanas do território português", 2002: 35.

Figura 19. fotografia aérea do *habitat* da Igreja de São João de Ponte e proximidades

Carta 4.7 *habitat* da Igreja de São João de Ponte e proximidades

Romanização: ⊙ *habitat* × *vici* ★ termas ■ necrópole ▲ inscrição ◠ ara

escala 1. 25 000

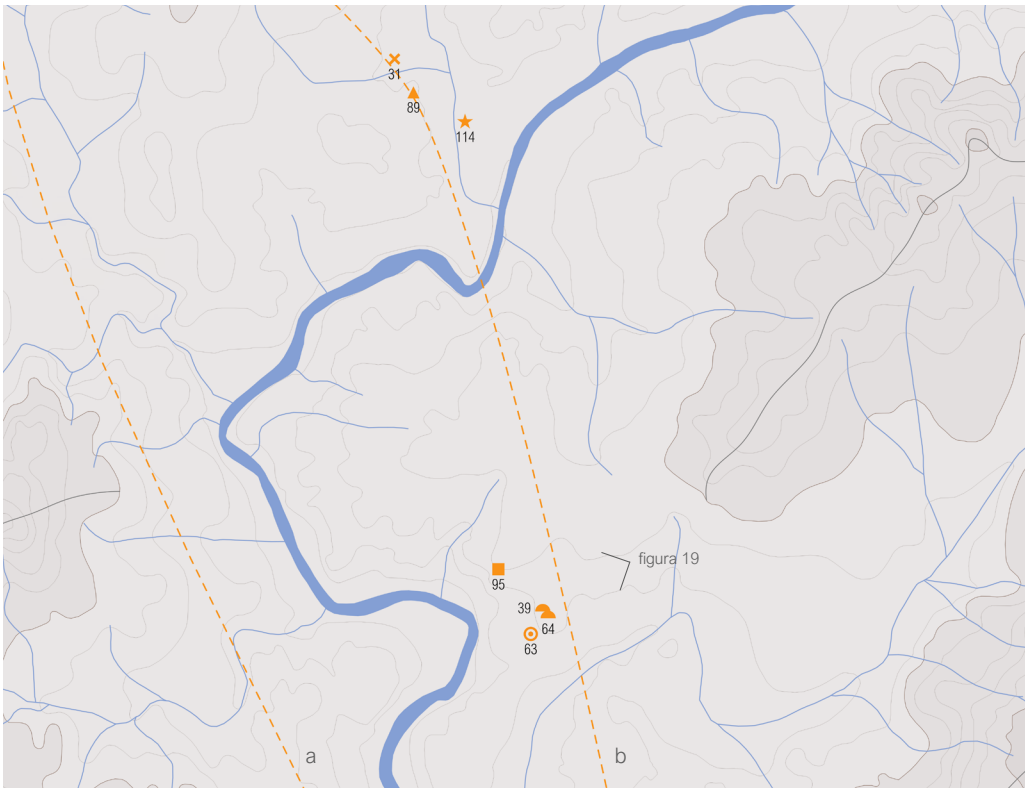
0 250 m 500 m 1 km

N

© Hereditas 2021

19

4.7



via de Carlos de Almeida a
via de Helena Carvalho b

Caldas das Taipas 31
Casa Paroquial 39
Igreja de São João de Ponte 1 63
Igreja de São João de Ponte 2 64
Penedo de Trajano 89
Quinta da Ribeira 95
Termas de Caldelas 114

Embora não seja possível estabelecermos uma correlação rigorosa entre as necrópoles e os lugares de habitar do médio vale do Ave, pelos nossos cálculos, estimamos que se situavam a menos de 1 km de distância entre si, como seria o caso da Quinta da Ribeira (95) ao *habitat* Igreja S. João de Ponte (63) (figura 19 e carta 4.7), da Casa da Bôca (37) ao *habitat* dos Pedrais (85) e de Salgueiros (131) à *villa* provável da Quinta do Barral (130).

Por esse motivo, a escolha dos lugares de sepultamento poderia ter sido pensada em concordância com a dos lugares de habitar de forma a permitir a proximidade e a acessibilidade aos recintos funerários. Nesta lógica, a localização de um lugar funerário será indício da localização de um lugar de habitar nas proximidades, e vice-versa, pois a existência de um pressupõe a existência do outro.

Aliás, apesar da localização das necrópoles próximas às vias ser uma característica comum em meio urbano, aparentemente também se verifica no meio rural do vale do Ave. Nos casos da necrópole provável da Alegria (20) à via proposta por e Carlos Alberto de Almeida (a) e da necrópole da Quinta da Ribeira (95) à via proposta por Helena Carvalho (b), registamos uma proximidade na ordem dos 200 metros.

prática epigráfica

Como resultado do processo de aculturação, a romanização introduziu diferenças significativas no culto das sociedades primitivas, porque permitiu que a religião se desenvolvesse num campo linguístico com a introdução do latim[224]. Deste modo, alterou-se de uma representação iconográfica e figurativa para a utilização da escrita alfabética na prática epigráfica.

As epígrafes funcionariam como uma forma de comunicação com um sentido de perenidade que refletia, regularmente, o mérito e a reputação do comemorado ou dos dedicantes[225] e servia como um recurso para a reafirmação do poder da elite[226].

Os vestígios arqueológicos relativos à prática epigráfica do território em estudo podem fornecer dados georreferenciados não seguros, visto que o contexto arqueológico das epígrafes pode não corresponder ao seu contexto original. Logo, estamos conscientes da incerteza dos elementos que dispomos e de que a análise da epigrafia necessita de uma abordagem aprofundada que não se enquadra nos objetivos desta dissertação. Procuramos, somente, apontar breves observações, ainda que em tom de hipótese, sobre o modo como a epigrafia latina se relacionou com o povoamento.

Atendendo que a maioria da população desconhecia a escrita, o ato de erguer um

224 Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 138-140.

225 Armando Redentor, *op. cit.*, 2011: 414-415.

226 Javier Andreu Pintado, "El processo material de la inscripción latina" 2009a: 134.

Tabela 13. categorias das fontes epigráficas romanas

Tabela 14. distância das fontes epigráficas romanas aos lugares de habitar

			nº	designação
Ara (20)	votiva (19)	Júpiter (8)	21	Ara a Júpiter
			36	Capela de S. Bartolomeu
			39	Casa paroquial
			49	Igreja de Corvite
			58	Igreja de Ronfe 2
			61	Igreja de S. Faustino
			99	Residência paroquial Serzedelo
			144	Joane
		divindade indígena (4)	22	Ara a Reo Sancto
			35	Campo dos Pinheiros
			57	Igreja de Ronfe 1
			152	Caldas de Vizela
		Ninfas (3)	38	Casa de Levio
			64	Igreja S. João de Ponte
			155	Tagilde
		outras divindades (3)	23	Ara por Cabura Ladroni
			24	Aras anepígrafas
			60	Igreja St. Leocádia de Briteiros 2
		Lares? (1)	29	Brito
	funerária (1)		6	Igreja de Espinho
Inscrição (8)	marca de propriedade (5)		28	Bouça do Capitão
			44	Citânia de Briteiros 5
			45	Citânia de Briteiros 6
			46	Citânia de Briteiros 16
			47	Citânia de Briteiros 21
	funerária (2)		34	Campo do Cruito 2
			51	Igreja de Creixomil 2
	honorífica (1)		89	Penedo de Trajano

	nº	epígrafe	nº	lugar de habitar	distância
votivo	21	Ara a Júpiter	111	Serralharia Vidal	4 m
	39	Casa paroquial	63	Igreja de Ponte	84 m
	58	Igreja de Ronfe 2	66	Igreja de Ronfe	69 m
	22	Ara a Reo Sancto	111	Serralharia Vidal	3 m
	35	Campo dos Pinheiros	42	Cidade de Pedraúca	3 m
	57	Igreja de Ronfe 1	66	Igreja de Ronfe	69 m
	152	Caldas de Vizela 2	151	Caldas de Vizela 1	67 m
	64	Igreja de Ponte	31	Caldas das Taipas	1,9 km
	155	Tagilde	151	Caldas de Vizela 1	2,5 km
	23	Ara por Cabura Ladroni	111	Serralharia Vidal	7 m
	34	Aras anepígrafas	111	Serralharia Vidal	7 m
	60	Igreja de S. Leocádia 2	59	Igreja de S. Leocádia 1	0 m
	29	Brito	62	Igreja de Brito	0 m
funerário	6	Igreja de Espinho	1	Assento	265 m
	34	Campo do Cruito 2	33	Campo do Cruito 1	0 m
	51	Igreja de Creixomil 2	50	Igreja de Creixomil 1	10 m
honorífico	89	Penedo de Trajano	31	Caldas das Taipas	127 m

altar a uma divindade ou mandar lavrar uma inscrição deve ser entendido como um ato consciente, uma vez que, como objeto público, obedecia a um propósito específico[227].

O conjunto epigráfico reunido relativo ao médio vale do Ave conta com um total de 28 fontes epigráficas divididas de acordo com o suporte: ara (gravação num altar) e inscrição (gravação em pedra); e subdividido de acordo com o conteúdo: votivo, funerário e honorífico.

A epigrafia votiva alude à divindade à qual o altar foi dedicado e, por vezes, ao devoto que atuou como ofertante[228] e, portanto, indica-nos algumas das divindades às quais as populações praticavam algum tipo de culto.

Na área em estudo, tal como no vale do Cávado[229], aparentam ser comuns aras votivas empregues aos cultos clássicos como Júpiter, pai dos deuses[230], e divindades tutelares, como Ninfas, divindades ligadas à água, à humidade e à medicina[231], e aos Lares, divindades protetoras das comunidades, dos sítios e das famílias[232].

Para além das aras dedicadas aos cultos clássicos, encontramos quatro dedicadas a divindades indígenas que revelam que alguns cultos pré-romanos foram mantidos mesmo quando as novas formas de habitar, de culto e de expressão religiosa foram adotadas.

Outras aras ou inscrições tinham uma finalidade funerária que cumpria uma intenção autorrepresentativa, identificava e garantia a identidade e a memória dos mortos e expressava o prestígio social e económico dos defuntos e dedicantes, independentemente de terem tido ou não intenção de projeção pública[233].

De um modo geral, o conjunto epigráfico reunido permite-nos estabelecer algumas hipóteses sobre a localização das fontes epigráficas que se situavam, regularmente, a poucos metros de distância de lugares de habitar, facto que poderá indiciar que deles eram provenientes (tabela 14).

Nomeadamente, o culto às Ninfas romanas foi bem aceite, em parte devido à continuidade do culto das águas preexistente nas tradições indígenas, o pode ter facilitado a aceitação desta divindade, especialmente devido às virtudes curativas

227 Javier Andreu Pintado, *op. cit.*, 2009a: 136.

228 Javier Andreu Pintado, "Las inscripciones votivas" 2009d: 481.

229 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 222-223.

230 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1988 [1973]: 167.

231 Ana Isabel Caessa, "As ninfas: divindades locais? (A propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo)", 1990: 148.

232 Alain Tranoy, *op. cit.*, 1981: 322; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 256.

233 Javier Andreu Pintado, *op. cit.*, 2009b: 337 e 340; Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 256.

legenda:

▲ inscrições latinas

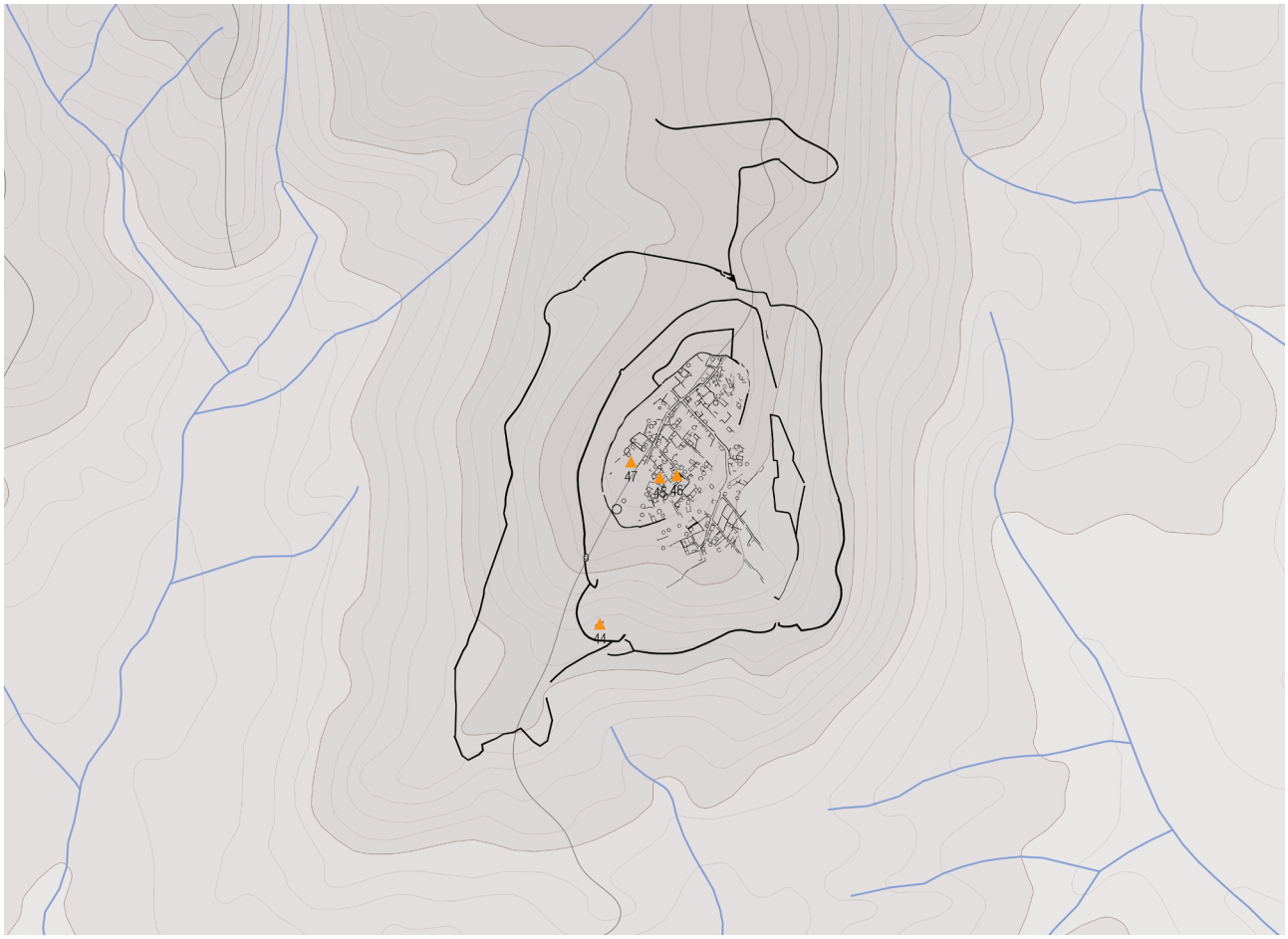
44 São Romão 5
45 São Romão 6
46 São Romão 16
47 São Romão 21

escala 1. 10 000

0 100 m 250 m 500 m

N

Carta 4.8 inscrições latinhas situadas na Citânia de Briteiros



das águas termais[234].

Mário Cardozo e Santos Júnior, num trabalho que constituiu a primeira tentativa de reunir as inscrições dedicadas às Ninfas no território português conhecidas até então, concluíram que o culto a essas divindades se situava nas proximidades de nascentes termais[235], lugares relevantes pelas suas qualidades salutíferas[236], o poderá comprovar o seu caráter terapêutico[237].

As aras da Igreja de São João de Ponte 2 (64) e de Tagilde (155) atestam a gratidão às Ninfas no médio Ave, ambas situadas a cerca de 2 km de distância de recursos mineromedicinais, ou seja, das estações termais dos ***vici*** de Caldas das Taipas (114) e de Caldas de Vizela (156).

Quanto às epigrafes funerárias, Jorge de Alarcão mencionou que seria normal situarem-se próximas a *villae*[238]. No médio Ave, podemos associar as epígrafes funerárias a lugares de habitar que, independentemente da ausência de tipologia concreta, Manuela Martins identificou como *villae*[239]. Disto são exemplos os casos das epígrafes da Igreja de Espinho (6), do Campo do Cruito 2 (34) e da Igreja de Creixomil (2) situadas em proximidade aos lugares de habitar do Assento (1), Campo do Cruito (33) e Igreja de Creixomil (50), respetivamente.

De modo excecional, a Citânia de Briteiros (43) concentra quatro inscrições latinas, mas, no total, Armando Redentor inventariou vinte e uma inscrições no intramuros desse povoado, contudo desconhece-se a localização da maioria (carta 4.8)[240]. As inscrições conhecidas na Citânia estão localizadas em elementos arquitetónicos, como padieiras e lajes, e em blocos de pedra que documentam nomes indígenas, que parecem corresponder ao nome do proprietário da unidade doméstica, e se concentram na acrópole[241], o que poderá evidenciar o prestígio social que a utilização da escrita conferia aos indígenas[242].

Penedo de Trajano

Um caso ímpar neste território é a inscrição honorífica correspondente à titulatura imperial de Trajano talhada, no ano 103, num penedo granítico com mais de 3 metros de altura e de comprimento: o Penedo de Trajano (89), situado no vicus de Caldas das Taipas (31)[243].

234 Ana Isabel Caessa, *op. cit.*, 1990: 148.

235 J. R. dos Santos Junior e Mário Cardozo, "Ex-Votos às Ninfas em Portugal", 2009 [1953]: 65 e 67.

236 Jorge d' Encarnação, "A entidade sobrenatural da água", 2020: 59-60.

237 Ana Isabel Caessa, *op. cit.*, 1990: 147.

238 Jorge de Alarcão, *op. cit.*, 1988 [1973]: 79.

239 Manuela Martins, *op. cit.*, 1995: 114.

240 Armando Redentor, *op. cit.*, 2011: 129-137 e 239-246.

241 Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2011 [2007]: 102; Gonçalo Cruz, *op. cit.*, 2020: 138-140.

242 Manuela Martins, *op. cit.*, 2009: 264.

243 Cesário Augusto Pinto, "Descripção da Ara de Trajano", 1874: 28-29.

Para a análise do território visível a partir de um ponto recorremos ao plugin do QGIS “visibility analysis” e utilizámos a funcionalidade “binary viewshed”, baseada no ficheiro MDT e na altura do observador, neste caso altura do penedo (3 m).

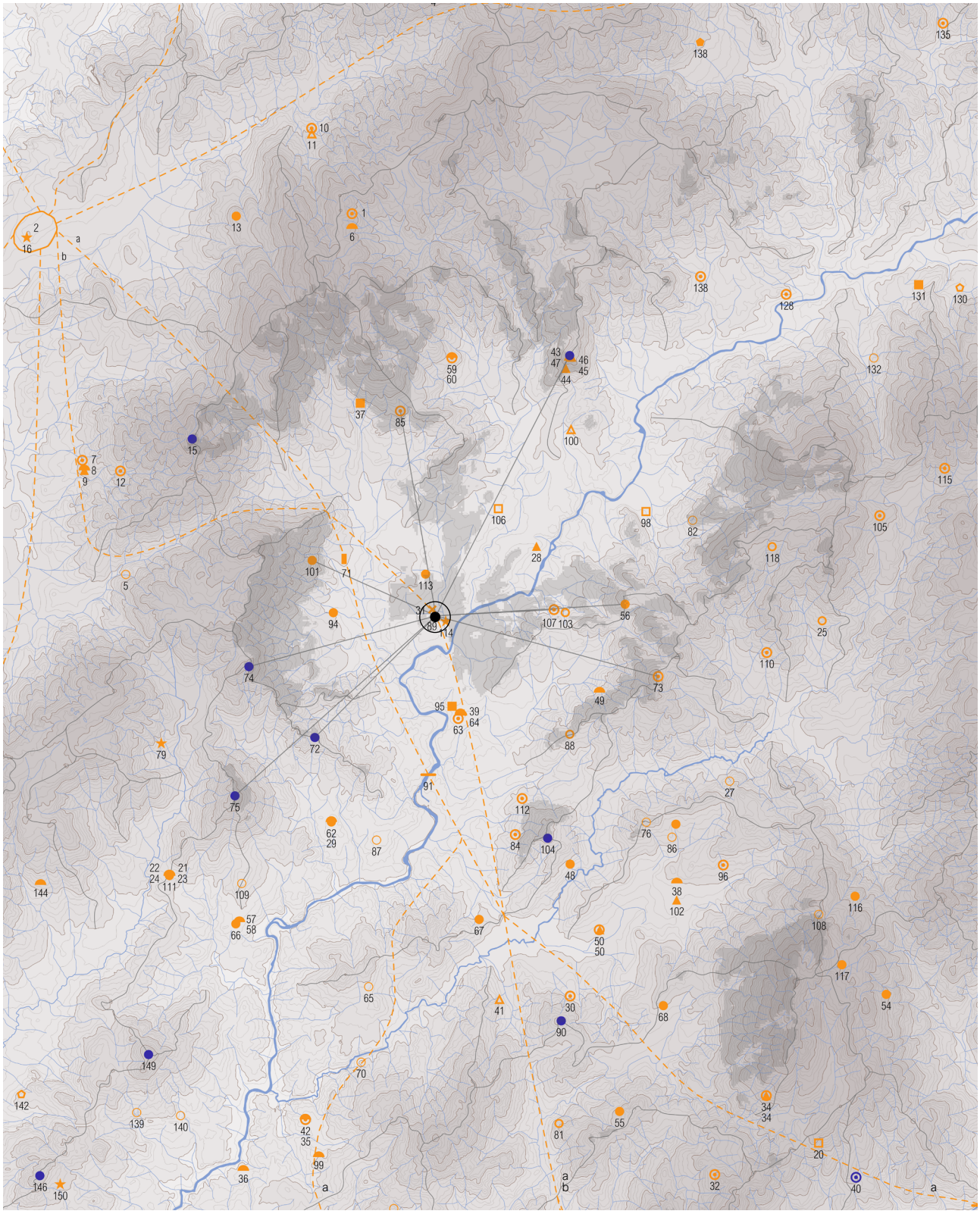
linha de intervisibilidade
área visível a partir do Penedo de Trajano

escala 1. 100 000

0 1 km 2,5 km 5 km

N

Carta 4.9 visibilidade e intervisibilidades a partir do Penedo de Trajano



Em primeiro lugar, convém designar que uma inscrição honorífica é aquela que o dedicante manda gravar com o desejo de homenagear uma pessoa, por um determinado motivo, num monumento comemorativo erguido em sua homenagem[244].

O Penedo de Trajano foi lavrado no topo e em três faces, permanecendo a quarta, oposta à epigrafada, com um lavrado incompleto que, por lógica, deveria ter sido finalizado de modo a conformar um paralelepípedo. A inscrição foi talhada na face mais larga, orientada a nordeste, voltada para o vale do rio e para o nascer do sol.

Tendo em conta que o conteúdo da inscrição não revela o seu propósito, a análise do seu suporte e do seu contexto poderá indiciar possíveis motivações ou usos que terão presidido na ação da ereção deste penedo num lugar público.

O entorno atual do penedo desvirtua a sua leitura porque aparenta estar pousado sobre uma pequena elevação de terreno. Porém, numa observação atenta do local, constatámos que assenta sobre uma elevação de rocha granítica encoberta por cobertura vegetal. Este pequeno indício sugere-nos que o penedo poderia ter integrado um maciço rochoso de maior dimensão e, talvez por isso, a sua parte inferior junto à base esteja em bruto.

A sua localização no vale, a 121 metros de altitude, em posição elevada face à sua envolvente mais próxima e a menos de 500 metros de distância do rio Ave, dispunha de um amplo campo visual e estabelecia relações de intervisibilidade com a maioria dos lugares de habitar romanos e os povoados castrejos romanizados situados num raio de 5 km (carta 4.9).

Neste sentido, podemos interpretar que a monumentalidade do penedo, que o torna visível a partir de vários lugares de habitar, poderia ter associada uma linguagem simbólica, como um ponto de referência na paisagem e um lugar de afirmação do novo "poder" instalado. Segundo Armando Redentor, "a inscrição num material durável como a pedra, sobretudo se exposta num lugar público, constitui uma forma de perpetuar a memória"[245]. Inclusive, um uso implícito das inscrições situadas num espaço público, e acentuado nas de caráter honorífico, é o seu uso como um veículo demonstrativo da importância de um indivíduo ou grupo[246].

Na opinião de Alain Tranoy, a inscrição estaria relacionada com o culto imperial[247], mas, por outro lado, Armando Redentor alegou uma finalidade comemorativa associada a uma obra pública de renovação viária, em associação ao marco miliário de Trajano,

244 Javier Andreu Pintado, "La epigrafía honorífica", 2009c: 369-370 e 386.

245 Armando Redentor, *op. cit.*, 2011: 63.

246 Javier Andreu Pintado, *op. cit.*, 2009a: 137.

247 Alain Tranoy, *op. cit.*, 1981: 332.

Figura 20. fotografia aérea do Penedo de Trajano para nordeste
Figura 21. fotografia aérea do Penedo de Trajano para sudeste

© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023
© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023

20

21

situado a 2 km e de datação sensivelmente coincidente[248]. Apesar de Martins Sarmento considerar, igualmente, uma finalidade comemorativa, no seu entendimento o penedo teria sido esculpido e gravado para assinalar a construção ou ampliação das termas romanas situadas a 200 metros (figura 21)[249].

Independentemente da função a que estaria destinado, o penedo certamente se adequa a uma finalidade comemorativa que poderá ser enquadrada no tipo de inscrições monumentais que comemoravam a construção ou reconstrução de um edifício ou obra pública, de forma a preservar para a posteridade a memória de quem a fez e eram colocadas em locais bem visíveis[250].

Por fim, importa questionar até que ponto o penedo teria algum significado anterior à romanização, pois, ao longo do tempo, algumas pedras foram escolhidas como suporte e centro de atividades simbólicas e rituais, desde as estruturas megalíticas pré-históricas, às gravuras rupestres pré e proto-históricas, às fontes epigráficas romanas. Nas palavras de Marco García Quintela, as pedras foram "elos necessários para a comunicação entre homens e deuses numa paisagem que, embora não seja conceituada como tal, existe como construção simbólica e religiosa"[251].

Nesta lógica, caso efetivamente estejamos perante o sítio de origem do penedo, e tendo em consideração as características expressivas deste lugar granítico e o costume primitivo da sacralização de pedras significantes na paisagem, questionamos se, em certa medida, teria algum sentido simbólico ou ritual anterior e que foi eleito, posteriormente, como monumento romano[252].

248 Armando Redentor, *op. cit.*, 2011: 259-261.

249 Francisco Martins Sarmento, "Inscrições inéditas", 1887: 188-189.

250 Antonio Alvar Ezquerra, "La epigrafía funeraria", 2009: 305.

251 Marco García Quintela, "Topoastronomía de las piedras sagras en la edad del hierro y la antigüedad", 2017: 66.

252 Consultar Anexo 4: Penedo de Trajano, páginas 157-161.

Considerações finais

O espaço do médio Ave foi organizado em vários lugares com diferentes propósitos, funções e significados, cuja construção pressupõe o investimento de tempo e de recursos. Em função disso, devem ser encarados como atos conscientes e como partes integrantes de uma lógica de habitar que têm implícita uma referência espacial e temporal, na medida em que a sua posição no território estruturou uma ordem física e/ou simbólica no quotidiano das populações, num determinado momento.

Na nossa observação sobre o povoamento, o ato de habitar é uma manifestação complexa que vai para além das necessidades básicas de abrigo. Por um lado, é notória a sua correlação com as características físicas e naturais do meio, como o relevo, a hidrografia e o clima; por outro lado, de fatores culturais e sociais, como a capacidade construtiva e tecnológica, que, por estarem em constante evolução, possibilitaram a conformação diferentes formas de habitar ao longo do tempo.

Ao compreendermos as formas de habitar do passado, é possível refletirmos sobre o modo como os antigos construíram e habitaram o seu espaço, o que, por sua vez, possibilita compreender alguns aspetos sobre como esse passado pode ter influenciado a configuração do espaço contemporâneo. Nesta perspetiva, estabelecemos algumas leituras que expressam a ideia de que o território contemporâneo está intermediado pelas marcas do passado.

Os princípios subjacentes à organização do povoamento atual na região do Entre-Douro-e-Minho[253], essencialmente disperso ao longo dos vales, em solos com melhores condições para a prática agrícola, com clima ameno e junto a eixos

253 Nas zonas serranas do Entre-Douro-e-Minho a ocupação difere da mencionada, nessas áreas é menos densa e constituída por aldeias mais concentradas, onde as piores condições para a prática agrícola favoreceram o desenvolvimento da pastorícia e da exploração da floresta. Luís Marques, "Paisagem de Entre Douro e Minho", Sistema de Informação e Património arqueológico, 2013, http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=30534

viários, aparentam ser semelhantes a alguns aspetos que enunciamos sobre o povoamento romano.

Ao estabelecemos um paralelo entre os raciocínios e os princípios das lógicas de habitar romanas e as características do povoamento contemporâneo, constatámos que a passagem do tempo nem sempre resultou de uma rutura completa com o passado, pois apresentam alguns pontos de contacto.

Nas imediações de muitos dos lugares onde existiram assentamentos romanos estão atualmente ocupadas por pequenas povoações. Os *vici* de Caldas das Taipas e de Caldas de Vizela são exemplos que ilustram de forma clara como os aglomerados romanos podem ter estado na origem da formação das vilas atuais. Um dos fatores que podemos assinalar na importância destes lugares ao longo do tempo são as qualidades salutíferas das águas termais, visto que, ainda hoje, são utilizadas para fins terapêuticos e medicinais. Aliado a isto está o facto de, sobre as ruínas das termas romanas das Taipas, ter sido construído um balneário termal no século XIX. Independentemente de ter existido ou não o conhecimento da estrutura romana anterior, podemos verificar que existiu o reconhecimento da importância estratégica de um sítio, principalmente no que respeita ao aproveitamento de recursos naturais.

Além desses casos, vários lugares que foram habitados na romanização coincidem com pequenas povoações na contemporaneidade, algo que demonstra que esse fenómeno não se limitou a casos isolados. Por curiosidade, observamos a área em que vivemos (o lugar dos Pedrais) onde se encontraram vestígios de um habitat romano (85), possivelmente uma *villa*, que se estabeleceu numa posição estratégica, situado no terço médio de uma elevação, enquanto a povoação atual, que se desenvolveu ao longo dos séculos, está localizada no sopé dessa elevação.

Além disso, podemos acrescentar que, com base na nossa breve aproximação à Alta Idade Média e aos estudos do padre Avelino da Costa, percebemos que nas imediações de alguns lugares de habitar romanos, como seria o caso da Igreja de Santa Leocádia de Briteiros (59), Igreja de São João Batista de Brito (62), Igreja de São João de Ponte (63) e Igreja de São Tiago de Ronfe (66), se encontraram vestígios de templos visigóticos (séculos VII-VIII) e do século IX. Ainda que ao longo do tempo tenham ocorrido mudanças significativas no contexto rural, notámos que a posição das atuais igrejas paroquiais frequentemente mantém uma conexão com as suas contrapartes medievais, embora pouco reste dessas arquiteturas antigas.

As mudanças nas formas e modos de ocupação ao longo do tempo tendem a ocorrer de forma gradual, com base em considerações práticas, económicas e culturais. No entanto, à medida que as comunidades cresceram e evoluíram, muitas vezes mantiveram certos padrões e critérios estabelecidos anteriormente.

Isto sugere-nos que os princípios subjacentes à ocupação romana, incluindo fatores geográficos, qualidade do solo, condições climáticas e acessibilidade a rotas e a recursos naturais, são aspetos que ainda continuam a ser valiosos na ocupação. Áreas com topografia favorável, como vales com boa drenagem e terrenos sensivelmente planos, continuaram a ser atrativos para a ocupação, independentemente da época, principalmente porque estamos a considerar uma população rural em que a agricultura continuou a ser parte essencial da vida da região.

No geral, ao observarmos o território em estudo, entendemos que a herança romana, principalmente na organização e privatização terra, bem como na prática agrícola, através da introdução de propriedades de exploração e de instrumentos e técnicas agrícolas mais avançados necessários à exploração da terra, terá estabelecido as bases do caráter rural e da ocupação dispersa no vale, tal como hoje a conhecemos.

Neste estudo, para além das formas de habitar, destaca-se outro aspeto do mundo simbólico e espiritual, pela sua constância no tempo: a utilização das pedras como suporte e como forma de comunicação.

A importância das pedras é encontrada nos sepulcros megalíticos pré-históricos, na arte rupestre e nas fontes epigráficas romanas (em monumentos, marcos, lápides ou aras), casos em que as pedras se assumiram como elementos essenciais na comunicação, sendo o suporte para diferentes propósitos e intenções.

A Citânia de Briteiros é um exemplo da persistência da gravação rupestre como um comportamento recorrente ao longo de épocas distintas. Esse povoado abriga, dentro das suas muralhas, uma variedade de inscrições que abrangem desde arte rupestre pré-histórica às inscrições latinas romanas, o que nos mostra que, independentemente das mudanças, a humanidade encontrou nas pedras um meio de expressão duradouro.

Um caso excecional e que mereceu a nossa atenção pela sua monumentalidade foi o Penedo de Trajano. A nossa leitura leva-nos a presumir que o penedo estaria associado à construção das termas romanas, tal como foi enunciado por Martins Sarmento. Isto porque, para além da questão da proximidade física, a posição do penedo na paisagem e as suas características físicas, permitem enquadrá-lo no tipo de inscrições monumentais que, normalmente, comemoravam a construção ou reconstrução de um edifício ou obra pública, com o objetivo de preservar a memória de quem a fez. Nesta lógica, faz sentido porque a construção de um edifício termal era um grande empreendimento e desempenhava um papel fundamental na vida quotidiana, na saúde, na cultura e na economia.

A suposição de que o penedo teria algum valor simbólico, ritual ou espiritual anterior à romanização surgiu pela leitura da sua posição no vale, visto que o penedo estava situado num ponto de confluência e de cruzamento de intervibilidades entre povoados castrejos[254], bem como pelas características expressivas que este lugar granítico teria antes de ser esculpido, acrescido ao costume primitivo da sacralização de pedras significantes.

Portanto, desde tempos remotos, as pedras foram elementos que fizeram parte das referências da paisagem.

Por fim, reconhecemos que o conhecimento do passado nos capacitou a ler de forma consciente o presente e enriqueceu a compreensão mais profunda do nosso lugar de habitar, no tempo e no espaço.

254 Consultar Anexo 4: Penedo de Trajano, página 161.

Referências bibliográficas

Abreu, João Ferreira. "Necrópoles romanas do território português". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

Alarcão, Jorge de. "A evolução da Cultura Castreja". *Conimbriga*, XXXI (1992): 39-71.

— "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal". *Conimbriga*, XXXVII (1998a): 89-119.

— "A Tecnologia Agrária Romana". In Portugal Romano. *A Exploração dos Recursos Naturais*, coordenação de Adília Moutinho Alarcão, 137-148. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1997.

— "Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho". In *A cidade e o mondo: romanización e cambio social*, edição de S. Reboreda Morillo e P. López Barja, 167-179. Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, 1996.

— "De como solidariedades e distanciamentos sociais construíram os espaços na Idade do Ferro e na época romana; e de como os espaços reforçaram aquelas proximidades e distanciações". In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, coordenação de Vítor Oliveira Jorge, 105-111. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

— "Os arredores das cidades romanas de Portugal". *Archivo Español de Arqueología* 72, nº 179-189 (1999): 31-37.

— "Três níveis de aglomerados populacionais romanos". *O Arqueólogo Português*, vol. 16 (1998b): 175-186.

— *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

— *O domínio romano em Portugal*. 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988 [1ª ed. 1973].

Almeida, Carlos Alberto de. "A Casa Castreja". *Memorias de Historia Antigua*, nº 6 (1984): 35-42.

— "Cultura castreja. Evolução e problemática". *Arqueologia*, nº 8 (1983a): 70-74.

— "O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação". In *Estudos da Cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, edição de G. Pereira Menaut, 187-198. Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 1983b.

— "O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973". In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I., Ministério da Educação Nacional, 149-172. Lisboa: Junta Nacional da Educação, 1974.

— "Vias Medievais entre o Douro e Minho". Dissertação para licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.

Alves, Jorge Ribeiro. "Entre o Douro e o Tâmega. Observação de uma rede de lugares centrais". Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2019.

Arceo, Luis Xúlio Carballo. "Os castros galegos: espacio e arquitectura". R*evista de Arqueoloxía e antigüidade*, nº 14-15 (1996): 309-357.

Bettencourt, Ana e Isabel Silva. "O património pré-histórico da Póvoa de Lanhoso. Que valorização?". *Cadernos do Noroeste*, 20, nº 1-2 (2003): 633-648.

Bettencourt, Ana. "A Pré-História do Minho, Do Neolítico à Idade do Bronze". In *Minho Traços de Identidade*, coordenação de Paulo Pereira, 70-118. Braga: Universidade do Minho, 2009.

— "Artes rupestres do Alto Minho". In V*iagem no Tempo: História e Património Cultural do Alto Minho*, coordenação de Álvaro Campelo, 47-60. Viana do Castelo: Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, 2021.

— "Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro no Noroeste de Portugal". In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, coordenação de Vítor Oliveira Jorge, 131-149. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

— "O mundo funerário da Idade do Ferro no Norte de Portugal: algumas questões". In *Actas do IIIº Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 4, coordenação de Vítor Oliveira Jorge, 43-60. Vila Real: ADECAP, 2000.

— *A Pré-História do Noroeste Português*. Braga/Tomar: CEIPHAR, 2013.

— *Lições de Pré-História Peninsular*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

Boado, Felipe Criado. "Visibilidad e interpretación del registro arqueológico". *Trabajos De Prehistoria*, 50 (1993): 39-56.

Boas, Luciano Vilas. "O núcleo de monumentos sob tumuli de Vale de Chão, Braga (Serra do Carvalho). História de um lugar desde o Neolítico à Idade do Bronze". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014.

Bradley, Richard. *The significance of monuments. On the shaping of human experience in Neolitic and Bronze Age Europe*. Londres: Routledge, 1998.

Braga, Cristina. "Entre a vida e morte: Rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta". In *Cotidiano e sociabilidades no império romano*, organização de Gilvan Ventura da Silva, Leni Ribeiro Leite, Érica Cristhyane Morais Silva e Belchior Monteiro Lima Neto, 124-139. Vitória: GM Editora, 2015.

Cachada, Armindo. *Caldas das Taipas das origens ao final do século XIX. Monografia e Roteiro Turístico*. Guimarães: Caldas das Taipas, 2006.

Caessa, Ana Isabel. "As ninfas: divindades locais? (A propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo)". In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. 1, coordenação de M. Conceição Rodrigues, 143-149. Lisboa: Inst. Inv. Cient. Tropical, 1990.

Carapinha, Aurora. "Da necessidade da paisagem". In *Sobre a Paisagem - A Arte nas Barragens Portuguesas*, coordenação de Nuno Crespo, 24-33. Matosinhos: AMAG Editora, 2018.

Cardoso, Daniela Faria, Ana Bettencourt, Luís Coutinho, Diogo Marinho, Bruna Afonso, Teresa Magalhães, David Abreu e Giorgos Iliadis. "Montes sacros na Pré-história e na Proto-história. O caso do Monte do Côto de Sabroso, Guimarães, Noroeste de Portugal". *Revista Santuários* (2020): 201-210.

Cardoso, Daniela Faria. "A Arte Atlântica do Monte de São Romão (Guimarães) no contexto da Arte Rupestre Pós-Paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português". Tese de doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2015.

Cardozo, Mário. "A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da "Pedra Formosa". *Revista de Guimarães*, nº 41 (janeiro-junho 1931): 201-209.

- *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante*. 13ª ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996 [1ª ed. 1930].

Carvalho, Helena Abreu de. "A construção do espaço ibérico em época romana: conceitos". *Revista de História das Ideias*, 31 (2010): 7-23.

— "O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*". Vols. I e II. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

Castro, María Fernandez. *Villas Romanas en España*. Madrid: Ministerio de Cultura,

Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 1982.

Cruz, Gonçalo. *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2020.

Dias, Jorge. *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982 [1ª ed. 1948].

Dinis, António Pereira. "O Balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia do Entre Douro e Minho". *Mínia*, nº 10 (2002): 159-169.

— "Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

Encarnação, Jorge d'. "A entidade sobrenatural da água". *Biblos*, nº 6 (2020): 55-69.

— *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. 4ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras, Departamento de História, Arqueologia e Artes, Secção de Arqueologia, 2013 [1ª ed. 1979].

Ezquerra, Antonio Alvar. "La epigrafía funeraria". In *Fundamentos De Epigrafía Latina*, coordenação de Javier Andreu Pintado, 297-320. Navarra: Liceus E-Excellence, 2009.

Faure, Francisco Monteiro. "Viajar no tempo de D. Afonso Henriques. Vias e pontes no território vimaranense". In *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português*, coordenação de Mário Jorge Barroca, 303-357. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2017.

Fauvrelle, Natália e Alice Lucas Semedo. "De território a paisagem: O que é a "paisagem"?". In *Genius Loci: lugares e significados = places and meanings*, vol. 2, coordenação de Lúcia Rosas, Ana Cristina Sousa e Hugo Barreira, 575-586. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018.

Fernandes, Orlando Fonseca. "Distribuição espacial dos povoados fortificados no I milénio a.C. no alto Ave". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

Fonte, João, Joana Valdez, Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz. "Citânia de Briteiros e Médio Vale do Ave (NW de Portugal): SIG e análise arqueológica do território". In *Tecnologías de Información Geográfica y Análisis Arqueológico del Territorio: Actas del V Simposio Internacional de Arqueología de Mérida*, edição de Victorino Mayoral Herrea e Sebástian Celestino Pérez, 359-366. Mérida: Instituto de História, 2011.

Fontes, Luís de Oliveira. "Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga". *Mínia*, nº 1 (1993): 31-89.

Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Vol. I. Coordenação de José Pedro Machado.

Lisboa: Publicações Alfa, 1991.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vols. VI e XXIV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1935.

Ingold, Tim. "The temporality of the landscape". *Coceptions of Time and Ancient Society*, 25, nº 2 (outubro 1993): 152-174.

— *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

Jorge, Susana Oliveira. "Reflexões sobre a Pré-história recente do Norte de Portugal". *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, 28, nº 1-2 (1988): 85-107.

Jorge, Vítor Oliveira. "Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): Conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver". *Revista da Faculdade de Letras: História*, 4 (1987): 269-286.

— "Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu". Vol. I. Dissertação de doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982.

— "Quando o humano deixou de ser natural: primeiro esboço de composição, em seis andamentos, para o acompanhamento do «abandono do paraíso primitivo» das «evidências conceptuais» da «pré-história»". In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, coordenação de Vítor Oliveira Jorge, 11-61. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

Junior, J. R. dos Santos e Mário Cardozo. "Ex-Votos às Ninfas em Portugal". *Zephyrvs*, nº 4 (2009): 53-68. [1ª ed. 1953].

Lemos, Francisco Sande e Gonçalo Cruz. "Citânia de Briteiros: programa de investigação e valorização do monumento". *Forum*, nº 39 (janeiro-junho 2006): 3-40.

— "Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal". In *Proto-história e romanização, guerreiros e colonizadores, III Congresso de Arqueologia, trás-os-montes, alto douro e beira interior, actas das sessões*, vol. 03, coordenação de Luís Luís, 8-28. Porto: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, 2008.

— "Trabalhos arqueológicos na Citânia de Briteiros - Campanhas de 2005 e 2006". *Revista de Guimarães*, nº 115-116 (janeiro-dezembro 2005-2006): 11-50.

— *Citânia de Briteiros. Povoado proto-histórico*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2011 [1ª ed. 2007].

Lemos, Francisco Sande, Manuela Martins, Luís de Oliveira Fontes, José Freitas Leite e Armandino Cunha. "A Muralha Romana de Bracara Augusta". In *Arqueología Militar Romana en Hispania*, coordenação de Ángel Morillo Cerdán, 609-624. Segóvia: Ediciones Polifemo, 2002.

Lemos, Francisco Sande. "A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular". In *Minho Traços de Identidade*, coordenação de Paulo Pereira, 122-203. Braga: Universidade do Minho, 2009.

— "O mundo romano. Romanização do norte de Portugal". In *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal: Arqueologia*, vol. 2, edição de Carlos del Pulgar Sabín e direção e coordenação de José Manuel Hidalgo Cuñarro, 149-207. Setúbal: Marina Editores, 2005.

— "O Poder Romano e a Reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais". In *O Passado em Cena: narrativas e fragmentos, Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, coordenado por Maria Conceição e Raquel Vilaça, 225-246. Coimbra-Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto, 2004.

Losada, Fermín Pérez. "Cidades e aldeias da Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano". *O Arqueólogo Português*, vol. 16, (1998): 157-174.

Macedo, Manuel Duarte de. "Alguns apontamentos arqueológicos relativos às freguesias de Sobreposta e Pedralva, comarca de Braga". *Revista de Guimarães*, 3, nº 13 (julho-setembro 1896): 121-123.

Machado, Narciso. *A rede viária romana e medieval no concelho de Guimarães*. Braga: Empresa do Diário do Minho, 2012.

Marques, André Evangelista. "O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)". Dissertação de Mestrado em História Medieval e Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

Martins, Manuela e Manuela Delgado. "As necrópoles de Bracara Augusta". *Cadernos de Arqueologia*, nº 6-7 (1989-90): 41-186.

Martins, Manuela, Francisco Sande Lemos e Fermín Pérez Losada. "O povoamento Romano no território dos Galaicos bracarenses". In *Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana: III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*, coordenação de Carmen Fernández Ochoa e Paloma García Díaz, 259-276. Gijón: BAR Publishing, 2005.

Martins, Manuela. "A arqueologia dos castros no norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, nos 3-4 (1988a): 11-48.

— "A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação". In *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, organização de Museu de Alberto Sampaio, 73-114. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1995.

— "A Romanização". In *Minho Traços de Identidade*, coordenação de Paulo

Pereira, 216-264. Braga: Universidade do Minho, 2009.

— "As Vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio". *Revista de Guimarães*, nº 102 (janeiro-dezembro 1992): 389-409.

— *O Povoado Fortificado do Lago, Amares*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1988b.

— *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho, 1990.

Mendiola, Juan Cruz. "La aparición de las villas". *Trabajos de arqueología Navarra*, nº 14 (1999-2000): 225-236.

Mendonça, Nuno. "Para uma poética da paisagem. A Ideia". Vol. I. Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, 1989.

Nunes, Henrique Barreto (org.). *Obras de Mário Cardozo*. Vol. I. Porto: Fundação Eng. António Almeida, 1994.

Pintado, Javier Andreu. "El processo material de la inscripción latina". In *Fundamentos De Epigrafía Latina*, coordenação de Javier Andreu Pintado, 121-142. Navarra: Liceus E-Excellence, 2009a.

— "La epigrafía funeraria". In *Fundamentos De Epigrafía Latina*, coordenação de Javier Andreu Pintado, 321-364. Navarra: Liceus E-Excellence, 2009b.

— "La epigrafía honorífica". In *Fundamentos De Epigrafía Latina*, coordenação de Javier Andreu Pintado, 365-396. Navarra: Liceus E-Excellence, 2009c.

— "Las inscripciones votivas". In *Fundamentos De Epigrafía Latina*, coordenação de Javier Andreu Pintado, 465-498. Navarra: Liceus E-Excellence, 2009d.

Pinto, Cesário Augusto. "Descripção da Ara de Trajano". *Boletim Architectonico e d'Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archéologos Portuguezes*, nº 2 (1874): 28-29.

— "Thermas em Portugal". *Boletim Architectonico e d'Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archéologos Portuguezes*, nº 5 (1875): 75-77.

Pinto, José Mendes. "O povoamento da Bacia Superior do Rio Sousa da Proto-História à romanização". *Trabalhos De Antropologia e Etnologia*, 35, nº 1 (1995): 265-292.

Queiroga, Francisco e António Pereira Dinis. "O Balneário Castrejo do Castro das Eiras". *Portvgalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, XXIX-XXX, nº 29 (2008-2009): 139-152.

Queiroga, Francisco. "Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela". *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do património*, XII (2013): 181-201.

Quintela, Marco García. "Topoastronomía de las piedras sagras en la edad del hierro y la antigüedad". In *Sagra Saxa, Creencias y ritos en peñas sagradas, Actas del Coloquio Internacional celebrado en Huesca del 25 al 27 de noviembre de 2016*, edição de Martín Almagro-Gorbea e Ángel Gari Lacruz, 66-112. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2017.

Raffestin, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993. [1ª ed. 1980].

Redentor, Armando. "A cultura epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars occidentalis). Percursos pela sociedade Brácara da época romana". Vols. I e II. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

Ribeiro, Orlando. *Opúsculos geográficos: O Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

— *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

Sá, Manuel Fernandes de. "O Médio Ave - novas políticas municipais". Prova de dissertação, Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1986.

Sampaio, Alberto. *Estudos económicos. As vilas do norte de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editora Vega, 1979 [1ª ed. 1923].

Sampaio, Hugo Aluai. "A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)". Tese de Doutoramento em Arqueologia, Especialidade em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014.

Sanches, Maria de Jesus. "Escrever na paisagem: sentido para as «artes rupestres»". In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, coordenação de Vítor Oliveira Jorge, 85-104. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

Sarmento, Francisco Martins. "Inscrições inéditas". *Revista de Guimarães*, 4, nº 4 (outubro-dezembro 1887): 185-189.

— "Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães. Sabroso". *Revista de Guimarães*, 2, nº 23 (abril-junho 1906): 41-51.

— *Antíqua. Apontamentos de Arqueologia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1999.

— *Arqueologia: materiais para a arqueologia do Entre-Douro-e-Minho*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2004.

— *Dispersos: colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

Silva, Armando Coelho da. "A cultura castreja no Norte de Portugal". *Revista de Guimarães*, vol. especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, nº 109a (1999): 111-132.

— "A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C.". *Revista da Faculdade de Letras: História*, 12 (1995): 505-546.

— *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007 [1ª ed. 1986].

Tranoy, Alain. *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard, 1981.

Travasso, Nuno. "Território: Casa Comum. Em busca de um processo de construção colectiva". In *Conferências no Parque. Conhecer o Território: Reflexões partilhadas no Parque da Devesa*, coordenação de Emília Nóvoa Faria, 117-139. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus, 2016.

Vasconcelos, José Leite de. *Etnografia Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980 [1ª ed. 1936].

Referências cartográficas

Agroconsultores & Geometral. Carta da aptidão da terra para a agricultura de entre douro e minho. Escala 1:25 000 (formato digital). Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1999. Enviado por e-mail pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a 21 de junho de 2023.

— Carta da aptidão da terra para a agricultura de entre douro e minho. Escala 1:100 000 (formato digital). Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1995. Enviado por e-mail pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a 21 de junho de 2023.

— Carta de solos. Escala 1:25 000 (formato digital). Dire-ção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1999. Enviado por e-mail pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a 21 de junho de 2023.

Almeida, Carlos Alberto de. S/ título. S/ escala (formato físico). "Vias Medievais entre o Douro e Minho". Vol. I. Dissertação para licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968: 43.

Alves, Jorge Ribeiro. Estudo de visibilidades a partir da Citânia de Sanfins de Ferreira, num raio de 50km. Escala 1:550 000 (formato digital). "Entre o Douro e o Tâmega. Observação de uma rede de lugares centrais". Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2019: 67. Acedido a 18 de dezembro de 2022. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/123920.

Boas, Luciano Vilas. Mapa hipsométrico com a distribuição dos monumentos megalíticos, dos monumentos sob *tumuli* e da arte rupestre. Escala 1:125 000 (formato físico). "O núcleo de monumentos sob tumuli de Vale de Chão, Braga (Serra do Carvalho). História de um lugar desde o Neolítico à Idade do Bronze". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Anexo I, 2014: 20.

— Mapa hipsométrico da serra do Carvalho com a distribuição dos monumentos

sob *tumuli*, (semicírculos), das gravuras rupestres (estrelas) e do povoado da Idade do Bronze (círculo). Escala 1:125 000 (formato físico). "O núcleo de monumentos sob tumuli de Vale de Chão, Braga (Serra do Carvalho). História de um lugar desde o Neolítico à Idade do Bronze". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014: 68.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão, Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico. Escala 1/10 000, Plantas A a D (formato digital). Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2014. Acedido entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022. https://www.famalicao.pt/elementos-fundamentais-do-plano.

Cardoso, Daniela Faria. Mapa hipsométrico de pormenor, assinalando a distribuição da arte rupestre da bacia do Ave. Escala 1:250 000 (formato físico). "A Arte Atlântica do Monte de São Romão (Guimarães) no contexto da Arte Rupestre Pós-Paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português". Tese de doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2015: 242.

Carvalho, Helena Abreu de. Aglomerados urbanos principais, *vici* estações viárias. Escala 1:250 000 (formato digital). "O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*". Volume III: Mapas. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008: 8. Acedido entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755.

— Distribuição dos povoados fortificados das categorias A, B e C. Escala 1:250 000 (formato digital). "O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*". Volume III: Mapas. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008: 7. Acedido a 1 de novembro de 2020. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755.

— Povoados fortificados do Entre-Douro-e-Minho. Escala 1:250 000 (formato digital). "O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*". Volume III: Mapas. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008: 3. Acedido a 1 de novembro de 2020. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755.

— *Villae*. Escala 1:250 000 (formato digital). "O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*". Volume III: Mapas. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008: 10. Acedido a 1 de novembro de 2020. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755.

Dinis, António Pereira. Bacia Média Inferior do rio Ave - Distribuição dos Povoados Fortificados (Fase I). Escala 1:1 200 (formato físico). "Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993: 248.

— Bacia Média Inferior do rio Ave - Distribuição dos Povoados Fortificados (Fase II). Escala 1:1 200 (formato físico). "Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993: 249.

— Bacia Média Inferior do rio Ave - Distribuição dos Povoados Fortificados (Fase III). Escala 1:1 200 (formato físico). "Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.". Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993: 250.

Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística do Município de Fafe. Revisão do Plano Diretor Municipal, Planta de Ordenamento, Anexo II - Património arqueológico. Escala 1:10 000, Folhas: 71-1, 71-2, 71-3, 71-4, 85-1, 85-2, 85-3 e 85-4 (formato digital). Câmara Municipal de Fafe, 2015. Enviado por e-mail pela Câmara Municipal de Fafe, a 26 de outubro de 2021.

Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Guimarães. PDM Guimarães, Carta Arqueológica. Escala 1:10 000, Folhas 57-4, 70-2, 70-3, 70-4, 71-1, 71-2, 71-3, 71-4, 84-1, 84-2, 84-4, 85-1, 85-2, 85-3, 85-4, 98-2 e 99-1 (formato digital). Câmara Municipal de Guimarães, 2012. Acedido entre janeiro de 2021 e janeiro de 2023. https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/plano-diretor-municipal-pdm/pdm-em-vigor/conteudo-documental?folders_list_8_folder_id=1213.

Fontes, Luís de Oliveira. Concelho de Braga. Escala 1:50 000 (formato físico). "Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga". *Mínia*, nº 1, 1993: 89.

Instituto Geográfico do Exército. Carta Militar de Portugal. Amares, Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 3, Folha 56 (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2015.

— Carta Militar de Portugal. Braga, Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 3, Folha 70, (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2015.

— Carta Militar de Portugal. Guimarães, Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 4, Folha 85 (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2012.

— Carta Militar de Portugal. Póvoa de Lanhoso, Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 3, Folha 57 (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2015.

— Carta Militar de Portugal. São Torcato (Guimarães), Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 3, Folha 71 (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2015.

— Carta Militar de Portugal. Selho (Guimarães), Série M888 / Escala 1:25 000, Edição 4, Folha 84 (formato físico). Instituto Geográfico do Exército, 2012.

Lemos, Francisco Sande. Cartografia dos balneários no Minho. Escala 1:625 000 (formato físico). "A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular". In *Minho Traços de Identidade*, coordenação

de Paulo Pereira. Braga: Universidade do Minho, 2009: 153.

— Cartografia dos principais povoados castrejos do Minho. Escala 1:625 000 (formato físico). "A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular". In *Minho Traços de Identidade*, coordenação de Paulo Pereira. Braga: Universidade do Minho, 2009: 135.

Martins, Manuela. Distribuição dos povoados do curso médio do Cávado. Escala 1:250 000 (formato físico). *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Cur-so Médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho, 1990: 210.

— Distribuição dos sítios e achados romanos do curso médio do Cávado. Escala 1:250 000 (formato físico). *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho, 1990: 235.

— O povoamento da época romana da região de Braga. Escala 1:500 000 (formato físico). "A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação". In *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, organização de Museu de Alberto Sampaio. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1995: 112.

Municípia, E.M. Carta Arqueológica. Escala 1:10 000 (formato digital). Câmara Municipal de Vizela, 2013. Enviado por e-mail pela Câmara Municipal de Vizela, a 26 de maio de 2023.

Silva, Armando Coelho da. Balneários castrejos. S/ escala (formato físico). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007: 564 [1ª ed. 1986].

— Os castros do Noroeste de Portugal. S/ escala (formato físico). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007: 556 [1ª ed. 1986].

— Zonas de influências da Citânia de Sanfins. S/ escala (formato físico). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007: 26 [1ª ed. 1986].

Vastus, Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente. Plano Director Municipal da Póvoa de Lanhoso, Carta Municipal de Património Cultural. Escala 1/25 000 (formato digital). Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2015. Enviado por e-mail pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, a 11 de maio de 2022.

Referências digitais

Câmara Municipal de Braga. "GeoPortal WebSIG Público do Município de Braga". Município de Braga, 2020. Acedido entre maio e junho de 2022. https://sigportal.cm-braga.pt.

Câmara Municipal de Guimarães. "Relatório da Carta Arqueológica". Câmara Municipal de Guimarães, 2005. Acedido entre janeiro de 2021 e janeiro de 2023. https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/plano-diretor-municipal-pdm/pdm-em-vigor/conteudo-documental?folders_list_8_folder_id=1213.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. "FamalicãoID". Município de Vila Nova de Famalicão, 2019. Acedido entre fevereiro de 2021 e março de 2023. https://www.famalicaoid.org/.

— "Relatório do Património". Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2014. Acedido entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022. https://www.famalicao.pt/elementos-que-acompanham-o-plano.

Câmara Municipal de Vizela. "GeoPortal". Câmara Municipal de Vizela, 2021. Acedido entre outubro de 2021 a agosto de 2022. https://sig.cm-vizela.pt/Apps/GeoPortal/.

Cardozo, Mário. "Planta do Castro de Sabroso". Sociedade Martins Sarmento, 1930. Enviado por e-mail pela Sociedade Martins Sarmento, a 3 de maio de 2022.

Castellões, Álvaro de. "Planta da Citânia de Briteiros". Sociedade Martins Sarmento, 1892. Enviado por e-mail pela Sociedade Martins Sarmento, a 3 de maio de 2022.

Conselho da Europa. "Convenção Europeia da Paisagem". Ministério Público, Portugal, 2000. Acedido a 29 de setembro de 2022. https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-europeia-da-paisagem-0.

— "Glossário de termos sobre Paisagem". Direção-Geral do Território, 2020. Acedido a 29 de setembro de 2022. https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/glossario.

Departamento de Projeto e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Guimarães. "Identidade geográfica do concelho de Guimarães - quadro natural". Câmara Municipal de Guimarães, 2015. Acedido a 28 de janeiro de 2021. https://www.cm-guimaraes.pt/uploads/document/file/1403/35227.pdf.

Direção-Geral do Território. "Carta Administrativa Oficial de Portugal". Direção-Geral do Território, 2021. Acedido a 19 de janeiro de 2021. https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop.

Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho. "Carta de solos e carta de aptidão da terra para a agricultura (1:25.000) em entre douro e minho - memórias". Direcção Regional de Pescas do Norte, 1999. Enviado por e-mail pela Direcção Regional de Pescas do Norte a 20 de junho de 2023.

Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Fafe. "PDM Fafe, revisão. Património Arqueológico". Câmara Municipal de Fafe, 2014. Enviado por e-mail pela Câmara Municipal de Fafe, a 26 de outubro de 2021.

Leite, Felisbela. "Fichas do Património Arqueológico. Inventário: Imóveis". Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2014. Acedido entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022. https://www.famalicao.pt/elementos-que-acompanham-o-plano.

Município de Guimarães. "Hereditas: Atlas da Paisagem Cultural". Município de Guimarães, 2021. Acedido entre julho de 2021 a maio de 2023. https://atlas.cm-guimaraes.pt/pt/mapa.

Portal do Arqueólogo. Direção-Geral do Património Cultural, 2023. Acedido entre janeiro de 2021 e abril de 2023. https://arqueologia.patrimoniocultural.pt.

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Direção-Geral do Património Cultural, 2016. Acedido entre janeiro de 2021 e abril de 2023. http://www.monumentos.gov.pt

Créditos de imagem

24 Figura 1. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a nordeste
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

25 Figura 2. fotografia aérea da margem esquerda do vale do Ave, a sudeste
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

30 Figura 3. vista do povoado pré-histórico da Santa Marta das Cortiças para o da Penha
Sandra Gonçalves, 2023

30 Figura 4. vista do povoado pré-histórico da Penha para o da Santa Marta das Cortiças
Sandra Gonçalves, 2023

40 Figura 5. Penedo dos Sinais
Centro Nacional de Arte Rupestre, 2005, http://pedraformosa.blogspot.com/2006/03/

40 Figura 6. Quinta do Paço
Daniela Cardoso, 2010, facultada pela autora

41 Figura 7. Sabroso 2
Daniela Cardoso, 2017, facultada pela autora

41 Figura 8. Caminho da Gandra 4
Daniela Cardoso, 2020, facultada pela autora

48 Figura 9. mapa de Armando Coelho da Silva (1995)
Armando Coelho da Silva, 1995, "A evolução do habitat castrejo"

48 Figura 10. mapa das áreas linguísticas da Hispânia de Jorge de Alarcão (2018), segundo Jürgen Untermann
Jorge de Alarcão, 2018, *A Lusitânia e a Galécia*

59 Figura 11. corte pelos povoados castrejos de Sabroso, Briteiros e Santa Iria
Sandra Gonçalves, 2023

59 Figura 12. corte pela Citânia de Briteiros e pelo rio Ave
Sandra Gonçalves, 2023

59 Figura 13. corte pelo Castro de Sabroso e pelo rio Ave
Sandra Gonçalves, 2023

62 Figura 14. fotografia aérea da Citânia de Briteiros para sul
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

63 Figura 15. fotografia aérea do Castro de Sabroso para nordeste
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

66 Figura 16. esquema das zonas de influência da Citânia de Sanfins realizado por Armando Coelho da Silva (1986)
Armando Coelho da Silva, 1986, facultada por Jorge Alves

67 Figura 17. estudo da visibilidade e das distâncias da Citânia de Sanfins realizado por Jorge Alves (2019)
Jorge Alves, 2019, facultada pelo autor

97 Figura 18. vista da *villa* romana Via Cova para nordeste
Sandra Gonçalves, 2023

104 Figura 19. fotografia aérea do *habitat* da Igreja de São João de Ponte e proximidades
Hereditas, 2021, https://atlas.cm-guimaraes.pt/pt/catalogo/ficha/215000/426

112 Figura 20. fotografia aérea do Penedo de Trajano para nordeste
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

112 Figura 21. fotografia aérea do Penedo de Trajano para sudeste
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

Anexo 1. Citânia de Briteiros

139 1. fotografia aérea da vertente sudoeste da Citânia de Briteiros
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

139 2. fotografia aérea da vertente noroeste da Citânia de Briteiros
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

140 3. sistema defensivo da Citânia de Briteiros
Sandra Gonçalves, 2023

141 4. vista a partir da porta da casa do conselho
Sandra Gonçalves, 2023

141 5. vista geral da casa do conselho
Sandra Gonçalves, 2023

142 6. vista geral da ermida medieval
Sandra Gonçalves, 2023

142 7. vista geral da ermida medieval
Sandra Gonçalves, 2023

144 8. gravuras situadas no intramuros da Citânia de Briteiros
Sandra Gonçalves, 2023

Anexo 2. Castro de Sabroso

145 1. vista do Castro de Sabroso para sul
Sandra Gonçalves, 2023

145 2. fotografia aérea da vertente sudeste do Castro de Sabroso
Sandro Garcia e Sandra Gonçalves, 2021

146 3. sistema defensivo do Castro de Sabroso
Sandra Gonçalves, 2023

147 4. ponto de confluência entre as duas muralhas
Sandra Gonçalves, 2023

147 5. ponto de confluência entre as duas muralhas
Sandra Gonçalves, 2023

148 6. vista geral da Quinta dos Laranjais 1
Daniela Cardoso, 2020, facultada pela autora

148 7. podomorfos da Quinta dos Laranjais 1
Hereditas, 2020, https://atlas.cm-guimaraes.pt/pt/catalogo ficha/215000/80

Anexo 3. Balneários castrejos do médio e alto Ave

149 1. balneário do Monte das Eiras
Sandra Gonçalves, 2022

149 2. balneário da Citânia de Briteiros (este)
Sociedade Martins Sarmento, 2016, facultada pelo autor

150 3. balneário da Citânia de Briteiros (sul)
Sociedade Martins Sarmento, 2016, facultada pelo autor

151 4. pedra formosa primitiva atribuída ao balneário da Citânia de Briteiros (este)
Sociedade Martins Sarmento, 2006, http://photos1.blogger.com/blogger/7695/1886/1600/PFormosa.1.jpg

151 5. planta do balneário da Citânia de Briteiros (este)
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz, 2005-2006, "Trabalhos arqueológicos na Citânia de Briteiros"

151 6. pedra formosa do balneário da Citânia de Briteiros (sul)
Mário Cardozo, 1930, *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*

151 7. planta do balneário da Citânia de Briteiros (sul)
Mário Cardozo, 1930, *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*

152 8. pedra formosa do balneário do Monte das Eiras
Mário Cardozo, 1930, *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*

152 9. planta do balneário do Monte das Eiras
Casa do Território, 2021, https://www.parquedadevesa.com/_arqueologia_exposicao_permanente

152 10. restos da pedra formosa do Balneário do Alto das Quintãs (Castro de Calvos)
Orlando Fernandes, 2012, facultada pelo autor

154 11. "planta topográfica do local do monumento" de Mário Cardozo
Mário Cardozo, 1930, *Obras de Mário Cardozo*

154 12. vista do balneário sul a partir da fornalha (nordeste-sudoeste)
Sandra Gonçalves, 2022

Anexo 4. Penedo de Trajano

156 1. fotografia aérea picada do Penedo de Trajano
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

157 2. penedo voltado a sul
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

157 3. face talhada a nordeste (que contém a inscrição)
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

158 4. face talhada a noroeste
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

158 5. penedo voltado a oeste
Sónia Gomes e Sandra Gonçalves, 2023

160 6. carta das intervisibilidades entre povoados castrejos com marcação do Penedo de Trajano
Sandra Gonçalves, 2023

Anexos

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

1. fotografia aérea da vertente sudoeste da Citânia de Briteiros

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

2. fotografia aérea da vertente noroeste da Citânia de Briteiros

1 Citânia de Briteiros

O sistema defensivo da Citânia de Briteiros é composto por três linhas de muralhas, complementadas por uma quarta linha e alguns fossos escavados no setor norte, onde a topografia permitia o acesso mais fácil ao povoado. A espessura das muralhas varia de dois a três metros e a sua altura deveria rondar os dois metros.

A área construída do povoado não terá correspondido à totalidade do terreno abrangido pelos circuitos de muralhas. Calcula-se que os espaços densamente construídos não fossem além da segunda muralha, sendo que o primeiro circuito rodeava a acrópole.

Nas muralhas, abriram-se várias portas, os principais acessos ao povoado eram a noroeste, que permitia o acesso ao rio Febras (ou da Agrela); a norte na direção dos terrenos mais elevados da cumeada; e dois outros acessos a sul e sudeste, no sentido do vale.

(Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 48-52)

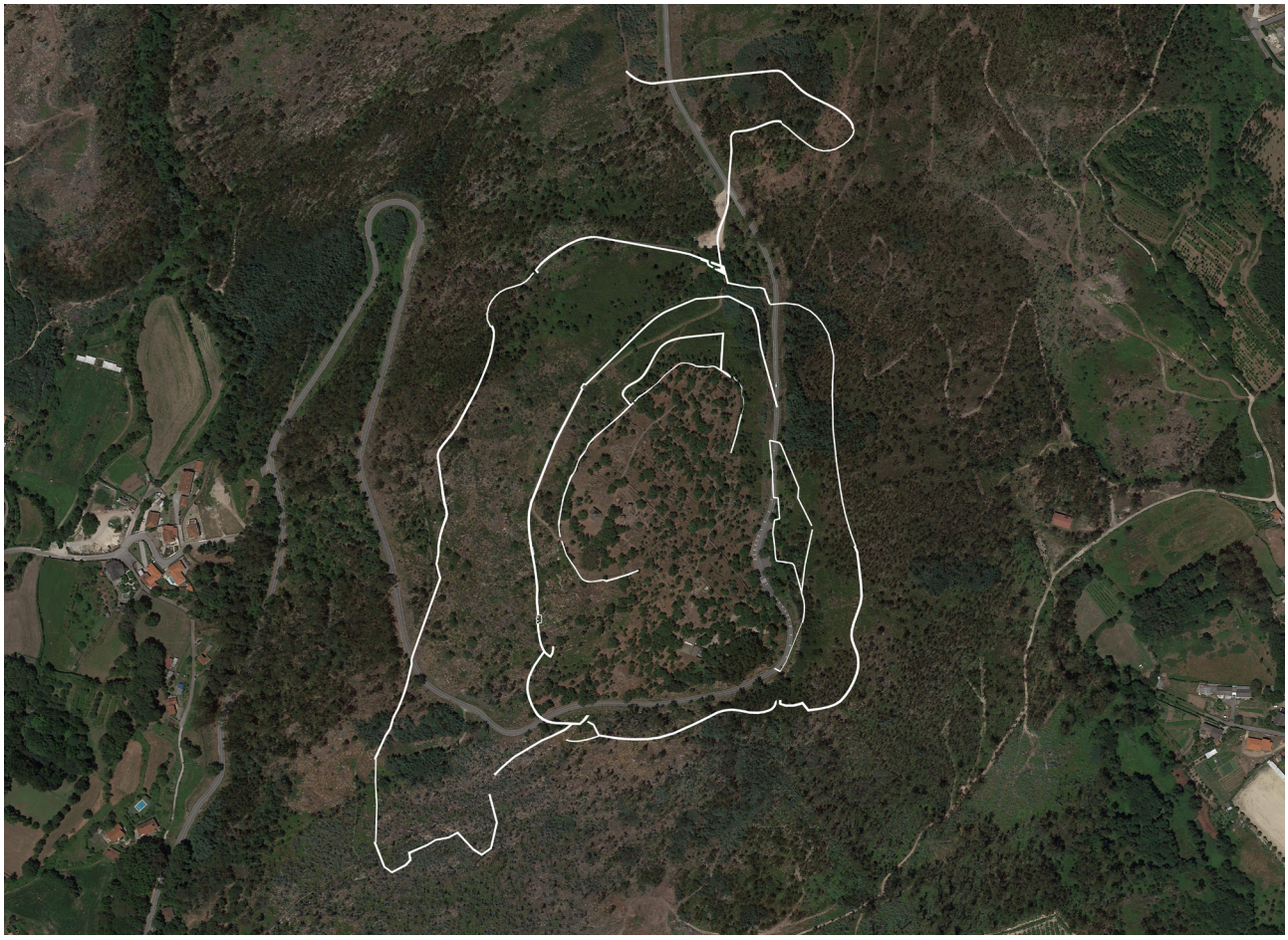
© Sandra Gonçalves 2023

escala 1. 8 000

0 10 m 20 m 40 m

N

3. sistema defensivo da Citânia de Briteiros



© Sandra Gonçalves 2023

A "casa do conselho" é uma construção circular com onze metros de diâmetro, que no interior seria um espaço amplo com um banco de pedra corrido ao longo de toda a parede. Esta estrurura tem sido interpretada como um local de reunião, com funções comunitárias e o sítio onde foi implantada é sugestivo da sua utilização e da sua importância. Está situada na acrópole, em posição destacada e isolada face às unidades familiares, perto do cume do monte, a partir de onde se dispõe de um campo visual privilegiado para os povoados castrejos do Castro de Sabroso e da Santa Marta das Cortiças.

(Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 60-63)

4.

vista a partir da porta da casa do conselho

5.

vista geral da casa do conselho

© Sandra Gonçalves 2023

A Citânia de Briteiros, nos inícios do século II d.C., estaria abandonada, mas é possível que tenham existido ocupações pontuais após a romanização. Existem testemunhos de uma pequena ocupação medieval com a construção de uma pequena ermida dedicada a São Romão, de forma retangular, com capela-mor voltada para nascente, em volta da qual se conservam treze sepulturas que formavam uma pequena necrópole. A capela e as sepulturas foram construídas aproveitando as pedras das habitações castrejas.

(Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 142)

6.

vista geral da ermida medieval

7.

vista geral da ermida medieval

legenda:

Pré-História: ▲ arte rupestre △ arte rupestre indeterminada
Proto-História: ▲ arte rupestre
Romanização: ▲ inscrição latina

44	Citânia de Briteiros 5	82	São Romão 3
45	Citânia de Briteiros 6	83	São Romão 4
46	Citânia de Briteiros 16	84	São Romão 6
47	Citânia de Briteiros 21	85	São Romão 7
55	São Romão 5	86	São Romão 8
63	Penedo da Moura	87	São Romão 9
64	Penedo dos Sinais	88	São Romão 10
69	Quinta do Paço 2	89	São Romão 11
80	São Romão 1	90	São Romão 12
81	São Romão 2	91	São Romão 13

escala 1. 5 000

0 50 m 100 m 250 m

N

8. gravuras situadas no intramuros da Citânia de Briteiros

1. vista do Castro de Sabroso para sul

© Sandro Garcia e Sandra Gonçalves 2021

2. fotografia aérea da vertente sudeste do Castro de Sabroso

2 Castro de Sabroso

O Castro de Sabroso era rodeado por apenas uma muralha que impressiona pela sua monumentalidade, com mais de quatro metros de espessura e perto de cinco metros de altura. Tal como a Citânia de Briteiros, o povoado de Sabroso cresceu entre finais do século II a.C. e o século I a.C., o que terá obrigado a uma ampliação da área fortificada, construindo-se uma segunda muralha acoplada à primeira, que ampliou o povoado para o terreno que estende pela encostra sul e veio duplicar a área intramuros. Nesse momento, a face externa de ambas as muralhas foi recoberta, na maior parte do seu perímetro, por uma aparelho construtivo cuidado de feição poligonal.

Neste sistema defensivo terão existido duas portas de entrada, uma na primeira muralha, a norte, e outra na segunda muralha, a sul. No entanto, a primeira aparenta ter sido entaipada depois da construção da segunda, o que dá a entender que o recinto teve sempre apenas um acesso.

Ao contrário da Citânia, Sabroso nunca foi reorganizado com um plano proto-urbano, o que pode ser explicado pelas reduzidas dimensões do povoado habitado por uma população reduzida, que contrastam com a monumentalidade das suas muralhas e com a qualidade da construção de algumas casas.

(Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 103-110)

© Sandra Gonçalves 2023

escala 1. 8 000

0 10 m 20 m 40 m

N

3. sistema defensivo do Castro de Sabroso

© Sandra Gonçalves 2023

4.

ponto de confluência entre as duas muralhas

à direita a primeira muralha e à esquerda a segunda muralha, cujo arranque foi encostado à primeira

5.

ponto de confluência entre as duas muralhas

© Daniela Cardoso 2020
© Hereditas 2020

Afloramento granítico com um grande conjunto de covinhas distribuídas pela maior parte da superfície. Na Idade do Bronze, numa das extremidades da rocha, gravou-se um par de podomorfos adultos e outros dois de menores dimensões, possivelmente de uma criança, orientados a nascente.

(Daniela Cardoso, et. al., "Montes sacros na Pré-história e na Proto-história. O caso do Monte do Côto de Sabroso, Guimarães, Noroeste de Portugal", 2020: 206)

6. vista geral da Quinta dos Laranjais 1

7. podomorfos da Quinta dos Laranjais 1

© Sandra Gonçalves 2022
© Sociedade Martins Sarmento 2016

1.

balneário do Monte das Eiras

2.

balneário da Citânia de Briteiros (este)

3 Balneários castrejos do médio e alto Ave

Os balneários castrejos eram construídos em pedra e seguiam um tipo de estrutura tripartida: átrio, antecâmara e câmara, separadas por uma pedra única (pedra formosa) com uma abertura semicircular exígua junto ao solo, que permitia a comunicação entre compartimentos.

Estas estruturas estavam associadas à água corrente e a sua localização foi definida pela capacidade de captação e de escoamento de água, elemento essencial à sua função porque possibilitava banhos tipo sauna, no interior, e banhos de água fria, no exterior.

As suas dimensões apenas possibilitavam a utilização por um grupo restrito de pessoas, razão pela qual se considera que não se efetuariam apenas atos funcionais de limpeza e higiene, mas atos cerimoniais e rituais.

(Gonçalo Cruz, *Citânia e Sabroso: Memória histórica e arqueológica*, 2020: 67)

(Carlos Alberto de Almeida, "O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973", 1974: 163)

(Ana Bettencourt, "Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro no Noroeste de Portugal", 2003: 140)

© Sociedade Martins Sarmento 2016

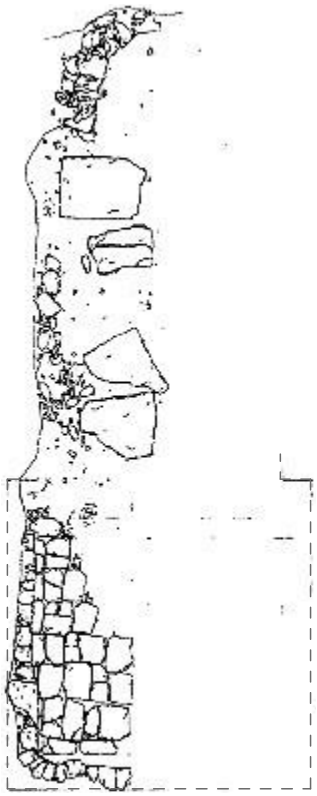
3. balneário da Citânia de Briteiros (sul)

© Sociedade Martins Sarmento 2006

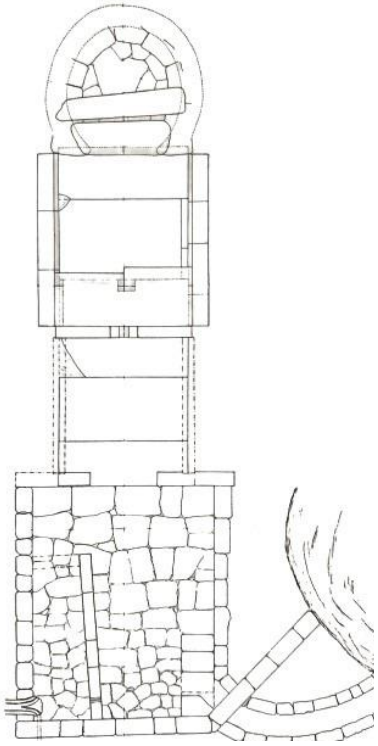
4. pedra formosa primitiva atribuída ao balneário da Citânia de Briteiros (este)
5. planta do balneário da Citânia de Briteiros (este)

© Mário Cardozo 1930

6. pedra formosa do balneário da Citânia de Briteiros (sul)
7. planta do balneário da Citânia de Briteiros (sul)



© Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz 2005-2006



© Mário Cardozo 1930

Reproduzimos as plantas dos balneários e as respetivas pedras formosas encontrados no médio e alto Ave na mesma escala para comparação das suas grandezas relativas.

escala 1.40

0 50 cm 1 m 2 m

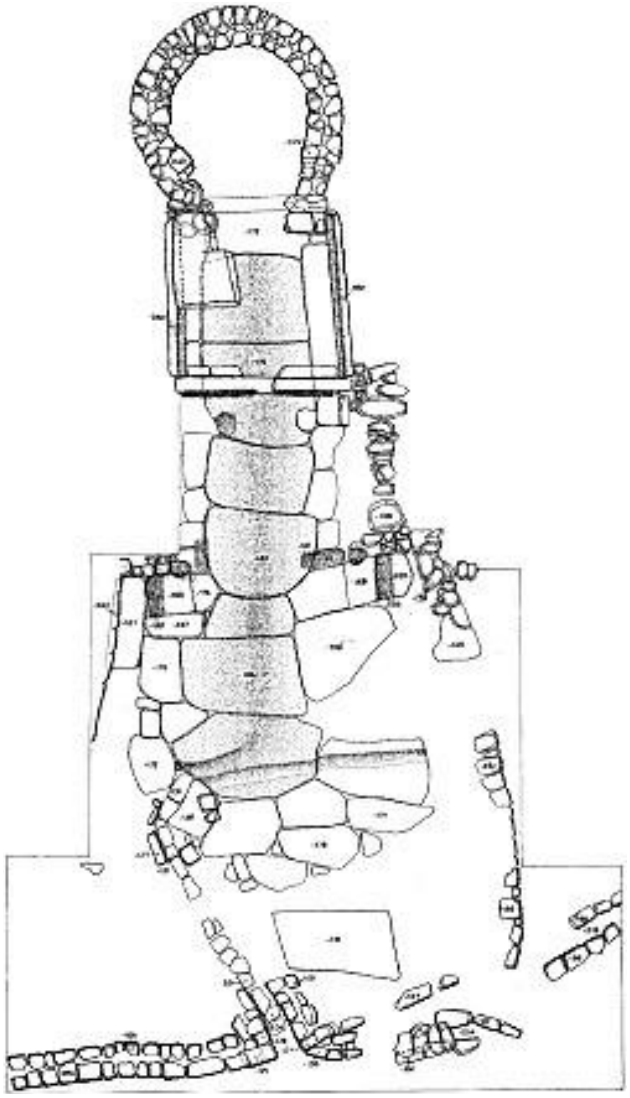
© Casa do Território 2021

8. pedra formosa do balneário do Monte das Eiras

© Orlando Fernandes 2012

10. restos da pedra formosa do Balneário do Alto das Quintãs (Castro de Calvos)

9. planta do balneário do Monte das Eiras



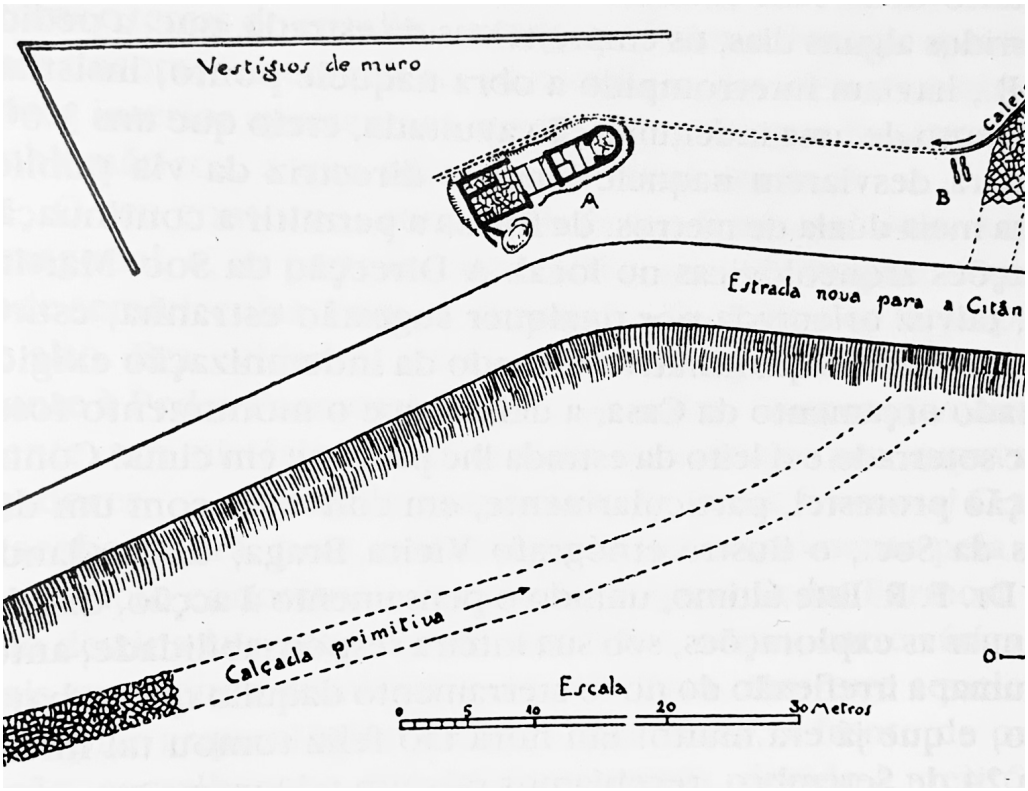
© Francisco Queiroga e António Pereira Dinis 2008-2009

escala 1.120

0 1 m 3 m 6 m

© Mário Cardozo 1930
© Sandra Gonçalves 2022

Tal como observamos na planta de Mário Cardozo (11.), o balneário sul da Citânia de Briteiros teria um muro a poente que poderia ter servido de muro de suporte, ao mesmo tempo que definia um recinto próprio exterior que delimitava o espaço destinado ao balneário.



11. "planta topográfica do local do monumento" de Mário Cardozo

12. vista do balneário sul a partir da fornalha (nordeste-sudoeste)

4 Penedo de Trajano

O bloco monumental foi cortado em três faces, permanecendo a quarta, oposta à epigrafada, sem desbaste, sobre soco em bruto de cerca de 1,10 m de altura. O topo é também talhado, perpendicular à face anterior. A face epigrafada é a mais larga, voltada a nordeste, estando a inscrição incisa no seu terço superior. e contém a seguinte inscrição:

Imp(erator)·Caes(ar)·Nerua
Traianus[·]Aug(ustus)[·]Ger(manicus)[·]Dac(icus)
po'nt»(ifex)[·] max(imus)[·]trib(unicia)[·]pot(estate)[·]UII
imp(erator)[·]IIII[·]co(n)s(ul)[·]U[·]p(ater)·p(atriae)

Em 1818, por baixo desta foi gravada a sua tradução para português:
QUER DIZER, AQUELLA OBRA MANDOU FAZER O IMPERADOR TAIANO AUGUSTO FILHO DE CEZAR NERVA VENCEDOR DOS ALEMAENS E DACOS PONTIFICE MAXIMO SENDO TRIBUNO DO POVO A SEPTIMA VEZ IMPERADOR E CONSUL A QUARTA E TENDO TITULO DE PAI DA PATRIA 1818

(Armando Redentor, "A cultura epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars occidentalis). Percursos pela sociedade Brácara da época romana", vol. II, 2011: 128-129)

© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023

1. fotografia aérea picada do Penedo de Trajano

© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023
© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023

2.

penedo voltado a sul

3.

face talhada a nordeste (que contém a inscrição)

© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023
© Sónia Gomes e Sandra Gonçalves 2023

4.

face talhada a noroeste

5.

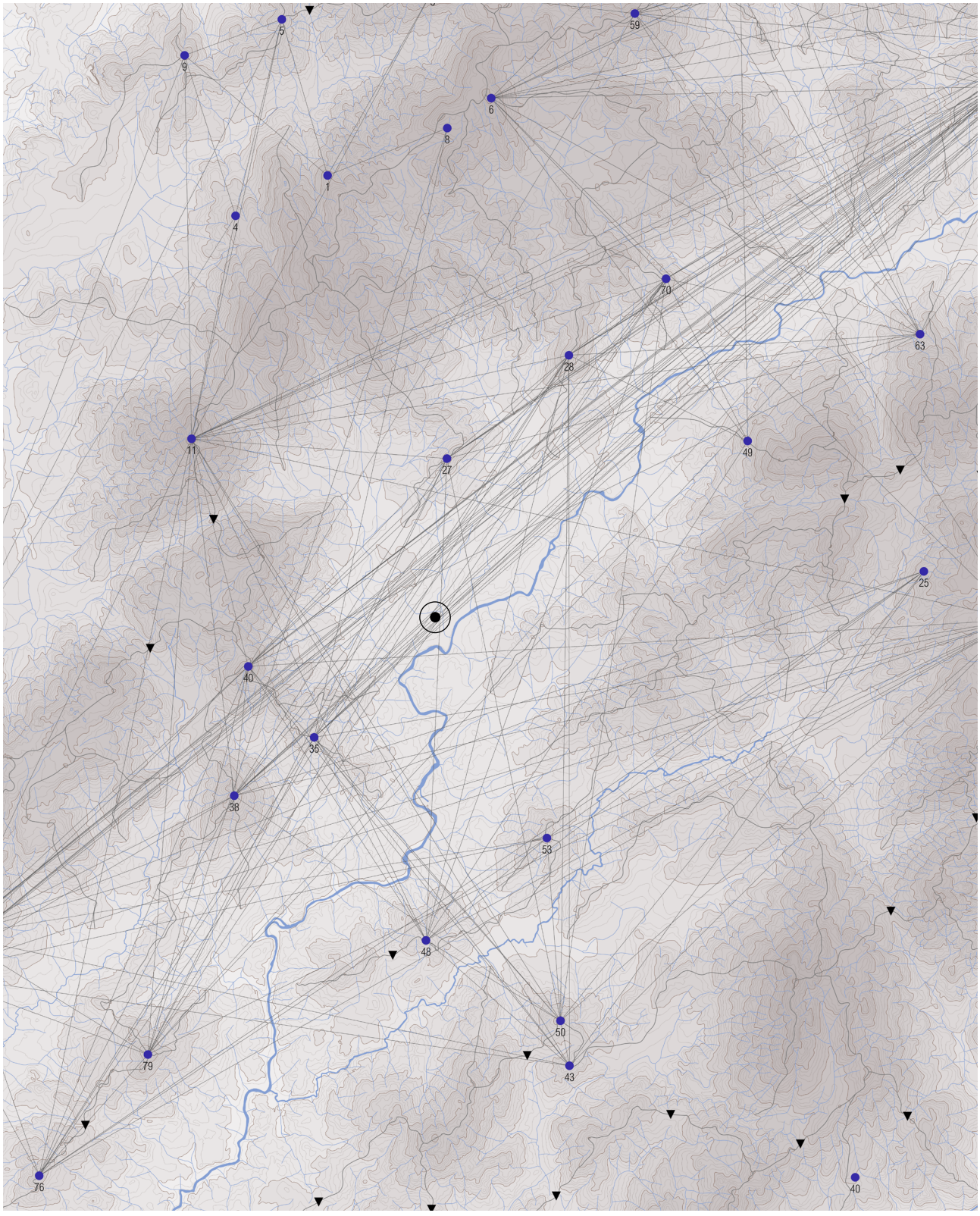
penedo voltado a oeste

Ao sobrepormos a carta das intervisibilidades entre povoados castrejos com a localização do Penedo de Trajano, verificamos que o penedo se encontra estrategicamente posicionado na margem direita do rio Ave, num local onde diversas linhas de intervisibilidade convergem e se cruzam. Com base nesta constatação, a nossa hipótese de que o local do penedo poderia possuir alguma relevância no contexto pré-romana ganha algum sentido.

— linha de intervisibilidade ⊙ Penedo de Trajano e *vicus* das Taipas escala 1. 100 000

6. carta das intervisibilidades entre povoados castrejos com marcação do Penedo de Trajano

0 1 km 2,5 km 5 km N



5 Inventário de vestígios arqueológicos e arquitetónicos

Coletámos um conjunto de vestígios arqueológicos e arquitetónicos que compilámos e organizámos neste inventário. Este processo envolveu uma pesquisa extensa da documentação existente sobre o território em estudo, com o propósito de criar uma base de dados que pudesse ser utilizada para produzirmos cartografias que representassem o mapeamento geográfico desses vestígios.

O inventário foi organizado por ordem cronológica e alfabética, segundo os seguintes campos: “coordenadas” - no sistema ETRS89/Portugal TM06; “identificação” - número de série; “número”; “designação” - denominações em uso; “sítio” - tipologia; “localização” – freguesia (anterior à reorganização administrativa); “altitude” - em metros determinada no QGIS ; e “referências” - fontes ou autores utilizados para registar e caracterizar o vestígio. O campo da “datação” foi incluído na romanização, somente quando existiu algum grau de certeza.

O número de série corresponde às inicias do município que integram (B - Braga, F - Fafe, G - Guimarães, P - Póvoa de Lanhoso, VF - Vila Nova de Famalicão e V - Vizela), seguido do número do período histórico por sequência temporal (0, 1 e 2) e de outro número correspondente à ordenação alfabética.

Nos casos em que a tipologia do sítio ou a cronologia atribuída difiram entre referências, optámos por seguir os dos dados mais recentes, à exceção do Portal do Arqueológo que não é a mais fidedigna.

0 Pré-História

Braga

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-19297.32	208597.70	B.0.1	1	ALMINHAS	mamoa	Cobre, Bronze	Espinho	484
-14598.50	210896.81	B.0.2	2	ALTO DE S. MIGUEL	mamoa	Cobre, Bronze	Pedralva	449
				ALTO DE SÃO MIGUEL	mamoa	Cobre, Bronze	Pedralva	
-19484.50	209666.99	B.0.3	3	ALTO DO CRASTO	povoado	Bronze	Este São Pedro	440
-15959.01	212060.33	B.0.4	4	CARVALHO 1	mamoa	Bronze	Pedralva	484
-16113.99	211973.04	B.0.5	5	CARVALHO 2	mamoa	Cobre	Pedralva	472
-23023.29	204833.97	B.0.6	6	COVELINHOS	povoado	Cobre	Esporões	322
				DEVESA ESCURA	mamoa	Cobre, Bronze	Pedralva	
-16278.69	211756.95	B.0.7	7	EIRAS - CANCELA	arte rupestre	Pré-História	Pedralva	454
-18199.59	209799.90	B.0.8	8	LAGÔA CARREIRA DE TIRO	mamoa	Cobre, Bronze	Espinho	446
-17900.46	209989.08	B.0.9	9	LAGÔA PAU DE BANDEIRA	mamoa	Cobre, Bronze	Este São Mamede	456
-24923.40	203821.26	B.0.10	10	LEIRAS DAS MAMAS	mamoa	Neolítico, Cobre, Bronze	Lamas	162
				MAMOA DO MONTE DE VASCONCELOS	mamoa		Adaúfe	
-14798.82	208394.92	B.0.11	11	MONTE ALTO	mamoa	Cobre, Bronze	Pedralva	374
				MONTE DE CAMPELOS	mamoa	Cobre, Bronze	Pedralva	
-26410.89	203393.95	B.0.12	12	MONTE DE Nª SENHORA DE FÁTIMA	povoado	Bronze	Figueiredo	308
-20282.71	212389.64	B.0.13	13	MONTE DE VASCONCELOS	povoado	Bronze	Adaúfe	346
-16572.44	212259.19	B.0.14	14	NASCENTE DO RIO ESTE	arte rupestre	Indeterminado	Este São Mamede	448
-17396.80	210493.30	B.0.15	15	PAU DE BANDEIRA	povoado fortificado	Bronze	Sobreposta	518
-21977.01	211761.87	B.0.16	16	PEDROSO	povoado fortificado	Bronze	Adaúfe	323
-16801.08	209406.89	B.0.17	17	SANDIM	mamoa	Cobre, Bronze	Sobreposta	403
-21856.63	205075.52	B.0.18	18	SANTA MARTA DAS CORTIÇAS 1	povoado fortificado	Cobre, Bronze	Esporões	556
				SANTA MARTA DAS CORTIÇAS 2	arte rupestre	Pré-História	Esporões	
-16744.17	211640.06	B.0.19	19	SERRA DOS PICOS 1	mamoa	Cobre, Bronze	Este São Mamede	525
-17117.74	211388.93	B.0.20	20	SERRA DOS PICOS 2	mamoa	Cobre, Bronze	Este São Mamede	494
-16878.11	211319.17	B.0.21	21	SERRA DOS PICOS 3	mamoa	Cobre, Bronze	Este São Mamede	530
-15995.65	211632.81	B.0.22	22	VALE DE CHÃO 1	mamoa	Bronze	Pedralva	448
-15980.03	211608.67	B.0.23	23	VALE DE CHÃO 2	mamoa	Pré-História	Pedralva	438
-15958.34	211574.42	B.0.24	24	VALE DE CHÃO 3	mamoa	Neolítico	Pedralva	435
-15940.26	211565.82	B.0.25	25	VALE DE CHÃO 4	mamoa	Bronze	Pedralva	437

Fafe

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-7014.98	202218.31	F.0.1	26	MAMOA DA CASTANHEIRA	mamoa	Pré-História	Passos	540
-7228.57	203247.75	F.0.2	27	MAMOA DE SANTA MARINHA	mamoa	Pré-História	Freitas	574
-7539.34	195886.80	F.0.3	28	MAMOA DO SOUTO NOVO 1	mamoa	Pré-História	Arões Santa Cristina	370
-7573.60	195897.95	F.0.4	29	MAMOA DO SOUTO NOVO 2	mamoa	Pré-História	Arões Santa Cristina	372
-7015.13	201797.04	F.0.5	30	OUTEIRO DAS CORÇAS 1	mamoa	Pré-História	Passos	549
-6947.91	201614.50	F.0.6	31	OUTEIRO DAS CORÇAS 2	mamoa	Pré-História	Passos	539
-7008.17	201484.06	F.0.7	32	OUTEIRO DAS CORÇAS 3	mamoa	Pré-História	Passos	546
-7654.66	203719.76	F.0.8	33	SANTA MARINHA	indefinido	Pré-História	Freitas	592
-7253.44	207992.76	F.0.9	34	VALE FERREIRO	necrópole	Bronze	Serrafão	200

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 1993	OUTROS
	tumulação Cobre e Bronze	
	tumulação Cobre e Bronze	
	tumulações Cobre e Bronze	
	povoado fortificado Bronze e Ferro	A. Dinis (1993): Bronze e Ferro
monumento megalítico Neo-Calcolítico		Vilas Boas (2014): Bronze
		Vilas Boas (2014): Cobre
povoado Cobre		A. Bettencourt (2009): Cobre
	tumulação Cobre e Bronze	M. Macedo (1896): mamoa
arte rupestre Indeterminado		D. Cardoso (2015): Pré-História
	necrópole Cobre e Bronze	M. Macedo (1896): 8 mamoas
	necrópole Cobre e Bronze	M. Macedo (1896): 8 mamoas
monumento megalítico Neo-Calcolítico	necrópole; habitat Bronze	A. Bettencourt (2013): Neolítico, Cobre e Bronze
	tumulação -	
	necrópole Cobre e Bronze	
	tumulação Cobre e Bronze	M. Macedo (1896): mamoa
povoado fortificado Bronze Final	habitat Bronze	A. Dinis (1993): Bronze
povoado Bronze Final	povoado fortificado; tumulação Bronze e Ferro	H. Carvalho (2008): Bronze e Ferro
		Vilas Boas (2014): indeterminado
	povoado fortificado Bronze e Ferro	H. Carvalho (2008): Bronze e Ferro
povoado Ferro	povoado fortificado Bronze e Ferro	H. Carvalho (2008): Bronze e Ferro
monumento megalítico Neo-Calcolítico	tumulação Cobre e Bronze	M. Macedo (1896): Neo-Calcolítico
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	A. Bettencourt (2013): Cobre, Bronze, Ferro e Romano
		D. Cardoso (2015): Pré-História
	necrópole Cobre e Bronze	Vilas Boas (2014) M. Macedo (1896): 4 mamoas
	necrópole Cobre e Bronze	Vilas Boas (2014)
	necrópole Cobre e Bronze	Vilas Boas (2014)
monumento megalítico Bronze		Vilas Boas (2014): Bronze
monumento megalítico Indeterminado		Vilas Boas (2014): Cobre ou Bronze
		Vilas Boas (2014): Neolítico
monumento megalítico Bronze		Vilas Boas (2014): Bronze

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2015
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa -
	mamoa -
	mamoa -
	mamoa -
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa -
	mamoa -
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa -
achados isolados Neo-Calcolítico	
	necrópole Bronze

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-15008.56	205430.48	G.0.1	35	BOAVISTA	povoado	Bronze	Briteiros Santo Estevão	184
-16737.42	204483.25	G.0.2	36	BOUÇA DA AGRELA	mamoa	Cobre	Barco	147
-14967.43	207159.22	G.0.3	37	BOUÇA DA MISÉRIA	arte rupestre	Cobre	Briteiros São Salvador	281
				BOUÇA DO FRANCISCO DO OUTEIRO	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	
-15283.01	205435.98	G.0.4	38	BOUÇA DO PINHEIRO	arte rupestre	Pré-História	Briteiros São Salvador	167
-16687.24	202626.85	G.0.5	39	BOUÇA NOVA	mamoa	Cobre	Barco	135
-16105.54	205977.50	G.0.6	40	BRITEIROS	arte rupestre	Indeterminado	Briteiros São Salvador	155
-16645.96	205295.39	G.0.7	41	BURAQUINHAS	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros Santa Leocádia	149
-17195.20	204471.21	G.0.8	42	CAMINHO DA GRANDRA 1	arte rupestre	Bronze	Barco	181
-17192.19	204472.53	G.0.9	43	CAMINHO DA GRANDRA 2	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Barco	181
-17188.93	204473.75	G.0.10	44	CAMINHO DA GRANDRA 3	arte rupestre	Bronze	Barco	181
-17174.34	204465.94	G.0.11	45	CAMINHO DA GRANDRA 4	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Barco	181
-16857.29	204455.53	G.0.12	46	CAMINHO DA GRANDRA 5	arte rupestre	Neolítico, Cobre, Bronze	Barco	148
				CAMPAS	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Moreira de Cónegos	
-16857.71	206746.05	G.0.13	47	COVAS	necrópole provável	Pré-História	Briteiros Santa Leocádia	180
-18529.19	194969.21	G.0.14	48	CRASTO	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Selho São Jorge	158
-9997.56	194097.09	G.0.15	49	DÓLMEN DA LAPINHA	dólmen	Bronze	Calvos	505
-14000.77	206751.36	G.0.16	50	DONIM	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Donim	148
-17957.13	202995.15	G.0.17	51	FAÍSCA	necrópole	Bronze	Caldelas	153
-16809.49	196624.85	G.0.18	52	IGREJA DE SILVARES	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Silvares	160
-20055.89	189638.75	G.0.19	53	LANHOSO	ocupação	Pré-História	Lordelo	200
-10899.88	193100.19	G.0.20	54	LINÇADO	mamoa	Cobre	Abação	437
-9150.86	197446.31	G.0.21	55	MAMOA DE SANTO ANTONINO	mamoa	Cobre	Atães	421
-8585.51	202570.75	G.0.22	56	MARGIAL	povoado provável	Bronze	São Torcato	465
-19003.27	200555.60	G.0.23	57	MATA DO VALE	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Vila Nova de Sande	201
-10598.58	195356.86	G.0.24	58	MATAMÁ	mamoa	Cobre	Infantas	527
-6635.32	209387.83	G.0.25	59	MONTE DA ABELHEIRA	indefinido	Pré-História	Castelões	254
-19718.54	199869.20	G.0.26	60	MONTE DA FORCA	povoado fortificado	Bronze	Brito	262
-17552.96	200816.32	G.0.27	61	MONTE DA ÍNSUA	ocupação	Cobre	São João de Ponte	145
				MONTE DE SANTA EULÁLIA	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Fermentões	
-15266.54	194142.48	G.0.28	62	MONTE DO PEDRAL	povoado aberto	Bronze	Candoso São Tiago	282
				PAULINHOS	arte rupestre	Pré-História	Barco?	
				PÉ DO CAVALO	arte rupestre	Pré-História	Briteiros Santo Estevão	
				PEDRA QUE FALA	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Candoso São Martinho	
-15066.52	206322.94	G.0.29	63	PENEDO DA MOURA	arte rupestre	Pré-História	Briteiros São Salvador	258
				PENEDO DAS ALMAS	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Ronfe e Vermil	
				PENEDO DAS PUCARINHAS	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Ronfe	
– 15086.62	206306.49	G.0.30	64	PENEDO DOS SINAIS	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Donim	264
				PENEDOS CARRILHÕES	arte rupestre	Pré-História	Gondomar	
-11381.53	195752.01	G.0.31	65	PENHA	ocupação	Cobre, Bronze	Costa	584
-7499.88	203000.18	G.0.32	66	POÇOS SALGUEIROS	mamoa	Cobre	Rendufe	561
-13423.80	198356.87	G.0.33	67	QUINTA DO ASSENTO	ocupação	Pré-História	Azurém	224
-15084.12	206007.23	G.0.34	68	QUINTA DO PAÇO 1	mamoa	Pré-História	Briteiros São Salvador	187

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	OUTROS
	povoado Bronze	povoado Bronze	
monumento megalítico Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	mamoa Neo-Calcolítico	
	arte rupestre Pré-História	arte rupestre Indeterminado	Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
			D. Cardoso (2015): indeterminado
arte rupestre Indeterminado		arte rupestre Indeterminado	D. Cardoso (2015): Pré-História
monumento megalítico Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	monumento megalítico Neo-Calcolítico	
arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	
	arte rupestre Indeterminado		D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso: Bronze-Ferro
			Coordenadas de D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso (2020): Bronze-Ferro
			Coordenadas de D. Cardoso: indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso (2020): Calcolítico, Bronze-Ferro
			D. Cardoso (2015): indeterminado
necrópole Indeterminando	necrópole Indeterminando	necrópole Neo-Calcolítico	
arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	D. Cardoso (2015): indeterminado
	monumento megalítico Bronze		
Arte rupestre Indeterminado			D. Cardoso (2015): indeterminado
necrópole Bronze	necrópole Bronze	necrópole Bronze	
arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	D. Cardoso (2015): indeterminado
	ocupação Pré-História	indeterminado Bronze	
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	mamoa Neo-Calcolítico	
	mamoa Cobre	mamoa Neo-Calcolítico	
	povoado aberto Bronze e Ferro		
arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	D. Cardoso (2015): indeterminado
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	mamoa Neo-Calcolítico	
	indetermiando Pré-História	povoado Ferro	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze	A. Silva (1986): estação castreja
	ocupação Pré-História		Bettencourt (2013): Calcolitico A. Silva (1986): estação castreja
			D. Cardoso (2015): indeterminado
povoado Indeterminado	povoado aberto Bronze e Ferro	povoado Indeterminado	
			D. Cardoso (2015): Pré-História
			D. Cardoso (2015): Pré-História
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			D. Cardoso (2015): Pré-História
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			D. Cardoso (2015): indeterminado
	arte rupestre Pré-História		Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Caobre
			D. Cardoso (2015): indeterminado
povoado Bronze Final, Ferro e Romano	ocupação Cobre e Bronze	povoado Bronze Final	O. Fernandes (2012): Cobre, Bronze
monumento megalítico Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	mamoa Neo-Calcolítico	
vestígios diversos Romano	ocupação Pré-História e Romano	vestígios diversos Romano	
	mamoa Pré-História	mamoa Neo-Calcolítico	

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-15212.28	206290.32	G.0.35	69	QUINTA DO PAÇO 2	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	270
-17413.36	204395.87	G.0.36	70	QUINTA DOS LARANJAIS 1	arte rupestre	Bronze	Sande São Lourenço	188
-17396.11	204418.04	G.0.37	71	QUINTA DOS LARANJAIS 2	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Sande São Lourenço	194
-17395.85	204421.26	G.0.38	72	QUINTA DOS LARANJAIS 3	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Sande São Lourenço	194
-14950.75	207796.70	G.0.39	73	RÉGUADAS 1	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Donim	323
-14948.85	207749.16	G.0.40	74	RÉGUADAS 2	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Donim	315
-14903.10	207796.60	G.0.41	75	RÉGUADAS 3	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Donim	315
-14846.33	207690.31	G.0.42	76	RÉGUADAS 4	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Donim	268
-17357.63	204681.29	G.0.43	77	SABROSO 1	arte rupestre	Pré-História	Sande São Lourenço	244
-17394.44	204727.13	G.0.44	78	SABROSO 2	arte rupestre	Neolítico, Cobre, Bronze	Sande São Lourenço	266
-17403.31	204719.05	G.0.45	79	SABROSO 3	arte rupestre	Bronze	Sande São Lourenço	266
-15310.49	206448.35	G.0.46	80	SÃO ROMÃO 1	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	320
-15283.55	206488.61	G.0.47	81	SÃO ROMÃO 2	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	333
-15277.19	206501.27	G.0.48	82	SÃO ROMÃO 3	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	334
-15257.37	206503.09	G.0.49	83	SÃO ROMÃO 4	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	334
-15256.36	206519.54	G.0.50	84	SÃO ROMÃO 6	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	333
-15266.95	206546.22	G.0.51	85	SÃO ROMÃO 7	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	333
-15167.88	206506.18	G.0.52	86	SÃO ROMÃO 8	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	308
-15167.88	206506.18	G.0.53	87	SÃO ROMÃO 9	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	308
-15171.76	206504.15	G.0.54	88	SÃO ROMÃO 10	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	308
-15309.95	206319.70	G.0.55	89	SÃO ROMÃO 11	arte rupestre	Neolítico a Ferro	Briteiros São Salvador	278
-15198.83	206411.80	G.0.56	90	SÃO ROMÃO 12	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	305
-15339.20	206577.92	G.0.57	91	SÃO ROMÃO 13	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Briteiros São Salvador	317
-8711.50	205233.10	G.0.58	92	SENHORA DO MONTE 1	mamoa	Pré-História	Gonça	510
-8696.15	205233.10	G.0.59	93	SENHORA DO MONTE 2	mamoa	Pré-História	Gonça	510
-17355.94	192939.21	G.0.60	94	SENHORAS DO MONTE 1	mamoa	Pré-História	Nespereira	374
-17297.20	192973.60	G.0.61	95	SENHORAS DO MONTE 2	mamoa	Cobre	Nespereira	372
-17404.80	204172.50	G.0.62	96	TAPADA DA GANDRA	arte rupestre	Neolítico, Cobre	Sande São Lourenço	178
-18121.83	203686.96	G.0.63	97	VEIGA	necrópole	Pré-História	Sande São Lourenço	153
-14405.82	207212.16	G.0.64	98	VINHAS	arte rupestre	Pré-História	Donim	200

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	OUTROS
	arte rupestre Pré-História		Coordenadas de D. Cardoso (2015): Pré-História
	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	Coordenadas de D. Cardoso (2020): Bronze
		arte rupestre Indeterminado	Coordenadas de D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	arte rupestre Indeterminado		Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	arte rupestre Indeterminado		Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	arte rupestre Indeterminado		Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	arte rupestre Indeterminado		Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
			Coordenadas de D. Cardoso (2015): Pré-História
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre, Bronze e Ferro
			Coordenadas de D. Cardoso (2020): Bronze-Ferro
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Calcolítico
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Calcolítico
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			D. Cardoso (2015): Neolítico-Cobre
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
			D. Cardoso (2015): indeterminado
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	mamoa Pré-História	mamoa Neo-Calcolítico	
	mamoa Pré-História	mamoa Neo-Calcolítico	
	mamoa Pré-História		
anta, dólmen Neo-Calcolítico	mamoa Cobre		
			Coordenadas de D. Cardoso: Neolítico-Cobre
	necrópole Pré-História	fossa Ferro	
	arte rupestre Indeterminado	arte rupestre Indeterminado	D. Cardoso (2015): Pré-História

Póvoa de Lanhoso

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-11367.21	214008.92	P.0.1	99	MAMOA DA TOJEIRA	mamoa	Pré-História	Calvos	301
-11166.30	214046.04	P.0.2	100	MAMOA DO MADORRO	mamoa	Pré-História	Calvos	297
-8389.20	215423.92	P.0.3	101	MARCO BRANCO 1	mamoa	Pré-História	Serzedelo	525
-8349.19	215417.88	P.0.4	102	MARCO BRANCO 2	mamoa	Pré-História	Serzedelo	523
-8340.27	215208.84	P.0.5	103	MARCO BRANCO 3	mamoa	Pré-História	Serzedelo	521
-15512.49	212880.02	P.0.6	104	MOINHO DO VENTO 1	mamoa	Neolítico	Covelas	347
-15414.43	212880.92	P.0.7	105	MOINHO DO VENTO 2	mamoa	Bronze	Covelas	341
-15434.99	213011.80	P.0.8	106	MOINHO DO VENTO 3	mamoa	Bronze	Covelas	338
-12355.90	213060.28	P.0.9	107	MONTE DO CASTELO	povoado fortificado	Cobre, Bronze	Póvoa de Lanhoso	364
-14916.09	212043.88	P.0.10	108	PENA PROVÍNCIA 1	mamoa	Neolítico	Lanhoso	463
-14978.13	212083.88	P.0.11	109	PENA PROVÍNCIA 2	mamoa	Neolítico	Lanhoso	459
-14985.13	212127.87	P.0.12	110	PENA PROVÍNCIA 3	mamoa	Neolítico	Lanhoso	458
-14960.08	212181.91	P.0.13	111	PENA PROVÍNCIA 4	mamoa	Neolítico	Lanhoso	457
-14721.11	212206.85	P.0.14	112	PENA PROVÍNCIA 5	mamoa	Neolítico	Lanhoso	466
-14677.11	212145.90	P.0.15	113	PENA PROVÍNCIA 6	mamoa	Neolítico	Lanhoso	463
-14344.15	212377.91	P.0.16	114	PENA PROVÍNCIA 7	mamoa	Neolítico	Lanhoso	455

Vila Nova de Famalicão

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-25872.38	195956.89	VF.0.1	115	BOUÇA DE PIQUE	povoado	Cobre	Pousada de Saramagos	282
-27105.98	195982.51	VF.0.2	116	MAMOA DE VERMOIM 1	mamoa	Pré-História	Vermoim	333
-27242.67	196309.55	VF.0.3	117	MAMOA DE VERMOIM 2	mamoa	Cobre	Vermoim	325
-27053.64	196121.14	VF.0.4	118	MAMOA DE VERMOIM 3	mamoa	Cobre	Vermoim	334
-27197.56	195857.35	VF.0.5	119	MAMOA DE VERMOIM 4	mamoa	Cobre	Vermoim	330
				PEGADAS DE BRUXAS	arte rupestre	Neolítico a Ferro	São Martinho do Vale	
-26000.86	193997.08	VF.0.6	120	PICOTO	mamoa provável	Pré-História	Vermoim	130
-29115.64	195909.24	VF.0.7	121	POVOADO DO RIO	povoado provável	Pré-História	Vale São Martinho	161
-24794.95	189613.63	VF.0.8	122	QUINTA DA BOUÇA	necrópole	Bronze	Bairro	118

Vizela

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	PERÍODO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-11601.00	190397.15	V.0.1	123	PEGADINHAS DE SÃO GONÇALO	arte rupestre	Neolítico a Ferro	São Paio	196
				POLVOREIRA	arte rupestre	Neolítico a Ferro	São Miguel	
-10500.98	191247.21	V.0.2	124	SÃO PAIO DE VIZELA	arte rupestre	Neolítico a Ferro	São Paio	218

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA PATRIMÓNIO 2015	OUTROS
dólmen Neolitico	mamoa -	
	mamoa -	
mamoa Indeterminado	mamoa -	
mamoa Indeterminado	mamoa -	
mamoa Indeterminado	mamoa -	
mamoa Indeterminado	mamoa -	Vilas Boas (2014): Neolitico
mamoa Indeterminado	mamoa -	Vilas Boas (2014): Bronze
mamoa Indeterminado	mamoa -	Vilas Boas (2014): Bronze
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Cobre, Bronze, Ferro e Romano	H.Carvalho (2008): Cobre, Bronze, Ferro e Romano
mamoa Indeterminado	necrópole 1 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 1 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 1 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 1 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 2 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 2 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final
mamoa Indeterminado	necrópole 2 -	A. Bettencourt e Silva (2003): Neolitico Médio-Final

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	FAMALICAO ID 2019	PLANTA ORDENAMENTO 2014	OUTROS
povoado Indeterminado	povoado Cobre	povoado -	
mamoa Neo-Calcolítico		mamoa -	
monumento megalítico Neo-Calcolítico	mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	
mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	
monumento megalítico Neo-Calcolítico	mamoa Neo-Calcolítico	mamoa Cobre	
			D. Cardoso (2015): indeterminado
monumento megalítico Neo-Calcolítico			
	povoado Cobre	povoado -	
achados isolados Indeterminado	necrópole Bronze		

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2013	OUTROS
arte rupestre Indeterminado	penedinho de São Gonçalo -	D. Cardoso (2015): indeterminado
		D. Cardoso (2015): indeterminado
arte rupestre Indeterminado	arte rupestre -	D. Cardoso (2015): indeterminado

1 Proto-História

Braga

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-19484.50	209666.99	B.1.1	1	ALTO DO CRASTO	povoado	Este São Pedro	440
-25113.92	208881.84	B.1.2	2	BALNEÁRIO DE BRACARA	balneário	Maximinos	165
-17651.08	212896.83	B.1.3	3	EIRAS VELHAS	povoado fortificado	Pousada	474
-21088.48	208963.68	B.1.4	4	MONTE DA CONSOLAÇÃO	povoado fortificado	Nogueiró	337
-20282.71	212389.64	B.1.5	5	MONTE DE VASCONCELOS	povoado	Adaúfe	346
-16630.93	211015.94	B.1.6	6	MONTE DOS PICOS	povoado	Pedralva	554
-26317.59	200581.66	B.1.7	7	MONTE REDONDO	povoado fortificado	Guisande	410
-17396.80	210493.30	B.1.8	8	PAU DE BANDEIRA	povoado fortificado	Sobreposta	518
-21977.01	211761.87	B.1.9	9	PEDROSO	povoado fortificado	Adaúfe	323
-17493.25	210692.56	B.1.10	10	PICO DO CASTRO	povoado provável	Este São Pedro	552
-21856.63	205075.52	B.1.11	11	SANTA MARTA DA CORTIÇAS	povoado fortificado	Esporões	556

Fafe

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-7654.66	203719.76	F.1.1	12	SANTA MARINHA	povoado provável	Freitas	592

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-15117.79	206691.84	G.1.1	13	BALNEÁRIO DE BRITEIROS ESTE	Balneário	Briteiros São Salvador	307
-15339.78	206309.15	G.1.2	14	BALNEÁRIO DE BRITEIROS SUL	Balneário	Briteiros São Salvador	277
-17301,46	204790,88	G.1.3	15	BALNEÁRIO DE SABROSO	Balneário	Sande São Lourenço	261
-17195.20	204471.21	G.1.4	16	CAMINHO DA GRANDRA 1	Arte rupestre	Barco	181
-17188.93	204473.75	G.1.5	17	CAMINHO DA GRANDRA 3	Arte rupestre	Barco	181
-16857.29	204455.53	G.1.6	18	CAMINHO DA GRANDRA 4	Arte rupestre	Barco	148
-15318.58	206460.14	G.1.7	19	CASA DO CONSELHO	Casa do conselho	Briteiros São Salvador	319
-14889.32	201695.03	G.1.8	20	CASA VELHA	Povoado provável	Prazins Santa Eufémia	220
-11579.36	205389.19	G.1.9	21	CASTELO DOS MOUROS	Povoado provável	Souto Santa Maria	330
-11739.79	202301.72	G.1.10	22	CASTELO	Ocupação provável	São Torcato	393
-17652.08	191335.40	G.1.11	23	CASTRO	Povoado provável	Gandarela	232
-10414.97	204327.85	G.1.12	24	CASTRO	Povoado provável	Gonça	483
-9086.06	202762.99	G.1.13	25	CASTRO	Povoado	São Torcato	379
				CASTRO	Povoado provável	Nespereira	
				CASTRO	Povoado provável	Guardizela	
-10283.94	192196.25	G.1.14	26	CASTRO DA BOAVISTA	Habitat	Gémeos	299
-17401.98	204729.90	G.1.15	27	CASTRO DE SABROSO	Povoado fortificado	Sande São Lourenço	266
				CEMITÉRIO DOS MOUROS	Povoado provável	Moreira de Cónegos	
-15276.37	206531.32	G.1.16	28	CITÂNIA DE BRITEIROS	Povoado fortificado	Briteiros São Salvador	333
-22021.85	198288.81	G.1.17	29	COUCES	Povoado provável	Ronfe e Vermil	233

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	H. CARVALHO 2008	CARTA ARQUEOLÓGICA 1993	A. SILVA 1986	OUTROS
	castro? Bronze	povoado fortificado Bronze e Ferro	estação castreja	A. Dinis (1993): Bronze e Ferro
balneário Ferro				F. Sande Lemos (2009) A. Silva (1986)
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	estação castreja	
povoado fortificado Ferro e Romano	castro Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	estação castreja	
povoado Bronze	castro Bronze e Ferro	povoado fortificado; tumulação Bronze e Ferro	estação castreja	
necrópole Indeterminado			estação castreja	
povoado fortificado Ferro e Romano	castro Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	estação castreja	
	castro Bronze e Ferro	povoado fortificado Bronze e Ferro	estação castreja	
povoado Ferro	povoado fortificado Bronze e Ferro Inicial	povoado fortificado Bronze e Ferro	estação castreja	
			estação castreja	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	castro Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	estação castreja	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2015	H. CARVALHO 2008
achados isolados Neo-Calcolítico	possível fortificação -	castro Ferro e Romano

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2022	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	A. SILVA 1986	OUTROS
				balneário Ferro	G. Cruz (2020) F. Sande Lemos (2009)
					M. Cardozo (1931)
				balneário Ferro	M. Sarmento (1906) F. Sande Lemos (2009)
					Coordenadas de D. Cardoso (2020): Bronze-Ferro
					Coordenadas de D. Cardoso (2020): Bronze-Ferro
					Coordenadas de D. Cardoso (2020): Cobre, Bronze-Ferro.
					G. Cruz (2020), A. Silva (1986) e F. Sande Lemos (2009)
				estação castreja	
muralha Indeterminado	ermitério Idade Moderna	ermida Idade Moderna		estação castreja	
povoado Ferro	ocupação indeterminado	povoado Ferro		estação castreja	
				estação castreja	
				estação castreja	
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
				estação castreja	
				estação castreja	
povoado Ferro e Romano	habitat Ferro e Romano	povoado Romano			
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	castro Ferro	estação castreja	
				estação castreja	
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	castro Ferro e Romano	estação castreja	
				estação castreja	

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-10139.06	193733.06	G.1.18	30	DEVESA ESCURA	Povoado provável	Abação	475
-8585.51	202570.75	G.1.19	31	MARGIAL	Povoado aberto provável	São Torcato	465
-14335.25	202336.53	G.1.20	32	MONTE CASTRO	Povoado provável	Prazins Santo Tirso	281
-6635.32	209387.83	G.1.21	33	MONTE DA ABELHEIRA	Povoado provável	Castelões	254
-13253.68	195429.22	G.1.22	34	MONTE DA FORCA	Povoado provável	Urgezes	252
-19718.54	199869.20	G.1.23	35	MONTE DA FORCA	Povoado fortificado	Brito	262
-19221.27	195734.90	G.1.24	36	MONTE DA SANTA	Povoado provável	Selho São Jorge	253
-14051.73	193455.75	G.1.25	37	MONTE DE POLVOREIRA	Povoado provável	Polvoreira	339
-21111.54	198851.73	G.1.26	38	MONTE DE S. MIGUEL	Povoado fortificado	Vermil	371
-13732.56	200933.73	G.1.27	39	MONTE DE SANTIAGO	Povoado provável	Pencelo	378
-20867.72	201105.54	G.1.28	40	MONTE DE SÃO BARTOLOMEU	Povoado fortificado	Leitões	414
-13939.47	198391.31	G.1.29	41	MONTE DE SÃO PEDRO	Povoado provável	Azurém	282
-10816.65	204838.11	G.1.30	42	MONTE DE SÃO SIMÃO	Povoado provável	Gonça	593
-15266.54	194142.48	G.1.31	43	MONTE DO PEDRAL	Povoado aberto	Candoso São Tiago	282
-12150.60	198841.45	G.1.32	44	MONTE LONGO	Povoado provável	Aldão	279
-17846.96	205503.70	G.1.33	45	MONTESELO	Povoado aberto provável	Briteiros Santa Leocádia	271
-18227.44	205563.97	G.1.34	46	PEDRAIS	Povoado provável	Longos	266
-19861.51	203559.77	G.1.35	47	PENA COBERTOURA	Povoado provável	Sande São Martinho	317
-17768.04	196328.27	G.1.36	48	PENEDO CÔRTE DO LOBO	Ocupação	Selho São Jorge	249
				PENEDO DA CABEÇA	Povoado provável	São Torcato	
				PENEDO DA MATA DO VALE	Povoado provável	Candoso São Martinho	
				PENEDO DA ORCA	Arte rupestre	Costa	
				PENEDO DA SENHORA	Povoado provável	Serzedelo	
-12159.53	205037.10	G.1.37	49	PENÍCIAS	Povoado	Souto Santa Maria	319
-15422.77	194926.28	G.1.38	50	PICOTO DE SANTO AMARO	Povoado	Mascotelos	304
-17394.44	204727.13	G.1.39	51	SABROSO 2	Arte rupestre	Sande São Lourenço	266
-17403.31	204719.05	G.1.40	52	SABROSO 3	Arte rupestre	Sande São Lourenço	266
-15659.32	198113.03	G.1.41	53	SANTA EULÁLIA	Ocupação	Fermentões	271
-8769.20	197094.64	G.1.42	54	SANTO ANTONINHO	Povoado provável	Mesão Frio	513
-15252.51	206521.64	G.1.43	55	SÃO ROMÃO 5	Arte rupestre	Briteiros São Salvador	333
				SAPADELO	Povoado provável	Souto São Salvador	
-9111.65	205381.05	G.1.44	56	SENHORA DO MONTE	Povoado provável	Gonça	544
-17617.45	192865.43	G.1.45	57	SENHORAS DO MONTE	Povoado provável	Serzedelo	406
-7452.80	201923.14	G.1.46	58	VILARINHO	Habitat	Rendufe	518

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2022	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	A. SILVA 1986	OUTROS
sepultura Romano	sepultura Romano	habitat Romano	necrópole Romano	estação castreja	
	povoado aberto Bronze e Ferro				
			castro Ferro e Romano	estação castreja	
	indeterminado Pré-História				
				estação castreja	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze	castro Bronze e Ferro	estação castreja	
	habitat Indeterminado	povoado fortificado Ferro	castro Bronze, Ferro e Romano?	estação castreja	
povoado Ferro e Romano	ocupação Indeterminado	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
povoado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado Ferro	castro Ferro e Romano	estação castreja	
	abrigo Indeterminado	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	castro Ferro	estação castreja	
	indeterminado Romano	indeterminado Romano		estação castreja	
povoado Ferro e Romano	povoado Indeterminado	povoado Indeterminado			
povoado Indeterminado	povoado aberto Bronze e Ferro	povoado indeterminado			
povoado fortificado Ferro	indeterminado Ferro	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
	povoado aberto Indeterminado	povoado Ferro		estação castreja	
habitat Romano	habitat Romano	*villa* provável Romano	castro Ferro e Romano	estação castreja	
	abrigo Indeterminado	povoado fortificado Ferro			
vestígios diversos Indeterminado	ocupação Ferro	povoado Ferro		estação castreja	
				estação castreja	
				estação castreja	
					D. Cardoso (2015): Proto-História
				estação castreja	
povoado Indeterminado	povoado Ferro	povoado Ferro			
vestígios diversos Ferro	povoado Ferro e Romano	povoado Ferro	castro Ferro e Romano	estação castreja	
					Coordenadas de D. Cardoso (2015): Neo-calcolítico
					D. Cardoso (2020): Bronze-Ferro
povoado fortificado Ferro e Romano	ocupação Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	castro Ferro e Romano	estação castreja	
	indeterminado Indeterminado	atalaia Medieval	castro Bronze e Ferro		
					D. Cardoso (2015): Ferro
				estação castreja	
povoado indeterminado	indeterminado Indeterminado	povoado Indeterminado			
	fortificação Indeterminado	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
	habitat Ferro e Romano				

Póvoa de Lanhoso

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-14125.77	212491.54	P.1.1	59	ALTO DA PENA PROVÍNCIA	povoado	Lanhoso	475
-6783.20	211925.55	P.1.2	60	ALTO DO SANTINHO	povoado fortificado	Taide	385
-11361.19	213596.86	P.1.3	61	BALNEÁRIO DO ALTO DE QUINTÃS	balneário	Frades	284
-12966.39	213137.21	P.1.4	62	BOUÇA DO CAMPO NOVO	povoado fortificado	Lanhoso	316
-9152.57	206899.38	P.1.5	63	CASTELO DE BAIXO	povoado	Garfe	322
-11159.14	213504.36	P.1.6	64	CASTRO DE CALVOS	povoado	Calvos	318
-4767.08	213034.59	P.1.7	65	CASTRO DE LEIRADELA	povoado	Travassos	400
-7756.97	211216.94	P.1.8	66	CIMO DE VILA	povoado	Taide	290
-4025.34	213990.52	P.1.9	67	MONTE CASTRO	povoado fortificado	Brunhais	576
-12322.89	215387.38	P.1.10	68	MONTE DE SANTO TIRSO	povoado fortificado	Rendufinho	455
-12355.90	213060.28	P.1.11	69	MONTE DO CASTELO	povoado fortificado	Póvoa de Lanhoso	364
-13581.61	207866.07	P.1.12	70	SANTA IRIA	povoado	Santo Emilião e Campo	305

Vila Nova de Famalicão

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-26052.97	196105.59	VF.1.1	71	BALNEÁRIO DO ALTO DAS EIRAS	balneário	Pousada de Saramagos	322
-28558.78	198494.82	VF.1.2	72	CASTRO DA BÓCA	povoado fortificado	Vale São Cosme	292
-26434.87	195736.80	VF.1.3	73	CASTELO DE VERMOIM	povoado fortificado	Vermoim	343
-28263.64	195764.81	VF.1.4	74	CASTRO DO CRUITO	povoado	Vale São Martinho	212
-25967.72	196405.93	VF.1.5	75	MONTE DAS EIRAS	povoado fortificado	Pousada de Saramagos	384
-24513.23	192224.32	VF.1.6	76	MONTE DE SÃO MIGUEL	povoado fortificado	Ruivães	287
-28826.15	198519.09	VF.1.7	77	OUTEIRO DO CASTRO DA BÓCA	povoado fortificado	Vale São Cosme	241
-27512.36	195720.82	VF.1.8	78	SANTA CRISTINA	povoado fortificado	Vale São Martinho	313
-22617.67	194337.79	VF.1.9	79	SANTA TECLA	povoado fortificado	Oliveira Santa Maria	337

Vizela

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-15048.03	192316.76	V.1.1	80	CASTRO	povoado provável	Infias	293
				CRISTELO	povoado provável	Tagilde	
				MONTE DE SÃO PEDRO	povoado provável	Tagilde	
-11601.00	190397.15	V.1.2	81	PENEDO DE SÃO GONÇALO	arte rupestre	Tagilde	196

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA PATRIMÓNIO 2015	O. FERNANDES 2012	H. CARVALHO 2008	A. SILVA 1986	OUTROS
povoado Ferro e Romano	Alto da Pena Província -	povoado Ferro		estação castreja	
povoado fortificado Ferro	povoado -	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
balneário Ferro e Romano				balneário Ferro	F. Sande Lemos (2009)
povoado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro			
	povoado -	povoado Ferro		estação castreja	
povoado Ferro e Romano	castro -	povoado Ferro		estação castreja	
		povoado Ferro		estação castreja	
	castro -	povoado Ferro			
povoado fortificado Ferro	castro -	povoado fortificado Ferro		estação castreja	
	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro	castro Ferro e Romano	estação castreja	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Cobre, Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Cobre, Bronze	castro Cobre, Bronze, Ferro e Romano	estação castreja	
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado -	povoado Ferro	castro Ferro	estação castreja	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	FAMALICAO ID 2019	PLANTA ORDENAMENTO 2014	H. CARVALHO 2008	A. SILVA 1986	OUTROS
	balneário Ferro	balneário -			F. Queiroga e A. Dinis (2009)
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro	estação castreja	
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro e Romano	estação castreja	
	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado Ferro	estação castreja	
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro e Romano	estação castreja	
	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado; ara Ferro e Romano	estação castreja	
povoado fortificado Ferro		povoado fortificado -			
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro	estação castreja	
	povoado fortificado Ferro	povoado fortificado -	povoado Ferro e Romano	estação castreja	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2013	A. SILVA 1986	OUTROS
		estação castreja	
		estação castreja	
		estação castreja	
arte rupestre Indeterminado	penedinho de São Gonçalo -		D. Cardoso (2015): indeterminado e Proto-História

2 Romanização

Braga

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-19070.12	209006.93	B.2.1	1	ASSENTO	habitat		Espinho	478
-24623.55	208719.44	B.2.2	2	BRACARA AUGUSTA	cidade	16-15 a.C.	Braga São Vicente	195
-25481.46	202757.09	B.2.3	3	CARCAVELOS	habitat		Penso São Vicente	222
-17651.08	212896.83	B.2.4	4	EIRAS VELHAS	povoado fortificado		Pousada e Este	474
				GUIZANDE	ara	71-170 d.C.	Guisande	
-23014.86	202713.27	B.2.5	5	IGREJA	indefinido		Morreira	218
-19068.99	208741.14	B.2.6	6	IGREJA ESPINHO	ara	171-270 d.C.	Espinho	456
-23772.38	204704.90	B.2.7	7	IGREJA ESPORÕES 1	habitat		Esporões	207
-23737.73	204528.41	B.2.8	8	IGREJA ESPORÕES 2	ara	71-170 d.C.	Esporões	224
-23737.73	204528.41	B.2.9	9	IGREJA ESPORÕES 3	inscrição	101-270 d.C.	Esporões	224
-19775.21	210497.11	B.2.10	10	IGREJA ESTE SÃO PEDRO 1	habitat		Este São Pedro	242
-19772.06	210399.03	B.2.11	11	IGREJA ESTE SÃO PEDRO 2	inscrição provável		Este São Pedro	257
-23107.45	204517.59	B.2.12	12	MARINHAIS	habitat		Esporões	264
-21088.48	208963.68	B.2.13	13	MONTE DA CONSOLAÇÃO	povoado fortificado ?		Nogueiró	337
-26317.59	200581.66	B.2.14	14	MONTE REDONDO	povoado fortificado		Guisande e Escudeiros	410
-21856.63	205075.52	B.2.15	15	SANTA MARTA DAS CORTIÇAS	povoado fortificado		Esporões	556
-24740.80	208589.89	B.2.16	16	TERMAS DE MAXIMINOS	termas	séc. II a IV d.C.	Pousada	191

Fafe

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-7094.09	202868.77	F.2.1	17	CASTANHEIRA	povoado provável	Travassós	560
-7654.66	203719.76	F.2.3	18	SANTA MARINHA	povoado provável	Freitas	592
-7063.15	201037.09	F.2.2	19	VEIGAS DO LUSTOSO	povoado provável	Passos	559

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-10934.44	192794.20	G.2.1	20	ALEGRIA	necrópole provável		Abação	392
-22250.42	197461.53	G.2.2	21	ARA A JÚPITER	ara	101-200 d.C.	Vermil	172
-22257.72	197462.80	G.2.3	22	ARA A REO SANCTO	ara	151-250 d.C.	Vermil	172
-22249.84	197455.76	G.2.4	23	ARA POR CABURA LADRONI	ara	151-230 d.C.	Vermil	168
-22257.25	197455.18	G.2.5	24	ARAS ANEPÍGRAFAS	ara	151-230 d.C.	Vermil	168
-10873.72	201905.31	G.2.6	25	ARNADO	povoado provável		São Torcato	270
-7151.80	201537.85	G.2.7	26	BARROCA DA PEREIRINHA	ocupação		Rendufe	538
-12486.28	199107.29	G.2.8	27	BOQUINHO	indefinido		Azurém	242
-15854.03	203203.81	G.2.9	28	BOUÇA DO CAPITÃO	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Barco	141
-19431.04	198395.54	G.2.10	29	BRITO	ara	151-200 d.C.	Brito	145
-15267.15	195358.22	G.2.11	30	BUGALHÓS	habitat		Mascotelos	193
-17670.35	202101.80	G.2.12	31	CALDAS DAS TAIPAS	*vicus*		Caldelas	120
-12746.57	192243.92	G.2.13	32	CAMPO DAS PENHAS	habitat		Tabuadelo	420
-11847.93	193621.26	G.2.14	33	CAMPO DO CRUITO 1	habitat		Abação	419

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	H. CARVALHO 2008	CARTA ARQUEOLÓGICA 1993	OUTROS
	villa Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): villa
cidade Romano	capital de *conventus* e de *civitas* -	aglomerado urbano Romano	
		habitat Romano	
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	
	ara a divindade indigena Ferro e Romano		A. Redentor (2011): ara com consagração Reo Seinaico ?
		indeterminado Romano	
	ara funerária Romano	incrição funerária Romano	A. Redentor (2011): ara de Aurelius Petouius ?
	villa Romano	habitat Romano	
	ara a Júpiter Romano	inscrição votiva Romano	A. Redentor (2011): ara consagrada a Júpiter
	marco de propriedade Romano	inscrição de propriedade Romano	A. Redentor (2011): marco de propriedade de Seuerus
		habitat Romano e Idade Média	
		incrição funerária Romano ?	
		habitat Romano	
povoado fortificado Ferro e Romano	castro Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	
povoado fortificado Ferro e Romano	castro Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro e Romano	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	castro Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	
termas Romano		termas Romano	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2015	H. CARVALHO 2008
villa Romano	povoado -	habitat Romano
achados isolados Neo-Calcolítico	possível fortificação -	castro Ferro e Romano
povoado fortificado Romano	povoado -	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	OUTROS
	sepultura Romano e Idade Média	necrópole Romano		
	ara Romano			A. Redentor (2011): ara a Júpiter
	ara Romano			A. Redentor (2011): ara a Reo Sancto
	ara Romano			
	ara Romano			A. Redentor (2011): árula a divindade não expressa
	ocupação Indeterminado	povoado Romano		
	ocupação Romano			
nicho Romano	indeterminado Indeterminado	nicho Romano	necrópole ? Romano	
inscrição Indeterminado	inscrição rupestre Romano	inscrição Indeterminado	epigrafia Romano	A. Redentor (2011): inscrição rupestre, marca de propriedade
	ara aos deuses Lares ? Romano	inscrição Romano	epigrafia Romano	A. Redentor (2011): ara a um lar?
achados isolados Indeterminado	habitat Romano	habitat Romano		
			vicus Romano	M. Martins (2009): *vicus* G. Cruz (2020): *vicus*
habitat Indeterminado	habitat Romano	habitat Romano	necrópole Romano	
	habitat Romano	indeterminado Romano	*villa* ; necrópole Romano	M. Martins (1995): *villa*

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-11847.93	193621.26	G.2.15	34	CAMPO DO CRUITO 2	inscrição	101-200 d.C.	Abação	419
-19884.92	193204.85	G.2.16	35	CAMPO DOS PINHEIROS	ara	101-200 d.C.	Serzedelo	135
-20965.31	192309.77	G.2.17	36	CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU	ara	151-230 d.C.	Serzedelo	114
-18925.14	205701.23	G.2.18	37	CASA DA BÔCA	necrópole		Longos	234
-13406.57	197323.56	G.2.19	38	CASA DE LEVIO	ara	101-170 d.C.	Oliveira do Castelo	200
-17179.98	200274.11	G.2.20	39	CASA PAROQUIAL	ara		São João de Ponte	132
-10283.94	192196.25	G.2.21	40	CASTRO DA BOAVISTA	habitat		Gémeos	299
-16499.88	195300.19	G.2.22	41	CHÃOS	inscrição provável		Candoso São Tiago	169
-19882.02	193203.43	G.2.23	42	CIDADE DE PEDRAÚCA	habitat		Serzedelo	135
-15276.37	206531.32	G.2.24	43	CITÂNIA DE BRITEIROS 1	povoado fortificado	início I milénio a.C. - séc. II	Briteiros São Salvador	333
				CITÂNIA DE BRITEIROS 2	inscrição - padieira	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 3	inscrição - padieira	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 4	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
-15340,61	206308,03	G.2.25	44	CITANIA DE BRITEIROS 5	inscrição	1-270 d.C.	Briteiros São Salvador	277
-15260,9	206502,23	G.2.26	45	CITANIA DE BRITEIROS 6	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	334
				CITÂNIA DE BRITEIROS 7	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 8	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 9	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 10	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 11	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 12	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 13	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 14	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 15	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
-15238,36	206505,51	G.2.27	46	CITANIA DE BRITEIROS 16	inscrição - laje	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	328
				CITÂNIA DE BRITEIROS 17	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 18	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 19	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
				CITÂNIA DE BRITEIROS 20	inscrição - cipo	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	
-15299,25	206523,41	G.2.28	47	CITANIA DE BRITEIROS 21	inscrição rupestre	1-100 d.C.	Briteiros São Salvador	330
				CITÂNIA DE BRITEIROS 22	inscrição - vaso	1-70 d.C.	Briteiros São Salvador	
-15267.88	197659.59	G.2.29	48	COVILHÃ	ocupação		Fermentões	178
-14755.93	200651.95	G.2.30	49	IGREJA DE CORVITE	ara	101-200 d.C.	Corvite	205
-14760.14	196514.04	G.2.31	50	IGREJA DE CREIXOMIL 1	habitat		Creixomil	158
-14750.14	196514.07	G.2.32	51	IGREJA DE CREIXOMIL 2	inscrição	71-130 d.C.	Creixomil	158
-17881.65	191515.07	G.2.33	52	IGREJA DE GANDARELA	habitat		Gandarela	207
-19751.83	191016.08	G.2.34	53	IGREJA DE GUARDIZELA	ocupação		Guardizela	155
-9756.48	195387.91	G.2.35	54	IGREJA DE MATAMÁ	ocupação		Infantas	410
-14406.05	193345.57	G.2.36	55	IGREJA DE POLVOREIRA	ocupação		Polvoreira	313
-14309.19	202193.17	G.2.37	56	IGREJA DE PRAZINS SANTO TIRSO	ocupação		Prazins Santo Tirso	251
-21033.93	196647.49	G.2.38	57	IGREJA DE RONFE 1	ara	131-200 d.C.	Ronfe	144
-21033.93	196647.49	G.2.39	58	IGREJA DE RONFE 2	ara	101-200 d.C.	Ronfe	144
-17330.00	206490.24	G.2.40	59	IGREJA DE SANTA LEOCÁDIA DE BRITEIROS 1	habitat		Briteiros Santa Leocádia	231
-17330.00	206490.24	G.2.41	60	IGREJA DE SANTA LEOCÁDIA DE BRITEIROS 2	ara	171-270 d.C.	Briteiros Santa Leocádia	231

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	OUTROS
inscrição Indeterminado	inscrição Romano	indeterminado Romano		A. Redentor (2011): urna de Sulpicius
	ara Romano	ara votiva Romano	ara a divindade indígena Romano	A. Redentor (2011): ara a Corono
	ara a Júpiter Romano	inscrição Romano	ara a Júpiter Romano	A. Redentor (2011): ara a Júpiter (Depulsor?)
	necrópole Romano		necrópole Romano	
		inscrição Romano	epigrafia votiva Romano	A. Redentor (2011): ara às Ninfas
	ara a Júpiter Romano			
povoado Ferro e Romano	habitat Ferro e Romano	povoado Romano		
inscrição Romano		inscrição Romano		
vestígios diversos Romano	habitat Romano	vestígios diversos Romano		M. Martins (1995): casal
povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro, Romano e Idade Média	povoado fortificado Ferro	castro Ferro e Romano	
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): identificação ou marca de propriedade
				A. Redentor (2011)
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): identificação
				A. Redentor (2011): identificação
				A. Redentor (2011): identificação ou marca de propriedade
				A. Redentor (2011): marca de propriedade de Talabarius
				A. Redentor (2011): marca de propriedade
				A. Redentor (2011): inscrição rupestre
				A. Redentor (2011): inscrição rupestre
				A. Redentor (2011): inscrição rupestre
				A. Redentor (2011): inscrição rupestre com identificação
				A. Redentor (2011): incrição rupestre
				A. Redentor (2011): cipo sinalético
				A. Redentor (2011): incrição rupestre
				A. Redentor (2011): vaso com inscrição
	ocupação Romano	indeterminado Romano		
	ara a Júpiter Romano	inscrição Romano		A. Redentor (2011): ara a Júpiter
	habitat Romano	indeterminado Romano		M. Martins (1995): *villa*
incrição Romano	epígrafe a Iulia Auitae Romano	inscrição Romano	epigrafia funerária Romano	A. Redentor (2011): placa
	habitat Romano	indeterminado Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
habitat Indeterminado	ocupação Romano	habitat Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
	ocupação Romano		habitat Romano?	M. Martins (1995): casal
indeterminado Indeterminado	ocupação Romano	indeterminado Romano		
povoado Romano	ocupação Romano	habitat Romano		
incrição Romano	ara a Durbedico Romano	inscrição Romano	ara a divindade indígena Romano	A. Redentor (2011): ara a Deo Durbedico
	ara a Júpiter Romano	inscrição Romano	ara a Júpiter Romano	A. Redentor (2011): ara a Júpiter
	habitat Romano	igreja Medieval Cristão		
	ara Romano	inscrição Romano	epigrafia Romano	A. Redentor (2011): ara genérica aos Deuses

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-11762.22	191061.63	G.2.42	61	IGREJA DE SÃO FAUSTINO	ara	101-200 d.C.	São Faustino	271
-19431.04	198395.54	G.2.43	62	IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DE BRITO	ocupação		Brito	145
-17219.65	200199.73	G.2.44	63	IGREJA DE SÃO JOÃO DE PONTE 1	habitat		São João de Ponte	130
-17162.04	200251.70	G.2.45	64	IGREJA DE SÃO JOÃO DE PONTE 2	ara	131-230 d.C.	São João de Ponte	132
-18780.13	195520.84	G.2.46	65	IGREJA DE SÃO JORGE DE SELHO	indefinido		Selho São Jorge	194
-21096.12	196617.84	G.2.47	66	IGREJA DE SÃO TIAGO DE RONFE	ocupação		Ronfe	142
-16854.25	196695.38	G.2.48	67	IGREJA DE SILVARES	ocupação		Silvares	154
-13642.61	195190.81	G.2.49	68	IGREJA DE URGEZES	ocupação		Urgezes	260
-20203.32	189251.73	G.2.50	69	LUGAR DO PAÇO	habitat		Lordelo	137
-18911.65	194204.47	G.2.51	70	MATA	indefinido		Selho São Cristóvão	147
-19162.88	202983.06	G.2.52	71	MILIÁRIO DE SANDE	marco miliário	102-105 d.C.	Sande São Martinho	151
-19718.54	199869.20	G.2.53	72	MONTE DA FORCA	povoado fortificado		Brito	262
-13732.56	200933.73	G.2.54	73	MONTE DE SANTIAGO	habitat		Pencelo	378
-20867.72	201105.54	G.2.55	74	MONTE DE SÃO BARTOLOMEU	povoado fortificado		Leitões	414
-21111.54	198851.73	G.2.56	75	MONTE DE SÃO MIGUEL	povoado fortificado		Vermil	371
-13939.47	198391.31	G.2.57	76	MONTE DE SÃO PEDRO	indefinido		Azurém	282
-16356.06	190886.11	G.2.58	77	MONTE DO BAÇO DO BOI	indefinido		Conde	214
-17996.11	191498.31	G.2.59	78	MONTE DO LADARIO	povoado provável		Gandarela	196
-22396.36	199765.35	G.2.60	79	MONUMENTO DO PAÇO	termas		Oleiros	233
-18369.44	189863.41	G.2.61	80	MOURE	necrópole		Moreira de Cónegos	159
-15462.24	193136.16	G.2.62	81	NESPEREIRA	povoado provável		Nespereira	220
-13131.61	203658.35	G.2.63	82	OLIVEIRAS	indefinido		Souto São Salvador	213
-18341.82	191650.91	G.2.64	83	OUTEIRO DO COMBRO	indefinido		Gandarela	233
-16223.51	198175.84	G.2.65	84	PAÇO	habitat		Silvares	186
-18227.44	205563.97	G.2.66	85	PEDRAIS	habitat		Longos	266
-13491.70	198130.28	G.2.67	86	PEGADA	indefinido		Azurém	221
-18641.79	198079.85	G.2.68	87	PENA	indefinido		Brito	143
-15274.30	199925.56	G.2.69	88	PENEDO DA PENA	ocupação provável		Corvite	228
-17607.87	201991.56	G.2.70	89	PENEDO DE TRAJANO	inscrição rupestre	103-104 d.C.	Caldelas	121
-15422.77	194926.28	G.2.71	90	PICOTO DE SANTO AMARO	povoado fortificado		Mascotelos	304
-17740.44	199220.07	G.2.72	91	PONTE DE CAMPELOS	ponte		São João de Ponte	106
-18569.15	188607.06	G.2.73	92	PONTE DE NEGRELOS	ponte		Moreira de Cónegos	101
-8136.94	191703.89	G.2.74	93	PONTE DO ARCO DO POMBEIRO	ponte		Serzelo	155
-19396.49	202046.45	G.2.75	94	QUINTA DA MOGADA	ocupação		Sande São Clemente	142
-17326.64	200413.85	G.2.76	95	QUINTA DA RIBEIRA	necrópole		São João de Ponte	136
-12598.27	197643.84	G.2.77	96	QUINTA DE GORPILHÃES	habitat		Costa	230
-13423.80	198356.87	G.2.78	97	QUINTA DO ASSENTO	ocupação		Azurém	224
-13945.54	203809.79	G.2.79	98	REGUENGO	necrópole provável		Souto São Salvador	129
-19650.18	192548.28	G.2.80	99	RESIDÊNCIA PAROQUIAL DE SERZEDELO	ara	101-200 d.C.	Serzedelo	151
-15252.31	205240.20	G.2.81	100	RIBAS	inscrição provável		Briteiros Santo Estevão	151
-19765.82	202958.01	G.2.82	101	ROCHA	ocupação		Sande São Martinho	239
-13410.78	197034.70	G.2.83	102	RUA DE SÃO PAIO	inscrição provável	101-200 d.C.	São Paio	197
-15352.24	202047.94	G.2.84	103	SANTA EUFÉMIA	habitat provável		Prazins Santa Eufémia	153
-15659.32	198113.03	G.2.85	104	SANTA EULÁLIA	ocupação		Fermentões	271

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	OUTROS
inscrição Indeterminado	ara a Júpiter Romano	inscrição Romano		A. Redentor (2011): ara a Júpiter
	ocupação Romano e Idade Média	igreja Medieval Cristão		M. Martins (1995): casal
	habitat Romano	habitat Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
	ara às ninfas Romano	inscrição Romano	epigrafia votiva Romano	A. Redentor (2011): ara às Ninfas
	indeterminado Romano	indeterminado Romano		M. Martins (1995): casal
	ocupação Romano			M. Martins (1995): *villa*
	ocupação Romano	indeterminado Romano	habitat; necrópole Romano	M. Martins (1995): casal
	ocupação Romano	indeterminado Romano		
	habitat Romano			
	indeterminado Indeterminado	indeterminado Romano		M. Martins (1995): casal
marco miliário Romano	marco miliário Romano	marco miliário Romano	marco miliário Romano	A. Redentor (2011): marco miliário
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Bronze	castro Bronze e Ferro	
	habitat Romano			
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	castro Ferro	
povoado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado Ferro	castro Ferro e Romano	
	indeterminado Romano	indeterminado Romano		
	indeterminado Indeterminado	indeterminado Romano		
povoado Romano		povoado Romano		
hipocausto Romano	termas Romano	habitat Romano	termas Romano	M. Martins (1995): *villa*
	necrópole Romano	necrópole Medieval cristão	necrópole Romano	
			habitat Romano ?	
povoado Indeterminado	indeterminado Romano	povoado Idade Média		
	indeterminado Indeterminado	habitat Romano		
habitat Romano	habitat Romano	habitat Romano	habitat Romano	
	habitat Romano	*villa* Romano	castro Ferro e Romano	M. Martins (1995): casal
	indeterminado Romano	indeterminado Romano		
	indeterminado Indeterminado	indeterminado Romano	habitat Romano	
	ocupação Indeterminado	povoado Romano		
incrição Romano	inscrição rupestre Romano	inscrição Romano		A. Redentor (2011): inscrição rupestre erigida sob Trajano
vestígios diversos Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado Ferro	castro Ferro e Romano	
	ponte Romano	ponte Romano		
	ponte Romano	ponte Romano		
	ponte Romano	ponte Romano		
	ocupação Romano	habitat Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
	necrópole Romano			
vestígios diversos Indeterminado	habitat Romano	vestígios diversos Romano		
vestígios diversos Romano	ocupação Pré-História e Romano	vestígios diversos Romano		
necrópole Indeterminado	necrópole Indeterminado	necrópole Indeterminado	necrópole Romano	
	ara a Júpiter Romano	inscrição Romano	ara a Júpiter Romano	A. Redentor (2011): ara a Júpiter
		inscrição Romano		
	ocupação Romano	habitat Romano		M. Martins (1995): casal
		inscrição Romano	epigrafia votiva Romano	A. Redentor (2011): fragmento de epígrafe a Hércules?
		habitat Romano	habitat Romano	
povoado Fortificado Ferro e Romano	ocupação Ferro e Romano	povoado fortificado Ferro	castro Ferro e Romano	

Guimarães

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-9870.38	203738.64	G.2.86	105	SANTIAIS	habitat		São Torcato	380
-16518.69	203859.78	G.2.87	106	SÃO MARTINHO	necrópole provável		Barco	142
-15548.29	202099.62	G.2.88	107	SEGADE	habitat		Prazins Santa Eufémia	156
-10932.63	196782.76	G.2.89	108	SENHOR DOS SERÔDIOS	indefinido		Costa	458
-20992.79	197322.97	G.2.90	109	SENHORA DO BARREIRO	indefinido		Vermil	188
-11839.69	201350.53	G.2.91	110	SENHORA DO BOM DESPACHO	habitat		Gominhães	262
-22254.81	197461.23	G.2.92	111	SERRALHARIA VIDAL	ocupação		Vermil	172
-16104.18	198804.59	G.2.93	112	SEZITE	habitat		Fermentões	164
-17788.38	202717.59	G.2.94	113	SOUTO	ocupação		Caldelas	135
-17437.04	201894.04	G.2.95	114	TERMAS DE CALDELAS	termas		Caldelas	111
-8736.96	204564.77	G.2.96	115	VALE DE MOUROS	habitat		Gonça	394
-10299.88	197100.19	G.2.97	116	VEIGA	ocupação		Mesão Frio	383
-10529.51	195904.82	G.2.98	117	VEIGAS	ocupação		Infantas	500
-11745.62	203197.44	G.2.99	118	VILAR	ocupação provável		São Torcato	395
-7452.80	201923.14	G.2.100	119	VILARINHO	habitat		Rendufe	518

Póvoa de Lanhoso

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-4261.27	211757.02	P.2.3	120	BRUNHAIS	necrópole		Brunhais	258
-13151.16	214096.82	P.2.4	121	BURGO	habitat		Geraz do Minho	162
-9545.64	215217.67	P.2.5	122	FRADES	habitat		Frades	310
-3360.42	209719.95	P.2.6	123	IGREJA VELHA	habitat		Sobradelo da Goma	328
-13001.17	214146.86	P.2.7	124	INFESTA	habitat		Geraz do Minho	182
-12322.89	215387.38	P.2.8	125	MONTE DE SANTO TIRSO	povoado fortificado		Rendufinho	455
-12355.90	213060.28	P.2.9	126	MONTE DO CASTELO	povoado fortificado		Póvoa de Lanhoso	364
-10220.24	215705.84	P.2.10	127	MONTE DOS AMARELOS	povoado		Rendufinho	362
-11500.25	207599.23	P.2.11	128	MOTTA	habitat		Campos	150
-8800.23	214407.94	P.2.12	129	NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	habitat		Calvos	383
-8473.12	207713.88	P.2.13	130	QUINTA DO BARRAL	*villa* provável		Garfe	170
-9191.19	207766.96	P.2.14	131	SALGUEIROS	necrópole		Garfe	174
-9972.76	206489.31	P.2.15	132	SANTUÁRIO RUPESTRE DE GARFE	indefinido		Garfe	208
-3756.26	210525.36	P.2.16	133	SOUTO VELHO	habitat		Sobradelo da Goma	244
-9312.17	214684.92	P.2.17	134	TORRÃO	habitat		Frades	387
-8767.24	212328.98	P.2.18	135	VALE BOM	habitat		Fonte Arcada	212
-7646.01	212493.63	P.2.19	136	VALE DE MOURA	habitat		Oliveira	221
-13001.13	211996.85	P.2.20	137	VIA COVA	*villa*	séc. I e IV d.C.	Lanhoso	251
-12993.91	207910.31	P.2.21	138	VILAR	habitat		Campo	176

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	HEREDITAS 2021	CARTA ARQUEOLÓGICA 2012	H. CARVALHO 2008	OUTROS
	habitat Romano	habitat Romano		
	sepultura Romano	necrópole Romano	habitat Romano	
	habitat Romano	indeterminado Romano		
	indeterminado Romano	indeterminado Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
	indeterminado Romano	indeterminado Romano	habitat Romano	
	habitat Romano	habitat Romano	habitat Romano	
	ocupação Romano			M. Martins (1995): casal
Habitat Romano	habitat Romano	habitat Romano		
	ocupação Romano	habitat Romano		M. Martins (1995): casal
balneário Romano	termas Romano	balneário Romano		
	habitat Romano	habitat Romano		
habitat Romano	ocupação Romano	habitat Romano		M. Martins (1995): casal
	ocupação Romano	povoado Romano	habitat Romano	M. Martins (1995): casal
	ocupação Indeterminado	habitat Romano	habitat Romano	
	habitat Ferro e Romano			

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA PATRIMÓNIO 2015	H. CARVALHO 2008	OUTROS
necrópole Romano		necrópole Romano	
vestígios diversos Romano	mancha de ocupação Romano	habitat Romano	
	mancha de ocupação Romano		
	mancha de ocupação Romano		
vestígios diversos Romano	mancha de ocupação Romano	habitat Romano	
	povoado fortificado -	castro Ferro e Romano	
povoado fortificado Bronze, Ferro e Romano	povoado fortificado Cobre, Bronze, Ferro e Romano	castro Cobre, Bronze, Ferro e Romano	
povoado Romano	povoado -		
	mancha de ocupação Romano		
habitat Romano	mancha de ocupação Romano		
		villa ? Romano	
necrópole Ferro e Romano		necrópole Romano	
tholos Cobre	santuário rupestre Romano		
	mancha de ocupação Romano		
habitat Romano	mancha de ocupação Romano		
	mancha de ocupação Romano		
	mancha de ocupação Romano	indeterminado Romano	
villa Romano	*villa* Romano	*villa* Romano	M. Martins (1995): *villa*
	mancha de ocupação Romano	habitat Romano	

Vila Nova de Famalicão

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	DATAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-22824.84	193326.65	VF.2.1	139	AGRELA	indefinido		Oliveira Santa Maria	161
-22059.94	193272.08	VF.2.2	140	AGRINHA	indefinido		Oliveira Santa Maria	129
-26434.27	195738.90	VF.2.3	141	CASTELO DE VERMOIM	povoado fortificado	séc. III a.C. - I d.C.	Vermoim	343
-24835.51	193643.14	VF.2.4	142	COVELO	*villa* provável	séc. I a.C. - III d.C.	Castelões	166
-29013.09	195282.53	VF.2.5	143	IGREJA	indefinido		Vale São Cosme	148
-24500.91	197296.99	VF.2.6	144	JOANE	ara		Joane	214
-25967.72	196405.93	VF.2.7	145	MONTE DAS EIRAS	povoado fortificado		Pousada de Saramagos	384
-24513.23	192224.32	VF.2.8	146	MONTE DE SÃO MIGUEL	povoado fortificado	séc. I a.C. - II d.C.	Ruivães e Delães	287
-25846.82	198595.02	VF.2.9	147	PAÇO	indefinido		Portela	223
-25402.14	193000.93	VF.2.10	148	QUINTELA	indefinido		Ruivães	118
-22617.67	194337.79	VF.2.11	149	SANTA TECLA	povoado fortificado	séc. II a.C. - II d.C.	Oliveira Santa Maria	337
-24158.49	192073.74	VF.2.12	150	SÃO JOÃO DE PERRELOS	termas		Delães	213

Vizela

LONG.	LAT.	IDENT.	Nº	DESIGNAÇÃO	SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	ALT.
-14665.83	189608.50	V.2.2	151	CALDAS DE VIZELA 1	*vicus*	São Miguel de Vizela	141
-14599.76	189597.04	V.2.1	152	CALDAS DE VIZELA 2	ara	São Miguel de Vizela	145
				LAMEIRA	inscrição	São Miguel de Vizela	
-14952.52	189323.55	V.2.3	153	PONTE VELHA DE VIZELA	ponte	São Miguel de Vizela	134
-14603.01	190142.92	V.2.4	154	QUINTA DA DEVESA	indefinido	São Miguel de Vizela	172
				RAMADA	indefinido	São Miguel de Vizela	
				SOBRADO	inscrição	São Miguel de Vizela	
-12113.28	189830.47	V.2.5	155	TAGILDE	ara	Tagilde	196
-14664.89	189784.65	V.2.6	156	TERMAS DE VIZELA	termas	São Miguel de Vizela	142

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	FAMALICÃO ID 2019	PLANTA ORDENAMENTO 2014	H. CARVALHO 2008	OUTROS
	vestígios de superficie Romano	vestígios de superficie Romano		
	vestígios de superficie Romano	vestígios de superficie Romano		
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro e Romano	
	vestígios de superficie; *villa* Romano	*villa* provável Romano	*villa* Romano	M. Martins (1995): *villa*
	-	vestígios de superficie Romano		
inscrição Indeterminado	-		ara a Júpiter Romano	
povoado fortificado Ferro	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado -	povoado fortificado Ferro e Romano	
	Povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado -	povoado fortificado; ara Ferro e Romano	
	-	vestígios de superficie Romano		
	vestígios de superficie Romano	vestígios de superficie Romano		
	povoado fortificado Ferro e Romano	povoado fortificado -	povoado Ferro e Romano	
villa Romano	*vicus* Romano	*vicus* ; termas Romano	*vicus* ? Romano	

PORTAL DO ARQUEÓLOGO 2023	CARTA ARQUEOLÓGICA 2013	F. QUEIROGA 2013	OUTROS
	área de possívies vestígios -		M. Martins (2009): *vicus* H. Carvalho (2008): *vicus*
ara votiva Romano		epígrafe a Bormanicus Romano	A. Redentor (2011): consagração a Reo Bormanico
		dedicatória a Flavius Romano	A. Redentor (2011): dedicação num arquitetónico a Flavius
ponte Romano	ponte -		
vestígios diversos Romano		materiais Romano	
		materiais diversos Romano ou Suevo-visigótico	
		epígrafe funerária Romano	A. Redentor (2011): Inscrição politeica
inscrição Romano			A. Redentor (2011): ara às Ninfas lupianas
termas Romano		termas Romano	

Defesa da dissertação

A prova pública de defesa da dissertação decorreu no dia 10 de novembro de 2023, sendo a mesa de júri composta pelo Presidente da mesa, o professor Carlos Manuel de Castro Cabral Machado, pelo Arguente da prova, o professor João Luís Rebelo Ferreira Marques, e pela orientadora da prova, Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira.

A classificação final foi de 19 valores.

A paisagem humanizada em torno de Briteiros e de Sabroso (Guimarães)

Sandra Ribeiro Gonçalves

FACULDADE DE ARQUITETURA